



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TÂNIA MARA DA SILVA

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROCESSO DE
ADOCIMENTO:
UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES
SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA
REGIÃO DE CAMPO MOURÃO E CASCAVEL**

Londrina
2024

TÂNIA MARA DA SILVA

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROCESSO DE
ADOCIMENTO:**
UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES
SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA
REGIÃO DE CAMPO MOURÃO E CASCAVEL

Tese apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social e Política Social.
Orientadora: Profa. Dra. Mabel Mascarenhas Torres

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S586c Silva, Tânia Mara da .
Condições de trabalho e processo de adoecimento: um estudo sobre o trabalho de assistentes sociais na política de assistência social na região de Campo Mourão e Cascavel / Tânia Mara da Silva. - Londrina, 2024.
277 f.

Orientador: Mabel Mascarenhas Torres.
Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Trabalho de assistente social - Tese. 2. Condições de trabalho - Tese. 3. Adoecimento - Tese. 4. Política de Assistência Social - Tese. I. Torres, Mabel Mascarenhas . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

TÂNIA MARA DA SILVA

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROCESSO DE
ADOECIMENTO:
UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES
SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA
REGIÃO DE CAMPO MOURÃO E CASCAVEL**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social e Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Mabel Mascarenhas Torres
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dra. Denise Maria Fank de Almeida
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Esther Luiza de Souza Lemos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof. Dra. Rosa Lúcia Prêdes Trindade
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Londrina, 29 de fevereiro de 2024.

Dedico essa pesquisa aos trabalhadores do SUAS, em especial às assistentes sociais, que atuam com responsabilidade e compromisso mesmo em meio às contradições existentes no trabalho e na Política de Assistência Social.

AGRADECIMENTOS

“Alice perguntou: Pode me dizer qual o caminho que eu devo tomar?

Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o Gato.

Eu não sei para onde ir! – disse Alice.

Se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve.”

(Alice no País das Maravilhas - Lewis Carroll)

Esse diálogo fictício entre uma humana e um gato, narrado num conto infantil, foi muito inspirador durante esse processo de pesquisa e escrita desta tese. Buscar a direção para encontrar caminhos, pessoas e histórias; ter coragem de tomar decisões, fazer escolhas e seguir em frente. Chegar até aqui não foi fácil, o preço foi alto, mas a satisfação é imensa em saber que não me perdi, não desisti e encontrei um mundo de possibilidades que o conhecimento e a imensidão de saberes têm para nos oferecer.

A trajetória dessa caminhada não foi sozinha, embora tenhamos vivenciado um tempo desafiador com a pandemia da covid-19 que nos impôs o distanciamento físico, um novo formato de participação nas aulas, nos grupos de pesquisa e de estudo. Entre o processo de realização de pesquisa, leituras, sínteses, reflexões, escritas e orientações, estavam os filhos precisando de acompanhamento, familiares e amigos adoecendo e alguns até finalizando a sua existência entre nós. Quantos momentos de cansaço, físico e mental, decorrente das angústias, incertezas, sobrecarga de trabalhos e o desafio de estar na gestão de uma política essencial em tempos de calamidade pública. Foram tempos difíceis, mas sobrevivemos e isso já é um grande motivo de gratidão: a Vida!

Essa vida que é uma construção coletiva e, nesse processo de pesquisa, não foi diferente. Por isso deixo registrado nessas linhas um agradecimento a todas e todos que contribuíram de alguma forma para a concretização dessa caminhada. Nomeá-los seria difícil, pois muitos me deram a mão e proporcionaram-me alívio nos momentos que precisei.

À toda minha família, especialmente, meus pais e filhos pelo carinho e alegrias em tantas caminhadas, e que compreenderam minhas ausências, estresses e cansaços, mas sempre me incentivaram e apoiaram nos grandes desafios da vida e a buscar esse sonho.

À entidade que me desafiou e me possibilitou a implantação não apenas de projetos, mas de sonhos, para que meninos e meninas no programa de aprendizagem pudessem entrar no mundo do trabalho e com o qual iniciei as primeiras reflexões sobre a importância do trabalho protegido.

A todas e todos os colegas de trabalho, que contribuíram com a construção da minha carreira profissional, vivenciaram meus dilemas e inquietações, e também estiveram presentes com a construção de laços de amizade que se estendem às nossas trajetórias pessoais.

Às assistentes sociais que acolheram essa pesquisa e participaram, compartilhando suas histórias e experiências, e contribuíram, assim, para a construção do conhecimento.

Aos amigos e amigas, pelo apoio e pelo tempo que me dispensaram para a escuta e o compartilhar de afeto e carinho.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa sobre os Fundamentos e o Trabalho do/a Assistente Social, Grupo de Estudos do Serviço Social em Campo Mourão e Grupo de Estudo Espaço Marx, pelas leituras, debates e discussões.

Ao CRESS/PR, em especial, a Seccional de Cascavel, por proporcionar tantos aprendizados nos espaços coletivos da profissão.

Aos meus professores e colegas de turma, pelas discussões e aprendizados, ainda que grande parte dessa trajetória tenha acontecido em ambiente virtual.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, mesmo no momento final pelo acesso a bolsista, possibilitou-me o compartilhar de experiência em territórios nacional e internacional.

À banca examinadora na qualificação e na defesa, pelas sugestões e contribuições teóricas na construção deste trabalho.

A minha orientadora, que acreditou nessa pesquisa e me direcionou, com mansidão, confiança, cobranças, muita disponibilidade e compromisso nesse caminho do doutoramento.

Por fim, obrigada a todos e a todas por cada incentivo, palavra, gesto e atitude, doados espontaneamente por tantas pessoas especiais que fazem parte da minha vida! Como não se sentir feliz em agradecer?

Migalhas

Por muita fome passei
e um delicioso pão desejei
mas, pelo caminho, apenas migalhas encontrei.
E me diga, para quem não come há dias
Ou, até mesmo, por uma vida,
o que uma tal migalha não pareceria?
Eu te respondo.
Tudo, e de certa forma,
aquelas migalhas se tornaram meu mundo
Um curto
curto prazer
Quando você sumia,
eu só pensava em você
e naqueles segundos
era ótimo lhe ter.
Não, eu nunca tive você.
Afinal, o pão inteiro você nunca foi capaz de me fornecer.
Apenas migalhas, das quais tive que me contentar a ter.
Só que prometi a mim
que iria parar
e por migalhas nunca mais me humilhar.
Mas... e se todas essas migalhas eu consegui juntar,
será que um pão inteiro na minha mão haverá?
Não. Digo para mim outra vez:
eu mereço mais, e, se você não pode me dar,
saia agora, aqui você não deve ficar.
E, com isso,
sinto lhe informar:
fome, eu prefiro passar
do que as suas migalhas
novamente aceitar

Autora: Natyeli de Oliveira
(Adolescente Aprendiz, 2023)

RESUMO

SILVA, Tânia Mara. **Condições de trabalho e processos de adoecimento:** um estudo sobre as condições de trabalho de assistentes sociais na Política de Assistência Social na região de Campo Mourão e Cascavel. 2024. 277f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

Esta tese apresenta os resultados da pesquisa cujo tema é o trabalho de assistentes sociais na Política de Assistência Social (PAS). O objeto do estudo versa sobre a relação entre as condições de trabalho e o processo de adoecimento profissional, a partir do trabalho de assistentes sociais na PAS. O problema de pesquisa foi se construindo no processo de investigação, conduzido pela seguinte interrogação: as condições objetivas de trabalho de assistentes sociais na PAS podem desencadear um processo de adoecimento nas profissionais? Para tanto, delineou-se como objetivo geral conhecer a relação entre as condições objetivas de trabalho e o processo de adoecimento de assistentes sociais que atuam na PAS. Os objetivos específicos são: (a) mapear o trabalho das assistentes sociais, destacando as ações, atividades e estratégias interventivas nos espaços sócio-ocupacionais da PAS; (b) caracterizar as condições objetivas de trabalho das assistentes sociais na PAS; (c) identificar elementos desencadeadores do processo de adoecimento dessas trabalhadoras. O estudo dessa temática ganha relevância pela atual configuração dos espaços sócio-ocupacionais das assistentes sociais, na sua natureza, na dinâmica das requisições, atribuições, competências, condições de trabalho e situações de risco à saúde destas trabalhadoras, quer seja na gestão da política, quer seja na execução direta com os usuários nos diferentes serviços socioassistenciais. A gestão do trabalho na PAS e com isso, o trabalho de assistentes sociais, é algo que merece uma atenção especial, pois é considerada, ao lado de descentralização, financiamento e controle social, um dos eixos estruturantes da política e constitui-se como um determinante na ampliação do mercado de trabalho para a categoria profissional. A pesquisa orientou-se pela tese de que as transformações do mundo do trabalho, no capitalismo do século XXI, implicam em condições de trabalho precarizadas, intensificadas e flexíveis, que atingem a classe trabalhadora, e podem incidir em um processo de adoecimento de assistentes sociais, visto que essas condições perpassam as políticas sociais, espaço sócio-ocupacional de assistentes sociais. No modo de produção capitalista, a força de trabalho é tida como uma mercadoria, submetida às relações de compra e venda estabelecidas pelos capitalistas e/ou seus representantes, sendo, portanto, superexplorada e consumida de tal forma, que pode provocar um desgaste da força de trabalho. O trabalho de assistentes sociais acompanha o movimento do real. As profissionais estão sujeitas aos regramentos de compra, venda e exploração da força de trabalho, a exposição aos fatores de riscos para a sua saúde, dadas as condições de trabalho em que se inserem como trabalhadoras assalariadas. Desse modo, esta pesquisa efetivou-se por meio do referencial de análise com base em uma fundamentação crítica, considerando o movimento dinâmico, contraditório e histórico da sociedade. A pesquisa concentra-se no período de 2020 a 2023, incluindo, portanto, o contexto pandêmico provocado pela covid-19, que agudizou a crise estrutural já evidenciada na sociedade capitalista. Em relação aos procedimentos metodológicos, o processo de investigação e análise caracteriza-se pela abordagem qualitativa de forma a demonstrar criticamente os conhecimentos acumulados sobre o tema em questão. Os dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica,

especialmente, em obras que versam sobre o mundo do trabalho, o desgaste da força de trabalho, o trabalho de assistentes sociais e a PAS. Foram ainda consultados dados sobre a PAS, a caracterização dos municípios e as trabalhadoras do SUAS em *sites* de domínio público dos governos federal, estadual e nos portais dos municípios. A pesquisa envolvendo sujeitos foi aprovada pelo Comitê de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, instalado na Universidade Estadual de Londrina. Delimitou-se o estudo com assistentes sociais que atuam na PAS na região de Campo Mourão e Cascavel. A coleta de dados envolvendo os sujeitos foi realizada por meio da aplicação de um formulário on-line disponibilizado pelo Google Forms, divulgado mediante da técnica de amostragem não probabilística *snowball*, ou Bola de Neve, uma vez que se utilizam cadeias de referência para a localização dos sujeitos do estudo. O formulário foi preenchido por 44 respondentes. Um dos resultados da pesquisa a salientar refere-se à constatação de que as condições de trabalho de assistentes sociais na PAS acompanham a tendência da configuração do trabalho na sociedade do capital, marcado pelo direcionamento da precarização, intensificação e flexibilização. A precarização é marcada pela fragilidade das relações contratuais e trabalhistas, e baixos salários. A intensificação se manifesta pelas condições objetivas de trabalho por meio da estratégia de aumento do ritmo, velocidade e maior volume de atividades. A flexibilização está relacionada com a exigência de um novo perfil profissional, no contexto de cobrança por polivalência e multifuncionalidade, tendo como objetivo o aumento da produtividade e o alcance de metas quantitativas. A conjugação dessas características aumenta as condições para o desenvolvimento de um processo de desgaste de sua força de trabalho e adoecimento que nem sempre se manifestará por meio de uma patologia, mas por meio de uma sobrecarga, uma fadiga e estresse diante do volume de atividades sob a responsabilidade técnica, ética e política de assistentes sociais. A intensificação do trabalho é um fenômeno anterior à pandemia, mas, a partir dela, agudizaram-se os sinais de medo, insegurança e incertezas levando a um sofrimento no trabalho. Esse sofrimento está no reconhecimento dos limites do trabalho na PAS ante os desafios e complexidade das demandas postas à gestão e à oferta dos serviços socioassistenciais; pelo descompasso entre a cobertura, o alcance dos serviços prestados pela PAS e a desproteção da classe trabalhadora. O empobrecimento da classe trabalhadora tem sido real e crescido nos últimos anos, demandando uma maior procura pelos serviços e benefícios socioassistenciais. Contudo, ante o posicionamento do Estado de restringir o orçamento para a manutenção dos serviços sociais, a cobertura da proteção social não alcança todos os que dela necessitam, desconsiderando um dos princípios da PAS. Dessa forma, a classe trabalhadora sofre significativas perdas no tocante aos direitos sociais. Diante de uma prestação de serviços socioassistencial que revela a focalização e a seletividade como elementos de acesso e permanência de trabalhadores no atendimento, a PAS é atravessada de ambiguidades: apresenta como princípios a proteção social e o atendimento aos valores democráticos e, na mesma medida, a oferta de serviços socioassistenciais não alcança a crescente e complexa demanda. Ou seja, as políticas sociais que deveriam atender as necessidades apresentadas pela classe trabalhadora sofrem os golpes da proposta neoliberal e, conseqüentemente, afastam-se dos compromissos sociais, aos quais deveriam estar vinculadas. É nesse contexto que as expressões da questão social ganham maior visibilidade, requisitando às assistentes sociais um grande esforço teórico-metodológico, ético e político, no sentido da apreendê-la no movimento contraditório da sociedade, de modo a elaborar uma interpretação crítica do contexto da qual é parte. Ainda que os últimos anos tenham sido marcados pelos ajustes

neoliberais, o compromisso de assistentes sociais com uma perspectiva teórica, vinculada à apreensão crítica da realidade, impulsiona a busca de novos parâmetros de atuação, construídos de forma coletiva pela categoria, articulada aos movimentos sociais em defesa dos interesses e direitos da classe trabalhadora. Os resultados apontam que o aumento quantitativo do volume de trabalho, com as alterações dos procedimentos metodológicos, as mudanças no modo como o trabalho acontece, não apenas na pandemia, mas diante de todo o processo de desfinanciamento da PAS, não alcançando todos os/as trabalhadores/as que requisitam essa política, vão contribuir para os desgastes físico, emocional, cognitivo e ético dos profissionais, levando a um processo de adoecimento.

Palavras-chave: trabalho de assistente social; condições de trabalho; adoecimento; desgaste; Política de Assistência Social.

ABSTRACT

SILVA, Tânia Mara. **Working conditions and illness processes:** a study on the working conditions of social workers in social assistance policy in the Campo Mourão and Cascavel region. 2024. 277p. Thesis (Postgraduate in Social Work and Social Policy) – State University of Londrina, Londrina, 2024.

This Thesis presents the results of research whose theme is the work of social workers in social assistance policy. The object of study deals with the relationship between working conditions and the process of professional illness, based on the work of social workers in social assistance policy. The research problem was built in the investigation process, led by the question: can the objective working conditions of social workers in social assistance policy trigger a process of illness among professionals? To this end, the general objective was to understand the relationship between objective working conditions and the illness process of social workers who work in social assistance policy. The specific objectives are (a) to map the work of social workers, highlighting the actions, activities and intervention strategies in the socio-occupational spaces of social assistance policy; (b) characterize the objective working conditions of social workers in social assistance policy and, (c) identify the elements that trigger the illness process of these workers. The study of this theme gains relevance due to the current configuration of the social-occupational spaces of social workers, in their nature, in the dynamics of requests, assignments, competencies, working conditions and situations of risk to the health of these workers, whether in policy management, whether in direct implementation with users in the different social assistance services. The management of work in social assistance policy and thus, the work of social workers is something that deserves special attention, as it is considered, alongside decentralization, financing and social control, one of the structuring axes of the policy and constitutes itself as a determinant in expanding the job market for the professional category. The research was guided by the thesis that the current transformations in the world of work in capitalism imply precarious, intensified and flexible working conditions that permeate social assistance policy, as well as other social policies, and can affect a process of illness of social workers. In the capitalist mode of production, labor power is considered a commodity, subjected to buying and selling relations and, therefore, overexploited and consumed in a way that can cause a wastage of labor power. The work of social workers follows the movement of reality. Professionals are subject to the rules governing the sale and exploitation of labor, exposure to risk factors for their health, given the working conditions in which they operate as salaried workers. In this way, this study was carried out through the analysis framework based on a critical foundation, considering the dynamic, contradictory and historical movement of society. In relation to methodological procedures, the research and analysis process is characterized by a qualitative approach in order to critically review the accumulated knowledge on the topic in question. Data were collected through a bibliographical review, especially in works that deal with the world of work, the exhaustion of the workforce, the work of social workers and social assistance policy. Data on social assistance policy, the characterization of municipalities and SUAS workers were also consulted on public domain websites of the federal and state governments and on municipal portals. In relation to research with subjects, the study was limited to social workers who work in social assistance policy in the Campo Mourão and Cascavel region, the latter being approved by the Research Committee Involving Human Beings. The research focuses on the period from 2019 to 2023, therefore including the

pandemic context caused by Covid-19, which exacerbated the structural crisis already established in capitalist society. Thus, the research with subjects was carried out through the application of an online form made available by Google Forms, published using the non-probabilistic sampling technique snowball, or Snowball, as the most appropriate as it uses reference chains for locating the study subjects, with the participation of 44 respondents. As the main result of the research, it was found that the working conditions of social workers in social assistance policy follow the trend of work configuration in capital society, marked by the direction of precariousness, intensification and flexibility. Precariousness is marked by the fragility of contractual and labor relations and low wages. Intensification is manifested by objective working conditions through the strategy of increasing pace, speed and greater volume of activities. Flexibility is related to the requirement for a new professional profile, in the context of demanding versatility and multifunctionality, with the objective of increasing productivity and achieving goals. The combination of these characteristics increases vulnerability to the development of a process of exhaustion of the workforce and illness, which will not always manifest itself through pathology, but through overload, fatigue and stress. The intensification of work is a phenomenon prior to the pandemic, but since then, signs of fear, insecurity and uncertainty have intensified, leading to suffering at work. This suffering is due to the recognition of the limits of work in social assistance policy given the challenges and complexity of the demands placed on the management and provision of social assistance services; due to the mismatch between what is covered by social assistance policy and the lack of protection of the working class. The impoverishment of the working class has been real in recent years, demanding growth to support their condition of survival and income through social policies. However, given the State's position of budgetary restrictions for the maintenance of social services, social protection coverage does not reach everyone who needs it, contrary to one of the principles of social assistance policy. In this way, the population suffers significant losses in terms of social rights, due to policies that are often focused and selective, which do not meet democratic values and growing demand. The social policies that should serve this population suffer the blows of the neoliberal proposal and, consequently, move away from the social commitments, which should be *linked*. It is in this context that the expressions of the social issue gain greater visibility, requiring social workers to make a great theoretical-methodological effort, in order to understand it in the contradictory movement of society and to be able to develop a critical interpretation of the context to which it is part. Even though recent years have been marked by neoliberal adjustments, the commitment of social workers to a theoretical perspective *linked* to a critical apprehension of reality that drives the search for new parameters of action, constructed collectively as a category and which must be articulated with social movements in defense of the interests and rights of the working class. The results indicate that the quantitative increase in the volume of work, with changes in methodological procedures, changes in the way work takes place not only in the pandemic but in the face of the entire PAS defunding process whose reach will not reach all Workers who request this policy will contribute to the physical, emotional, cognitive and ethical exhaustion of professionals, leading to an illness process.

Keywords: social worker work; work conditions; illness; wear; social assistance policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento das comunicações do ENPESS 2016 e 2018 sobre adoecimento profissional	32
Quadro 2 – Fonte de dados utilizados pelos autores dos trabalhos completos do ENPESS 2016 e 2018	34
Quadro 3 – Vínculo da origem à publicação dos trabalhos completos do ENPESS.....	35
Quadro 4 – Levantamento de documentos, normativas e parâmetros que regulam a profissão de Serviço Social	36
Quadro 5 – Levantamento de normativas e documentos que regulam a PAS	37
Quadro 6 – Levantamento das normativas referente à regulação do trabalho no Brasil	38
Quadro 7 – Levantamento de normativas referente à saúde do trabalhador	39
Quadro 8 – Relação da população residente e a população inserida no Cadastro Único na região de Campo Mourão/PR.....	44
Quadro 9 - Relação da população residente e população inserida no Cadastro Único na região de Cascavel/PR	46
Quadro 10 – Distribuição de equipamentos da Política de Assistência Social por região.....	53
Quadro 11 – Relação do número de assistentes sociais, por município, segundo CadSUAS na região Campo Mourão/PR e Cascavel	55
Quadro 12 – Distribuição de assistentes sociais por equipamento socioassistencial, nas regiões de estudo	56
Quadro 13 – Distribuição das assistentes sociais participantes da pesquisa, segundo gênero, autodeclaração étnica e faixa etária	59
Quadro 14 – Distribuição das assistentes sociais por tempo de formação em Serviço Social, última titulação e exercício de cargo de chefia	61

Quadro 15 – Sobre o porte do município e o tempo de atuação na Política de Assistência Social	63
Quadro 16 – Categorias profissionais de trabalhadores/as do SUAS	138
Quadro 17 – Estruturação dos serviços socioassistenciais da PSB-CRAS, segundo o porte populacional	140
Quadro 18 – Estruturação dos demais serviços socioassistenciais da PSB	141
Quadro 19 – Composição da equipe de referência na PSE de média complexidade, na unidade socioassistencial CREAS	142
Quadro 20 – Composição da equipe de referência nos serviços da PSE de média complexidade	143
Quadro 21 – Composição da equipe de referência nos serviços da PSE de alta complexidade.....	144
Quadro 22 – Relação entre a distribuição de faixa salarial, forma de contratação e ocupação de cargo comissionado	151
Quadro 23 – Distribuição da carga horária compartilhada em mais de um serviço socioassistencial	152
Quadro 24 – Equipamentos e serviços onde trabalham assistentes sociais participantes da pesquisa	153
Quadro 25 – Assistentes sociais com vínculo de trabalho em mais de um município	155
Quadro 26 – Relação entre a carga horária semanal e o vínculo de trabalho	156
Quadro 27 – Frequência de trabalho das assistentes sociais fora da carga horária de trabalho	158
Quadro 28 – Exigências diária, semanal e mensal em relação ao trabalho	159
Quadro 29 – Sobre as intervenções realizadas no cotidiano profissional	163
Quadro 30 – Sobre as estratégia e procedimentos realizados no cotidiano profissional	164

Quadro 31 – Relação dos municípios contemplados com recursos Extraordinários para ações de enfrentamento da covid-19 no SUAS na região de Cascavel/PR	183
Quadro 32 – Relação dos municípios contemplados com recursos Extraordinários para ações de enfrentamento da covid-19 no SUAS na região de Campo Mourão/PR	184
Quadro 33 – Implementação de vigência do Auxílio-Emergencial	196
Quadro 34 – Pessoas elegíveis ao Auxílio-Emergencial na região de Campo Mourão e Cascavel	197
Quadro 35 – Quantitativo de pessoas elegíveis e de cadastros para averiguação na região de Campo Mourão/PR	201
Quadro 36 – Quantitativo de pessoas elegíveis e de cadastros para averiguação na região de Cascavel/PR.....	203
Quadro 37 – Atos normativos expedidos pelo governo federal com relação à reorganização da prestação dos serviços na PAS em período pandêmico	205
Quadro 38 – Alteração na metodologia de trabalho das assistentes sociais respondentes, por local de atuação na PAS, no período de covid-19	215
Quadro 39 – Distribuição das alterações na forma de realização e metodologia de trabalho das assistentes sociais no período pandêmico	216
Quadro 40 – Relação entre a quantidade e velocidade na realização do trabalho em relação às modalidades de atendimento no período da crise sanitária de covid-19	220
Quadro 41 – Relação entre os direitos trabalhistas e salário mensal em relação às modalidades de atendimento no período da crise sanitária de covid-19	221
Quadro 42 – Relação entre a disponibilidade de descanso e a necessidade de trabalhar fora do horário em relação às modalidades de atendimento no período da crise sanitária de covid-19	222

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Mapa com a localização geográfica das regiões em estudo 43
- Figura 2** – Dados sobre população ocupada, conforme pesquisa do IPEA 174
- Figura 3** – Variação de pessoas ocupadas no Brasil entre 2021 e 2022, com base na pesquisa Dieese 175
- Figura 4** – Variação de rendimentos, com base na pesquisa Dieese 176
- Figura 5** – Evolução da quantidade de pessoas por família cadastrada 200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Repasse de Recursos Extraordinários para ações de enfrentamento da covid-19 no SUAS	182
--	-----

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CadSUAS	Cadastro do Sistema Único de Assistência Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico
CEP	Código de Ética Profissional
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CID	Classificação Internacional de Doenças
CLT	Consolidação das Lei de Trabalho
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DMST	Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
ENEPSS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEI	Microempreendedor Individual
OMS	Organização Mundial da Saúde
NRs	Normas Regulamentadoras
NUCRESS	Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social
PAS	Política de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
RET	Rede de Estudos do Trabalho
SEDEF	Secretaria de Desenvolvimento Social e Família
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
1.1.1	Revisão Bibliográfica	29
1.1.2	Caracterização da região e da prestação dos serviços socioassistenciais da Política de Assistência Social nas regiões de Campo Mourão e Cascavel	41
1.1.3	Apresentação dos Sujeitos da Pesquisa	57
2	TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E O MUNDO DO TRABALHO: OS RISCOS DE UMA SOCIEDADE EM ADOECIMENTO	67
2.1	TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	68
2.2	O SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO EM SERVIÇOS	83
2.3	TRABALHO E PROCESSO DE ADOECIMENTO: UMA RELAÇÃO INVISÍVEL	106
3	O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PARANÁ NAS REGIÕES DE CAMPO MOURÃO E CASCAVEL	125
3.1	A GESTÃO DO TRABALHO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	126
3.2	CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS REGIÕES DE CAMPO MOURÃO E CASCAVEL	149
3.3	AÇÕES, ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS EXECUTADAS POR ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	160
4	TRABALHO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PERÍODO PANDÊMICO	168
4.1	A PANDEMIA E O TRABALHO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO	169
4.2	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19.....	179
4.2.1	Recursos extraordinários da Portaria MC n.º 369/2020 e Portaria MC n.º 378/2020.....	180
4.2.2	Auxílio Emergencial	192
4.2.3	Alterações na forma de gestão e organização da Política de Assistência Social em tempos de pandemia de Covid-19.....	204

4.3	O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PAS EM TEMPO DE PANDEMIA DE COVID-19.....	212
-----	--	-----

PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS APÓS A PANDEMIA - CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
--	------------

REFERÊNCIAS	233
--------------------------	------------

APÊNDICES

Apêndice A – Ficha Catálogo dos trabalhos completos do ENPESS.....	249
Apêndice B – Formulário <i>on-line</i> de pesquisa com assistentes sociais pela plataforma <i>Google Forms</i>	262

ANEXOS

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEP.....	271
--	-----



Operários (1933), Tarsila do Amaral
(Disponível em: www.campanicultural.com.br/2013/05/o-trabalhador-na-arte.html)

1 INTRODUÇÃO

*Por muita fome passei
e um delicioso pão desejei
mas, pelo caminho, apenas migalhas encontrei.
(Natyale de Oliveira)*

Migalhas, substantivo feminino que remete àquilo que não é aproveitado, desprezível e sem importância. Palavra pesada para um poema, que a princípio foi pensado para descrever uma relação amorosa, mas, ao ouvir a sua declamação, proferida pela própria autora, uma jovem adolescente aprendiz em seu processo de formação, ganhou um novo significado em meio a construção desta tese. Aquilo que antes foi projetado para caracterizar relações afetivas direcionou-se à reflexão das relações e condições objetivas às quais a força de trabalho humana está submetida. Longe do romance, na vida real, ao trabalhador, a riqueza por ele produzida pode se apresentar como migalhas, na medida em que se baseia em relações de exploração e mercadorização, restando-lhe o mínimo necessário à sua sobrevivência. Ou ainda, o quanto a força de trabalho humana pode ser reduzida a migalhas, quando o seu potencial não é valorizado, reconhecido e remunerado, restando ao trabalhador “[...] se manter e se desenvolver de forma precária” (Marx, 2017, p. 211).

É nesse contexto do capitalismo neoliberal, marcado pelas privatizações e mercantilização, que a desregulamentação de direitos trabalhistas e sociais se apresenta à classe trabalhadora, por meio de relações e condições de trabalho precarizadas; o trabalho é intensificado em seu ritmo e aumento de jornada, e as atividades flexibilizadas com o acúmulo de funções. A tríade precarização-intensificação-flexibilização é evidente no mundo do trabalho¹ e, a partir desses elementos, podem ser desencadeados processos de adoecimento de trabalhadores e trabalhadoras. Essa condição está presente na área da indústria, da agricultura e de serviços, onde se insere o trabalho nas políticas sociais, alcançando, portanto, todas as categorias profissionais, inclusive, assistentes sociais.

Isso porque o Serviço Social brasileiro, reconhecido como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, está imerso nas transformações societárias resultantes da complexificação da sociedade capitalista. Portanto, não pode ser

¹ Utilizamos, neste material, a expressão "o mundo do trabalho", com base nas publicações de Ricardo Antunes, buscando entender a nova morfologia do trabalho em direção à compreensão efetiva de quem é a classe trabalhadora.

pensado de forma isolada da conjuntura sócio-histórica na qual se insere. As transformações do mundo do trabalho incidem no trabalho de assistentes sociais com uma tendência de substituição do trabalho assalariado ao exercício de atividades profissionais sem a cobertura de vínculos trabalhistas, por meio da prestação de serviços, com remuneração por tarefas e/ou atividades, refletindo as novas determinações e expressões precarizadas do mundo do trabalho.

É sobre isso que trata esta tese, por meio da qual apresentamos os resultados de uma pesquisa que tem como tema balizador o trabalho e os processos de adoecimento de assistentes sociais² na PAS. A determinação de estudo das trabalhadoras assistentes sociais que atuam na PAS deve-se ao fato da referida política ser um importante espaço sócio-ocupacional para as profissionais. De acordo com Raichelis (2011, p. 54), “a assistência social é um setor intensivo de força de trabalho humana”, dada a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que estabelece como uma de suas diretrizes a organização dos serviços socioassistenciais nos municípios brasileiros.

As razões para a elaboração desta tese decorre do meu trabalho como assistente social. Ao integrar a equipe multiprofissional da Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho (DMST) da Prefeitura Municipal de Campo Mourão, nos anos de 2014 a 2016, uma das funções exercida foi a de estabelecer contato com trabalhadoras concursadas e celetistas que procuravam atendimentos para solicitação de licenças, tanto aquelas para tratamento de saúde, quanto às licenças para acompanhamento de familiares adoecidos. A maior demanda de solicitações estava relacionada aos afastamentos decorrentes de licença para tratamento de saúde, tanto de profissionais da área da educação, quanto da assistência social, realidade que instigou a realizar um conjunto de atividades profissionais, por meio de abordagens individuais e grupais junto a esses trabalhadores/as.

Foi ainda nesse período que participei de um Simpósio em Maringá, no Paraná, em 2016, sobre a saúde do trabalhador, suscitando os primeiros contatos teóricos com o tema do adoecimento de trabalhadores/as, em especial, por participar como ouvinte em uma palestra proferida por Edith Selligmann-Silva e Ricardo Antunes. O trabalho realizado na DMST e a participação nesse Simpósio estimularam a busca por conhecimentos, fundamentados teoricamente, o que contribuiu para compreender o

² A pesquisa vincula-se à linha “Serviço Social e Trabalho” do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, da Universidade Estadual de Londrina.

processo de adoecimento de trabalhadores que atuam nas políticas sociais, qualificando também o direcionamento, o planejamento e a execução das ações profissionais.

Em 2017, fui transferida para a Secretaria Municipal de Assistência Social em razão de mudança da administração municipal. Na referida Secretaria, atuei na coordenação dos serviços da Proteção Social Básica (2017-2018), na Vigilância Socioassistencial (2019-2022) e na direção geral da Secretaria (desde 2022). O exercício profissional nessas funções possibilitou consolidar a atuação como trabalhadora do SUAS, na contradição entre ser uma política inserida no campo dos direitos sociais e, ao mesmo tempo, limitada à provisão de necessidades básicas, marcada pelos resquícios históricos do assistencialismo e clientelismo.

Paralelamente às atividades como assistente social na prefeitura, exerci a função de docente no ensino superior no período de 2012 a 2021, em uma faculdade privada³. A referida experiência favoreceu a construção de relações profissionais com assistentes sociais de diferentes municípios das regiões circunvizinhas. Além disso, a participação ativa em atividades do Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS), na região de Campo Mourão, permitiu a inserção em grupos de estudos, intermediados pelos grupos em redes sociais, por exemplo o WhatsApp, o que favoreceu o compartilhamento de diferentes experiências, dilemas e conquistas que perpassam o cotidiano profissional. Assim, a experiência de trabalhadora do SUAS e a vinculação às instâncias organizativas da categoria possibilitaram a identificação de questões que desencadearam a construção do objeto de estudo e do problema de pesquisa desenvolvidos na tese.

Dessa forma, tomamos como objeto de estudo a relação entre as condições de trabalho e o processo de adoecimento profissional, a partir do trabalho da assistente social na PAS. O problema da pesquisa foi se construindo no processo de investigação, conduzido pela interrogação: as condições objetivas de trabalho de assistentes sociais na PAS podem desencadear um processo de adoecimento nas profissionais? De acordo Pontes (2008), o conhecimento acerca do objeto se dá por aproximações sucessivas, históricas e provisórias, tornando-se necessário revisitá-lo,

³ A atuação na docência ocorreu junto ao Colegiado do Curso de Serviço Social, ministrando disciplinas do núcleo de fundamentação do trabalho profissional, e em demais colegiados, como nos cursos de Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, Tecnologia em Estética e Cosmética, com disciplinas voltadas ao âmbito das políticas públicas.

desvendar e explicitar os elementos constitutivos, “[...] como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Marx, 2011, p. 54). Com isso, buscamos a aproximação ao objeto, principalmente, sobre as configurações, condições e relações de trabalho de assistentes sociais diante das transformações no mundo do trabalho conduzidas pela reestruturação produtiva que impõe novas formas de produção, circulação de mercadorias, gestão e organização do trabalho. A aproximação com o cotidiano profissional dessas trabalhadoras, na execução de ações e estratégias interventivas nos serviços ofertados pela PAS, possibilitou a construção de um conjunto de reflexões, partindo das condições objetivas de trabalho das assistentes sociais, bem como dos elementos que configuram a gestão do trabalho e a gestão da prestação de serviços socioassistenciais, que, em uma certa medida, podem desencadear um processo de adoecimento.

A partir desses elementos, a pesquisa foi direcionada ao estudo das condições de trabalho, tanto na dimensão objetiva quanto subjetiva, uma vez que contribuem para o entendimento do processo de adoecimento profissional. Com base em Dejours (2015), as condições objetivas de trabalho são entendidas como aquelas relativas à produção material da sociedade, na qual se encontram a propriedade dos meios de produção, a intensidade e a duração das atividades desenvolvidas, e condições materiais, incluindo-se o ambiente físico, a higiene e a segurança do ambiente de trabalho. Já as condições subjetivas são aquelas relativas aos sujeitos, que decorrem da divisão das tarefas e organização do trabalho, como o conteúdo das tarefas a serem desempenhadas, os sistemas hierárquicos das organizações, as relações de trabalho que envolvem relações de poder e/ou laços de solidariedade. Nesse mesmo direcionamento, Guerra (2017, p. 1) também define que as:

[...] condições objetivas são aquelas relativas à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material. Por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho.

Sobre o adoecimento na sua relação com o trabalho, consideramos que é desenvolvido de forma processual, a partir do desgaste da força de trabalho, tendo como referência os estudos de Seligmann-Silva (2011). Para a autora, as capacidades humanas vitais são consumidas pelo processo de trabalho e indicam uma correlação desigual de poderes entre classes sociais. Isso nos remete à categoria trabalho como

determinante do processo saúde e adoecimento de trabalhadores/as, decorrentes da contradição central situada na relação capital e trabalho, na “[...] correlação de poderes e forças em que o executante do trabalho se torna perdedor” (Seligmann-Silva, 2011, p. 135), sendo, portanto, “inaceitável entender como natural adoecer no e pelo trabalho” (Wunsch; Mendes, 2019, p. 24). Desse modo, condições de trabalho e processo de adoecimento não podem ser dissociados.

Reconhecemos a relevância dessa discussão a partir da atual configuração dos espaços sócio-ocupacionais das assistentes sociais⁴, na sua natureza, na dinâmica das requisições, atribuições, competências, condições de trabalho e situações de risco à saúde dessas trabalhadoras, quer seja na gestão da política, quer seja na execução direta com os usuários nos diferentes serviços socioassistenciais. A gestão do trabalho na PAS e, com isso, o trabalho de assistentes sociais, é algo que merece uma atenção especial, pois é considerada, ao lado de descentralização, financiamento e controle social, um dos eixos estruturantes da política e constitui-se como um determinante na ampliação do mercado de trabalho profissional para a categoria profissional. Assim, esta pesquisa, ancorada no movimento sócio-histórico, tem como objetivo geral conhecer a relação entre as condições objetivas de trabalho e o processo de adoecimento de assistentes sociais que atuam na PAS.

Em relação aos objetivos específicos foram estabelecidos para o desenvolvimento da pesquisa: (a) mapear o trabalho das assistentes sociais, destacando as ações, atividades e estratégias interventivas nos espaços sócio-ocupacionais da PAS; (b) caracterizar as condições objetivas de trabalho das assistentes sociais na PAS; (c) identificar elementos desencadeadores do processo de adoecimento dessas trabalhadoras.

Diante disso, defende-se que as transformações do mundo do trabalho no capitalismo do século XXI implicam em condições de trabalho precarizadas, intensificadas e flexíveis, que atingem a classe trabalhadora e podem incidir em um processo de adoecimento de assistentes sociais, visto que essas condições perpassam as políticas sociais, espaço sócio-ocupacional de assistentes sociais. O

⁴ A divisão sociossexual do trabalho caracteriza-se por ser desigual e diferenciada entre homens e mulheres. Neste material, contemplar-se-á a dimensão de gênero. A categoria profissional de assistentes sociais é historicamente marcada pela predominância de profissionais do gênero feminino, conforme pesquisa realizada pelo CFESS-CRESS, em 2014 e 2022, perfazendo um percentual de 97% e 92,2%, respectivamente. Optamos por padronizar a escrita, na linguagem, do gênero feminino para nos referir às/aos assistentes sociais, uma vez que as participantes da pesquisa, majoritariamente, reconhecem-se como mulheres.

trabalho é vital e indispensável à existência do homem (Marx, 2017). Para o ser humano existir e se reproduzir, é necessário o dispêndio de energia da força de trabalho no ato de trabalhar. No modo de produção capitalista, a força de trabalho é tida como uma mercadoria, submetida às relações de compra e venda estabelecidas pelos capitalistas e/ou seus representantes, sendo, portanto, superexplorada e consumida de tal forma que pode provocar um desgaste da força de trabalho. O trabalho de assistentes sociais acompanha o movimento do real. As profissionais estão sujeitas aos regramentos da venda e exploração da força de trabalho, à exposição aos fatores de riscos para a sua saúde, dadas as condições de trabalho em que se inserem como trabalhadoras assalariadas. Dessa maneira, apresentamos as aproximações analíticas, a partir da pesquisa realizada para fins de construção da tese de doutorado, e o percurso metodológico percorrido.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entende-se a pesquisa como “[...] uma atividade científica básica que, através da indagação e (re)construção da realidade [...]” (Lima; Miotto, 2007, p. 39), caracterizada pela busca e aproximações sucessivas às determinações constitutivas da realidade. Deve estar alinhada a uma atitude investigativa, compreendida como componente fundamental para aquisição de conhecimentos, devendo ser desenvolvida pelas assistentes sociais, tanto no âmbito acadêmico quanto nos espaços de intervenção profissional. Conforme Marsiglia (2009), o Serviço Social, além de uma profissão interventiva, também produz conhecimento dado que o “trabalho no cotidiano permite uma observação muito próxima dos fenômenos que estão ocorrendo” (Marsiglia, 2009, p. 385). Portanto, é fundamental a reflexão contínua sobre a sociedade capitalista, a formação, a investigação e o trabalho profissional, em uma perspectiva sócio-histórica.

Nesse sentido, na construção desta tese, elencamos como referencial de análise uma fundamentação teórica crítica, considerando-se o movimento dinâmico, contraditório e histórico da realidade, tendo como ponto de partida a análise das transformações do capital e do mundo do trabalho. A atual conjuntura de acumulação flexível, marcada pelo trabalho intenso e digital, tem implicado em alterações no mercado de trabalho, incidindo fortemente sobre as profissões e no perfil do trabalhador (Antunes, 2018; Alves, 2022; Dal Rosso, 2013).

No desenvolvimento de pesquisa, é importante a escolha cuidadosa dos procedimentos metodológicos, de forma a percorrer um caminho que permita desvendar mediações constitutivas da realidade, as quais contribuam para a produção de conhecimento. Frente a isso, a metodologia orientadora do processo de investigação e análise realizada caracteriza-se pela abordagem qualitativa, na medida em que se almeja alcançar um maior conhecimento da realidade, objetivando desvendar e analisar o problema pesquisado. Parte de um fundamento teórico-crítico que permite “[...] desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referente a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação” (Minayo, 2014, p. 57). Para a autora, por meio da pesquisa qualitativa, é possível rever criticamente o conhecimento acumulado sobre o tema em pauta, com o uso de procedimentos para a descrição, interpretação e atribuição de significados. Por isso, podemos ainda classificá-la como uma pesquisa de caráter descritivo e explicativo, pois se pretende identificar, descrever e analisar as características que contribuem para a ocorrência de determinada situação.

A pesquisa concentra-se no período de 2020 a 2023, incluindo, portanto, o contexto pandêmico provocado pela covid-19, que aguçou a crise estrutural já instaurada na sociedade capitalista. Os dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica, especialmente, em obras que versam sobre o mundo do trabalho, o desgaste da força de trabalho, o trabalho de assistentes sociais e a PAS. Foram ainda consultados dados sobre a PAS, a caracterização dos municípios e as trabalhadoras do SUAS, em *sítes* de domínio público dos governos federal e estadual, e nos portais dos municípios. A pesquisa envolvendo sujeitos foi iniciada após a aprovação do Comitê de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos⁵, instalado na Universidade Estadual de Londrina.

⁵ Projeto de pesquisa aprovado conforme Parecer n.º 4.948.894, emitido em 02 de setembro de 2021.

1.1.1 Revisão Bibliográfica

A revisão bibliográfica é o processo de aproximação, análise e descrição do conhecimento do objeto a partir de fontes bibliográficas (Lima; Miotto, 2007), com a finalidade de construção de uma contextualização para o problema de pesquisa e análise das suas possibilidades presentes na literatura. Esse procedimento foi realizado durante todo o processo de estudo e construção desta tese, possibilitando um amplo alcance de informações, agregando novas ideias e descobertas construídas na direção à aproximação ao objeto e busca de respostas ao problema pesquisado. À medida que o processo de investigação foi tomando direção, novos textos e autores foram sendo agregados para fundamentar e consolidar os argumentos construídos pela pesquisadora. O material consultado para a construção do referencial teórico da pesquisa foram livros, artigos publicados em periódicos, teses, dissertações e seminários digitais disponibilizados em sites de compartilhamento de vídeos e *lives*⁶ hospedadas no YouTube.

Por meio dessa metodologia de revisão bibliográfica, foi possível adensar o contato com as obras de autores que discutem sobre a complexidade das relações de trabalho e as implicações para a saúde de trabalhadores, por exemplo, Dejours (2015) e Laurell (1978). A busca por fundamentação teórica permitiu o conhecimento da pesquisadora da Rede de Estudos do Trabalho (RET), de Giovanni Alves, e o acompanhamento das publicações de vídeos e livros na página da RET, na internet e pelo canal do Youtube. Em relação à perspectiva do Serviço Social sobre o tema, o contato foi realizado por meio das leituras de publicações de livros e artigos em periódicos, tais como Lourenço (2016); Mendes e Wunsch (2019); Raichelis, Vicente e Albuquerque (2018).

A partir do conhecimento dessa base teórica sobre as relações de trabalho e o processo de adoecimento de trabalhadores, procuramos identificar como a temática do adoecimento tem sido discutida por pesquisadores e pesquisadoras da área do Serviço Social. Assim, optamos pela seleção de publicações de comunicações orais apresentadas em eventos promovidos pelas entidades nacionais da categoria, dentre as quais elegemos o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) de 2016 e 2018. A escolha desse Encontro foi baseada na sua importância

⁶ *Live* é uma transmissão ao vivo de vídeo e áudio pela internet, geralmente, feita por meio das redes sociais e que permite a interação dos participantes.

como evento de pesquisa nacional, realizado desde a década de 1990, a cada dois anos. O ENPESS é reconhecido ainda por sua relevância como o principal espaço de debate acadêmico científico e profissional, que contribui com a formação continuada e produção científica na área de Serviço Social, por meio da socialização de resultados de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa da CAPES, mestrandos, doutorandos e assistentes sociais que atuam em diferentes campos ocupacionais.

Em 2016, foi realizada a XV edição do ENPESS na cidade de Ribeirão Preto/SP, sob o tema “20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional – reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS”, contando com 1.031 trabalhos completos na modalidade de comunicações orais. Em 2018, o ENPESS foi realizado em Vitória/ES, sendo a XVI edição, sob o tema “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social”, contando com 1.155 trabalhos completos na modalidade de comunicações orais. Em 2020, dada a pandemia da covid-19 e as recomendações sanitárias de isolamento social e suspensão de atividades coletivas como forma de mitigar o contágio pelo vírus, o evento não foi realizado. Nas edições do ENPESS selecionadas para essa pesquisa, 2016 e 2018, foram publicados 2.186 trabalhos completos na modalidade de comunicações orais, sendo os anais disponibilizados aos participantes do evento no formato CD-ROM⁷.

O recorte temporal das edições do ENPESS 2016 e 2018 justifica-se por ser o período em que se inicia a vigência da Emenda Constitucional n.º 95 de 15 de dezembro de 2016 (Lei do Teto do Gasto Público), que congelou por vinte anos os recursos públicos destinados ao financiamento das políticas sociais, implicando em mudanças nas bases do sistema de proteção social, alienando direitos sociais e aprofundando a precarização do trabalho no serviço público, local onde as assistentes sociais desenvolvem o seu trabalho.

Uma vez levantado o número de comunicações orais, iniciamos a leitura de reconhecimento do material e a busca pela coleta de dados. Em um primeiro momento, a meta era identificar e selecionar o material que contivesse, nos títulos, resumos, palavras-chave ou até mesmo no corpo do texto, os descritores

⁷ O acesso digital aos anais do ENPESS de 2016 e 2018 também não se encontram disponíveis na internet. Dessa forma, entrei em contato com colegas assistentes sociais que participaram destes eventos e solicitei o empréstimo do CD-ROM para ter acesso às comunicações orais.

“adoecimento”, “desgaste”, “saúde do/ trabalhador/a”, “sofrimento”, “fadiga”, “esgotamento”, “cansaço”. Convém ressaltar que, na aproximação inicial com as comunicações orais do ENPESS, percebemos uma diversidade de discussões associadas ao processo de adoecimento. No entanto, essas comunicações não foram selecionadas para estudo por não apresentarem uma discussão sobre o trabalho e o processo de adoecimento de assistentes sociais na medida em que estavam direcionadas às: (a) condições objetivas de trabalho e adoecimento de outras categorias profissionais, como metalúrgicos, portuários, bancários, trabalhadores na limpeza, servidores públicos, magistrados, docentes, entre outros; (b) precarização do mundo do trabalho e o rebatimento nas políticas sociais; (c) discussões sobre assédio moral, assédio sexual e questões de gênero; (d) atuação profissional no âmbito da saúde do trabalhador e em comissões internas de prevenção de acidentes.

Em relação ao objeto desta pesquisa, foram identificadas e selecionadas 25 comunicações orais que tratam do processo de adoecimento de assistentes sociais. Para sistematização e análise, de forma a buscar o aprofundamento teórico nas discussões relacionadas a adoecimento profissional, saúde do/a trabalhador/a, as transformações do mundo do trabalho e sua incidência sobre a classe trabalhadora, realizamos a leitura e o levantamento de dados. As primeiras informações coletadas nos trabalhos completos foram registradas em um formulário denominado “Ficha Catálogo” (Apêndice A) com um código contendo o ano da publicação seguido da letra E (de ENPESS) e um número de identificação, em ordem sequencial, tal como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Levantamento das comunicações do ENPESS 2016 e 2018 sobre adoecimento profissional

Código	Título
2016E001	Trabalho e sofrimento de assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais de Parintins-AM
2016E002	O Serviço Social no campo da saúde do trabalhador/a: uma análise da atuação profissional
2016E003	Espaços sócio-ocupacionais, condições de trabalho e agravos à saúde de assistentes sociais na contemporaneidade
2016E004	O projeto ético-político e o trabalho assalariado dos/as assistentes sociais em tempos de crise do capital
2016E005	Sobre o sofrimento no trabalho: um estudo com assistentes sociais na área da habitação
2016E006	Trabalhar mais e mais rápido, cumprir metas, adoecer... desvelando o trabalho do assistente social
2016E007	Debatendo o assédio moral no âmbito do Serviço Social
2016E008	Intensificação do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior em São Paulo
2016E009	Precarização do trabalho no Tribunal de Justiça de Minas Gerais
2018E010	O sofrimento do assistente social no âmbito do SUAS
2018E011	Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: análise de indicadores nacionais, estaduais e regionais
2018E012	Trabalho profissional e gerencialismo: um debate sobre o Serviço Social em espaços sócio-ocupacionais reestruturados
2018E013	“A cidade que é um país!”: o trabalho de assistentes sociais no SUAS na cidade de São Paulo
2018E014	Trabalho docente em Serviço Social: uma análise a partir da interiorização dos cursos de Serviço Social no Estado do Ceará
2018E015	Mutações no mundo do trabalho e suas repercussões no Serviço Social
2018E016	O mercado de trabalho profissional e os desafios frente à contrarreforma trabalhista
2018E017	O trabalho de assistentes sociais nas políticas urbanas, habitacionais e de saneamento, em Salvador/BA
2018E018	Os impactos das condições de trabalho sobre a saúde de assistentes sociais que atuam na área da seguridade social no estado do Pará
2018E019	O processo de adoecimento do assistente social: os rebatimentos das transformações societárias na saúde do trabalhador
2018E020	A redução da carga horária de trabalho do assistente social e seus impactos na área da saúde
2018E0f21	Experiência profissional na esfera estatal e na esfera privada: limites e desafios
2018E022	Configuração do trabalho docente em Serviço Social: desafios, particularidades e possibilidades em um município norte mineiro
2018E023	As metamorfoses do mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho profissional do assistente social no Instituto Federal de São Paulo: algumas considerações
2018E024	O trabalho do professor substituto na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: desafios frente à precarização
2018E025	Extensão Ifetiana no Brasil: componentes do processo de precarização do trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Fonte: Sistematização da autora baseado nos Anais do ENPESS 2016 e 2018, extraído do CD-ROM (2023).

A revisão bibliográfica nos permitiu verificar que a palavra-chave “adoecimento” é o que mais aparece nos trabalhos, havendo um leve crescimento no número de publicações do ENPESS de 2016 para o ENPESS de 2018, revelando uma preocupação da categoria com a temática, ou seja, de nove publicações, na edição de 2016, para 16, em 2018. Esse primeiro indício nos motivou e instigou-nos a conhecer e a aprofundar o tema, dada a evidência da sua relevância, o que nos impulsionou a construir e dar sequência à pesquisa.

Em seguida observamos que os unitermos “desgaste”, “cansaço”, “sofrimento no trabalho” e “saúde de trabalhadores/as” também aparecem de forma significativa nas comunicações orais, nas duas edições. Assim, temos como indicativo a pertinência em relação ao estudo do tema, visto que desgaste, cansaço e sofrimento decorrem do trabalho precarizado e intensificado no atual estágio do capital e têm interferido na qualidade de vida e no processo de adoecimento de trabalhadores, o qual discutiremos com maior aprofundamento teórico a partir do segundo capítulo.

Um outro indício observado é que as publicações discutem sobre as condições de trabalho e o processo de adoecimento de assistentes sociais em diferentes campos ocupacionais, dentre eles, no trabalho docente de instituições privadas e públicas; em empresas privadas; nos serviços públicos. Esses campos ocupacionais estão vinculados às políticas de Seguridade Social, na qual se incluem assistência social, previdência social e saúde; às políticas urbanas de habitação e saneamento; à política de educação e ao Poder Judiciário. Em relação à PAS, encontramos três comunicações que discutem sobre o trabalho da assistente social no SUAS, com ênfase na complexidade do que significa ser um trabalhador da PAS atualmente e os desafios encontrados no cotidiano do exercício profissional nesse sistema de proteção social.

Em relação à territorialidade, as discussões concentram-se sobre o trabalho de assistentes sociais em território nacional, mas destaca-se a atuação em estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Amazonas, Pará e Distrito Federal. Não foram encontrados trabalhos completos que discutem o adoecimento na atuação das assistentes sociais no Paraná.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados pelos autores dos trabalhos completos, a predominância é da pesquisa bibliográfica, estando presente em todas as comunicações orais, tanto de forma exclusiva, como em pesquisas de forma combinada. Foram encontrados doze trabalhos realizados por meio de pesquisa

de campo, cujos sujeitos foram assistentes sociais, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Fonte de dados utilizados pelos autores dos trabalhos completos do ENPESS 2016 e 2018

Procedimento	Quantidade de trabalhos completos
Pesquisa bibliográfica	9
Pesquisa bibliográfica e Pesquisa Documental	3
Pesquisa bibliográfica, Pesquisa Documental e Pesquisa de Campo	3
Pesquisa bibliográfica e Pesquisa de Campo	9
Não registrou	1

Fonte: Sistematização da autora com base nos trabalhos completos publicados no ENPESS de 2016 e 2018 (2023).

Foi possível verificar que, na pesquisa bibliográfica realizada pelos autores dos trabalhos completos, a construção da argumentação e fundamentação sobre o processo de adoecimento associado ao conceito de sofrimento foi realizada a partir dos estudos de sofrimento mental de Dejours (2011); da transformação do sofrimento em adoecimento, segundo Brant e Minayo-Gomes (2004); do processo de produção e saúde, de Laurell e Noriega (1989); e do desgaste físico e mental, conforme Selligmann-Silva (2011).

Em relação às transformações do mundo do trabalho, as comunicações orais apresentam em comum o recorte temporal da década de 1970, período este marcado pela reestruturação produtiva do capital e precarização do trabalho, tendo como referência Antunes (2001, 2011); o processo de intensificação do trabalho de Dal Rosso (2008) (2013); Druck (2011; 2013); e sobre o gerencialismo no serviço público, com base em Gaulejac (2007) e Alves (2009). Com um número menor de fundamentação, porém não menos importante, encontramos fontes de dados relacionadas a estudos da assistente social como trabalhadora assalariada, com base em Raichelis (2011) e Raichelis e Silva (2015); Vicente (2015, 2018).

A leitura e o levantamento de dados nos permitiram identificar que os autores utilizados nos trabalhos completos publicados no Anais do ENPESS, nas duas edições, coincidem com os autores com que tínhamos o contato inicial na revisão bibliográfica. Por meio da consulta às referências bibliográficas dos trabalhos completos, buscamos identificar outros autores, artigos, periódicos, livros, que pudessem contribuir com as reflexões, instigando e adensando o conhecimento pelo

tema em estudo. Assim, compõem a base analítica⁸ da revisão bibliográfica desta tese os trabalhos completos do ENPESS, os livros e artigos estudados, listados nas “Referências”. No tocante à vinculação que originou a publicação dos trabalhos completos, embora nem todos informem, identificamos terem sido realizados a partir de grupos de pesquisa e produtos de trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Vínculo da origem da publicação dos trabalhos completos do ENPESS

Vinculação	Quantidade de trabalhos completos
Grupos de estudo e pesquisa	7
Relatos de experiência	4
Produto de Iniciação Científica	1
Produtos de trabalhos de graduação - Monografia	1
Produtos de trabalhos de pós-graduação - Dissertação	1
Produtos de trabalhos de pós-graduação - Tese	3
Não informou	8

Fonte: Sistematização da autora com base nos trabalhos completos publicados no ENPESS de 2016 e 2018 (2023).

Assim, evidencia-se que a discussão tem predominância no campo acadêmico de relatos de experiência, muito embora a pesquisa não deva se restringir à universidade. O Serviço Social é uma profissão que tem em sua natureza uma dimensão interventiva e investigativa, sendo “[...] fundamental ao seu desenvolvimento que haja uma reflexão contínua sobre a sua prática, como uma forma de produzir conhecimento, tão importante quanto a pesquisa acadêmica” (MARSIGLIA, 2009, p. 384).

Além da identificação dessas características gerais dos trabalhos completos, a leitura, a coleta e a sistematização dos dados também permitiram organizar três direcionamentos sobre o tema das condições objetivas de trabalho e o processo de adoecimento profissional, a saber: (a) como os autores explicam o processo de adoecimento profissional; (b) os elementos desencadeadores do processo de adoecimento; (c) as principais manifestações de como o adoecimento se revela a partir das condições objetivas e subjetivas de trabalho. Esses três direcionamentos serão abordados e aprofundados no decorrer desta tese, sobretudo, a partir do segundo capítulo, uma vez que a revisão bibliográfica nos permitiu identificar que a

⁸ As comunicações orais que não discutem o processo de adoecimento da assistente social foram utilizadas como base empírica para a aproximação aos conceitos que perpassam a discussão do desgaste da força de trabalho e adoecimento profissional.

discussão sobre o processo de adoecimento da assistente social pelas condições de trabalho na PAS não é detalhada, nem aprofundada, reconhecendo, dessa forma, a urgência de produção de novos conhecimentos sobre a gestão do trabalho no SUAS.

Como parte da revisão bibliográfica, realizamos, ainda, o levantamento de documentos como forma de buscar informações para o entendimento e análise do problema de pesquisa (Michel, 2015). Por conseguinte, recorreremos a consulta e estudo de dados, portarias, resoluções, decretos e instruções normativas disponíveis em *sites* dos governos federal, estadual e municipais, a fim de subsidiar a análise desenvolvida e os resultados alcançados nesta pesquisa. Os documentos e normativas apresentadas no Quadro 4 versam sobre a profissão do Serviço Social, envolvendo a regulação do trabalho da assistente social. Foram consultados atos normativos e notas técnicas expedidas e disponíveis no *site* do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Quadro 4 – Levantamento de documentos, normativas e parâmetros que regulamentam a profissão do Serviço Social

Título	Disposição	Link
Lei n.º 8.662 de 07 de junho de 1993	Dispõe sobre a profissão de assistente social, já com a alteração trazida pela Lei n.º 12.317, de 26 de agosto de 2010.	www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm
Código de Ética Profissional da Assistentes Sociais	Texto aprovado em 13/3/1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n.º 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011.	www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf
Resolução n.º 557/2009	Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.	www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf
Resolução n.º 533/2008	Regulamentação da Supervisão direta de estágio	www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf
Política Nacional de Estágio da ABEPSS	Institui a política nacional de estágio na área do Serviço Social.	http://cfess.org.br/arquivos/pneabepss_mai_02010_corrigeida.pdf
Parâmetros para a atuação do assistente social na Política de Assistência Social	Parâmetros para a atuação do assistente social na Política de Assistência Social	www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf

Fonte: a própria autora (2023).

Sendo nosso foco de estudo o trabalho da assistente social na PAS, consultamos, ainda, os atos normativos que marcam a regulação dessa Política, conforme apresentados no Quadro 5. Constituída como uma política pública a partir

da *Constituição Federal de 1988*, a PAS possui um conjunto de atos normativos que regulam tanto a sua institucionalização e a sua organização, quanto aspectos operacionais e de gestão do trabalho. Os atos normativos são expedidos conforme as deliberações do controle social, como os Conselhos de Assistência Social e as recomendações das instâncias de pactuação, por exemplo, as Comissões Intergestores.

Quadro 5 – Levantamento de normativas e documentos que regulamentam a PAS

Título	Disposição	Link
Lei n.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.	www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm#art38
Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004	Política Nacional de Assistência Social	www.mds.gov.br/web/arquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf
Norma Operacional Básica – NOB-SUAS/2004	Norma Operacional Básica – NOB-SUAS/2004. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social	www.mds.gov.br/web/arquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/pnas2004.pdf
Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH-SUAS/2006	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS	https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-2006.pdf
Resolução n.º 109 de 11 de novembro de 2009	Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais	http://mds.gov.br/web/arquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf
Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011	Altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm

Fonte: a própria autora (2023).

No levantamento documental, observamos que a gestão do trabalho é um ponto estratégico na estruturação do SUAS. Identificamos a existência de diretrizes operacionais para a gestão do trabalho e princípios éticos para trabalhadores do SUAS, de forma a aprimorar a gestão e a qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais. Nesse sentido, são eixos delimitadores: a educação permanente como forma de produzir e difundir conhecimentos; a manutenção de um quadro de pessoal, composto por uma equipe de referência, com diferentes profissões,

assegurando a interdisciplinaridade; a valorização dos trabalhadores, por meio de um plano de carreira, cargos e salários, de forma a favorecer a regularização dos vínculos e direitos trabalhistas. No entanto, não foram encontradas normativas referentes à saúde de trabalhadores da PAS, sendo, portanto, necessário recorrer a normativas relacionadas ao mundo do trabalho e à saúde do trabalhador/a.

Quadro 6 – Levantamento de normativas referente a regulamentação do trabalho no Brasil

Título	Disposição	Link
Decreto Lei n.º 5.452 de 01 de maio de 1943	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho	www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
Lei n.º 8.213 de 24 de julho de 1991	Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm
Lei n.º 9.601 de 21 de janeiro de 1998	Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.	www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9601.htm
Lei n.º 13.429 de 31 de março de 2017	Altera dispositivos da Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm
Lei n.º 13.467 de 13 de julho de 2017	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

Fonte: a própria autora (2023).

No levantamento das normativas referentes ao mundo do trabalho, foram escolhidas aquelas relacionadas a: saúde e segurança no trabalho, e reforma trabalhista. Esta última foi consolidada por meio da Lei n.º 13.467/2017 que alterou a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), um importante marco normativo que regula as relações trabalhistas individuais e coletivas, em território brasileiro. Com isso, foram alterados e suprimidos direitos dos trabalhadores/as brasileiros/as, bem como os deveres das empresas, tais como, a autorização da terceirização e alterações na jornada de trabalho, no sentido de tornarem as relações trabalhistas mais flexíveis.

Para compreender as diretrizes para a organização dos ambientes de trabalho e medidas para diminuir os riscos ocupacionais e de acidente de trabalho, foram consultadas as Normas Regulamentadoras (NR) que apresentam regulamentos operacionais, protocolos de conduta e parâmetros com base na CLT, em seu Título II do Capítulo V – da Segurança e Medicina no Trabalho.

Quadro 7 – Levantamento de normativas referente a saúde do trabalhador

Título	Disposição	Link
Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm
Portaria n.º 2.728 de 11 de novembro de 2009	Dispõe sobre a rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências.	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt2728_11_11_2009.html
Decreto n.º 7.602 de 7 de novembro de 2011	Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7602.htm
Portaria n.º 1.823 de 23 de agosto de 2012	Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html
Doenças relacionadas ao trabalho - Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde	Manual de orientações aos profissionais da saúde no tocante à prevenção, à vigilância e à assistência à saúde dos trabalhadores	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_manual_procedimentos.pdf
Classificação Internacional de Doenças - CID	Classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde.	https://icd.who.int/en

Fonte: a própria autora (2023).

Foram selecionados, igualmente, atos normativos relacionados à saúde do trabalhador, incluídos no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito da política de saúde. Temos como pressuposto que a saúde é considerada uma expressão da organização social e econômica do país, tendo o trabalho como um dos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença (Brasil, 1990), não devendo, portanto, ser reduzida à presença ou à ausência de uma enfermidade. A Lei Orgânica da Saúde conceitua a saúde do trabalhador como

[...] um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho[...] (Brasil, 1990, art. 6º §3º)

A referida lei disciplina que a saúde do trabalhador abrange a assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou de doença profissional; estudos, pesquisas e produção de informações sobre o controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho; avaliações ambientais; normatizações e ações de fiscalização sobre os riscos de acidentes e doenças profissionais. Destaca-se que, em 2001, o Ministério da Saúde, em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde/Brasil lançou um material sobre doenças relacionadas ao trabalho e com procedimentos para os serviços de saúde⁹. Esse material aborda temas diversos, como princípios que orientam a constituição do campo da saúde do trabalhador em seus aspectos conceituais e estratégias para uma atenção diferenciada; instrumentos disponíveis para a investigação das relações saúde e trabalho; procedimentos decorrentes do diagnóstico de uma doença do trabalho, além da listagem de doenças relacionadas ao trabalho. Recorremos também à Classificação Internacional de Doenças (CID-10)¹⁰, publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que apresenta códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para lesões ou doenças.

É nessa fase da pesquisa em documentos que realizamos a consulta e a extração de dados de dois sistemas de informação do Governo Federal. O primeiro sistema foi o Cadastro do Sistema Único de Assistência Social (CadSUAS)¹¹ que disponibiliza dados cadastrais dos serviços tipificados, como nome e data de

⁹ O material tem como objetivo orientar profissionais de saúde quanto à prevenção, à vigilância e à assistência à saúde de trabalhadores, caracterizando as relações entre as doenças e as ocupações. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho_manual_procedimentos.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

¹⁰ Em janeiro de 2023, foi publicada a décima primeira revisão da CID-10, com a inclusão de novos capítulos sobre medicina tradicional, saúde sexual e distúrbios relacionados a jogos. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>. Acesso em: 23 mar. 2024.

¹¹ O CADSUAS é o sistema de cadastro do SUAS que comporta todas as informações relativas a prefeituras, órgão gestor, fundo e conselho municipal e entidades que prestam serviços socioassistenciais. A consulta ao CadSUAS é de domínio público pela Rede SUAS. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/sistemas/>. Acesso em: 02 set. 2023.

implantação, e dados gerenciais, por exemplo, nome dos trabalhadores, sexo, profissão, cargo, vínculo institucional e período de atuação no serviço. O segundo sistema é o Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), ferramenta que disponibiliza informações sobre as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único. Ambos os sistemas disponibilizam o acesso livre de domínio público para consulta de informações dos equipamentos socioassistenciais brasileiros. Para subsidiar a investigação construída na tese, buscamos informações referente aos municípios do estado do Paraná, especialmente, aqueles que compõem a região de estudo, com extração de dados em setembro de 2023.

Com o intuito de aprofundar a investigação, foram utilizadas as informações da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família (SEDEF)¹², por ser a responsável pela execução da PAS no Paraná. No *site* da SEDEF, é possível localizar a rede de atendimento de serviços socioassistenciais distribuída por regiões geográficas e de acordo com a abrangência dos escritórios regionais. Além disso, foram agregadas à pesquisa informações do *Caderno Municipal do IPARDES*, que subsidiaram o conhecimento dos municípios a partir dos indicadores de população estimada, número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse conjunto de informações nos permitiu o conhecimento das regiões em estudo e, portanto, consideramos importante apresentar, nesse momento, a caracterização da região e da prestação dos serviços socioassistenciais da PAS nas regiões de Campo Mourão e de Cascavel¹³.

1.1.2 Caracterização da Região e da Prestação dos Serviços Socioassistenciais da Política de Assistência Social nas Regiões de Campo Mourão e Cascavel

A *Constituição Federal de 1988* (CF/1988) confere à assistência social o estatuto de política social e, juntamente com a Lei n.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993, conhecida como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), colocam-na no contexto da efetivação de direitos sociais. É uma política integrante do tripé da

¹² No primeiro mandato do governador Ratinho (2018-2022), a secretaria responsável pela assistência social era a Secretaria de Estado de Justiça e Família (SEJUF). No segundo mandato, a assistência social está sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família (SEDEF).

¹³ Em relação aos dados da realidade estadual, estes foram extraídos em abril de 2023.

Seguridade Social, estruturada em conjunto com a saúde e a previdência social, com ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, de forma a garantir o atendimento das necessidades básicas a quem dela necessitar. Deve ser realizada de forma articulada com as demais políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, garantindo condições mínimas de sobrevivência, o fortalecimento das relações sociofamiliares, o exercício do direito à convivência familiar e comunitária, o acesso ao mundo do trabalho, o atendimento às emergências sociais, entre outros.

Ter o *status* de política pública pode ser considerado um dos avanços da PAS a partir da CF/1988. Isso porque, em períodos anteriores, suas ações ocorriam de forma isolada e complementar em relação às demais políticas e, embora centralizadas sob o comando federal, não tinham o reconhecimento nacional e o alinhamento de atividades que lhe são próprias. A partir do marco constitucional, sob a diretriz organizativa e administrativa, a PAS passa a ser realizada no Brasil por meio da implantação de um sistema descentralizado em todos os municípios, Distrito Federal, estados e União, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Durante o processo de pesquisa, sentimos a necessidade de identificar a organização territorial da PAS no Paraná, a partir da divisão estabelecida pela SEDEF, secretaria estadual responsável pela PAS no estado, uma vez que cada política social adota a sua distribuição geográfica para acompanhamento da rede de atendimento. Em nossa pesquisa, os dados dos municípios que abrangem a área de estudo foram consultados nos *Cadernos Municipais* disponibilizados no *site* do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)¹⁴, bem como no *site* da SEDEF.

¹⁴ Os *Cadernos Municipais* são publicados pelo IPARDES e contêm informações estatísticas sobre o estado e os municípios paranaenses. Disponível em: www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais. Acesso em: 25 fev. 2023.

Figura 1 – Mapa com a localização geográfica das regiões em estudo



Fonte: Sistematização da autora a partir do mapa on-line disponibilizado na SEDEF (2023).

O levantamento dos dados populacionais é considerado um importante indicador para a PAS, pois nos permite entender a organização socioeconômica e de ocupação dos trabalhadores em idade produtiva, as relações sociais e culturais, as relações de pertencimentos que o homem estabelece no lugar em que vive para consolidar a sua existência (Backschat, 2015).

Verificou-se que o estado do Paraná é composto por 399 municípios agrupados em 24 regiões geográficas distribuídos em Instâncias Administrativas Regionalizadas (IARAs), vinculadas a doze Núcleos Regionais¹⁵. Uma vez identificadas as regiões, optamos por um recorte geográfico de pesquisa, delimitando as regiões de Campo Mourão e Cascavel, localizadas na região centro ocidental do estado. Essas regiões agregam 44 municípios e contam com uma população de 849.972 habitantes (Ipardes, 2023).

Importante destacar que a escolha por essas regiões se deu pelo encontro de suas fronteiras territoriais e semelhanças em suas características, nos aspectos econômicos, sociais e culturais. As cidades pertencentes a essas regiões se inserem no “Anel Rodoviário” que liga o Paraná a outros estados e países, características essas que incidirão no modo como as políticas sociais são executadas, interferindo

¹⁵ São Núcleos Regionais da SEDEF: Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procópio, Curitiba, Francisco Beltrão, Guarapuava, Umuarama, Ponta Grossa, Paranavaí, Paranaguá, Maringá e Londrina. Disponível em <https://www.escriptoriosregionais.seds.pr.gov.br/escriptoriosregionaisseds/pages/publico/escriptoriosregionais/index.jsf?windowId=d36>, acessado em 25/02/2023.

diretamente nas condições objetivas de trabalho das assistentes sociais. Verificou-se que, na região estudada, 365.150 pessoas, ou seja, 42,96% da população residente, estão inseridas no Cadastro Único¹⁶ (Cecad, 2023), constituindo-se como público prioritário para atendimento nos serviços socioassistenciais.

Quadro 8 – Relação da população residente e população inserida no CadÚnico na região de Campo Mourão/PR

Município	População residente	Cadastro Único		Percentual de pessoas inseridas no Cadastro Único em relação à população
		Famílias Inscritas	Pessoas cadastradas	
Rancho Alegre d'Oeste	2.618	659	1637	62,53
Farol	3.039	654	1.596	52,52
Mato Rico	3.267	964	2.366	72,42
Altamira do Paraná	3.590	854	2156	60,06
Corumbataí do Sul	3.760	1.077	2.467	65,61
Quarto Centenário	4.201	768	1.1925	45,82
Fênix	4.492	1.204	2.802	62,38
Boa Esperança	4.558	841	1.965	43,11
Quinta do Sol	5.001	1.195	2.978	59,55
Janiópolis	5.870	1.200	2.787	47,48
Luiziana	6.690	1.681	3.949	59,03
Nova Cantu	6.790	1.752	4.288	63,15
Juranda	7.771	1.579	3.818	49,13
Iretama	10.684	2.537	6.253	58,53
Barbosa Ferraz	10.795	2.515	5.878	54,45
Moreira Sales	11.175	3.537	7.228	64,68
Roncador	11.251	2.315	5.741	51,03
Engenheiro Beltrão	12.454	2.434	5.538	44,47
Peabiru	13.346	2.994	6.642	49,77
Mamborê	13.452	2.851	6.583	48,94
Araruna	14.485	3.656	8.914	61,54
Campina da Lagoa	15.723	3.499	7.902	50,26
Ubiratã	24.749	5368	11.747	47,46
Goioerê	28.437	6.102	13.195	46,40
Campo Mourão	99.432	17.179	39.829	40,06
Total	327.630	69.415	160.184	48,89

Fonte: Sistematização da autora a partir do levantamento de dados no CECAD (2023)¹⁷.

¹⁶ O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.

¹⁷Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?localizaDivisao=Tr%C3%AAs+Barras+do+P>

A região de Campo Mourão tem 25 municípios, com predominância de de Pequeno Porte I¹⁸, perfazendo um total de 22 municípios, dois municípios de Pequeno Porte II e um município de médio porte. Não existe município de Grande Porte, nem Metrópole na região em estudo. Em relação aos indicadores sociais disponibilizados pelo IPARDES (2023), verifica-se que os municípios da região apresentam, em média, um Índice de Desenvolvimento Humano¹⁹ (IDHM) de 0.69, considerado um padrão mediano. O IDHM é composto por três dimensões: a longevidade (IDHM-L), a medida de expectativa de vida ao nascer, calculada a partir dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a educação (IDHM-E), que indica o acesso ao conhecimento; e a renda (IDHM-R), que indica o padrão de renda média de cada residente de determinado município (PNDU, 2023).

Na região, os dados do IDHM-L são de 0,81, ou seja, uma alta expectativa de vida. Já os indicadores de IDHM-E e IDHM-R são considerados medianos, sendo 0,61 e 0,67, respectivamente. Em relação à distribuição de renda nos territórios, medido pelo Índice de Gini²⁰, verifica-se um indicador médio de 0,48, ou seja, um grau de concentração de renda e desigualdade entre a população, o que pode ser um dos determinantes para a existência dos altos percentuais de população inserida no Cadastro Único. Isso porque identificamos o percentual de pessoas inseridas no Cadastro Único em relação ao número de habitantes com variação de 40,06% em Campo Mourão, e 43,11% em Boa Esperança, com os menores índices, e 72,42% em Mato Rico, e 65,61% em Corumbataí do Sul, como os maiores índices. Em relação à faixa de renda das pessoas inseridas no Cadastro Único, verificamos que 54.169 (33,83%) pessoas encontram-se em situação de pobreza²¹; 46.328 (28,92%) em

aran%C3%A1&codigo=0&aM=0. Acesso em: 04 mar. 2023.

¹⁸ Segundo a PNAS (2004), são Municípios de Pequeno Porte I aqueles com população até 20.000 habitantes; pequeno porte II, aqueles com população que variam de 20.001 a 50.000 habitantes; Médio Porte, com variação de população de 50.001 a 100.000 habitantes; Grande Porte, aqueles com população entre 100.001 a 900.000 habitantes; e Metrópole, aqueles com população acima de 900.001 habitantes.

¹⁹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto; e 0,800 e mais - muito alto (IparDES, 2023).

²⁰ O Índice de Gini mede o grau de concentração da distribuição de renda domiciliar *per capita* de uma determinada população em um determinado espaço geográfico. Quando o índice tem valor igual a um (1), existe perfeita desigualdade, isto é, a renda domiciliar *per capita* é totalmente apropriada por um único indivíduo. Quando ele tem valor igual à zero (0), tem-se perfeita igualdade, isto é, a renda é distribuída na mesma proporção para todos os domicílios. Quanto mais próximo da unidade, maior a desigualdade na distribuição de renda (IparDES, 2023).

²¹ É considerada situação de pobreza famílias com renda *per capita* de até R\$218,00, conforme Decreto n.º 11.566 de 16 de junho de 2023.

situação de baixa renda; e 59.669 (37,25%) pessoas com renda *per capita* mensal acima de meio salário-mínimo, ou seja, um expressivo número de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

No tocante ao grau de urbanização, verifica-se uma concentração de 69,43% de população residente no espaço urbano. As principais atividades econômicas desenvolvidas nesses municípios de geração de emprego e renda para a população concentram-se, nos Municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II, em agricultura, comércio, indústria de transformação e administração pública. No Município de Médio Porte, a prevalência é de comércio, indústria de transformação e construção. Assim, observa-se uma estreita relação entre o urbano e o rural, impulsionada pela produção agrícola e dinamizando o ritmo das atividades urbano, por exemplo, em torno do plantio e da colheita.

Quadro 9 – Relação da população residente e população inserida no CadÚnico na região de Cascavel/PR

Município	População residente	Cadastro Único		Percentual de pessoas inseridas no Cadastro Único em relação à população
		Famílias Inscritas	Pessoas cadastradas	
Iguatu	2.144	607	1.425	66,46
Anahy	2.918	764	1.738	59,56
Santa Lúcia	3.644	630	1.464	40,18
Campo Bonito	4.027	1.115	2.454	60,94
Braganey	4.854	1.037	2.653	54,66
Lindoeste	5.175	1.463	3.467	67,00
Ibema	6.218	1.769	4.147	66,69
Boa Vista Da Aparecida	7.924	2.181	4.969	62,71
Vera Cruz Do Oeste	8.215	1.701	4.155	50,58
Nova Aurora	13.765	1.869	4.217	30,64
Catanduvas	10.446	2.256	5.583	53,45
Céu Azul	11.087	1.788	4.285	38,65
Três Barras Do Paraná	11.135	2.710	5.932	53,27
Santa Tereza Do Oeste	13.174	3.024	7.126	54,09
Capitão Leônidas Marques	14.648	3.395	7.601	51,89
Corbélia	17.470	2.799	6.862	39,28
Matelândia	18.450	2.309	6.188	33,54
Cafelândia	18.997	3648	8988	47,31
Cascavel	348.051	53.451	121.712	34,97
Total	522.342	88.516	204.966	39,24

Fonte: Sistematização da autora a partir do levantamento de dados no CECAD (2023).

A região de Cascavel é composta por 19 municípios, sendo quase a totalidade de Pequeno Porte I, o que corresponde a 18 municípios, e um de Grande Porte. Não existe, na região em estudo, municípios de Médio Porte ou Metrópole. No que se refere aos seus indicadores sociais junto ao IPARDES (2023), identificamos semelhanças entre as regiões estudadas, fato este que nos motivou na escolha de tais municípios. Na região de Cascavel, verificou-se que os municípios apresentam, em média, um IDHM de 0,71, considerado como mediano, e IDHM-L, IDHM-E e IDHM-R com coeficientes de 0,81, 0,62 e 0,70, respectivamente. As principais atividades empregadoras da popula o também se destacam na agricultura, no comércio e na indústria de transforma o.

O percentual de urbaniza o da região   de 70,10%, ou seja, predominante urbana, mas com marca do rural, tal como mencionamos anteriormente.   ainda uma região com  ndice de Gini de 0,49, ou seja, com uma concentra o de renda e desigualdade entre a popula o. Os menores indicadores entre o percentual de pessoas inseridas no Cadastro  nico em rela o ao número de habitantes estão localizados nas cidades de Nova Aurora, com 30,64%, e Matelândia, com 33,54%, e os maiores índices em Lindoeste, com 67%, e Ibema, com 66,69%. Em rela o   faixa de renda da popula o inserida no Cadastro  nico, verificamos que 50.915 (24,84%) pessoas encontram-se em situa o de pobreza; 62.024 (30,26%) em situa o de baixa renda; e 92.027 (44,90%) pessoas com renda *per capita* mensal acima de meio s lrio-mínimo, ou seja, um expressivo número de pessoas em situa o de vulnerabilidade social.

A prevalência de Municípios de Pequeno Porte nas duas regiões em estudo encontra sua fundamenta o na forma o sócio-histórica brasileira, tanto nacional quanto estadual. Em rela o   realidade nacional, observa-se que, a partir da segunda metade da década de 1950, há a expansão dos pequenos municípios sob o impulso do desenvolvimento do Brasil e da industrializa o a partir da produ o de café, especialmente, nas regiões sul e sudeste. Essa produ o agroindustrial potencializou a implanta o de estradas de ferro, melhoria de portos, desenvolvimento dos meios de comunica o, expansão da urbaniza o com a industrializa o de restritas cidades escolhidas a partir dos interesses, e facilidade de reprodu o e acumula o do capital (Côrrea, 2011).

Em rela o   forma o socioecon mica do estado do Paraná, a expansão da ocupa o do território paranaense ocorre em consonância com a realidade nacional,

a partir da vinda de colonizadores que ocupam o território paranaense em dois movimentos distintos. O primeiro movimento observa-se na região sul e porção central do estado, onde a formação social privilegiou as grandes propriedades, com atividades pecuaristas e extrativistas. A economia combinava a produção de subsistência com o comércio de gado para atendimento das demandas de mineração e o tropeirismo, resultando em um número menor de cidades, mas que apresentavam um comércio e serviços de consumo mais sofisticados e com um grande desenvolvimento urbano, a exemplo de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá.

O segundo movimento ocorre na região norte e noroeste do Estado e está relacionado com a formação de pequenas propriedades rurais de imigrantes europeus e de migrantes brasileiros de outras regiões, principalmente, paulistas e mineiros, que tinham como objetivo a ascensão social por intermédio da aquisição de lotes rurais e o desbravamento de terras para o cultivo do café (Fresca, 2013). O café foi utilizado como uma estratégia de *marketing* por parte do governo estadual e pelas companhias colonizadoras, fato este que viabilizou o desenvolvimento da região (Endlich, 2006). As regiões em estudo incluem-se nesse contexto de criação de pequenas cidades em torno da linha ferroviária utilizada para escoar a produção de café.

É na década de 1970 que a realidade econômica e social do território paranaense sofre profundas alterações devido à queda de preços do café em consequência da retração da demanda provocada pela Segunda Guerra Mundial e fatores climáticos, como a “geada negra”, ocorrida em 18 de julho de 1975. Essa conjuntura proporcionou a introdução de novas culturas incentivadas pelo plano de desenvolvimento governamental, especialmente, a soja, o milho e o trigo (Ipardes, 2013), passando por um processo de modernização da agricultura e incorporação de novas tecnologias na produção rural e que permitiram a integração do estado no circuito econômico internacional e nacional.

Nesse novo arranjo, a agricultura tornou-se mecanizada, prevalecendo as propriedades rurais de grande porte, tendo em vista as dificuldades dos pequenos produtores em manter os custos da produção e utilizando-se de pouca mão de obra. Esse desenvolvimento não ocorre de forma uniforme em todo estado, uma vez que se observa que a região sul se abre à industrialização, especialmente, automobilística, com recebimento de recursos e investimentos da política neoliberal por meio do capital estrangeiro. O fato de Curitiba ser a capital do estado, contar com uma infraestrutura urbana, como transporte, logística, malha viária, energia e telecomunicações, e estar

localizada próxima ao porto de Paranaguá, favoreceu o direcionamento de tais recursos, contribuindo para o aumento da taxa de urbanização, tanto da capital como das cidades ao redor.

A região norte também foi alvo das transformações socioeconômicas, especialmente, as cidades de Londrina e Maringá, com uma diversificação do comércio e serviços, possibilitando o desenvolvimento econômico, a expansão físico-territorial dessas cidades, que passaram a ser alvo da migração da população das demais regiões do estado. Nas regiões central e oeste, as transformações ocorreram nas cidades de Foz do Iguaçu e Cascavel, mas, sobretudo, no campo, com a substituição de culturas agrícolas. Nessa readaptação econômica, o objetivo era estimular a incorporação de novas técnicas de agricultura moderna, com a utilização de sementes desenvolvidas cientificamente e com capacidade de alcançar alta produtividade.

Não podemos deixar de mencionar ainda a importância do “Anel de Integração”, criado pelo governo do Estado do Paraná, na década de 1990, para recuperação e modernização da infraestrutura viária e circulação de mercadorias, ainda que a responsabilidade da malha viária tenha sido transferida para a iniciativa privada por meio de cobrança de pedágios, sendo a concessão encerrada no ano de 2021²². Por meio do “Anel de Integração”, as grandes e médias cidades como Curitiba e Paranaguá, no leste do estado; Ponta Grossa, nos Campos Gerais; Guarapuava, no centro; Maringá e Londrina, ao norte; Campo Mourão e Paranavaí, a noroeste, e Cascavel e Foz do Iguaçu, no oeste, foram interligadas.

Mais do que a concessão para a recuperação da infraestrutura viária, o “Anel de Integração” foi sustentada por uma proposta de descentralização do estado, com o intuito de oferecer uma infraestrutura mais adequada ao interior, estimulando o desenvolvimento econômico, com a atração de indústrias e novas oportunidades de serviços nos municípios-polos situados dentro desse polígono. As implicações desse processo foram o desenvolvimento diferencial e desigual entre os municípios, com o enfraquecimento e diminuição das condições de crescimento para aqueles de pequeno porte e privilegiamento daquelas que já apresentavam uma logística para a implantação de empresas privadas e serviços públicos.

²² A malha viária foi delegada à União, pelo prazo de até 30 anos, por meio da Lei n.º 20.668 de 19 de agosto de 2021, mediante convênio. A União, por sua vez, poderá administrar diretamente, ou por meio de concessão, a rede privada. A previsão é que seja retomada a cobrança de pedágio no ano de 2024.

A presença da agricultura com a produção de grãos (soja e milho) representa ainda uma grande contribuição com a base econômica responsável pela geração de renda e emprego tanto nos Municípios de Pequeno Porte I quanto de Pequeno Porte II. Além da agricultura, as atividades econômicas relacionadas ao comércio varejista e atacadista, e as indústrias de transformação de fumo, couros, peles, similares; veterinários, produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico e indústria diversa (Ipardes, 2023). Encontramos ainda a administração pública como uma das atividades econômicas empregadoras da população, o que nos leva a perceber a dupla funcionalidade do poder público, não apenas como provedora dos serviços sociais como também empregadora e promotora de ações econômicas. Isso porque, com o número de empregos criados pelo serviço público, o pagamento de salários permite a circulação de dinheiro e movimentação do comércio local.

Em relação aos Municípios de Médio e Grande Porte, ou seja, Campo Mourão e Cascavel, estes caracterizam-se como cidades-polos e apresentam a prevalência de atividades econômicas relacionadas a comércio, construção e indústria de transformação (Ipardes, 2023), ou seja, observa-se a prevalência do setor de serviços como principais empregadores na região. No entanto, mesmo nesses municípios, observamos marcas do mundo rural que se expressam nas grandes empresas agrícolas internacionais, as quais usam esses territórios para a comercialização de seus produtos, máquinas, insumos e suplementos agrícolas, e, ainda, por meio dos postos de cooperativas para recebimento de grãos, comercializados no Brasil e no mundo.

Com a restrição de diferentes formas de emprego e geração de renda, parte da população passa a depender dos benefícios de transferência de renda e dos serviços públicos para ter suas necessidades básicas de sobrevivência atendidas. Essa conjuntura nos demonstra a importância da PAS no enfrentamento das vulnerabilidades sociais decorrentes da ausência de renda e violação de direitos nesses municípios. Muitas famílias e pessoas dependem dos programas de transferências de renda e do acesso aos serviços socioassistenciais prestados pela PAS para garantir suas necessidades, a sua sobrevivência.

Importante ainda mencionar que a proteção social deve dispor de serviços continuados que visem a acolhida da população e o desenvolvimento de ações voltadas para as necessidades básicas, fundamentadas nos princípios e diretrizes propostos na PNAS. Desse modo, os serviços são organizados conforme as

modalidades de proteções sociais e por níveis de complexidade, a saber: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). Essas modalidades são estabelecidas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/ 2004) e tipificadas segundo a Resolução n.º 109 de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

A PSB tem como objetivo “prevenir as situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004, p. 27). Os equipamentos que ofertam essa modalidade de proteção são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Convivência. Os serviços ofertados são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Em relação à PSE, seu objetivo é executar o atendimento assistencial a família e indivíduos em situações de risco que demandam intervenções em problemas específicos como: ocorrência de abandono, maus-tratos, negligência, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras. A modalidade de PSE se divide em média e alta complexidade, sendo a primeira destinada àquelas pessoas que tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. A segunda está voltada àqueles que, em decorrência da gravidade da desproteção vivida, foram afastados do seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Os equipamentos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) oferta serviços da PSE de média complexidade por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Na PSE de alta complexidade, são desenvolvidos Serviços de Acolhimento Institucional em unidades como abrigos, casas-lares, casa de passagem, repúblicas e família acolhedora. Sendo Campo Mourão e Cascavel municípios-polos, essas cidades possuem os maiores índices de população inscrita no CadÚnico e concentram a prestação de serviços socioassistenciais, principalmente, na PSE de Média e Alta Complexidade. Destaca-se ainda estar inserido, na PSE de alta

complexidade, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, tão evidenciado em tempos da covid-19, conforme trataremos adiante.

Além dos serviços nos equipamentos socioassistenciais, são desenvolvidos programas, ou seja, ações complementares com abrangência, temporalidade e objetivos definidos, e projetos voltados a grupos populacionais específicos. Já em relação aos benefícios socioassistenciais, existem aqueles voltados à transferência de renda, de forma continuada²³, como forma de enfrentamento à pobreza, e os benefícios eventuais, de natureza temporária, para promover o enfrentamento de situações provisórias. Esse amplo e complexo rol de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais conformam o SUAS tendo como

[...] foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que dele necessitam e pela sua complexidade. [...] O SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial [...] (PNAS, 2004, p. 39).

Assim, percebemos que a PAS avança no alcance do seu objetivo, à medida em que atende indivíduos e famílias excluídos do acesso às demais políticas sociais básicas, da sociabilidade familiar e comunitária, do acesso ao mundo do trabalho, bens e serviços produzidos pela sociedade, não se limitando, portanto, apenas àquelas pessoas com ausência de renda. A dinâmica do SUAS é direcionada à universalidade do sistema, com a fixação de níveis básicos de cobertura, de acordo com o porte populacional dos municípios e a territorialização da rede de assistência social, sendo a sua oferta baseada na lógica de proximidade do cotidiano de vida do cidadão. Portanto, uma questão importante a ser destacada é a estruturação dos serviços da PAS na região de Campo Mourão e Cascavel, e as condições de trabalho de seus profissionais, com destaque, nesta pesquisa, para o trabalho de assistentes sociais. Nas regiões em estudo, a distribuição dos equipamentos da PAS é demonstrada no quadro seguinte:

²³ São exemplos de transferência de renda continuada o Benefício de Prestação Continuada. Já os benefícios eventuais elencados na LOAS são prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Quadro 10 – Distribuição de equipamentos da PAS por região

	Equipamento/Serviço Socioassistencial	Região de Campo Mourão	Região de Cascavel	Total
Proteção Social Básica	CRAS	27	27	54
	Centro de Convivência	29	18	47
Proteção Social Especial	Abrigo/Unidade de Acolhimento	16	5	21
	CREAS	9	10	19
	Casa-Lar	7	7	14
	Residência Inclusiva	0	2	2
	Centro POP	0	1	1

Fonte: SEJUF (2022)²⁴.

Destaca-se que, para a composição da rede de serviços socioassistenciais, a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS-2012) estabelece uma obrigatoriedade mínima de equipamentos básicos do SUAS, conforme o porte populacional, estipulada segundo a demografia associada aos indicadores socioterritoriais de dados censitários. De acordo com o Plano Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná (2020), existe uma ampla cobertura dos equipamentos básicos nos municípios paranaenses tendo em vista a prevalência dos Municípios de Pequeno Porte I. Portanto, a ausência de equipamentos da Proteção Social Especial não indica a falta de cobertura, conforme preconizado pelas normativas, uma vez que estes devem ser estruturados, conforme as características socioterritoriais dos municípios. Segundo a PNAS (2004), nas cidades de pequeno porte as atividades relativas a esse nível de proteção podem ser executadas por profissionais alocados no órgão gestor.

Em relação aos serviços que compõem a rede de atendimento da PAS na região de Campo Mourão e Cascavel, verificamos a prevalência de serviços da PSB, com destaque para os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), presentes em todos os municípios, independente do porte populacional. O SUAS estabelece que as ações da PSB devem ser prestadas em todos os municípios brasileiros e as ações da PSE de média e alta complexidade, estruturadas em municípios de médio, grande porte e metrópoles. A prevalência de serviços da PSB justifica-se em razão da região apresentar Municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II e, conforme dispõe na PNAS (2004), devem ter, portanto, estruturados em seus territórios os serviços dessa

²⁴ Disponível em:

www.escritoriosregionais.seds.pr.gov.br/escritoriosregionaisseds/pages/publico/escritoriosregionais/index.jsf?windowId=d08. Acesso em: 25 jul. 2022.

modalidade de proteção. As características desses municípios

Necessitam de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, pois os níveis de coesão social, as demandas potenciais e redes socioassistenciais não justificam serviços de natureza complexa. Em geral, **esses municípios não apresentam demanda significativa de proteção social especial**, o que aponta para a necessidade de contarem com a referência de serviços de natureza na região, mediante a prestação direta pela esfera estadual, organização de consórcios intermunicipais ou prestação por serviços de maior porte, com cofinanciamento das esferas estaduais e federal (PNAS, 2004, p. 45, grifo nosso).

Ora, acreditamos que essa ausência de demanda significativa, referida no PNAS, relaciona-se ao quantitativo de atendimentos a serem prestados no âmbito da PSE e não à complexidade das demandas. Embora sejam caracterizados como Municípios de Pequeno Porte, a complexidade do mundo do trabalho, das expressões da questão social como violência e a violação de direitos também se fazem presentes nestes municípios. A pequena base produtiva e de empregos e a baixa arrecadação de impostos dos Municípios de Pequeno Porte I e Pequeno Porte II leva-os a dependerem financeiramente das transferências de recursos federais e estaduais, configurando-se como um fator que inviabiliza a oferta dos serviços da PSE, que possuem um custo mais elevado de manutenção dada a especialização de suas ações.

Ainda que sejam Municípios de Pequeno Porte, com presença de características do mundo rural na zona urbana, as relações de trabalho estão dadas nas condições sócio-histórico do capitalismo na atualidade, de fragilização de direitos trabalhistas e forte presença tecnológica no campo. Assim, a falta de experiência e a baixa qualificação educacional para lidar com toda a tecnologia agrária têm confinado a grande maioria desses trabalhadores no subemprego, em relações fragilizadas de trabalho e em condições precárias de habitação, saneamento e qualidade de vida, de modo que os dilemas urbanos e as expressões da questão social também se materializam nos territórios dos pequenos municípios.

Por isso, a complexidade das demandas que chegam até a PAS não pode ser minimizada ante a vulnerabilidade e desproteção social da população. Essa realidade impõe desafios aos trabalhadores/as do SUAS, pois os Municípios de Pequeno Porte apresentam recursos institucionais mais fragilizados para a gestão de políticas sociais, em razão de recursos humanos reduzidos ou até mesmo insuficientes, levando

profissionais a atuarem simultaneamente em diferentes programas e políticas sociais (Raichelis; Lima, 2016). Por isso, na realização desta pesquisa, consideramos necessário conhecer não apenas a rede de serviços socioassistenciais nessas regiões em estudo, como também seus trabalhadores/as.

Quadro 11 – Relação do número de assistentes sociais, por município, segundo CadSUAS na região Campo Mourão/PR e Cascavel

Região de Campo Mourão	Número de Assistentes Sociais por município	Região de Cascavel	Número de Assistentes Sociais por município
Boa Esperança	1	Capitão Leônidas Marques	2
Rancho Alegre d'Oeste	1	Céu Azul	2
Corumbataí do Sul	2	Ibema	2
Farol	2	Iguatu	2
Janiópolis	2	Lindoeste	2
Mato Rico	2	Santa Lúcia	2
Altamira do Paraná	3	Três Barras do Paraná	2
Fênix	3	Braganey	3
Juranda	3	Campo Bonito	3
Mamborê	3	Santa Tereza do Oeste	3
Nova Cantu	3	Anahy	4
Quarto Centenário	3	Boa Vista da Aparecida	4
Barbosa Ferraz	4	Catanduvás	4
Engenheiro Beltrão	4	Matelândia	4
Luiziana	4	Nova Aurora	5
Moreira Sales	4	Vera cruz do Oeste	5
Peabiru	5	Cafelândia	7
Quinta do Sol	5	Corbélia	9
Roncador	5	Cascavel	67
Araruna	6		
Campina da Lagoa	6		
Iretama	6		
Ubiratã	8		
Goioerê	9		
Campo Mourão	19		
Total	113	Total	132

Fonte: sistematização da autora a partir dos dados do CadSuas (2023).

A assistência social enquanto um direito de proteção social vai demandar a profissionalização do trabalho com a existência de quadro de pessoal qualificado para o exercício de suas responsabilidades, o que implica em investimentos em recursos humanos para garantir o aprimoramento da gestão e a qualidade das ofertas no SUAS. Contudo, nos Municípios de Pequeno e Médio Porte, o trabalho no SUAS tem

sido tensionado pelo risco da existência de um número mínimo ou insuficiente de profissionais, alocados em diferentes proteções sociais e “[...] atuando simultaneamente em diferentes políticas e programas, e, até mesmo, em vários municípios limítrofes” (Raichelis, 2011, p. 43), elemento este característico de indícios de precarização do trabalho.

Por isso, outro aspecto a ser considerado neste estudo foi a busca pelo registro de trabalhadores/as da assistência social nos sistemas de informação e gestão do trabalho nos serviços da PSB e PSE, de forma a identificar a ocorrência do trabalho de assistentes sociais na região de Campo Mourão e Cascavel.

No CadSUAS, identificamos a presença de 245 assistentes sociais, distribuídas entre os municípios, conforme apresentado nos Quadro 11, constituindo-se no universo da pesquisa. Verificamos que essas assistentes sociais atuam em diferentes serviços tipificados que compõem a rede de atendimento da PAS nas regiões em estudo, sendo 113 assistentes sociais na região de Campo Mourão e 132 na região de Cascavel, assim distribuídas nos equipamentos socioassistenciais:

Quadro 12 – Distribuição de assistentes sociais por equipamento socioassistencial, nas regiões de estudo

Equipamento/Serviço Socioassistencial	Número de assistentes sociais na região de Campo Mourão	Número de assistentes sociais na região de Cascavel	Total de assistentes sociais
CRAS	43	54	97
Centro de Convivência	7	5	12
Centro dia e similares	17	9	26
CREAS	15	21	36
Centro POP	0	1	1
Unidade de Acolhimento	18	25	43
Órgão Gestor	27	40	67
Secretaria Executiva	1	0	1
Cadastro Único	5	0	5
Total	133	155	288

Fonte: CadSUAS (2023).

Por meio da consulta do CadSUAS, verificamos que a contratação e a atuação de assistentes sociais ocorrem principalmente nos serviços da PSB, seguidos pela alocação no órgão gestor e na PSE, nas unidades de acolhimento. Contudo, quando consultamos a distribuição das assistentes sociais nos equipamentos

socioassistenciais, observamos uma diferença em relação ao número de assistentes sociais. Se no levantamento realizado junto ao CADSUAS²⁵ foi possível identificar 245 profissionais atuando na região de Campo Mourão e de Cascavel, quando a análise é direcionada para identificar onde elas trabalham, verificamos que a quantidade de profissionais atuando nos equipamentos socioassistenciais altera-se para 288, conforme demonstrado no Quadro 12. A diferença entre esses números nos dá indícios de que, aproximadamente, 43 assistentes sociais possuem contrato de trabalho em mais de um equipamento ou atuam em mais de um município, corroborando com a existência de indícios da precarização do trabalho.

Além disso, observamos que o trabalho profissional ocorre em serviços vinculados tanto na proteção básica como na especial, que apresentam um conjunto de diretrizes e orientações técnicas para atuação nos serviços, de acordo com o nível de proteção, além das normativas que direcionam para o acesso aos serviços, de modo a atender as necessidades de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, populações tradicionais. Isso vai requerer das assistentes sociais diferentes tipos de conhecimentos, de planejamento e construção de ações e estratégias profissionais, caracterizando a intensificação do trabalho na medida em que são requeridos, para o trabalho profissional, diferentes conhecimentos para a intervenção junto a demandas e complexidades de trabalho diferenciadas.

1.1.3 Apresentação dos Sujeitos da Pesquisa

A sistematização desses dados com o desvelamento dos primeiros indicativos da precarização e da intensificação do trabalho de assistentes sociais na PAS evidenciou a necessidade de aprofundar os conhecimentos acerca das condições objetivas de trabalho. Por isso, elencamos os seguintes critérios para a participação nesta pesquisa: ser assistente social, com atuação na Política de Assistência Social, na região de Campo Mourão ou de Cascavel, e ter passado pelo processo de adoecimento.

²⁵ Em relação aos dados pessoais das assistentes sociais, é possível localizar no CadSUAS o registro do nome e o tempo de atuação nos serviços dos municípios. Embora seja de consulta pública, optamos por não relacionar os nomes das assistentes sociais, devido aos cuidados éticos na pesquisa com seres humanos.

No entanto, como mencionado acima, o CadSUAS nos permitiu acesso apenas ao nome das profissionais e lotação de local de trabalho, sendo necessário agregar à pesquisa uma metodologia para aproximação junto às assistentes sociais, de forma a alcançar os objetivos deste estudo. Assim, elegemos a técnica de amostragem não probabilística por meio do *snowball*, ou Bola de Neve, como a mais adequada, pois utiliza cadeias de referência para a localização dos sujeitos do estudo.

De acordo com Vinuto (2014), o *snowball* é um tipo de pesquisa para grupos difíceis de serem acessados, quer seja por conterem poucos membros ou por estarem espalhados por uma grande área ou, ainda, para estudos que tratam de questões delicadas de âmbito privado. Em sua operacionalização, a coleta de dados ocorre a partir de um pequeno número de membros da população alvo que a pesquisadora consegue localizar, e é solicitado a esses sujeitos que o auxiliem a providenciar o contato com outros membros dessa população, a partir de sua própria rede pessoal. Por meio dessa técnica de pesquisa, iniciamos o processo de aproximação às assistentes sociais, a fim de divulgar o objetivo da pesquisa de campo e convidá-las a participar respondendo a um formulário eletrônico.

Para tanto, foram utilizadas as ferramentas digitais de uso pessoal da pesquisadora como *e-mail*, rede social on-line (Facebook e Instagram) e pelo aplicativo WhatsApp. Para assistentes sociais próximas à rede de contatos da pesquisadora, também foram enviados *e-mails* com lista oculta, de forma a não identificar os contatos, nem a visualização dos seus dados, preservando, assim, a confidencialidade e o sigilo.

Nesse contato, era disponibilizado um *link* on-line do Google Forms com questões elaboradas pela pesquisadora, que versam sobre o trabalho profissional agrupado em dois blocos. O primeiro com questões sobre o perfil pessoal com perguntas relativas a idade, gênero e etnia, respondidas de forma autodeclaratória. É ainda nessa seção que se encontram as questões relativas à graduação, titulação e formação continuada, com perguntas fechadas.

No segundo bloco, estão as questões relativas às condições objetivas de trabalho, destacando região, tempo e local de atuação na PAS, salário, espaço físico, vínculo de trabalho e jornada de trabalho. Foram formuladas questões que tratam das requisições, demandas e atividades, tais como, as intervenções realizadas no cotidiano de trabalho; estratégias, procedimentos e articulação do trabalho em rede socioassistencial, intersetorial e garantia de direitos e controle social. É nesse bloco

que também se inserem as perguntas relativas ao trabalho na pandemia, evidenciando as alterações na forma como o trabalho foi executado e sobre algum processo de adoecimento que pudesse estar relacionado a precarização, intensificação e flexibilização do trabalho. Portanto, se fez pertinente elaborar questões de forma a identificar as exigências em relação a cumprimento de metas, intervalo de descanso entre a jornada de trabalho e prazos para cumprimento das atividades.

As perguntas nessa seção dos formulários foram fechadas com níveis de graduação diferenciados, em que as assistentes sociais podiam se manifestar a partir de um gradiente de frequência da ocorrência de situações do cotidiano profissional. Os gradientes de frequência utilizados são: (a) nunca, quando não existe a solicitação ou quando a situação não ocorre nenhuma vez durante a semana; (b) algumas vezes, quando a solicitação é muito baixa durante a semana; (c) na maioria das vezes, quando a solicitação ocorre de duas a três vezes na semana; e (d) sempre, quando a solicitação ocorre todos os dias da semana. Em relação a crise sanitárias, as situações de trabalho foram avaliadas a partir dos gradientes: (a) diminuiu, para quando o volume de atividades é menor que o período anterior à pandemia; (b) continua igual, se mantém as atividades do período anterior à pandemia; (c) aumentou, se o volume de atividades é maior do que o período anterior à pandemia.

O formulário ficou disponível para a participação das profissionais no período de outubro a novembro de 2021 e o detalhamento dos resultados serão apresentados ao longo desta tese. Inicialmente, destacamos que a pesquisa de campo contou com 44 respondentes, no entanto uma precisou ser excluída pois as informações sobre o trabalho profissional não foram preenchidas. Assim, foram consideradas respostas de 43 profissionais, correspondendo a 17,7% dos profissionais na região que trabalham em diferentes equipamentos e serviços da PAS.

Quadro 13 – Distribuição das assistentes sociais participantes da pesquisa segundo gênero, autodeclaração étnica e faixa etária

Nascimento por ano	Feminino				Masculino				Total
	Branca	Parda	Caucasiana	Sem resposta	Branca	Parda	Caucasiana	Sem resposta	
1960-1969	0	0	1	4	0	0	0	0	5
1970-1979	3	0	0	5	0	1	0	0	9
1980-1989	13	4	0	3	1	0	0	0	21
1990-1999	3	2	0	2	1	0	0	0	8
Total	19	6	1	14	2	1	0	0	43

Fonte: Sistematização da autora a partir dos registros no formulário on-line (2022).

Em relação à faixa etária, as assistentes sociais declararam idade considerada produtiva para o capital, com maior concentração na faixa entre 31 a 50 anos, conforme demonstrado no Quadro 13. Em relação às características das participantes, podemos identificar que 40 assistentes sociais declararam pertencimento ao gênero feminino e três declararam ser do gênero masculino. A declaração das participantes por gênero demonstra a feminização da força de trabalho na profissão e na área da assistência social. Essa característica está em consonância com a realidade nacional de predominância de assistentes sociais do gênero feminino, conforme pesquisa nacional do perfil profissional de assistentes sociais realizado pelo CFESS (2022).

A predominância feminina é uma tendência histórica na profissão. Para Craveiro e Machado (2001), o perfil predominantemente feminino do Serviço Social acaba por influenciar na subalternidade da profissão frente às outras áreas de conhecimento, na medida em que se insere em uma sociedade marcada pela valorização do gênero masculino, que reproduz padrões patriarcais e machistas, e que pode ser acentuado em comunidades mais ligadas aos valores tradicionais, tais como, nas pequenas cidades. Desse modo, temas como gênero e patriarcado são desafios cotidianos ao exercício profissional e no trabalho de assistentes sociais, tendo em vista o conservadorismo que se articula com a dominação étnico-racial presente em nossa sociedade (CFESS, 2022).

Em relação à pertença étnico-racial, verificamos que, das 43 assistentes sociais, 26 registram a informação, com a prevalência do autorreconhecimento como de cor branca. Uma pessoa que se autodeclarou como caucasiana, expressão esta utilizada para definir uma divisão étnica de indivíduos de pele clara (branca), com origem essencialmente do continente europeu. Observamos que 14 participantes não registraram a informação, o que pode ser um indicativo da necessidade de fortalecer o debate étnico-racial, tal como estabelecido nos princípios éticos da profissão.

O *Código de Ética Profissional* (CFESS, 2012b) traz, dentre os princípios éticos, o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” e ainda “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”²⁶. O dado da pertença étnico-racial difere-se do perfil nacional de

²⁶ Sobre o assunto, foi lançada, em âmbito nacional, em 2020, a Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, com o objetivo de fortalecer as discussões antirracistas na formação e no

assistentes sociais (CFESS, 2022), na medida em que, na pesquisa nacional, a metade dos profissionais se autorreconhecem como de cor/raça preta/negra/parda. Isso pode estar associado à presença de imigrantes europeus, principalmente, alemães, poloneses e italianos na colonização do estado do Paraná e na região de estudo, tal como mencionado anteriormente.

Quadro 14 – Distribuição das assistentes sociais por tempo de formação em Serviço Social, última titulação e exercício de cargo de chefia

Tempo de formação	Modalidade de Graduação			Última titulação			Cargo de chefia	
	Presencial	Distância	Híbrida	Graduação	Especialização	Mestrado	Sim	Não
Inferior a 1 ano	0	1	0	0	1	0	1	0
De 1 a 2 anos	1	0	0	0	1	0	0	1
De 3 a 5 anos	6	3	1	1	9	0	3	7
De 6 a 10 anos	17	0	0	1	14	2	5	12
De 11 a 15 anos	9	0	0	1	8	0	1	8
Mais de 16 anos	5	0	0	1	3	1	1	4
Total	38	4	1	4	36	3	11	32

Fonte: sistematização da autora a partir dos registros no formulário on-line (2024).

Em relação ao tempo de formação, é possível identificar que a maioria das respondentes estão formadas de seis a dez anos, na modalidade presencial, embora já se perceba, na região, atuação de assistentes sociais com a formação a distância e híbrida. Apenas uma profissional relatou ter período de formação inferior a um ano, período este já marcado pela vigência da situação de calamidade pública decorrente da covid-19, na qual a formação profissional sofreu diversas modificações, tendo em vista a suspensão de atividades presenciais e coletivas (aulas e estágios) como uma das medidas de contenção da doença.

A partir do levantamento dessas informações, identifica-se a prevalência de assistentes sociais cuja formação ocorreu na vigência das *Diretrizes Curriculares Gerais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)* de 1996, para o curso de Serviço Social²⁷, que apontam para uma nova lógica

exercício profissional. Disponível em: www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1778. Acesso em: 03 set. 2023.

²⁷ As *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social* estão baseadas no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. A nova lógica curricular articula três núcleos de fundamentação que traduzem o conjunto de conhecimentos necessários à formação, a saber: (1) Núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social; (2) Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórico da sociedade brasileira; e (3) Núcleo de fundamentação do trabalho profissional.

curricular na formação profissional. Isso porque as *Diretrizes Curriculares* de 1996 baseiam-se em um currículo mínimo, de forma a desenvolver uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa em direção à apreensão crítica do processo histórico da formação da sociedade brasileira, do significado social da profissão; das demandas postas ao Serviço Social, visando formular respostas que apontem para o enfrentamento das expressões da questão social e o exercício profissional pautado nas competências e atribuições previstas na Legislação Profissional (ABEPSS, 1996). Atuar nessa perspectiva requer, além de uma graduação com qualidade, o aprimoramento intelectual contínuo na perspectiva da competência profissional, expressando, assim, o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, tal como previsto no *Código de Ética Profissional*.

Dentre as formas que as assistentes sociais buscam a qualificação profissional²⁸ verificamos que ocorre predominantemente por meio de participação em atividades formativas promovidas pelo local de trabalho (33 respondentes), participação em atividades promovidas pelo conjunto CFESS/CRESS/NUCRESS (26 profissionais), o que revela um indicativo de predominância de busca de qualificação voltadas à dimensão interventiva da profissão e vinculada à política em que estão atuando. Encontramos ainda profissionais que relataram participar de grupo de estudos (13 respondentes) e em grupos de pesquisa (5 respondentes), que, normalmente, ocorrem vinculados à alguma instituição de ensino superior, e sua menor incidência pode estar relacionada ao baixo número de cursos de Serviço Social na região, especialmente, em instituições públicas. Em relação à última titulação, é predominante a Especialização, situação descrita por 36 profissionais, seguidos de 4 participantes que realizaram somente a graduação e 3 profissionais com Mestrado. Dentre as participantes com mestrado, duas relataram que, em seus espaços ocupacionais, ocupam cargo de coordenação na equipe técnica, porém a maioria das profissionais não exerce cargos de chefia.

²⁸ Sobre esse assunto, as assistentes sociais poderiam assinalar mais de uma opção de resposta.

Quadro 15 – Sobre o porte do município e o tempo de atuação na PAS

Tempo de atuação	Porte do Município						Total
	Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio Porte	Grande Porte	Não sei	Sem resposta	
Menos de 1 ano	1	0	1	0	1	0	03
1 a 2 anos	2	1	1	0	0	1	05
3 a 5 anos	3	1	3	1	0	1	09
6 a 10 anos	7	2	2	1	0	0	12
11 a 15 anos	4	1	4	0	0	0	09
16 a 20 anos	1	1	1	0	0	0	03
21 anos e mais	0	1	1	0	0	0	02
Total	18	7	13	2	1	2	43

Fonte: sistematização da autora a partir da pesquisa no formulário on-line (2024).

Com relação à atuação na PAS, 41 profissionais declaram ingresso na referida política após a implantação da PNAS (2004). Identificou-se também o predomínio da presença de assistentes sociais em Municípios de Pequeno Porte I e Médio Porte, em similaridade com a característica da prestação de serviços socioassistenciais na região de estudo detalhada anteriormente. Chama atenção a coincidência entre o tempo de formação em Serviço Social e o tempo de atuação na PAS, para 27 respondentes. Observou-se, no registro de quatro participantes, que o tempo de formação é inferior ao tempo de atuação na PAS, o que provavelmente leva a considerar trabalharem em outra função dentro da referida política.

Para lidar com os dados coletados na pesquisa, adotou-se a análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2016), é uma técnica metodológica de análise aplicada em diversos discursos, a qual permite compreender as características por trás dos fragmentos de mensagens tomadas em consideração. Assim, o conteúdo de uma comunicação, o sentido de uma palavra ou de uma expressão não existe em si mesmo, mas apresenta uma visão polissêmica e expressa posições ideológicas inseridas no processo sócio-histórico, no qual as palavras e expressões são produzidas.

Os procedimentos utilizados envolveram: (a) a pré-exploração do material, por meio da leitura global do material coletado nas respostas dos questionários com o intuito de identificar e organizar os aspectos importantes para as demais fases. Após a identificação, realizou-se (b) a exploração do material por meio de várias leituras

das respostas dos questionários, orientada pelas questões a serem respondidas pela pesquisa e buscando identificar conteúdos em comum e relevantes à maioria das respondentes, ou seja, que não se repete no relato de outras respondentes, mas que guarda em si riqueza e relevância para o estudo. Aqui também ocorreu a aproximação aos dados e informações decorrentes da revisão bibliográfica e do levantamento documental, reconhecendo o encadeamento dos conteúdos, buscando sedimentar a fundamentação das reflexões construídas a partir da pesquisa. Uma vez identificados tais conteúdos, produziu-se a (c) sistematização e análise dos dados coletados, identificando os direcionamentos dos conteúdos analisados embasados em pressupostos teóricos, segundo o contexto histórico e social de sua produção.

Com base nesse processo investigativo, é possível apresentar os resultados da pesquisa organizados em capítulos, além desta introdução (que se apresenta como primeiro capítulo), os quais, apesar de distintos, possuem estreita relação entre si.

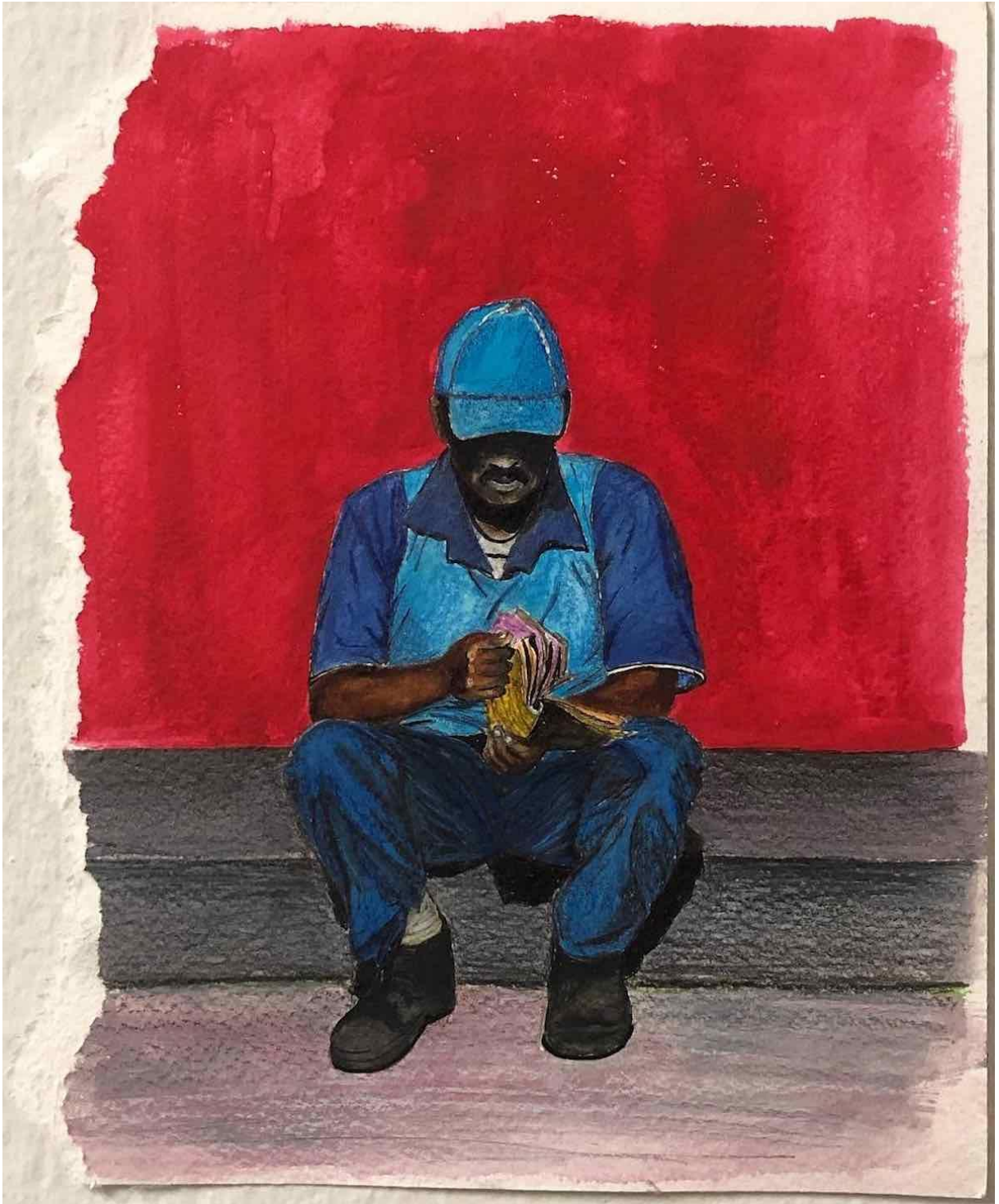
O segundo capítulo apresenta uma reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho, as relações entre as condições objetivas de trabalho e as possibilidades de desencadeamento dos processos de adoecimento de trabalhadores e trabalhadoras. Essa discussão ocorre a partir dos pontos de análise: (a) o trabalho no capitalismo contemporâneo a partir da reestruturação produtiva do capital da década de 1970; (b) o Serviço Social inserido no campo do trabalho em serviços; e (c) a relação entre o trabalho e o processo de adoecimento, a partir dos seus elementos desencadeadores com base nos procedimentos metodológicos realizados nesta pesquisa.

O terceiro capítulo estrutura-se com base nas regulamentações do plano jurídico normativo, político e cultural, e nas dinâmicas institucionais e autores que discutem a PAS. Nesse capítulo, o objetivo foi mapear e apresentar as condições de trabalho de assistentes sociais na PAS, trazendo reflexões a partir da organização da prestação de serviços socioassistenciais nas regiões de Campo Mourão e Cascavel, e a indissociabilidade entre o exercício das atribuições e funções exigidas aos profissionais nas equipes de referência e as prerrogativas que estabelecem as condições por meio das quais o trabalho é realizado.

O quarto capítulo aborda a discussão sobre o trabalho no período de vigência da pandemia da covid-19, momento este ímpar na história pois, mais do que nunca, colocou a saúde de trabalhadores e trabalhadoras tanto em exposição ao contágio de um vírus altamente letal, e deslindou uma configuração de trabalho que já vinha se

desenhando na conjuntura brasileira. Apresenta a discussão sobre a essencialidade da PAS em período pandêmico e as implicações que trouxe às formas de gestão e organização do trabalho de assistentes sociais no período da pandemia.

Encerramos esta tese com as “Considerações finais” a partir das permanências e resistências no trabalho de assistentes sociais após a pandemia. A expectativa é que a análise e as reflexões construídas nesta pesquisa possam contribuir com as discussões e compreensão de como as atuais condições de trabalho, em contexto de precarização, flexibilização e intensificação, influenciam em um processo de adoecer da classe trabalhadora, particularmente, das assistentes sociais.



"Operário", Jeff Alan (2020)
(www.spotart.com.br/produto/operario/)

2 TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E O MUNDO DO TRABALHO: OS RISCOS DE UMA SOCIEDADE EM ADOECIMENTO

“Não sois máquina, homem é que sois ...”

(Charles Chaplin, 1940)

O trabalho no sistema capitalista tem como principal preocupação a produção de bens e riquezas, cuja meta é o aumento constante de lucro, pouco se preocupando com o desenvolvimento e o reconhecimento humano e social de trabalhadores. O que interessa ao sistema capitalista é o indivíduo como força de trabalho, submetido às situações de exploração e dominação, fazendo que “o corpo e os potenciais psíquicos do trabalhador sejam consumidos pelo processo de trabalho e por constrangimentos a ele vinculados” (Seligmann-Silva, 2011, p. 136). Desse modo, as capacidades humanas consideradas vitais são consumidas no processo de trabalho, o que indica uma correlação desigual de poderes impostos por aqueles que detêm os meios de produção sobre o trabalho, os trabalhadores e as trabalhadoras.

A discussão sobre o trabalho no capitalismo vem ganhando visibilidade, revelando a exploração impingida pelo capitalismo, ao estabelecer a relação de compra e venda da força de trabalho, subordinando a classe trabalhadora aos interesses direcionados ao desenvolvimento econômico e político do capital. Antunes (2020, p. 8) afirma que o capitalismo “é uma complexa engrenagem econômica que não possui limites para a sua expansão (pois seu foco é sempre a produção de mais capital), sua resultante é uma acentuada destrutividade.” Ou seja, o capitalismo é destrutivo e, em suas crises, destrói-se e reconstrói-se para se manter como força viva e necessária ao seu próprio desenvolvimento econômico e político.

Essas considerações têm como objetivo refletir, a partir da revisão bibliográfica e das normativas que regulam o trabalho no Brasil, sobre as transformações do mundo do trabalho e a sua incidência sobre as condições objetivas de trabalho. O debate e a construção dos argumentos estão pautados nos autores e autoras que analisam as transformações do trabalho e sua importância na constituição do homem como ser social.

É neste capítulo, outrossim, que apresentamos a discussão sobre a relação entre as condições objetivas de trabalho como fator de saúde ou de adoecimento para os trabalhadores e as trabalhadoras. Nossa ênfase recai sobre o trabalho em serviços,

por ser este o âmbito de atuação de assistentes sociais na execução de políticas e serviços sociais, mediante condição de assalariamento, independentemente de ser em instituições públicas ou privadas. Essa condição de trabalhadora assalariada implica na dependência de condições oferecidas por quem contrata a sua força de trabalho, tais como, salário e a jornada de trabalho. Portanto, inserem-se no processo de degradação e exploração do trabalho que se manifesta na precarização, intensificação e flexibilização, características essas que podem desencadear processos de adoecimento.

Na construção do capítulo foram estudadas a produção de Antunes (2018), Alves (2022), Basso (2018), Dal Rosso (2008), Raichelis, Vicente e Albuquerque (2018), Souza e Silva (2019), entre outros. Além dessas obras, foram consultadas as comunicações orais dos trabalhos completos do ENPESS, conforme mencionado anteriormente. Destacamos que a ênfase dada ao material do ENPESS, por ser este o material que permitiu uma maior aproximação e aprofundamento em relação ao tema das condições de trabalho e dos conceitos que estão sendo construídos, por exemplo, cansaço, fadiga e desgaste, em relação com os visíveis processos de adoecimento de assistentes sociais.

2.1 TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Realizar a reflexão sobre as transformações societárias e a sua incidência no mundo do trabalho e para a classe trabalhadora nos remete à centralidade da categoria trabalho para a estruturação da sociedade capitalista (Antunes, 2011; Alves, 2009). Historicamente, o trabalho ocupa uma centralidade na vida dos homens. O modo como o trabalho se estrutura no capitalismo é essencial para entender as épocas econômicas, visto que “[...] indicam as condições sociais nas quais se trabalha” (Marx, 2017, p. 257). Ou seja, a sua organização condiciona o modo como a sociedade se coloca em torno da produção e reprodução da vida, no estabelecimento das relações econômicas, políticas e sociais.

Partimos do pressuposto que o trabalho é o “alicerce de toda a atividade humana” (Ranieri, 2004, p. 12), expresso na mediação entre homem e natureza (Marx, 2017), de modo a atender às suas necessidades e, ao mesmo tempo, constituindo-se como um sujeito histórico e político. Dito de outra forma, o trabalho caracteriza-se pelo processo histórico, da condição humana, em que o homem, para se manter vivo e

reproduzir-se, impõe à natureza modificações de forma a adequá-la às suas necessidades (de alimentação, habitação, vestuário, aquecimento, entre outras). Essa realidade nos remete à análise de Marx sobre o trabalho no capitalismo, quando afirma considerar o trabalho como um processo entre o homem e a natureza, no qual a “utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe” (Marx, 2017, p. 216), e “o valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção” (Marx, 2017, p. 209).

Por conseguinte, para garantir o aumento da produtividade, a otimização e a maximização dos lucros, é intensificada a extração do sobretabalho e, sob o jugo do capital, os trabalhadores estão sujeitos às determinações decorrentes da relação de compra e venda da força de trabalho, uma vez que, ao comprador, cabe o direito de fazer o trabalhador trabalhar, de estabelecer jornada de trabalho e o seu prolongamento para otimizar a produção. As relações entre os homens também estão pautadas no trabalho, configurando-se, portanto, como um elemento da sociabilidade humana, ou seja, por meio do trabalho é possível ao homem o seu reconhecimento como um ser social na medida em que, ao transformar a natureza, transforma a si mesmo. Nesse sentido, ao estabelecer relações construídas historicamente, os homens estabelecem relações afetivas e emocionais, desenvolvem habilidades e imaginação, conhecem as suas próprias forças e limitações, alterando a visão que têm de si e do mundo.

Com o desenvolvimento, a complexificação e a mercadorização dos modos de produzir, os homens criam outras formas de relação com o trabalho. O advento do capitalismo cria a necessidade de divisão do tempo e das tarefas, sendo preciso um conjunto de técnicas para a aumentar a produção, em um espaço de tempo reduzido. De acordo com Dal Rosso (2008, p. 46) ,

Para aumentar a produção de valor, o capitalista aumenta o número de horas de trabalho, elevando seu limite superior ao máximo suportável. Como essas jornadas intermináveis colocavam em risco a saúde e a vida dos trabalhadores, eles próprios, com o apoio de importantes setores da sociedade, mobilizaram-se exigindo o estabelecimento de controles legais sobre o número de horas.

Com o aumento da produtividade, aquilo que era produzido como valor de uso para a subsistência humana é transformado em valor de troca, constituindo-se como

uma mercadoria. Essa troca ocorrerá entre as classes sociais, entre os que detêm os meios de produção, maquinário, infraestrutura, ou seja, a emergente burguesia e a classe trabalhadora, que precisa vender sua força de trabalho, em troca de um salário determinado pelo comprador, de forma a obter meios de suprir suas necessidades. Na sociedade capitalista a força de trabalho é convertida em mercadoria, ou seja, a “existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria” (Marx, 2004, p. 24).

A diferenciação de valor de troca, circulação de mercadorias, divisão do trabalho são alguns dos determinantes que dão sustentação para emergência e consolidação do modo de produção capitalista, no qual o acúmulo de mercadorias propicia o crescimento de capital. Destaca-se que o capitalismo tem suas leis de funcionamento, a primeira e fundamental é a produção de mercadorias destinada ao lucro. Com o desenvolvimento do modo de produção, as relações sociais e econômicas se tornam mais complexas, pois o trabalho humano assume a forma de trabalho assalariado, condições estabelecidas até hoje no modo de produção capitalista (Silva, 2015). Nessa relação indissociável entre capital e trabalho assalariado, o “trabalhador não tem apenas que lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade” (Marx, 2004, p. 25). Ao trabalhador cabe a venda da sua força de trabalho, trabalhar, produzir, e seu salário é pago pela venda da força de trabalho e não pelo produto produzido ou resultados alcançados.

Nessa perspectiva, o trabalhador perde o domínio sobre o produto do seu trabalho. Marx (2017) afirma que o produto do trabalho é de quem comprou a força de trabalho, daqueles que detêm os meios de produção. Assim, “torna, portanto, o produto do trabalho cada vez mais estranho perante o trabalhador” (Marx, 2004, p. 27). Desse modo, é possível constatar que a única alternativa que resta ao trabalhador é vender sua força de trabalho ao capitalista que a queira comprar conferindo “[...] ao comprador o poder sobre como será utilizada essa mercadoria” (Dal Rosso, 2008, p. 24). Ao vender sua força de trabalho, esta deixa de lhe pertencer, à medida em que “[...] o momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista” (Marx, 2017, p. 222).

Ao estabelecer o modo como o trabalho será desenvolvido no capitalismo, é certo afirmar que a análise de Marx (2017, p. 255) é fundamental, quando assevera

que “o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho”. Nesse sentido, estabelecem-se as relações de dominação entre o capital e o trabalho, à medida em que, ao vender sua força de trabalho, o trabalhador fica subordinado

[...] a demanda de trabalho [...] sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores (Marx, 2017, p. 715).

É possível afirmar que a regulação do mercado de trabalho, da relação de compra e venda da força de trabalho e do estabelecimento da remuneração do trabalhador, é de domínio do capital, não cabendo ao trabalhador o preço pelo qual sua força de trabalho será vendida. A discussão do assalariamento está diretamente associada ao modo como o capitalista maneja os meios de produção, estabelece os processos de trabalho, o tempo gasto para a realização do trabalho, além de determinar, ao trabalhador, a sua jornada de trabalho. Partindo daí, identifica-se que o trabalho executado pelos trabalhadores será estabelecido em condições que não os permite estabelecer o modo como o executarão, tampouco as condições de trabalho essenciais para a sua realização.

Ocorre, portanto, uma processualidade contraditória, pois, ao mesmo tempo que o capital precisa da força de trabalho para aumentar a sua produção e garantir lucros, submete o trabalhador ao desgaste físico, mental e intelectual, alterando as atividades, os meios e os instrumentos de trabalho. Como mencionado, essas alterações ocorrem sem a anuência do trabalhador, interferindo não somente na produção, mas também na vida deste, em que a luta pela saúde se identifica com a luta pela sobrevivência (Dejours, 2015).

Em diferentes momentos históricos, encontramos os marcos das transformações no modo de produzir e organização de como o trabalho é executado, porém sem perder de vista a extração de mais valor. Conforme Dal Rosso (2008), assim como a Revolução Industrial repercutiu sobre a classe trabalhadora, dando origem à classe operária e com os impactos sobre suas condições de trabalho e de vida, as reestruturações produtivas e a Revolução Informacional estão presentes na sociedade contemporânea com seus impactos sobre a vida e saúde dos trabalhadores.

Com o mesmo direcionamento, Antunes (2013) menciona que, no capitalismo contemporâneo, a partir da década de 1970, ocorre uma desproletarização do trabalho industrial, ou seja, a diminuição da classe operária industrial e a expansão do setor de serviços, no qual se localizam as atividades de comércio, finanças, seguros, negócios, divertimentos, saúde, entre outros. Essa “metamorfose no mundo do trabalho” ocorre em função da automação, da robótica e da microeletrônica, mas que, para a classe trabalhadora, repercute com o consequente desemprego estrutural e subproletarização do trabalho, dada a expansão do trabalho “precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’, entre tantas modalidades existentes” (Antunes, 2013, p. 64).

Isso porque, na década de 1970, encontramos uma significativa reestruturação produtiva e organizacional no modo de produzir, com repercussões nos aspectos econômico, político e social, intensificando-se as sequelas da questão social²⁹. As transformações do capital inauguram um novo estágio de acumulação, aprofundando a divisão do trabalho e requerendo novas formas de cooperação e controle no processo de produção e reprodução social, com implicações no mundo do trabalho. Essas transformações instituem significativas redefinições na sociedade, no Estado, nas políticas sociais, nas profissões, e, ainda, extrapolam a esfera econômica, incidindo sobre todas as esferas da vida humana e que afetam diretamente o conjunto da vida social (Paulo Netto, 1998).

Nesse período, a economia capitalista instaura novos processos produtivos, baseado no taylorismo e fordismo, com características rígidas no modo de produção e de regulação da jornada de trabalho, de direitos sociais e previdenciários (Alves, 2022). Além disso, observa-se um modo de produzir pautado nas inovações administrativas e tecnológicas, como a racionalização do trabalho, a introdução da esteira automática para a produção em massa através das linhas de montagem e com produtos mais homogêneos, controle do tempo e dos movimentos dos trabalhadores/as que estabeleceram um ritmo mais intenso de trabalho, visando o aumento da produtividade. Essas inovações,

²⁹ A questão social é aqui apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais decorrentes da contradição entre o capital e o trabalho, produzidas e reproduzidas na dinâmica das relações entre as classes sociais e a resistência ao processo de exploração vivenciado pela classe trabalhadora. De acordo com Iamamoto (2004, p. 95), é compreendida como “o processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político, exigindo, a partir de suas lutas, o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado”.

Por sua vez, permitiram a elevação dos salários e a distribuição de muitos benefícios sociais, graças ao fortalecimento dos sindicatos, principalmente nos países de antiga tradição industrial, ao mesmo tempo em que baratearam as mercadorias e permitiram o ingresso de trabalhadores na sociedade do consumo [...] (Lazzareschi; Graglia; Huelsen, 2021, p. 195).

Apesar do modo produção taylorista e fordista propiciar o aumento da produtividade, crescimento da economia e o acesso dos trabalhadores aos bens de consumo, no seu contrário, é identificada a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, reforçando a perda da totalidade do processo de trabalho, “[...] o que o impossibilita de desenvolver suas potencialidades no e pelo trabalho (Dantas, 2018, p. 2). Há ainda a degradação das condições de trabalho, intensificando o ritmo da produção, aumento de acidentes de trabalho e desregulamentação dos direitos e contratos de trabalho. Desse modo, o movimento operário organiza-se para reivindicar, via sindicatos, melhores condições de trabalho, expressando, assim, as lutas e resistência dos trabalhadores, visando a conquista de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais.

Ao final do século XX, o taylorismo/fordismo dá sinais de esgotamento e crise. Esse modo de produção, em razão da produção em série, trouxe um acúmulo de mercadorias, desencadeando uma crise de superprodução e com isso são dadas as bases para a expansão do toyotismo como forma de organização do trabalho pautada no trabalho flexível. Expande-se, igualmente, o processo de globalização da economia, que impulsiona a necessidade de desenvolvimento de inovações tecnológicas informacionais e o estabelecimento de uma nova gestão do trabalho subordinada às exigências do mercado altamente competitivo sob a premissa da acumulação flexível. Enquanto processo ágil e lucrativo, pautado no *just in time* (JIT), inclinado a metas de produtividade, tendo como pressuposto “economizar tempo, espaço e trabalho para minimizar os custos da produção e maximizar a produtividade do trabalho” (Basso, 2018, p. 81).

Segundo Antunes (2013), novos processos de produção emergem, a produção em série e em massa é substituída por processos mais flexíveis, ágeis e lucrativos de produção de mercadorias. O autor menciona que as alterações na organização do trabalho são introduzidas na indústria automobilística japonesa, com a redução das unidades físicas das unidades produtivas, devido ao desenvolvimento de redes empresariais e redução de postos de trabalho, uma vez que um trabalhador/a passa

a operar simultaneamente várias máquinas. Há ainda a necessidade “[...] da empresa responder à crise financeira, aumentando a produção sem aumentar o número de trabalhadores” (Antunes, 2015, p. 42), e estes, quando necessários, são contratados de forma temporária e parcial, uma vez que a produção é conforme a demanda, ou seja, a reposição de produtos somente após a sua venda.

A força de trabalho no processo produtivo deve ser planejada empregando-se a mão de obra e produzindo o estritamente necessário, ou seja, uma empresa com produção enxuta que minimize estoques, produzindo de acordo com a demanda, de modo a garantir a maior intensificação possível do trabalho. Baseado no princípio do estoque zero para a otimização dos lucros, ocorre a redução tanto de estoque de materiais e produtos, quanto de força de trabalho e tempo de trabalho, tendo como consequência uma jornada de trabalho mais pesada e longa, resultando em maior fadiga para a classe operária.

Nesse sentido, essa reconfiguração do mundo do trabalho impacta diretamente o/a trabalhador/a, com a exigência de um trabalhador polivalente e multifuncional, além do exercício do controle da força de trabalho travestido da ideia de participação e envolvimento com as equipes de trabalho (Antunes, 2015; Dal Rosso, 2008; Alves, 2022). Além de reduzir os custos da produção, o toyotismo também se utiliza de mecanismo para reavivar o “sentimento de pertencimento à empresa” além da total dedicação e colaboração dos trabalhadores, sendo de fundamental importância que “cada um dê o melhor de si” capturando, portanto, a subjetividade dos trabalhadores/as.

Espera-se algo a mais do que uma obediência passiva, a saber, uma “tensão criativa” contínua para responder aos “desafios” (leia-se: às metas de produtividade) cada vez maiores que as empresas colocam diante deles. O segredo do toyotismo, em última instância, está todo aqui: em conseguir que um trabalhador empenhe em suas tarefas a totalidade de sua capacidade física e a totalidade de sua capacidade mental, que ele tenha iniciativa própria para ajudar a direção a retificar “rapidamente” eventuais defeitos do processo laboral e do produto (enquanto eles ocorrem); que nunca esteja com a mente “longe” quando se encontra no trabalho, mas que ele esteja sempre presente “em si mesmo” – de fato, em seu segundo e superior “si mesmo”, que é a empresa; que ele dê “o melhor de si” (e não somente suas capacidades executivas) no *fazer-se ele mesmo a empresa* (Basso, 2018, p. 116, grifo do autor).

Por isso, é notório que o toyotismo impôs um novo modo de relacionamento entre empresas e empregados, onde os trabalhadores são incentivados, para não dizer induzidos, a participar dos círculos de qualidade ou outras atividades, com um autocontrole dos trabalhadores sobre si mesmo, ênfase no trabalho em equipe, com grupos que se organizam e controlam seu próprio trabalho, de forma a obter um aperfeiçoamento contínuo, maiores taxas de lucro e a resolver rapidamente conflitos internos. Surge assim uma organização de trabalho horizontal com negociação de benefícios e direitos trabalhistas de forma direta entre empregadores e trabalhadores, ou seja, sem a mediação do sindicato.

Essa situação, além de enfraquecer o movimento dos sindicatos, vai pressionar o Estado à flexibilização das relações contratuais e trabalhistas, sob o discurso de solucionar rapidamente os conflitos e com consequências diretas para a classe trabalhadora. Destacamos a relevância da discussão das transformações no mundo do trabalho na forma como são organizados a gestão e os processos de trabalho, assim como o ordenamento jurídico de proteção ao trabalho, que, sendo flexibilizados, seus rebatimentos incidem diretamente na classe trabalhadora, que vivencia uma precarização, com a destruição do trabalho contratado e regulamentado, e busca respostas e atendimento das suas necessidades nas políticas sociais, espaço este de atuação de assistentes sociais.

Importante apontar ainda que as consequências da acumulação flexível não se limitam à produção industrial, mas espalha-se ao setor de serviços e a outras dimensões da vida humana uma vez que:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” [...] (Harvey, 2014, p. 140).

Observa-se, portanto, que a acumulação flexível provoca a expansão do deslocamento da classe trabalhadora para o setor de serviços que vivenciará, tal como na indústria, na agricultura, no serviço público, os rebatimentos das

transformações do mundo do trabalho com suas características da precarização, flexibilização e intensificação do trabalho.

Importa mencionar que a precarização é “[...] o centro da dinâmica do capitalismo flexível” (Antunes, 2014, p. 13), no qual as modalidades de organização e controle do trabalho são comandadas pela lógica da acumulação financeira. As manifestações da precarização do trabalho se fazem presentes na desregulamentação dos direitos do trabalho; desmonte da legislação social protetora do trabalho; submissão dos trabalhadores a contratos temporários de trabalho, sem estabilidade e registro em carteira, entre outras dimensões. O autor ainda destaca que uma das formas da precarização é a terceirização da força de trabalho nos mais diferentes setores, ramos produtivos e de serviços. Nesse tipo de precarização, as relações de trabalho se ocultam entre a empresa contratante e os trabalhadores subcontratados, seja na forma de empresa, pessoa jurídica (PJ) ou organização não governamental, com uma diferenciação entre os próprios trabalhadores em relação a salário e jornada de trabalho, levando a uma classificação de trabalhadores de primeira e segunda categoria (Antunes, 2014).

Desse modo, alteram-se as regulamentações legais trabalhistas, incidindo nas relações e condições de trabalho, trabalho informal, aumento do desemprego, das políticas de contenção e redução do poder de compra dos salários, salários mais baixos, do ataque à articulação política e sindical, além de medidas para desencorajar o absenteísmo e conflitos de trabalho (Basso, 2018). Em termos nacionais, é a partir de 1990 que essa reestruturação produtiva do capital se desenvolve intensamente no Brasil (Antunes, 2006) e incide sobre a regulamentação trabalhista e previdenciária³⁰, com um novo ordenamento legal para mediar as relações de trabalho, com consequências para trabalhadores/as brasileiros/as, inclusive, assistentes sociais.

Observa-se uma propagação de medidas de ajuste fiscal e econômico, aliado ao desmonte de políticas sociais e trabalhistas em direção às exigências da nova forma de produzir e que, como mencionado, espriam-se para outras esferas, como

³⁰ Exemplos das medidas é a Lei n.º 13.429/2017 que dispõe sobre o trabalho temporário e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, tanto nas atividades meio e atividades fim, onde “qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços, não existe vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário” (Brasil, 2017, art. 10). A Lei n.º 13.467/2017 irá regulamentar a modalidade de teletrabalho que pode ser realizada por meio de contrato de trabalho temporário ou indeterminado. Em termos das políticas sociais, a Emenda Constitucional de 95/2016 instituiu o novo regime fiscal, congelando, por vinte anos, os gastos nas políticas sociais. Apresentaremos essa discussão no terceiro capítulo.

o setor de serviços, incluindo os serviços públicos. As medidas empreendidas expressam a tendência à desregulamentação do trabalho adensando a sua fragmentação, a desproteção social dos trabalhadores, como a perda de emprego e a redução de salários, e o enfraquecimento das organizações da classe trabalhadora, com um significativo comprometimento nas suas condições de vida e de trabalho. Outrossim, é o capital reafirmando a força de trabalho como mercadoria (Antunes, 2014), subordinando os trabalhadores ao seu domínio ou ao seu descarte sem nenhuma consideração. Isso é um dos fatores determinantes para a insegurança e instabilidade no trabalho, motivo causador de sofrimento e angústia, com implicações para situações de risco de adoecimento no e pelo trabalho.

Além da precarização do trabalho, essa conjuntura de mudanças do capital tem repercussões para a classe trabalhadora, com a intensificação do uso da força de trabalho. Para Dal Rosso (2008), o conceito de intensificação do trabalho nos remete às exigências de mais trabalho e resultados no mesmo espaço de tempo, ou seja, o aumento da exploração do trabalho. Nos termos do autor,

O grau de intensidade pode ser aumentado basicamente de duas maneiras: uma, quando transformações tecnológicas fazem crescer a carga de trabalho; a outra, quando a reorganização do trabalho eleva a carga, na presença ou não de mudança técnica. O aumento do grau de intensidade impulsionado por mudanças tecnológicas ocorre durante os períodos de revoluções industriais, tal como nos dias de hoje com a revolução da informática (Dal Rosso, 2008, p. 45).

Tal como apontado, a intensidade remete ao ato de trabalhar por meio da elevação da carga de trabalho, o que leva ao maior esforço do trabalhador e o consumo de energia, uma vez que, na realização de atividades, o trabalhador empenha suas capacidades físicas, cognitivas e emocionais. Isso significa que a superexploração por intensificação está relacionada ao domínio do ritmo e aumento da jornada de trabalho, além da sobrecarga de atividades que implica na realização, da execução de mais atividades e funções. Há a intensificação do trabalho quando se percebe o aumento do consumo de energias do trabalhador em busca de melhores resultados, seja quantitativa ou qualitativamente, e que se apresentará ao trabalhador/a como uma sensação de cansaço.

Além disso, os/as trabalhadores/as identificam que as consequências da intensificação do trabalho são perceptíveis por meio da diminuição do tempo de

intervalo nas atividades produtivas, ou seja, a redução do tempo de descanso, de dormir, de comer, de cuidar de pessoas próximas, ou seja, de nutrir e viver afetos. Isso pode desencadear a fadiga, o sofrimento pelo trabalho e pelo crescente estresse, dada a incapacidade de conciliar de modo satisfatório trabalho, vida em família e vida social. Logo, verifica-se os riscos de danos à saúde física e mental, ou seja, à saúde de trabalhadores, e que pode levar a um adoecimento pelo desgaste da força de trabalho (Seligmann-Silva, 2011).

Tal como a precarização, essa característica da intensificação está presente nos setores industriais, no trabalho na agricultura, bem como no trabalho na esfera dos serviços e no funcionalismo público, áreas em que se concentra o trabalho de assistentes sociais. A intensificação torna-se referência central de organização para toda a sociedade, com a subordinação de exigências de aumento de resultados pela maior produtividade, pela utilização de inovações tecnológicas com vistas à otimização do tempo gasto para a realização do trabalho e a busca pela eficiência, eficácia e efetividade. Soma-se a isso a difusão ideológica do livre mercado e a flexibilização do trabalho que conduziu a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, desconstruindo a importância do trabalho assalariado, fomentando a terceirização e o estabelecimento de contratos de trabalho cada vez mais flexíveis e distante da proteção previdenciária.

Para Vasa (2006), a flexibilização é entendida “[...] como uma nova organização do trabalho [...]” e uma das “[...] alternativas para combater o desemprego” (Vasa, 2006, p. 45), uma vez que possibilita a liberdade da empresa na contratação de terceiros para a realização das suas atividades. Prática essa regulamentada na legislação brasileira com a Lei n.º 13.429/2017, que possibilita a terceirização por meio do estabelecimento do trabalho temporário, definido como “aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços” (Brasil, 2017, art. 2).

Embora seja apresentada como uma estratégia geradora de empregos, é mais uma modalidade de exploração do trabalho pelo capital, legalizando a ausência de vínculos empregatícios e deixando os/as trabalhadores/as mais expostos a situações de risco à saúde. Embora a legislação estabeleça “a responsabilidade da empresa contratante de garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos

trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou em local por ela designado”, estudos apontam que o número de acidentes de trabalho é maior entre trabalhadores terceirizados (Antunes, 2018, 2020; Dal Rosso, 2008), presentes em diferentes categorias profissionais.

Além da terceirização, a flexibilização também é expressa na legislação brasileira por meio da Lei n.º 13.467/2017 que dispõe sobre as alterações na CLT, a fim de adequá-la às novas relações de trabalho. Dentre as alterações, destacamos a regulamentação do teletrabalho, compreendido como “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não se constitua como trabalho externo” (BRASIL, 2017, art. 75-B). Nessa modalidade, o trabalho será desenvolvido fora das dependências da empresa, como o ambiente doméstico, com uso de suporte tecnológico.

Se, por um lado, o teletrabalho pode trazer vantagens como a diminuição do tempo de deslocamento do/a trabalhador/a, como apontado por Antunes (2018), essa modalidade de trabalho também é uma estratégia de eliminação de direitos do trabalho. Inclusive, a própria legislação relega ao/a trabalhador/a a responsabilidade com a sua saúde, o “empregador deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho” (Brasil, 2017, art. 75-E). Além disso, essa modalidade de trabalho caracteriza-se pelo incentivo ao trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido de convívio social, fragilizando os laços de solidariedade entre trabalhadores (Dejours, 2015) e a representação sindical (Antunes, 2018).

Podemos mencionar, ainda, que, segundo Vasa (2006), a flexibilização possibilita a contratação e dispensa de trabalhadores/as, conforme a produção e a venda; redução ou aumento do horário de trabalho sem aviso prévio conforme as necessidades da produção, subdividindo a jornada de trabalho tanto nos horários quanto nas características, como trabalho por turno, por escala, horário flexível. Isso repercute em pagamento de baixos salários com negociações salariais sem intermediação de sindicatos, subdivisão da jornada de trabalho. Assim, caracteriza-se como um trabalho precarizado, temporário e não continuado.

Além disso a flexibilização vai requisitar dos/as trabalhadores/as o exercício de múltiplas funções, o envolvimento participativo dos trabalhadores, nem que para isso sejam necessárias jornadas de trabalho mais extensas e flexíveis, em que

[...] o “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com a estrutura mais horizontalizada e integrada entre as empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. Mais recente, as práticas das “metas”, das “competências”, dos “colaboradores”, tornaram-se a regra do ideário empresarial (ANTUNES, 2014, p. 14).

Embora a finalidade seja a redução do tempo gasto para a realização do trabalho, observa-se a intensificação do ritmo e das atividades para trabalhadores, com o controle da jornada de trabalho por meio do estabelecimento de metas. Essa realidade não se limita ao âmbito privado, mas está presente, inclusive, nas relações de trabalho das organizações públicas. Destaca Alves (2022) que a flexibilização se manifesta por meio da redução da força de trabalho, o que significa a redução do gasto público, com a abertura de outras formas de contratação, visando a redução com a folha de pagamento e investimento em pessoal. Porém, é visível a precarização das condições de trabalho e da qualidade dos serviços.

A precarização no serviço público se manifesta não apenas nos baixos salários, mas ainda na retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, adoção da lógica de Gestão por Metas na organização do trabalho; diferentes formas de contratação precária como a terceirização, pejetização, expressando a necessidade imperiosa do capital de subsumir e subordinar o trabalho à lógica da acumulação e valorização. Tal como nos aponta Alves (2022, p. 36), “não se trata de aumentar a taxa de exploração no sentido de aumento da extração de mais-valia, mas sim de reduzir o gasto público visando garantir a espoliação do orçamento público pelo capital financeiro – um dos braços do capital oligopólio que controla o Estado neoliberal brasileiro”, justificando, portanto, a blindagem do orçamento público como um ponto crucial no movimento do capital contra o trabalho público.

Assim, as formas de produção impõem mudanças significativas ao mercado de trabalho, com transformações em razão da acumulação flexível e repercussões na recomposição do perfil do/a trabalhador/a, tanto na esfera privada quanto pública, com uma exigência de níveis de formação sempre mais qualificados e uma tendência à polivalência do trabalhador. Ou seja, “o trabalhador especializado não mais cabe no sistema” (Dal Rosso, 2008, p. 67), sendo necessária a polivalência, implicando em intensificação e requerendo esforço, conhecimento e realizações de operações diversas no ambiente de trabalho. A polivalência vai exigir e valorizar as qualidades

intelectuais, mentais, culturais que permitam o trabalhador a versatilidade na execução das tarefas, tomada de decisões rápidas e participação em equipes multifuncionais, em que cada trabalhador/a é transformado em “uma força de trabalho polivalente multifuncional, pautando suas ações em qualidade técnica, criatividade intelectual e concordância com o projeto em jogo” (Batista, 2014, p. 129).

Contudo, isso requisitará novas formas de gestão, cooperação, controle no processo de produção e reprodução social, com alterações nas condições objetivas e subjetivas de trabalho. A realização de várias tarefas concomitantes, na mesma jornada e pelo mesmo salário, exigirá o dispêndio de energias físicas e mentais do trabalhador/a, com um adicional de trabalho mental, afetando a sua vida e saúde, portanto, implicando na intensificação e precarização das condições e relações de trabalho.

A emergente desproteção dos direitos e regulamentação contratual também se apresenta aos/as trabalhadores/as pela vivência de diversificados modos de informalidade, tais como, o trabalho terceirizado sob a demanda e prazos dos contratante; trabalho temporário, sem nenhuma garantia de estabilidade ou permanência, oscilando entre o emprego e o desemprego; trabalho intermitente e parcial, ou seja, de forma esporádica, executando atividades somente quando chamado pela empresa e com pagamento apenas pelas horas trabalhadas.

A informalidade é mascarada pela ideia do empreendedorismo, do/a trabalhador/a que é dono da sua jornada de trabalho, induzindo os trabalhadores/as como produtores/as independentes ou empreendedores/as, e imprimindo uma falsa autonomia do tempo e do rendimento. A burguesia vende a ideia de que a desigualdade e a acumulação decorrem da ausência de iniciativa, da procrastinação dos trabalhadores e não como elementos que sustentam o capitalismo. Porém, como nos alerta Marx (2017), a força de trabalho é comprada pelo capitalista por seu valor diário e a ele pertence seu valor de uso, ou seja, adquiriu o direito de fazer o trabalhador trabalhar de modo a alcançar a sua autovalorização.

O capital não se importa com a duração da vida da força de trabalho. O que interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posto em movimento numa jornada de trabalho [...]. Assim, a produção capitalista que é essencialmente produção de mais valor, sucção de mais-trabalho, produz com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a debilitação da força humana de trabalho, que se vê roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e desempenho. Ela produz a exaustão e a morte prematuros da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo

de produção do trabalhador durante certo período mediante o encurtamento de seu tempo de vida [...] O capital não tem a mínima consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a menos que seja forçada pela sociedade a ter essa consideração (Marx, 2017, p. 281-285).

O trabalho é de quem comprou a força de trabalho. Nesse sentido, Marx (2017, p. 262) afirma que o trabalho pertence ao capitalista e essa situação não se limita ao trabalho industrial, mas espalha-se ao setor de serviços. Desse modo, as características da precarização, intensificação e flexibilização “[...] não se limita aos setores industriais, estende-se aos de serviços, quer sejam públicos ou privados. Os seus efeitos expandem-se para todas as esferas da economia” (Dal Rosso, 2008, p. 71), sujeitando os trabalhadores à exploração e degradação das suas condições de vida e saúde³¹.

Mesmo nos trabalhos informais, a jornada de trabalho é estabelecida previamente, sem a anuência do trabalhador, que se submete às condições cada vez mais precárias para se manter trabalhando. Com isso, no capitalismo, as condições objetivas e subjetivas de trabalho e de direitos para a classe trabalhadora são afetadas pelas modificações do processo de produção. Como nos indica a obra marxiana, se o trabalho vivo não pode ser completamente eliminado sob risco de comprometer sua própria reprodução, para a extração de lucro e mais-valia, o capital se utiliza da superexploração do trabalho.

Assim, é requisitado aos trabalhadores o aumento da produtividade, demandando, para tanto, esforços físico, mental e emocional, que desgastam e adoecem o/a trabalhador/a, “para coibir no todo ou em parte a patogenia do trabalho, ou se reduz sua intensidade, ou seu tempo ou a ambos” (Ribeiro, 1997, p. 103). Dessa forma, depreende-se que ter saúde ou não para o trabalho é uma exigência e princípio do mercado, a fim de garantir a produtividade esperada. A força de trabalho, enquanto uma mercadoria, é requerida pelo mercado em condições de saúde que possibilitem ao trabalhador a execução de um processo de trabalho (Abramides; Cabral, 2003).

Isso significa que ter saúde ou preservar as suas capacidades físicas, cognitivas e emocionais para trabalhar amanhã é uma exigência e princípio do mercado, de forma a garantir a produtividade esperada. No entanto, a força de trabalho, ao ser desgastada pela estrutura do trabalho no capitalismo, pode expulsá-

³¹ É neste contexto que abordaremos sobre o trabalho de assistentes sociais nos serviços, no item 2.2.

lo do mercado à medida que a força de trabalho “[...] é para ser consumida e substituída, à medida do seu ‘desgaste’, como qualquer outro elemento do processo de produção (Ribeiro, 1997, p. 103). Dessa forma, as “precárias condições de trabalho associam-se à precária condição de saúde dos trabalhadores” (Lacaz, 2016, p. 90) o levando-nos a afirmar que, diante das considerações históricas salientadas, a voracidade do capital em sua busca incessante por lucro, transforma a objetividade e a subjetividade do trabalho, submetendo a força de trabalho ao desgaste físico e mental, podendo representar um risco à saúde dos/as trabalhadores/as.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO EM SERVIÇOS

As considerações feitas até aqui têm como pressuposto que o trabalho no capitalismo se caracteriza pela exploração, ao estabelecer a relação de compra e venda da força de trabalho, subordinando a classe trabalhadora aos interesses econômicos e políticos do capital. Tal como mencionado, além de explorar os trabalhadores inseridos diretamente na produção, também alcança os assalariados em outras atividades, por exemplo, nos serviços, uma vez que também são submetidos à mercantilização da sua força de trabalho.

Nesse contexto, inserem-se as assistentes sociais como trabalhadoras na área de serviços, assalariadas, contratadas pelo Estado, para atuar na prestação de serviços vinculados às políticas sociais. Assim, busca-se, neste tópico, evidenciar a condição de compra e venda da sua força de trabalho, bem como as competências e atribuições profissionais a partir de discussões de autores como Yazbek (2018), Couto (2006), Raichelis (2011), Iamamoto (2012) e documentos normativos que regulam a profissão, como a Lei de Regulamentação Profissional e o *Código de Ética Profissional*.

Antunes (2020, p. 08) afirma que o capitalismo “é uma complexa engrenagem econômica que não possui limites para a sua expansão (pois seu foco é sempre a produção de mais capital), sua resultante é uma acentuada destrutividade”. Logo, a classe trabalhadora é exposta à fragilização dos direitos sociais dado os movimentos do capital em busca da redução de custos na produção e maximização de lucros. É nessa dinâmica das relações capitalistas, da contradição de interesses entre capital e o trabalho, que o Estado é convocado a se posicionar, uma vez que o “[...] Estado não é autônomo em relação à dinâmica dos processos produtivos, mas que opera

hegemonicamente em favor desses [...]” (Nogueira; Tumelero, 2015, p. 211). A intervenção estatal é estruturada para regulamentar as condições de trabalho e, ao mesmo tempo, responder às necessidades substanciais das classes trabalhadoras, dando as bases concretas para a formulação dos direitos sociais (Couto, 2006).

Essa intervenção ocorre por meio das políticas sociais e a sua implementação se efetiva em um longo processo histórico e social, e com diferentes tendências que variam desde o pensamento econômico liberal às perspectivas keynesianas de bem-estar social, o que implica em um Estado mais ou menos intervencionista no campo da proteção social (Couto, 2006; Yazbek, 2018). Ao discorrer sobre o assunto, Couto (2006) aponta as diferenças entre as intervenções estatais, em que, no Estado liberal, os direitos sociais firmam-se sob a "ótica individual" com pouca participação estatal nas demandas coletivas da classe trabalhadora.

Isso porque suas funções se restringem à defesa de território nacional e na criação de mecanismo de justiça na perspectiva dos direitos civis e políticos. A intervenção estatal na regulação entre capital e trabalho é restrita, uma vez que tem como pressuposto que a ação do mercado é suficiente para resolver as desigualdades sociais, sendo necessário conservar o espírito competitivo e empreendedor necessário ao desenvolvimento do capital. Sob esse viés, as políticas sociais caracterizam-se por serem “[...] residuais e voltadas para as distorções que possam intervir no processo de acumulação do capital, buscando corrigir as situações que são consideradas como naturais” (Couto, 2006, p. 63), com assistência aos comprovadamente pobres e na perspectiva de não substituir a estimulação ao trabalho e dessa forma atender as exigências do capital monopolista.

Convém destacar que o capitalismo monopolista é “[...] momento peculiar do desenvolvimento das forças produtivas do capital e do surgimento de novas necessidades sociais” (Gois, 2015, p. 59) e novas estratégias de submissão dos trabalhadores às condições de trabalho impostas para que permaneçam não só “passivos” a essa lógica, mas também aptos ao trabalho, no que tange às condições mínimas de sobrevivência. Nesse contexto, no âmbito das relações entre o Estado, mercado e a sociedade, são dadas as bases para a divisão social e técnica do trabalho para o exercício profissional de diferentes categorias profissionais, dentre elas o Serviço Social. Por isso, pensar sobre o Serviço Social pressupõe apreender o trabalho da assistente social dentro da complexidade e da diversidade do movimento

sócio-histórico de produção e reprodução social do capitalismo, que tem como premissa para sua existência a intensificação da exploração da força de trabalho.

Na era monopolista do capital, o setor de serviços expande-se, executando atividades que visam a reprodução das relações sociais e conservação das condições básicas de reprodução da força de trabalho (Gois, 2015). O Serviço Social se institucionaliza e a assistente social como trabalhadora assalariada irá desenvolver seu trabalho na formulação, implementação e execução das políticas sociais. Importa mencionar que, em termos nacionais, esse é um período de intensas transformações políticas, econômicas e sociais, e tanto as políticas sociais como o exercício da profissão marcam características dos períodos históricos.

A emergência da profissão é datada, no território brasileiro, nos meados da década de 1930, e, em território paranaense, nas décadas de 1940 e 1950. Esse é um período de expansão capitalista associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social, e a profissão tem como função a tarefa de buscar uma melhoria nas condições de vida e sobrevivência para os/as trabalhadores/as, sem que as estruturas desse modo de produção sejam questionadas. O rebatimento dessa função terá impacto imediato na manutenção e controle da força de trabalho.

Segundo Nogueira (1998), esse período é caracterizado como um dos mais emblemáticos da história da República brasileira, de modernização capitalista na indústria, reforço da presença estatal na sociedade e derrota da democracia com a emergência de uma ditadura: o Estado Novo.

Os anos 1930 foram determinados pelo esforço para viabilizar um novo sistema de poder, fundado no compromisso interelites de industrializar aceleradamente o país com base na modernização das estruturas do Estado e na incorporação das massas urbanas emergentes (Nogueira, 1998, p. 21-22).

Foram anos ricos em turbulência institucional, agitação política e efervescência cultural, que se espriam pelas duas décadas seguintes. Esse período se caracteriza também por uma política de organização da estrutura sindical brasileira, de forma corporativista e subordinada ao Estado. Delineou-se uma política de massas fundada no paternalismo estatal ou populismo que corporificou todo um modo de pensar o Estado e o seu enfrentamento às sequelas da questão social.

Segundo Iamamoto (2013), a partir das grandes mobilizações da classe operária brasileira nas duas primeiras décadas do século XX, o debate sobre a

questão social exige posicionamentos das principais instituições dominantes do país: a Igreja e o Estado. Para o Estado, a questão social é legítima, vai preservar e regular a propriedade privada, buscando impor limites legais aos excessos da exploração da forma de trabalho e tutelar os direitos daqueles que necessitam do amparo. Para a Igreja, a questão social está relacionada à moral religiosa:

A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam pelas tradições, dogmas e princípios morais que a igreja é depositária. Deus é a fonte de toda a justiça e apenas uma sociedade baseada nos princípios cristãos pode realizar a justiça social (Iamamoto, 2013, p. 21).

Assim, Estado e Igreja compartilham a atuação frente à questão social com o objetivo de recristianização da sociedade através de grupos sociais, especificamente, a família, livrando os trabalhadores das influências socialistas e do movimento operário, harmonizando as classes a partir do comunitarismo cristão. Em vista disso, a profissão se gesta e se desenvolve em estreita relação com a Igreja e com o setor público em decorrência da ampliação da intervenção estatal mediante as políticas sociais. Influenciada por essas perspectivas, nas suas origens, a intervenção profissional de assistentes sociais fundamentava-se em uma abordagem da questão social como problema moral e religioso, com priorização de ações voltadas para “a formação da família e do indivíduo” (Yazbek, 2009, p. 3), voltada à integração de seus clientes nas relações sociais vigentes.

As requisições e demandas profissionais concentram-se na reprodução do controle e da ideologia dominante, com uma postura de neutralidade das profissionais ante o quadro político, econômico e social do país. A atuação direciona-se reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente, visando a “obtenção de consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente” (Iamamoto; Carvalho, 1996, p. 109). Desse modo, a profissão apresenta uma tendência predominante de reforço dos mecanismos de poder e com uma intervenção direcionada a subordinar os pobres e os trabalhadores aos ditames econômico-ideológicos da classe dominante (Trindade, 2001). Com base na atividade de cunho assistencial, “seus feitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho” (Iamamoto, 2013, p. 23).

Nesse direcionamento, o trabalho profissional é realizado na perspectiva preventiva dos problemas sociais, através das entidades filantrópicas privadas³² e do Estado. As orientações são direcionadas para uma ação educativa voltada aos problemas individuais, por meio de um tratamento de cunho doutrinário e moralizador, pois os valores e princípios orientadores do trabalho profissional, nesse período, pautam-se nos fundamentos filosóficos da Doutrina Social da Igreja Católica, cujos princípios revelam posicionamento que legitimam a desigualdade social como algo natural e necessária à reprodução da ordem harmônica, ou seja, na busca do bem comum e conciliação das classes. No entanto, essa é uma perspectiva desse momento histórico e social, uma vez que, em sua trajetória, o Serviço Social brasileiro apresenta um redimensionamento de seus aportes teóricos, éticos e políticos, conforme a conjuntura no qual se insere.

No contexto sócio-histórico brasileiro, entre as décadas de 1940 a 1970, observa-se a ampliação da intervenção do Estado, com estratégias de desenvolvimento concentradoras de capital. Essas intervenções têm como foco o desenvolvimentismo em busca do crescimento econômico acelerado, impulsionado pela criação das empresas estatais e a instalação de filiais de empresas multinacionais no Brasil, principalmente, no ramo automobilístico. O Estado assume algumas reivindicações da classe trabalhadora, para atender os interesses do capital, inicialmente, a partir de medidas trabalhistas, ou seja, na relação entre capital e trabalho. O atendimento a essas reivindicações não é de forma integral, mas parcial, marcado pela seletividade, pela lógica da contrapartida e da meritocracia. Assim, o Estado brasileiro vai subordinar os direitos sociais aos interesses do capital, ou seja, enfraquecendo a luta sindical e as formas de manifestação da classe trabalhadora.

Destaca-se que essa postura do Estado brasileiro ocorre em consonância com a conjuntura internacional, na qual registra-se, sobretudo na Europa, a vigência do Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*, de origem inglesa, a partir do seu fundador Lord Beveridge. Conforme Fleury e Ouverney (2008), constituído um produto histórico, apresenta como elementos determinantes a saída da população do campo em direção à cidade, em razão da industrialização, e a organização dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Nesse modelo de Estado, ocorre o aumento da

³² De acordo com Silva e Silva (2011), as instituições são a Legião Brasileira de Assistência, em 1940; o Serviço Nacional de Aprendizagem, em 1942; e o Serviço Social da Indústria, o Serviço Social do Comércio e a Fundação Leão XIII, em 1946.

intervenção estatal às crescentes demandas do mercado e dos trabalhadores, em um contexto de mudança na divisão do trabalho e enfraquecimento das funções de proteção das famílias, com a criação de mecanismos redistributivos por meio de políticas sociais. Logo adota princípios

[...] do universalismo, da igualdade e da desmercadorização de direitos sociais. Ancora-se no pleno emprego, sendo que o direito ao trabalho é tão importante quanto o direito à renda, fazendo que o Estado tenha o papel de assumir e socializar os custos das famílias (Couto, 2006, p. 65).

Por conseguinte, ocorre uma intervenção estatal na economia em busca de mudança no papel do mercado, em direção à garantia de renda mínima para indivíduos e famílias, para o enfrentamento às contingências sociais e assegurando aos cidadãos o acesso a um rol de serviços sociais. Assim, criam-se as bases do sistema de proteção social, exigindo um aparelho burocrático do Estado, com repercussões em legislações e investimentos em políticas sociais, além de uma estrutura sindical para avanço na área dos direitos sociais. Esse avanço ocorre, sobretudo, àqueles que contavam com a carteira de trabalho registrada. Aos demais trabalhadores/as, as ações assistenciais eram relegadas às obras sociais e filantrópicas desenvolvidas por organizações sem fins lucrativos.

Para Vianna (2008), o período a partir da década de 1970 é emblemático em razão das críticas do Estado de Bem-Estar Social, tanto pela crise econômica manifesta por meio do desemprego; mudanças na estrutura demográfica, com a diminuição da população economicamente ativa em relação à inativa e aumento da longevidade; e crise política decorrente da insatisfação da população com a qualidade decrescente dos serviços públicos. Assim, há uma diminuição dos gastos sociais, sobretudo na Europa, com um maior rigor nos critérios de seletividade para acesso aos benefícios e serviços, especialmente, previdenciários e de saúde, e expansão dos benefícios assistenciais.

Em termos nacionais, essa ampliação da intervenção estatal no campo da proteção social por meio das políticas sociais ocorre no período histórico que o Brasil é regido pela Ditadura Militar³³, em um contexto marcado por censura e repressão no

³³ A Ditadura Militar compreende o período de 1964 a 1985, quando militares assumiram o poder, no Brasil, a partir de um golpe, com a finalidade de acabar com o governo populista, afastar o risco da instalação do comunismo e transformar o país em uma potência econômica internacional, conforme

exercício dos direitos civis e políticos. Em termos econômicos, os governos militares adotam um conjunto de medidas econômicas, denominado “Milagre Econômico³⁴”, com crescimento acelerado na economia e no consumo de bens duráveis como veículos e eletrodomésticos, construção de hidrelétricas, estradas e parques industriais. Contudo, esse “Milagre” não alcançou as classes sociais de forma igualitária, uma vez que o grande capital foi beneficiado e a classe trabalhadora submetida a diversas formas de exploração, incluindo, por exemplo, o arrocho salarial, no qual o salário-mínimo não acompanhava o reajuste da inflação, situação essa que favoreceu a atração de empresas internacionais, dado o baixo preço da força de trabalho. Registra-se ainda a extensão das horas de trabalho dos/das trabalhadores/as para compensar os baixos salários, a qual, associada às más condições de trabalho, sujeitavam os/as trabalhadores/as aos acidentes (Haebert, 1992). Além disso, as taxas de mortalidade infantil, analfabetismo e péssimas condições de qualidade de vida (Couto, 2009) contribuíram para que a desigualdade social se tornasse ainda maior. As respostas do capital às demandas sociais eram estabelecidas pelo Estado de forma tecnocrática, com um forte controle do aparato estatal e da classe trabalhadora, dada a característica do governo repressivo e agressivo, sem a liberdade de expressão, dificultando as reivindicações trabalhistas.

Com o “Milagre Econômico”, a expectativa era que o crescimento econômico resultasse automaticamente em um desenvolvimento social. Todavia, a questão social foi se agravando cada vez mais, resultando na necessidade de posicionamento e intervenção do Estado. A política social desse período é marcada pela compreensão de que o direito à sua concessão era para quem os governos entendiam ser merecedores (Couto, 2009). Entende-se por merecedores os que estavam inseridos no mercado de trabalho e contribuíram com os planos previdenciários, estando, portanto, as políticas sociais em estreita vinculação ao sistema produtivo, de forma a corrigir as distorções entre a produção e o consumo. Aos demais trabalhadores, cujo trabalho era considerado informal, restava a prestação de serviços assistenciais, gerida sob a responsabilidade de instituições de caridade e filantrópicas. Desse modo, com a instalação desse Estado autoritário, a questão social é tratada com ações

apontado por Couto (2006), ao discorrer sobre a construção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil.

³⁴ Sobre o “Milagre Econômico”, consultar Habert (1992).

pontuais e individualizantes, caracterizada pelo binômio repressão/assistência, subordinado aos preceitos da segurança nacional e aos interesses do capital.

Em termos da profissão, observa-se que, nesse período, o Serviço Social repensa suas bases teóricas e filosóficas, em busca da tecnificação da profissão, com a incorporação de novas correntes teóricas que enfatizavam a proposta de ajustamento e ajuda psicossocial, para a correção das disfunções individuais e sociais. É no diálogo entre profissionais do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA), que o Serviço Social brasileiro vai incorporar o tecnicismo. Com o surgimento das grandes entidades filantrópicas privadas e a instalação das empresas multinacionais decorrentes do Milagre Econômico, amplia-se o mercado de trabalho e diversifica-se a clientela atendida pelas assistentes sociais, uma vez que os/as trabalhadores/as urbanos passaram a ser alvo das políticas sociais do Estado. O Serviço Social reorienta a sua direção para atender as novas configurações do desenvolvimento capitalista, que passa a requerer profissionais apropriadas ao aparato burocrático e tecnocrático, e que pudessem intervir diretamente na relação capital/trabalho, em meio às manifestações dos trabalhadores, exigindo-se, portanto, uma maior qualificação e sistematização da intervenção profissional.

Embora as profissionais tenham redirecionado suas ações em direção a um maior tecnicismo, seus valores e princípios permanecem assentados em uma visão acrítica e aclassista que se sustenta em pressupostos de uma sociedade harmônica e equilibrada, tendo como objetivo a união da sociedade ao governo enquanto forma de chegar ao desenvolvimento (Silva e Silva, 2011; Iamamoto, Carvalho, 1998). Nota-se que é um período de avanço profissional, contudo, as primeiras influências do período de formação não são abandonadas, mas deixam uma herança significativa, a qual é redesenhada por um quadro instrumental e positivista adotado pela categoria profissional.

No que se refere ao Serviço Social, o primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização foi buscado na matriz positivista e conseqüentemente na sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. A teoria social, assentada no positivismo, aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. [...] As mudanças apontam para a conservação e preservação da ordem estabelecida, isto é, do ajuste [...]. O que impedia uma visão crítica acerca da questão social, nesse período, entre outros elementos, eram os aportes teóricos que o Serviço Social utilizava para explicar a realidade

social: os fundamentos filosóficos da Doutrina Social da Igreja (Neotomismo), os conteúdos ideológicos (pensamento conservador) e a perspectiva analítica então hegemônica nas Ciências Sociais (Positivismo). A profissão “aceitava” a base de legitimidade e o significado de sua “função social” atribuídos pelo Estado e pelo empresariado (Andrade, 2008, p. 278-279).

Influenciado pelas perspectivas citadas, nesse período, o trabalho profissional apresentou um caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa, buscando a conciliação entre capital e trabalho. Para embasar sua ação, utilizou-se dos princípios da teoria da modernização, presente nas Ciências Sociais. Sob o conservadorismo moderno, lamamoto (2013) destaca que a sociedade passa a ser compreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Tem-se, nos pequenos grupos, as fontes da sociabilidade e da moralidade e

Esse esquema de percepção permite conciliar a concepção humanista cristã de vida e a exploração burguesa do trabalho. Aí a exploração das classes é suposta e os esforços passam a se orientar no sentido de fazer com que o burguês e o operário sejam solidários, visto que sua condição comum, a de pertencerem a uma mesma “comunidade produtiva” e também de “seres humanos”, supera qualquer diferença social. Como as bases da organização social são tidas como dadas e não questionadas em suas raízes, a solução entrevista limita-se à reforma do homem dentro da sociedade, para que deve contribuir o Serviço Social (lamamoto, 2013, p. 33).

Essa reestruturação da profissão não decorre de causalidade endógena, ou seja, apenas por condições internas à própria profissão, mas foi propiciada pela reorganização do modo de produção do capital e do Estado. Sob a vigência do regime ditatorial, houve a ampliação estatal na atuação nas políticas sociais, ainda que esta tenham sido de forma controladora, autoritária e direcionada a favorecer a obtenção de maiores lucros aos monopólios nacional e internacional, conforme explicado. No entanto, Bravo (2011) destaca que o aumento do *déficit* público aliado ao acirramento das tensões sociais e da violência urbana permitiu o surgimento de movimentos operários e populares na luta pelas reformas, ainda que esse período se caracterize pela repressão política, em que qualquer manifestação trabalhista ou contestação era respondida de forma violenta.

Como forma de preservar uma parcela da classe trabalhadora e condições de inserção no mundo do trabalho, a questão social foi enfrentada por medidas de

educação, ampliação do alcance da Previdência Social e extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores/as rurais. A racionalidade burocrática das reformas promovidas pelo Estado, acompanhada de uma crescente tecnocratização e cientificidade das atividades institucionais, impôs às assistentes sociais novas demandas ao exercício profissional, com o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com metodologia de ação de análise, diagnóstico e planejamento (Yasbek, 2009).

Esta conjuntura do modelo implantado no regime ditatorial redefiniu e exigiu um novo perfil dos assistentes sociais, e os objetivos da atuação se voltaram para a integração nacional, com ênfase na proposta de ajustamento e ajuda psicossocial, para a correção das disfunções individuais e sociais. A repercussão desse processo no trabalho de assistentes sociais ocorre com o deslocamento do seu eixo de intervenção com predominância no indivíduo para a comunidade, com enfoque na execução de políticas sociais e dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC)³⁵, o que possibilitou a abertura de novas técnicas, como reunião e nucleação de grupos (Silva e Silva, 2011). Sob o estímulo de organismos internacionais, como a ONU (Organização das Nações Unidas), que, utilizando-se do argumento de que a pobreza é um entrave e uma ameaça para as populações, a ênfase no trabalho de DC teve como finalidade responsabilizar e capacitar as comunidades regionais e nacionais a contribuírem com o progresso do país.

Para Smith (1971), a comunidade está debilitada quando não está organizada ou encontra-se em atraso em relação ao capital. Portanto, na estratégia do DC, são as pessoas as responsáveis pelas mudanças sociais, reiterando-se a perspectiva tradicional de culpabilização dos indivíduos pelos problemas sociais. A comunidade deve, segundo essa concepção, chegar ao convencimento de que os instrumentos para o seu desenvolvimento residem nela e, por conseguinte, as razões para o seu atraso também se explicam a partir dela mesma.

Mesmo com a predominância destas características, a ênfase no trabalho de DC demandou um campo de atuação aos assistentes sociais. Ainda que neste período histórico a atuação estivesse pautada na educação de indivíduos e grupos para promover o bem estar social e uma humanização do capitalismo (Bravo, 2011), a

³⁵ O Desenvolvimento de Comunidade se constitui como uma estratégia de intervenção, a fim de responsabilizar e capacitar as comunidades regionais e nacionais a contribuírem com o progresso do país (Bravo,2011).

aproximação à estratégia do DC por algumas assistentes sociais ocorre com o intuito de forjar um novo projeto profissional que questionava a perspectiva hegemônica da profissão. Contudo, sob a inspiração da fenomenologia, os profissionais apropriam-se da visão de pessoa e comunidade numa perspectiva microscópica e realizam a intervenção na comunidade pautada na ajuda psicossocial, com destaque para a dimensão da subjetividade, de maneira a alcançar a coesão social, neutralizando os questionamentos político-econômicos e sociais às causas estruturais do agravamento das desigualdades sociais.

No período de distensão política (Bravo, 2011; Paulo Netto, 1998), compreendido dos anos de 1974 a 1979, o processo de resistência democrática se ampliou e se aprofundou, exigindo novos posicionamentos e concessões que ocasionaram o desgaste do sistema ditatorial com uma conseqüente crise social e política. Sob a influência dos posicionamentos dos cristãos de esquerda, que colocam a conscientização e a politização como essenciais para as mudanças estruturais, o Estado burocrático-autoritário precisou se reestruturar. O enfrentamento às expressões da questão social ocorreu por meio de ações de repressão e assistência e as políticas sociais implementadas pelo Estado e entidades filantrópicas privadas assumem característica com rebatimentos na profissão, a saber:

[...] extrema centralização política e financeira em nível federal; acentuada fragmentação institucional para sua operacionalização; exclusão da participação social nos processos política de decisão; forte conteúdo corporativo das demandas, decisões e implementação das políticas e programas; uso clientelístico dos recursos e distribuição de benefícios; autofinanciamento do investimento social e privatização dos setores rentáveis (educação, saúde, habitação) (Silva e Silva, 2011, p. 53).

A partir dessa lógica, Silva e Silva (2011) destaca que o trabalho de assistentes sociais passa a ser pautado na busca pela eficiência das ações e da modernização da profissão, com enfoque nas ações de planejamento, coordenação e administração, o que leva ao esforço de capacitação profissional para a atuação e participação em equipes interprofissionais. Assim, observa-se que a profissão vai se embasando em uma fundamentação teórica, ética e política, conformando novas bases para o trabalho profissional. Com isso, o Serviço Social brasileiro busca o avanço técnico e a modernização da profissão, conforme a conjuntura da sociedade brasileira.

A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, ganhou destaque o acirramento da crise político-econômica social, o que exigiu uma nova postura na relação do Estado e da sociedade civil. A insatisfação com o regime militar fez avançar a rearticulação da sociedade civil, tanto de movimentos seculares como aqueles com vinculação religiosa. A pressão da classe operária por meio do movimento sindical, a conjuntura de crise do modelo implantado no regime ditatorial e de debate político das questões emergentes na sociedade brasileira impulsionaram um clima de ampliação das liberdades democráticas. Diante deste quadro, o Serviço Social também passou por um processo de pressão, na exigência de modernização técnica da profissão para assumir a função de mediadora entre a assistência e seus beneficiários, além de conquistar o apoio popular aos programas governamentais de desenvolvimento. Do outro lado, surgem novas demandas por parte dos movimentos sociais populares, que buscavam apoio no Serviço Social para seu esforço organizativo, o que leva algumas profissionais a engajarem o debate sobre o caráter político do trabalho profissional.

Observa-se então um debate interno, dada a crise da profissão com as fundamentações tradicionais e o contato do Serviço Social da vertente crítica de tradição marxista³⁶, defrontando-se com a noção de historicidade, classes sociais e transformação da realidade, em articulação com os movimentos sociais populares organizados. Com isso, na década de 1980, estão dadas as bases para uma nova direção profissional, conforme apontado por Netto (1998), num movimento de reconceituação profissional com a intenção de ruptura com as bases tradicionais e conservadoras que caracterizavam a teorização e operacionalização do trabalho profissional. Nesse período, registra-se uma etapa de amadurecimento da produção teórica profissional, que reconhece a pluralidade teórico-metodológica, fortalece a orientação marxista como direção hegemônica da prática e formação profissional, inclusive com a expansão dos cursos de graduação e os programas de pós-graduação em Serviço Social. Essa aproximação não aconteceu por acaso, mas foi resultado do contexto sócio-histórico, dos movimentos sociais e universidades à teoria crítica, oferecendo um novo marco de referência para análise da conjuntura nacional e exigindo uma nova formação e um novo perfil profissional.

³⁶ A primeira produção sob a tradição marxiana é o livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de Raul de Carvalho e Marilda Yamamoto, publicado em 1982. Cabe ainda destacar a importância dos Cadernos Abess para a construção da aproximação do Serviço Social à tradição marxista.

É nesse período que, ao enfrentar a hegemonia do conservadorismo, nova cultura e perfil profissional é conformada, com a superação da postura da neutralidade e o reconhecimento da dimensão política da profissão, dando inclusive bases para a formulação de um projeto ético-político em consonância com as lutas da classe trabalhadora. Essa mudança em seus direcionamentos teóricos, éticos e políticos, possibilitou a construção de nova cultura profissional, e a reformulação da direção sociopolítica e técnico-operativa da profissão, articulado com a classe trabalhadora.

Já os anos 1990 representam avanços quanto à consolidação do projeto ético-político³⁷ da categoria, com uma perspectiva crítica à ordem socioeconômica estabelecida e, em consequência, a defesa dos direitos dos trabalhadores. De forma intensa, nesse período, a sociedade brasileira passa por profundas transformações, sob os ditames do ideário neoliberal juntamente ao fortalecimento da globalização. Sob os ditames ideológicos do neoliberalismo, as relações entre Estado e a sociedade são constantemente prejudicadas, visto o posicionamento do Estado em consonância com a regulação do mercado e sua exigência de privatização dos serviços públicos, canalizando o fundo público para interesses privados em detrimento das políticas sociais. Dessa forma, a população sofre significativas perdas no tocante aos direitos sociais, diante de políticas muitas vezes focalizadas e seletivas, que não atendem aos valores democráticos e à crescente demanda. As políticas sociais, que deveriam atender essa população, sofrem os golpes da proposta neoliberal e, conseqüentemente, afasta-se dos compromissos sociais, aos quais deveriam estar vinculadas.

É nesse contexto que as expressões da questão social ganham maior visibilidade, havendo um grande esforço teórico-crítico no sentido de apreendê-la no movimento contraditório da sociedade. Conseqüentemente, a demanda profissional do Serviço Social apresenta-se com novas configurações, requisitando uma ação profissional voltada às questões postas pautadas em uma bagagem teórico-metodológica. Para tanto, é imprescindível a elaboração de uma interpretação crítica do contexto ao qual faz parte e, em compromisso com o projeto ético-político da profissão, articulado com a classe trabalhadora.

³⁷ Esse projeto é expresso por meio das normatizações da Lei de Regulamentação da Profissão, pelo *Código de Ética Profissional*, ambos de 1993, e pelas *Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS)*, de 1996.

Esse projeto adota princípios e valores expressos no *Código de Ética Profissional* (CEP) de 1993, além de várias publicações, documentos jurídicos e normativos do Serviço Social³⁸. Esses princípios estão baseados no reconhecimento da liberdade, da autonomia, da emancipação e da plena conquista dos direitos sociais; na defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia; socialização da participação política e da riqueza produzida; posicionamento a favor da equidade e da justiça social, universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo; compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores, dentre outros princípios e valores que estabelecem direitos e deveres da assistente social que aparecem elencados no CEP.

Nesse contexto de novos valores e princípios, as profissionais ampliam as referências teórico-metodológicas e os procedimentos técnico-operacionais por meio de elaboração, avaliação, coordenação, assessoria aos usuários, movimentos sociais e administração pública e privada. Essas condutas supõem o rompimento com as fundamentações tradicionais e conservadoras, e a exigência de competência política, ética, técnica e teórica dos profissionais. Tal situação nos leva a concordar com Paulo Netto (1992), de que o profissional não deve se restringir à execução terminal das políticas sociais, mas se ocupar de elaboração, planejamento, implementação e monitoramento das políticas sociais. Dessa forma, a assistente social, quando intervém nas mais variadas expressões da questão social, expressa, a partir de sua prática, um posicionamento ético, político e técnico, supostamente orientado pelos componentes, princípios e valores do projeto, ainda que de forma inconsciente, buscando favorecer os interesses dos trabalhadores ou tentando mediar os interesses de ambos – trabalhador e empregador.

³⁸ Os pilares do projeto profissional e que balizam o trabalho da assistente social são expressos tanto na produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, quanto em uma dimensão organizativa e jurídica da profissão. Na primeira, localizam-se as produções teóricas com a sistematização das modalidades práticas da profissão, em que se apresentam reflexões sobre o fazer profissional. A segunda está relacionada à dimensão política da profissão, na qual se inserem os fóruns de deliberação e entidades representativas da profissão, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). E, por fim, temos a dimensão jurídica da profissão, ou seja, o conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional, e aquelas de caráter mais abrangente, tais como, as legislações sociais.

Por isso, é possível afirmar que a efetivação do projeto se encontra principalmente atrelada ao conjunto de intervenções profissionais (ações de atendimento direto aos usuários, ações de mobilização, participação e controle social, ações de investigação, planejamento e gestão, ações de assessoria, qualificação e formação profissional), conformando, portanto, o trabalho de assistentes sociais. A partir dessas ações, a assistente social se reconhece e é reconhecida como aquela que operacionaliza programas, projetos e serviços, via políticas públicas. Inserida como profissional contratada pelas organizações, tem no Estado seu principal empregador, e o trabalho realizado pela assistente social “[...] é acionado a partir do acervo teórico-metodológico e ético-político que dá suporte à formação e ao exercício profissional (Almeida; Alencar, 2015, p. 164).

Importa mencionar que o trabalho da assistente social nas políticas sociais é em serviços, ou seja, trabalho em processo, em ação, não se realizando sobre coisas ou objetos. O trabalho de assistentes sociais ocorre junto a pessoas e, sobretudo, com base em uma inter-relação entre o profissional e o usuário, com uso intensivo de informações que devem ser fornecidas e apreendidas entre os agentes interlocutores. Isso significa que o trabalho é executado com base em processos relacionais, produzido e consumido no ato imediato, não sendo possível seu armazenamento para uso futuro, tendo, portanto, como característica “[...] a inestocabilidade pois não se permite estocar o que foi produzido, e a incomensurabilidade, sendo os seus resultados de difícil aferição e, portanto, controle” (Nogueira; Tumelero, 2016, p. 216). Além disso, vai requisitar o uso intensivo de recursos humanos, o que pressupõe a troca de informações e orientações, classificando-se como processual e único, e que exigirá várias atividades para se alcançar o escopo final, sendo sua quantificação e qualificação dificilmente medidas em termos concretos e objetivos. Isso tem se tornado um agravante ante a exigência de flexibilização, que requisita aos profissionais o exercício de diferentes funções, sob a premissa da polivalência e a intensificação do trabalho que, cada vez mais, estabelece metas de produtividade, as quais devem ser alcançadas no prazo estipulado por quem contratou a força de trabalho.

Saliente-se ainda que, no setor de serviços, o uso das TICs, cada vez mais presente no modo de produção capitalista, tem se caracterizado como um novo mecanismo de exploração da força de trabalho, decorrente da redução do quadro de pessoal, como forma de reduzir custos e ampliar a lucratividade. Nessa nova

modalidade de trabalho, este se intensifica e materializa-se com a exigência de cumprimento de metas e prazos, estipulados pelos órgãos que contratam os profissionais, afetando a organização, a gestão e o conteúdo próprio do trabalho das assistentes sociais. Mesmo sendo impulsionado a partir das transformações do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva, o uso das TICs no contexto da pandemia de covid-19³⁹ adquiriu legitimidade, por se configurar enquanto estratégia para enfrentamento ao contágio pelo vírus, impondo o desafio de reorganizar processos de trabalho como forma de viabilizar o atendimento, garantindo a proteção dos trabalhadores e da população.

O uso das TI, na produção de informação em bancos de dados, a elaboração de documentação técnica a exemplo dos prontuários digitais, e das TICs, no cotidiano de trabalho, redesenha as profissões, e, no Serviço Social, traz consigo novas exigências técnico-operacionais e teórico-metodológicas. No âmbito do trabalho das assistentes sociais, assim como dos demais trabalhadores/as, intensificaram-se e foram disseminadas novas formas de atendimento remoto, com o uso de redes sociais, aplicativos, contatos telefônicos, preenchimento de formulários e prontuários on-line, e articulações com a rede de serviços via encontros em salas virtuais, para a realização de discussões de caso e encaminhamentos de demandas de atendimento às necessidades emergentes que a pandemia impôs.

Por um lado, no Serviço Social, essa onda tecnológica tem permitido a viabilização e a agilização de procedimentos com o acesso a informações que podem beneficiar o/a usuário/a devido a: manutenção atualizada do banco de dados da população usuária do serviço; cruzamento de dados de atendimento com indicadores sociais, facilitando e otimizando o processo de gestão de serviços sociais; planejamento eficiente e eficaz; e, ainda, um constante processo de monitoramento e avaliação. Contudo, as mudanças decorrentes da utilização das TICs nos processos de trabalho incidem na vida das pessoas radicalmente, uma vez que seu uso pode contribuir com a diminuição da capacidade criativa das profissionais, reduzindo o trabalho a uma esfera mecânica, puramente técnica e operacional.

Além do mais, o trabalho digital e flexível tem sido acompanhado pelo trabalho em *home office*, ou seja, fora dos espaços da empresa. Com isso, as relações trabalhistas tornam-se extremamente fragilizadas com a eliminação dos direitos

³⁹ O trabalho de assistentes sociais na pandemia da covid-19 será abordado no quarto capítulo.

trabalhistas; a intensificação da jornada de trabalho, especialmente, para as mulheres; a eliminação da separação entre o tempo da vida no trabalho e fora dele; e o desenvolvimento do trabalho isolado, desprovido do contato social com os demais trabalhadores (Antunes, 2018), dissolvendo laços de companheirismo e solidariedade. Ademais, no caso das assistentes sociais, essas condições objetivas de trabalho na área de serviços, evidenciadas na pandemia, colocam em risco as condições éticas e técnicas adequadas para a realização do trabalho profissional, conforme disposto pela Resolução CFESS n.º 493/2006. É importante destacar, ainda, que embora as mudanças tecnológicas estejam presentes no cotidiano de trabalho das assistentes sociais, algumas atividades profissionais são limitadas, pois a interação presencial entre o profissional e o usuário é preponderante para a análise de elementos e circunstâncias concretas da realidade, especialmente, na avaliação para concessão de benefícios sociais e elaboração de instrumentais técnicos, tais como, o estudo social e o parecer social.

Consideramos importante mencionar que o trabalho em serviços pode ser realizado em instituições sob o regime de assalariamento, com estabelecimento de relações contratuais. Desse modo, sendo a assistente social contratada como trabalhadora assalariada, seu trabalho é influenciado pelas determinações institucionais, que impactam tanto no planejamento como na execução das ações cotidianas. Além disso, estão em curso elementos políticos que também direcionam o trabalho, a saber: projetos profissionais em disputa; a capacidade demonstrada pelo assistente social de articulação e coletivização das demandas de trabalho, e a ultrapassagem da individualização dos direitos. Como trabalhadora em serviços, sua ação profissional é requisitada e consumida pelo mercado, realizada via mediação de instituição, sob a venda da sua força de trabalho, por meio do assalariamento, sendo, desse modo, convertida em mercadoria. Logo, está submetido a relações contratuais e aos limites e requisições estabelecidos nos espaços sócio-ocupacionais e na sua relativa autonomia profissional, com uma ingerência direta dos empregadores na qual

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais a seus empregados especializados e medeiam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. É nesta condição de trabalhador

assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora. (Iamamoto, 2011, p. 215)

Diante disso, podemos afirmar que a partir dessa relação de compra e venda da sua força de trabalho às diferentes organizações institucionais, tais como, o Estado, as organizações da sociedade civil ou a iniciativa privada, haverá condições objetivas de trabalho para as profissionais. Nesses termos, o trabalho de assistentes sociais será exigido e requisitado nos serviços, nos programas e projetos vinculados às políticas sociais, dentre estas, à Política de Assistência Social. Ressaltamos que o trabalho é de quem comprou a força de trabalho e este determinará as condições de trabalho, o controle, o salário, a carga horária, o ritmo e a intensidade, os meios para a sua realização, índices de produtividade e metas a serem cumpridas, incidindo na relativa autonomia profissional na condução de suas ações.

Isso significa que, mesmo que o trabalho de assistentes sociais seja legitimado pela formação acadêmica de nível universitário, com um caráter de profissão liberal, ou seja, regulamentada por um conjunto de prerrogativas jurídicas e resguardada por um *Código de Ética*, a assistente social não dispõe do controle sobre os processos de trabalho nos quais se inscreve como trabalhadora assalariada. Assim, a venda dessa “mercadoria ‘força de trabalho’ só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo propriedade do assistente social, devem ser colocados à sua disposição pelos empregadores institucionais” (Raichelis, 2011, p. 425). Dito de outra forma, a condição de trabalhadora assalariada faz que parte dos meios ou recursos financeiros, organizacionais, materiais, sejam disponibilizados por aqueles que compraram a sua força de trabalho, ou seja, as instituições empregadoras.

A contratação das profissionais em muitas situações é motivada para que os objetivos e ações institucionais, definidos por orientações normativas das políticas sociais (Nogueira; Tumelero, 2015), sejam viabilizados. Ainda que dispondo de uma relativa autonomia, a instituição empregadora da assistente social estabelece as prioridades a serem cumpridas, interferem na definição dos papéis, funções e processo de trabalho que compõem o cotidiano profissional. Entretanto, a assistente social, como trabalhadora em serviços nas políticas sociais, “[...] firma-se pela via da competência teórico e metodológica que orienta a sua ação interventiva” (*Id.*, p. 223),

identificando as estratégias e os procedimentos a serem implementadas no exercício profissional, para além do papel de mero executor de políticas sociais, o que suscita uma reflexão sobre a autonomia profissional.

Sob essa ótica, Yamamoto (2012) sinaliza, como um dos elementos essenciais para o entendimento acerca do modo como as assistentes executam seu trabalho, a relativa autonomia que se apresenta ao trabalho assalariado e se expressa nas suas condições objetivas trabalhistas. Atuando nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais vinculados às políticas sociais, a assistente social se depara com requisições determinadas pelo seu contratante, que não foram submetidas à sua apreciação ou mesmo aprovação, ou ainda que não estão contidas na Lei de Regulamentação da Profissão – Lei n.º 8.662 de 7 de junho de 1993.

A essas requisições, será determinada a construção de respostas interventivas que lhe exigirão a análise da relação contraditória entre os limites do trabalho assalariado e a direção emancipatória da profissão; entre o estabelecimento do controle sobre o comportamento dos trabalhadores e a atuação em uma perspectiva de direitos humanos e sociais; e entre a “[...] imposição do poder institucional, que impõe limites cada vez mais estreitos à relativa autonomia profissional” (Raichelis, 2018, p. 29), uma vez que a “relativa autonomia é exercida no cotidiano do trabalho social nos espaços institucionais dinamizados por relações de força e poder (Silveira, 2011, p. 27).

A assistente social ingressa nas instituições empregadoras mediante a existência de demandas e requisições profissionais, para a implementação de um conjunto de ações com um coletivo de trabalhadores. Essa relação com os demais trabalhadores ocorre de duas formas distintas, sendo a primeira por meio da composição das equipes multiprofissionais, preservando o resguardo das atribuições e do sigilo profissional, em uma perspectiva ética. A assistente social dispõe de um CEP e uma Lei de Regulamentação da Profissão, a qual, mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições, vai direcionar valores, princípios, competências e atribuições privativas, consolidando uma identidade profissional e oferecendo parâmetros para a atuação cotidiana. Importa mencionar que a competência não se restringe ou se confunde com aquela estabelecida a partir da burocracia da organização que contratou o trabalho de assistentes sociais. Entende-se por competência “a capacidade de apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela

concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” (Iamamoto, 2012, p. 37). Ou seja, as competências caracterizam-se por serem genéricas entre diferentes profissionais que tenham capacidades para decidir ou fazer alguma coisa, sendo imprescindível às assistentes sociais o conhecimento do modo de vida dos segmentos com os quais trabalha, além do domínio do instrumental técnico-operativo, sendo uma profissional crítica e propositiva.

De acordo com a Lei n.º 8.662 de 07 de junho de 1993, em seu artigo 4º, são competências de assistentes sociais ações direcionadas às políticas sociais a partir de atividades como: elaboração, implementação, execução e avaliação dessas políticas junto à órgãos públicos, empresas, entidades e organizações populares; atendimento direto a indivíduos, grupos e população, por meio de orientação social, encaminhamento de providências e defesa de direitos; planejamento, organização e administração de benefícios sociais; realização de pesquisas que contribuam para análise da realidade social e subsidiar ações profissionais.

São ainda competências àquelas relacionadas elaboração, atuação e avaliação direcionadas a projetos, programas no âmbito do Serviço Social, assim como assessoria e consultoria em matérias relacionadas ao Serviço Social junto à administração pública direta e indireta, empresas privadas, movimentos sociais e outras entidades; realização de estudos socioeconômicos com usuários para fins de acesso a benefícios e serviços sociais. Embora sejam descritas como competências profissionais, também se repetem na descrição das atribuições privativas de assistentes sociais, identificando dubiedades e contradições no texto legal. Assim, Iamamoto (2012) destaca que, com base no Parecer Jurídico n.º 27/98, essas “competências (genéricas), são, de fato, atribuições privativas do assistente social” (Iamamoto, 2012, p. 37).

Convém elucidar serem atribuições privativas aquelas prerrogativas exclusivas para a realização por assistentes sociais, sendo definidas no artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, a saber: coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de estudos, pesquisas, seminários, encontros, congressos, eventos, elaboração de planos, programas e projetos na área ou em unidades de Serviço Social; realização de vistorias periciais técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; exercício da docência em disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios assim como treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

elaboração de provas ou composição de bancas de exames para a seleção de assistentes sociais, nas quais sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; exercício de funções ou cargos de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Destacamos a importância da compreensão das prerrogativas profissionais, uma vez que o espaço ocupacional não é exclusivo da assistente social e sua atuação com outros profissionais ocorre permeada por relações de poder, competitividade entre trabalhadores/as e/ou outros profissionais especializados. Inclusive, a própria legislação referente ao trabalho na APS está pautada no trabalho interdisciplinar na gestão e no atendimento direto com as famílias, dificultando a delimitação das especificidades profissionais. Deve-se destacar que, na atual conjuntura do mundo do trabalho, a dificuldade em delinear com precisão os campos profissionais está relacionada ao contexto da polivalência do trabalho, em que é exigido ao trabalhador o conhecimento de operações diversas. Sob esse viés, “o trabalhador deixa de ser um trabalhador ‘especializado’ – e também o assistente social – sendo solicitado a exercer múltiplas tarefas, até então não necessariamente envolvidas em suas tradicionais atribuições” (Iamamoto, 2012, p. 32).

Uma outra característica da relação do trabalho da assistente social com demais trabalhadores/as ocorre por meio da atuação junto aos profissionais que se utilizam dos serviços das políticas sociais para ter atendidas as suas necessidades. Somos trabalhadores que nos relacionamos e atendemos outros trabalhadores e é de extrema relevância não perdermos essa dimensão de classe social e da socialização humana que o trabalho proporciona, uma vez que “as respostas produzidas pela categoria impactam na vida de sujeitos individuais e coletivos, e, portanto, repercutem na dinâmica social” (CFESS, 2012a, 19).

Nesse sentido, as assistentes sociais são desafiadas a superarem as respostas meramente pragmáticas e imediatistas, para um exercício profissional crítico e competente, mobilizando as diferentes dimensões constitutivas da profissão, a saber, a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa. Isso exige uma instrumentalidade no exercício profissional, ou seja, a apropriação de referenciais teóricos, éticos, políticos e socioprofissionais, a fim de que situações sociais não sejam consideradas problemas individuais ou de ordem moral, mas sim inerentes ao modo de produção e reprodução do capital. Para Trindade (2001, p. 6), a

[...] instrumentalidade sofre as determinações da dinâmica social, da qual emanam as demandas para as instituições nas quais os assistentes sociais atuam. Para a consecução de seu trabalho, os assistentes sociais acionam um instrumental técnico-operativo, que contribui para a viabilização da inserção da profissão em diversas formas de enfrentamento das manifestações da questão social. Dessa forma, os instrumentos e técnicas, ao mediar e potencializarem a intervenção profissional, participam da realização dos efeitos concretos produzidos pelo trabalho profissional nas relações sociais.

A importância dessa instrumentalidade, além de ser parte constitutiva da profissão, está em possibilitar respostas profissionais para o atendimento das demandas sociais, determinadas historicamente e que exigem iniciativas de intervenção profissional, e alcance dos objetivos profissionais que extrapolam os objetivos institucionais, com os quais se vinculam como trabalhadoras assalariadas. Entretanto, torna-se vital para o exercício profissional dimensionar o novo e captar, segundo Iamamoto (2001, p. 80), “inéditas mediações históricas”, ou seja, desenvolver ações diferenciadas para o enfrentamento da questão social e suas determinações, sendo necessário o compromisso com a qualificação profissional, tanto para a intervenção, quanto formulação e gestão de políticas sociais, pesquisa e produção de conhecimento, requerendo, portanto, um consistente embasamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político.

Nessa toada, a assistente social, atuando nas mais diversas políticas sociais, inclusive na PAS, é reconhecida como uma das protagonistas na produção do conhecimento sobre: proteção social; contradições inerentes ao modo de produção capitalista; implicações das desigualdades nas condições objetivas de vida da população, entre outros temas essenciais para interpretar a realidade social. Por isso, pensar sobre o trabalho de assistentes sociais exige lançar olhar às exigências postas à profissão e o desenvolvimento de um trabalho pautado na construção de reflexões teóricas que possibilitem a qualificação das respostas socioprofissionais e na direção da superação da dicotomia entre teoria e prática. A teoria direciona o fazer profissional, pois “[...] o acúmulo do conhecimento empírico vai criando as condições de desenvolvimento de conhecimentos teóricos cada vez mais aprofundados, próprio a cada tempo e lugar” (Battini, 2009, p. 57). Levar em consideração os conhecimentos já existentes, associados à análise da realidade, favorece não somente a identificação de demandas de atendimento, mas também a construção de respostas interventivas de caráter crítico e analítico.

Enfim, a transformação desses componentes em guia efetivo e norteador do trabalho pode ser considerado como um dos desafios à consolidação da atuação de assistentes sociais. Alia-se a essa realidade os efeitos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho marcado pelas imposições neoliberais que apregoam o Estado mínimo com restrições aos direitos sociais; a precarização das condições de trabalho, com a intensificação da jornada de trabalho e flexibilização das atividades, com incidência nos trabalhadores assalariados e com repercussões diretas que influenciam e tencionam a intervenção das assistentes sociais. Para Raichelis (2011),

Essa dinâmica de flexibilização/precarização/desregulamentação atinge também as relações e o trabalho dos profissionais de nível superior que atuam em instituições públicas e privadas no campo das políticas sociais, gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda e/ou ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressões pelo aumento de produtividade, insegurança do emprego, ausência de perspectivas de progressão na carreira, ampliação da competição entre os trabalhadores, **adocimento**, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada (p. 41, grifo nosso).

Tanto no âmbito público da atuação estatal quanto no âmbito privado, operacionalizado por meio das organizações da sociedade civil, os desdobramentos dessa conjuntura repercutem nas dimensões econômica e social da classe trabalhadora, e, portanto, no exercício profissional de assistentes sociais, com a redução do emprego protegido e a redução gradativa dos direitos sociais e trabalhistas. Essas especificidades no trabalho da assistente social requerem um esforço analítico para apreender não apenas o trabalho profissional, mas também a complexificação do trabalho em serviços e a sua diversificação nos marcos do capitalismo contemporâneo, que tem redesenhado uma nova morfologia do trabalho (Antunes, 2018).

Às assistentes sociais o enxugamento e a precarização dos postos de trabalho têm se apresentado de forma diversificada, por meio de terceirização, subcontratação e flexibilização, com a disseminação de personalidades jurídicas e consultorias empresariais junto às empresas que, igualmente, prestam serviços às administrações públicas. Isso porque, sob o discurso da falta de recursos para contratações por concursos, disseminam-se diferentes modalidades de contratação, por exemplo, aquelas realizadas por meio de processo licitatório, menor preço ou,

ainda, ampliação dos cargos genéricos.

Nesse contexto de tensão e contradição entre o trabalho submetido ao poder do empregador e circunscrito aos objetivos do capital frente às demandas da classe trabalhadora, há processos de adoecimento das assistentes sociais, uma vez que elas não estão alheias aos enfrentamentos de situações como insegurança, sobrecarga, terceirização da contratação, precarização de vínculos e demais condições de trabalho. Além disso, “assistentes sociais, ao se depararem com indivíduos, famílias e populações em situações de intensa privação e de violação de direitos, ficam expostos a riscos de ordem objetiva e subjetiva, bem como aos mecanismos de alienação” (Vicente, 2015, p. 574).

Como trabalhadoras diretas nas políticas sociais, na linha de frente nas relações entre a população e a instituição, precisam administrar serviços e benefícios socioassistenciais, muitas vezes (para não dizer a maioria das vezes), insuficientes para atender às demandas da classe trabalhadora, desencadeando angústia e frustração nas profissionais que veem sua atuação limitada. Essa realidade de intensificação de trabalho e redução do número de profissionais nas políticas sociais aliada à escassez de recursos para atendimento das requisições dos/as usuários/as são fatores que podem desencadear um processo de desgastes físico e mental, levando, inclusive, ao adoecimento no e pelo trabalho das assistentes sociais como veremos a seguir.

2.3. TRABALHO E PROCESSO DE ADOECIMENTO: UMA RELAÇÃO INVISÍVEL

A associação entre trabalho e processo de adoecimento envolve um conjunto de reflexões em relação à gestão do trabalho, especialmente, nas que se observam as tentativas de destituição do trabalhador da sua condição de sujeito. Neste tópico, apresentaremos a relação entre as transformações do mundo do trabalho, a partir das características da precarização, intensificação e flexibilização, no âmbito do trabalho em serviços, no qual se localiza o trabalho de assistentes sociais. Pautamo-nos em Dal Rosso (2008) e Selligmann-Silva (2011) e as/os autoras/es das comunicações orais dos trabalhos do ENPESS, por serem, a partir dessas comunicações, que conseguimos identificar os elementos desencadeadores do processo de adoecimento de assistentes sociais.

Na revisão bibliográfica, identificamos que o processo de adoecimento profissional de assistentes sociais evidencia-se a partir de três direcionamentos. O primeiro refere-se à relação entre a precarização e a flexibilização das condições de trabalho com as estratégias de intensificação, compreendida como o ritmo e velocidade mais intenso e maior volume de atividades. O segundo relaciona-se à flexibilização com a exigência de um novo perfil profissional, no contexto da cobrança por polivalência e multifuncionalidade, tendo como objetivo o aumento da produtividade durante a jornada de trabalho. E o terceiro se expressa no reconhecimento dos limites do trabalho na PAS ante aos desafios e a complexidade das demandas postas na gestão e ofertas dos serviços socioassistenciais.

Tal como mencionado anteriormente, a partir dos estudos de Marx (2017), podemos afirmar que, por meio do trabalho, o homem se apropria da natureza e a transforma para atendimento das suas necessidades e do seu próprio processo de desenvolvimento humano enquanto sujeitos sociais. Isso porque o trabalho é categoria essencial para a constituição do homem como ser social, envolvendo não apenas a produção de mercadoria, mas também o estabelecimento de relações sociais. Quando há um afastamento do homem em relação ao produto do seu trabalho, ou seja, o trabalhador não tem acesso ao que foi produzido, não se reconhece naquilo que faz ou então não decide sobre o que produz, nem como produz, ocorre uma alienação do trabalho. Assim, no sistema capitalista de produção, a alienação pode ser considerada um instrumento de opressão e desumanização do ser humano, na medida em que retira a sua capacidade de sentir e de se exteriorizar em sua produção. Se o homem, ao trabalhar, é reduzido a uma condição de uma mercadoria (Marx, 2011) e não se reconhece no próprio trabalho, pode adoecer, pois,

O trabalhador tem a necessidade de se reconhecer no próprio trabalho, precisa de valorização e espaço para a troca de experiências. O adoecimento aparece como consequência da mecanização, gestos repetitivos, isolamento, sentimentos de indignidade dentre outros fatores que são engendrados na vivência do trabalhador (Nonato; Viana, 2016, p. 2).

Ao comprar a força de trabalho humana, o capitalista utiliza-se de capacidade física, cognição, comunicação e subjetividade do trabalhador, restando a este a reprodução do próprio capital, eliminando o seu potencial criador e constituidor como

ser social. Encontramos essa associação entre o processo de adoecimento e o processo de alienação ao trabalho no estudo de Valle (2018), ao indicar que:

A nosso ver, as expressões contemporâneas de adoecimento – significativamente concentradas no campo psíquico (espirituais) e vinculadas a formas de exploração situadas em violências de cariz essencialmente manipulatório (como o assédio moral), fazem emergir a **sintomatologia de uma verdadeira radicalização do estranhamento no trabalho**, ou seja, da eliminação de todo o seu potencial criador e constituidor do ser social, restando, apenas, seu papel frente à reprodução do próprio capital (Valle, 2018, p. 10, grifo nosso).

Como a essência do trabalho na sociedade capitalista é o trabalho dominado, vem sendo, cada vez mais, precarizado, intensificado e flexibilizado em vista ao alcance de lucros. Observa-se que essas características estão presentes tanto no âmbito das empresas privadas como no setor público, em que a força de trabalho é explorada até os limites de sua capacidade onde “os problemas de saúde tendem a aumentar à medida que aumenta a intensidade do trabalho” (Albuquerque; Degenszajn, 2016, p. 5).

O modo de produção capitalista tem como fundamento central, para a garantia do seu desenvolvimento, a apropriação do trabalho humano por meio da exploração da força de trabalho e, nesse processo, captura a saúde física e mental de trabalhadores/as. As transformações no modo de produção e no mundo do trabalho têm como consequência a precarização do trabalho e, para as assistentes sociais, é expressa através de baixa remuneração; subcontratação; falta de condições mínimas para o trabalho; espaço físico inadequado, inclusive, com ausência de instalações sanitárias⁴⁰; pagamento de salários em atraso; falta de segurança no exercício das funções e atividades; insegurança quanto a possibilidade de se manter trabalhando; pluriemprego; rotatividade de e no emprego; ausência de meio ou de recursos (humanos e materiais) suficientes para dar conta das demandas profissionais; vínculo trabalhista por cargo genérico.

Por meio da precarização do trabalho, identificamos, ainda, as bases para uma superexploração do trabalho (Marini, 2011), que pode ocorrer pelo pagamento de salário abaixo do real valor do trabalho do trabalhador/a, fato este que ocorre sobretudo com a flexibilização das relações de trabalho. Além disso, há o

⁴⁰ Como demonstra os resultados da pesquisa apresentada por Vicente (2016).

prolongamento da jornada de trabalho para além dos limites considerados normais à manutenção de saúde física e mental do trabalhador/a, que se manifesta não apenas com o prolongamento da jornada diária de trabalho, como também pela venda de férias, banco de horas, pagamento de horas extras.

Importante destacar, como lembrado por Albuquerque e Degenszajn (2016), Antunes (2013) e Dal Rosso (2008), que a intensificação do trabalho envolve o gasto de energia no ato de trabalhar, não está presente somente nos setores industriais, mas estende-se aos setores de serviços, quer no âmbito público ou privado. Para esses autores, a intensificação do trabalho observa-se presente através da sobrecarga de trabalho; jornada extensa ou jornada de trabalho não fixa; cumprimento de metas; acúmulo de atividades; intensificação do ritmo e velocidade; produtivismo, pressões, cobranças; competitividade e exigência de respostas, virtualização do trabalho por meio das TICs. A revolução tecnológica e o desenvolvimento das forças produtivas promovem a intensificação do trabalho, permitindo o aumento da produtividade sem, com isso, aumentar salário.

O trabalho, em suas diferentes manifestações, sofreu mudanças significativas na sociedade contemporânea, incidindo diretamente na vida e na saúde do trabalhador, especialmente por conta da precarização e intensificação incessante das metas a se atingir, garantindo ao capital maior rendimento de produtividade por parte do trabalhador, maior exploração de mão de obra, aprofundando a desigualdade social. (Oliveira *et al.*, 2016, p. 10)

Além disso, observamos que, no caso de assistentes sociais, a relação entre a precarização das condições de trabalho e a intensificação se faz presente por meio de contratos de trabalho de tempo determinado, com baixos salários, levando muitos profissionais a estabelecerem mais de um vínculo trabalhista, com um prolongamento da jornada de trabalho e maior desgaste da corporeidade física e mental das trabalhadoras. Esses são alguns elementos que encontramos nos trabalhos publicados nos *Anais do ENPESS* e que podem levar as assistentes sociais a desencadearem os processos de adoecimento, pois,

[...] na precarização do trabalho, uma vez que essas **entidades sociais** remuneram profissionais com baixos salários, em condições precárias de trabalho, sem formação continuada, com excesso de atividades e, portanto, com intensificação do trabalho, o que tem ocasionado uma alta rotatividade de profissionais nos serviços, prejudicando a vida e a saúde desses/as trabalhadores/as e

interferindo negativamente na qualidade dos serviços prestados (Vicente, 2018, p. 3, grifo da autora).

A precarização está presente nos contextos de trabalho nas políticas sociais, tanto no âmbito público como privado, podendo atuar como fonte de saúde ou adoecimento. Portanto, o estudo das condições objetivas de trabalho torna possível desvendar elementos que podem desencadear desgaste da força de trabalho e possíveis processos de adoecimento manifestados em problemas de saúde dessas trabalhadoras. Sobre o assunto, Selligmann-Silva (2011) aponta que o desgaste humano pelo trabalho ocorre em níveis diferenciados entre: (a) o desgaste literal ou orgânico; (b) o desgaste funcional; e (c) o desgaste da subjetividade⁴¹, e que podem desencadear processos de adoecimento no/a trabalhador/a, deixando-os vulneráveis e propensos a desenvolver manifestações de saúde-doença.

Para a autora, no desgaste literal ou orgânico, ocorre a exposição ou contato com substâncias químicas ou radioativas, agentes biológicos e físicos, levando a manifestações de quadros clínicos de doenças crônicas, como o câncer ou doenças cardiovasculares, ou agressão ao sistema nervoso. Embora o adoecimento por desgaste físico seja mencionado nos trabalhos completos, não encontramos estudos que tratam sobre o processo de adoecimento desencadeado por agentes químicos e biológicos no trabalho de assistentes sociais. Em relação aos agentes físicos, o que mais se aproxima é o estudo de Oliveira *et al.* (2016) com assistentes sociais formadas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) entre os anos de 1995 e 2013, no qual se menciona a manifestação de doenças físicas

Quando o trabalhador se submete às novas exigências do capital, novos modos de doenças e adoecimento proliferam, desafiando os estudiosos: aumento de Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) além do sofrimento psíquico. A pesquisa mostrou que o processo de

⁴¹ Importante destacar que a divisão aqui apresentada é para melhor compreensão das formas de manifestação de como o processo de adoecimento se apresenta e que os profissionais podem apresentar uma ou mais dessas manifestações. E, ainda, que a grande maioria dessas manifestações são categorizadas na Classificação Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID-10), publicada pela organização Mundial de Saúde, para padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde, por exemplo, sintomas, aspectos anormais e circunstâncias sociais para doenças e ferimentos, constantemente utilizado pelos profissionais de saúde. Se estão categorizadas, podemos inferir que as condições de trabalho precarizadas, intensificadas e flexibilizadas que se apresentam às assistentes sociais propiciam a manifestação de sinais e sintomas que afetam a vida e saúde desses profissionais, podendo desencadear o processo de adoecimento no e pelo trabalho.

adoecimento do trabalhador é intensificado através do silenciamento do sofrimento [...] (Oliveira; Passos; Paula; Brasil; Mattos, 2016, p. 10).

Além das LER e DORT, outras formas de manifestação do processo de adoecimento e problemas de saúde apontadas nos trabalhos completos do ENPESSE relacionada ao desgaste orgânico foram: a enxaqueca⁴², hipertensão⁴³ e dores musculares (Moraes; Schocair, 2018); doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo⁴⁴ (Silva, 2016); problemas com a voz⁴⁵, problemas posturais e funcionais (Lopes *et al.*, 2018).

Para Selligmann-Silva (2011), a outra forma de manifestação de desgaste é o desgaste funcional e as variações de mal-estar e fadiga relacionadas às situações de trabalho submetidas por formas de controle e pressão. Esse tipo de situação no ambiente de trabalho propicia a vivência de sentimentos, como o medo, por diversas razões, a saber: não ser bem avaliado em suas atividades laborais; perda do emprego ou do posto de trabalho; não atingir as expectativas do empregador, acarretando situações de sofrimento ao/a trabalhador/a.

Nesse tipo de desgaste, a autora ainda localiza as situações de cansaço, que se caracterizam como um desconforto ocasionado por um esforço físico e mental, e fadiga, um sintoma de intensidade desproporcional ao esforço diário. Nela, a sensação de cansaço é muito maior do que seria esperado para o esforço, tendo como fatores presentes a exiguidade do tempo de repouso e descanso necessário para a recuperação das energias vitais do/a trabalhador/a, e a pouquidão de tempo para a convivência social fora do espaço de trabalho. A precarização nas condições objetivas de trabalho aliada ao aumento da intensidade de trabalho, além daquilo que a corporeidade física do trabalhador suporta, pode implicar em exaustão e processo de adoecimento pelo trabalho, devido a diminuição das horas de repouso e descanso entre as jornadas, tempo para o lazer e cuidados pessoais, o que contribui com a

⁴² Segundo a CID-10, a enxaqueca é um tipo de dor de cabeça (cefaleia) classificada como uma doença do sistema nervoso, conforme “Capítulo VI”, descrição do código G43

⁴³ Segundo a CID-10 a hipertensão é uma doença do aparelho circulatório ocasionada pelo aumento da pressão arterial, conforme “Capítulo IX”, descrição do código I-0 a I-99.

⁴⁴ Segundo a CID-10, as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, relacionadas no “Capítulo XIII”, atingem diretamente ossos e músculos, causadas por movimentos de esforço repetitivos, e distúrbios, como lombalgias, mialgias, tendinites e outras doenças, conforme descrição do código M-0 a M94.

⁴⁵ Segundo a CID-10, os problemas com a fala e a voz são classificados como sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e laboratoriais, não classificados em outra parte, conforme “Capítulo XVIII”, descrição do código R47, R48, R49.

diminuição do tempo necessário para a recomposição das energias do trabalhador/a. A ausência da reposição das energias pode acarretar o encurtamento da vida útil como trabalhador/a produtivo, devido ao esgotamento prematuro da força de trabalho.

Em relação ao trabalho de assistentes sociais e o processo de adoecimento, identificamos, nos trabalhos publicados nos Anais do ENPESS, que as manifestações relacionadas ao desgaste funcional se apresentam como distúrbios do sono: pesadelo e insônia⁴⁶ (Vicente, 2016; Moraes; Schocair, 2018); estresse, em decorrência da necessidade de duplo ou pluriemprego (Moraes; Schocair, 2018), prolongamento da jornada de trabalho (Lopes *et al.*, 2018) e desconsideração do arsenal jurídico-normativo da profissão (Fernandes, 2018); ansiedade⁴⁷ (Fernandes, 2018; Neves; Moreira, 2018). Foram identificados ainda sofrimentos e problemas como fadiga⁴⁸, estresse⁴⁹, depressão⁵⁰, decorrentes das exigências e cobranças instituições, conforme Guiraldelli (2016); cansaço físico e mental, em razão da necessidade de possuir mais de um vínculo empregatício (Moreira; 2018) ou de um esforço para a realização das atividades (Oliveira; Araujo, 2018; Neves; Moreira, 2018), e a fadiga decorrente do acúmulo de tarefas e cobranças de resultados (Albuquerque; Degenszajn, 2016). Em relação ao cansaço, os estudos de Oliveira e Araújo (2018) sobre o trabalho de assistentes sociais na docência apontam que a consequência a precarização do ambiente de trabalho e a alienação

[...] atenua os limites corporal, ocasionando o esgotamento das energias e no desgaste físico e mental, traduzido no reclamo recorrente do cansaço. A precarização estrutural da universidade acrescenta ainda mais o esforço necessário para a realização de suas atividades. Esse desgaste tende a crescer em progressão longitudinal, resultando na debilitação da capacidade de trabalho ao longo dos períodos observados (Oliveira; Araujo, 2018, p. 9).

⁴⁶ Segundo a CID-10, o pesadelo e a insônia estão relacionados aos transtornos mentais e comportamentais, não orgânicos do sono, devido a fatores emocionais, conforme “Capítulo V”, código F510.

⁴⁷ Segundo a CID-10, a ansiedade está relacionada no “Capítulo V” dos transtornos mentais e comportamentais, como uns transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o estresse, sob o código F40 e F41.

⁴⁸ Segundo a CID-10, a fadiga está relacionada no “Capítulo XVIII” como sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte, como mal-estar sob o código R53.

⁴⁹ Segundo a CID-10, o estresse está relacionado no “Capítulo V” dos transtornos mentais e comportamentais, como Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o estresse sob o código F43.

⁵⁰ Segundo a CID-10, a depressão é classificada como um transtorno do humor [afetivos], conforme capítulo dos transtornos mentais e comportamentais, sob o código F32.

Além do cansaço, localizamos a sobrecarga de trabalho como um dos elementos desencadeadores do adoecimento, por meio dos relatos de exaustão (Lopes *et al.*, 2018), esgotamento (Vicente, 2018) e Síndrome de Burnout (Valle, 2018). Essa última caracteriza-se como uma síndrome de esgotamento profissional com sintomas de exaustão extrema, resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade e/ou responsabilidade, sendo a principal causa da doença justamente o excesso de trabalho (Brasil, 2023). Em seus estudos, Caixeta (2016) apresentou e analisou dados de sua pesquisa com assistentes sociais no campo da saúde do trabalhador no ramo empresarial relacionando a complexificação das demandas e jornada de trabalho ao processo de adoecimento. A autora observa que

[...] a sobrecarga nas relações de trabalho destas profissionais, intensificando os processos de trabalho para além da jornada de trabalho na empresa. Além do mais, diante das complexas situações relacionadas à saúde dos trabalhadores, deparam-se com pressões, cobranças institucionais e exigências de respostas às questões apresentadas. Tal realidade pode desencadear fadiga e adoecimento de profissionais, diante de inúmeras demandas e extensas jornadas de trabalho (Caixeta, 2016, p. 6).

A intensificação do trabalho e a jornada extensa não são fenômenos circunscritos à esfera privada, tal como mencionamos anteriormente. Nos espaços públicos, a contrarreforma do Estado sob a racionalidade gerencial repercute nas políticas sociais e incide no trabalho profissional com a tendência à adoção de um modelo de gestão gerencial, pautado por pressões no cumprimento de metas (Vicente, 2016), refletindo no processo de desgaste da força de trabalho desses/as trabalhadores/as. Conforme Valle (2018), a coisificação do trabalhador assalariado também se apresenta aos servidores públicos uma vez que “nem mais a tão sonhada estabilidade do servidor público parece garantir possibilidades de realização (ainda que alienada) do indivíduo através do trabalho” (Valle, 2018, p. 10).

No mesmo direcionamento sobre a relação entre a intensificação do processo de trabalho e o processo de adoecimento de assistentes sociais, localizamos a pesquisa realizada por Guiraldelli (2016) com supervisores de campo de estágio vinculados à UnB (Universidade de Brasília). Em seu trabalho, o autor evidencia a intensificação do trabalho por meio de requisições institucionais às profissionais fora do horário de trabalho e cobranças de cumprimentos de metas de produtividade,

sendo identificadas na pesquisa profissionais que precisam de acompanhamento médico e/ou medicamentoso, e/ou afastamento do trabalho em decorrência de agravos à condição de saúde.

As pesquisas desenvolvidas por Moreira (2018) e Lopes *et al.* (2018) destacam que precarização e intensificação do trabalho de assistentes sociais na docência se manifestam por meio da fragilização dos vínculos empregatícios nas instituições privadas ou pelo caráter temporário nas instituições públicas, sobrecarga das atividades a partir do acúmulo de disciplinas, orientações e supervisões; baixos salários, que ocasionam o desdobramento de atividades docentes com outras atividades profissionais, muitas delas em municípios diferentes, exigindo deslocamentos por parte dos/das profissionais.

Nessas pesquisas, os autores destacam que o acúmulo de dois empregos, assim como a conciliação aos afazeres domésticos e situações relacionadas a intensificação do trabalho incidem nas questões de saúde, especialmente, nas profissionais do gênero feminino, dada a divisão social e sexual do trabalho. Essa questão da sobrecarga de trabalho para o universo feminino também aparece na pesquisa de Dantas (2018, p. 12) uma vez “que soma em sua maioria outras responsabilidades para além do trabalho profissional, tais como: cuidado com os filhos e afazeres domésticos trazem consequências para a sua rotina de trabalho, colaborando, muitas vezes, para o aumento do desgaste mental e físico”.

Por isso, consideramos que merece destaque a importância que deve ser dada ao tempo de descanso entre os intervalos de trabalho assim como a realização de atividades que possibilitem ao ser humano a socialização para além do trabalho, uma vez que, submetido a reiteradas situações de cansaço, a capacidade para o trabalho pode ser afetada. Em relação a esse aspecto no trabalho de assistentes sociais, localizamos a publicação de Vicente (2016) que faz esse alerta sobre a fadiga e os riscos do desgaste físico e mental, e os danos em capacidades cognitivas necessárias à realização das atividades profissionais, pois

Aqueles que desenvolvem um trabalho utilizando como meios e instrumentos suas capacidades intelectuais, relacionais e comunicacionais, apresentam uma fadiga que se expressa de modo diferenciado de operários manuais, embora todo trabalho assalariado desencadeie desgastes físicos e mentais. A fadiga de assistentes sociais, para além do esgotamento físico, com a sensação permanente de cansaço, implica em danos nas capacidades intelectuais

necessárias à realização do trabalho. Assim, computam outras perdas, por exemplo, o “apagamento” de conhecimentos já adquiridos; os bloqueios de memória; a dificuldade de fixação de conceitos e a dificuldade de leitura de textos que exigem concentração e disciplina intelectual (Vicente, 2016, p. 9).

Esse desgaste cognitivo com o “apagamento de conhecimentos” ou problemas de memória implica em danos nas capacidades intelectuais necessárias à realização do trabalho (Oliveira; Araujo, 2018). É ainda resultado do esgotamento de energias e uma das manifestações do desgaste físico e mental que acometem as assistentes sociais, aproximando-se também ao desgaste da subjetividade, em que “afetos e emoções são vivenciados e corporalmente experienciados” (Christian, 1989 *apud* Seligmann-Silva, 2011, p. 143).

Com isso, aproximamo-nos ao terceiro nível de manifestações do desgaste humano pelo trabalho que podem causar adoecimento, segundo estudos de Seligmann-Silva (2011): (c) desgaste da subjetividade, ou seja, aquela associada a situações de trabalho, especialmente, advindas da rotatividade e polivalência, com sucessivas frustrações, atingindo valores e crenças e as perspectivas de futuro do/a trabalhador/a, características da flexibilização do trabalho. Isso porque, para as assistentes sociais, a flexibilização tem demandado a exigência de um novo perfil profissional, no qual o trabalho da assistente social é marcado pela polivalência ou exercício simultâneo de atividades paralelas. Os resultados dessa multifuncionalidade se apresentam por meio do acúmulo de atividades; exigência de criatividade e versatilidade ante a limitação de recursos institucionais; predominância do perfil técnico-utilitarista para o atendimento de demandas pontuais e emergenciais; exigência de baixa capacidade técnica e teórica dada a manualização ou parametrização por protocolos das condutas profissionais, e com excessiva burocracia, descaracterizando o trabalho profissional, comprometendo a autonomia profissional.

Assim, além da precarização e intensificação das condições de trabalho, a flexibilização também pode ser considerada como um dos elementos desencadeadores do processo de adoecimento de assistentes sociais, quer seja no âmbito público ou privado de atuação profissional. Sob preceitos do gerencialismo na Administração Pública, como forma de “modernizar” o Estado brasileiro contraditoriamente, perdura-se a “tradicional” exploração da força de trabalho do funcionalismo público, além de impulsionar a precarização das relações e condições

objetivas de trabalho e degradação da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos-usuários. Se, na empresa privada, o aumento da lucratividade se apresenta com a flexibilização da força de trabalho, no setor público, a flexibilização tem como finalidade a redução do gasto público com a folha de pagamento, o que pode levar a uma intensificação do trabalho, uma vez que os trabalhadores/as precisam “dar conta da demanda”, mesmo diante da redução do número de trabalhadores/as nos postos de trabalho. Essa situação agrava-se ainda diante da opinião pública, que apregoa o servidor público como privilegiado e ineficiente, instalando-se um contexto desfavorável na recomposição e expansão da força de trabalho, acarretando na sobrecarga desses trabalhadores/as, levando-o/as à exaustão.

Não são as tecnologias informacionais que “desprofissionalizam”, mas as *relações sociais do trabalho gerencialista* que conservam impunes relações hierárquicas de poder e mando no local de trabalho. Encontramos a perversidade da lei do valor capitalista em outras áreas do serviço público – não apenas a Justiça deixa de ser processo de produção da Justiça, mas a Educação deixa de ser processo educacional; a Saúde deixa de ser processo de produção da saúde e qualidade de vida das pessoas. Ao degradar a materialidade da profissão, o capital confunde “eficácia” com “eficiência”, desprofissionalizando e fazendo adoecer os profissionais (Alves, 2022, p.16, grifo do autor).

Em consonância a essa estratégia, há a captura da subjetividade do trabalhador em conformidade ao discurso gerencialista, na busca dos melhores resultados e desempenho, no qual o trabalhador é induzido a “dar tudo de si” ou “vestir a camisa da empresa”, pública ou privada. Assim, legitima-se uma exploração sem autoridade, a própria força de trabalho é induzida a render, a explorar a si mesma em busca de maiores rendimentos e produtividade, e o faz, sob o sentimento de liberdade, no qual, contraditoriamente, o servo acredita ser amo, ser o senhor, o dono do seu trabalho. A gestão gerencialista favorece a indução dos/as trabalhadores/as como agentes do desempenho (Han, 2017), ou seja, espera-se do trabalhador/a um comprometimento subjetivo e afetivo com o alcance de metas, impondo novos ritmos e mecanismos de controle da força de trabalho.

Nós nos exploramos voluntária e apaixonadamente, acreditamos que estamos nos realizando. O que nos esgota não é uma coerção externa, mas o imperativo interno de ter que render cada vez mais. Nós nos matamos para nos realizarmos e nos otimizarmos, nos

esmagamos à base de ter um bom desempenho e fazer uma boa imagem (HAN, 2017, on-line).

No mesmo direcionamento, tanto Dejours (2015) quanto Antunes (2018) mencionam que essa individualização do trabalhador/a, resultante de fragmentação de uma solidariedade entre trabalhadores/as, contribui com danos psíquicos, como ansiedade, medo e sofrimento. Seligmann-Silva (2011) reitera que, como forma de a produtividade não ser prejudicada, ocorre a captura da subjetividade e a organização de processos de trabalho que desconsideram os limites físicos e psíquicos do/a trabalhador/a em busca do alcance de metas.

Logo, observa-se uma similaridade crescente entre as condições de trabalho na esfera privada e esfera estatal (Alves, 2022) e que se apresenta ao trabalho de assistentes sociais. Esse processo pode ser compreendido como “uma proletarização dos empregados de Estado, que devem ‘vestir a camisa institucional’, competir por cargos e funções, serem ‘responsáveis socialmente’, dentre outros lugares comuns a que são submetidos os trabalhadores produtivos” (Valle, 2018, p. 9). Nessa nova dinâmica nas relações de trabalho, veiculam valores como adesão, consentimento, produtividade, capturando a subjetividade de trabalhadores e, portanto, de assistentes sociais. Isso traz uma pressão sobre as profissionais, em busca de um esforço individual para o atendimento às demandas institucionais ao ponto de desencadear estresse e ao sofrimento, expressões do processo de adoecimento.

Ao mesmo tempo, as limitações institucionais e das políticas sociais, dadas as restrições orçamentárias para o atendimento às necessidades sociais, também podem desencadear emoções como preocupação, frustração, angústia e sofrimento no trabalho profissional por perceberem que nem sempre estarão em condições de atendê-las. Essa situação pode se constituir como elementos desencadeadores de adoecimento e, para Moraes e Schocair (2018, p. 5),

O Serviço Social sofre os rebatimentos da ofensiva neoliberal e, aos assistentes sociais enquanto trabalhadores que atuam na linha de frente das políticas públicas e sociais, tem sido exigida a construção de um perfil profissional criativo, polivalente, imediatista, desprovido de crítica teórica e política e com ações restritas a avaliações singulares e pontuais, em um contexto em que não lhe são disponibilizadas condições mínimas para o trabalho profissional, que por sinal, tem levado ao seu adoecimento e restringindo a sua autonomia, conforme defendida pelo seu atual projeto profissional.

Foram ainda identificadas razões para o processo de adoecimento de assistentes sociais em decorrência da agudização das expressões da questão social, evidenciando o aumento das demandas (qualitativas e quantitativas) do trabalho profissional, com a exigência de maior produtividade, assentada na fragmentação, burocratização, sem considerar a dificuldade inerente a cada processo de trabalho, dado a complexificação das demandas, gerando dilemas éticos, além de conflitos e desgastes, especialmente, desgaste mental (Seligmann-Silva, 2011; Vicente, 2018). A complexificação das demandas aliada à racionalidade gerencial, mencionada anteriormente, afetam o trabalho profissional dificultado não apenas a viabilização do acesso aos direitos sociais em contraposição ao direcionamento do projeto ético-político, como também tem incidido nas condições de trabalho por meio do sucateamento dos serviços públicos.

Esse contexto implica ainda em limitações à autonomia profissional, reforçando a subalternidade e a requisição de traços conservadores da profissão, a exemplo das práticas higienistas, ações de tutela e de convencimento e “respaldadas pela generalização do abandono da razão pelos pensamentos neopositivista e pós-moderno, forjam novas necessidades sociais que naturalizam técnicas de mobilização da subjetividade e passivação do trabalhador (a exemplo da humanização, mediação de conflitos, etc.)” (Valle, 2018, p. 3). No caso de assistentes sociais, a identidade e a relativa autonomia das profissionais são impactadas por esse tipo de sofrimento, inclusive minando a autoimagem e a percepção dos resultados do trabalho profissional, por buscarem a resultados cada vez mais elevados. Sobre isso, Nonato e Viana (2016, p. 2) destacam que:

Na atual conjuntura, é preciso resgatar o olhar para a discussão da profissão, pois os conflitos provocados pelo agravamento das condições perversas do capitalismo e dos processos excludentes da globalização comprometem a autonomia do assistente social e sua qualidade de vida, fatores que levam ao sofrimento e adoecimento desse trabalhador (Nonato; Viana, 2016, p. 2).

A relação entre a associação do processo de adoecimento ao sofrimento como uma manifestação de desgaste funcional é destacada ainda nos estudos de Valle (2018), ao pontuar que “a tônica do sofrimento no trabalho mostra-se como a primeira ponta das expressões da questão social no que diz respeito às inflexões contemporâneas do capital sobre o trabalho” (Valle, 2018, p. 9). Consideramos

importante mencionar que o sofrimento se manifesta como um sentimento pertencente ao sujeito e “não tem uma manifestação única para todos os indivíduos de uma mesma família, cultura ou período histórico. O que é sofrimento para um não é sofrimento para outro, mesmo quando submetido às mesmas condições ambientais adversas” (Brant; MINAYO-GOMES, 2004, p. 214). Assim, o sofrimento é uma manifestação complexa e personalizada que merece atenção, sendo discutido tanto nos estudos de Vicente (2016) quanto em Oliveira *et al.* (2016). Utilizando-se dos autores supracitados, Oliveira *et al.* (2016, p. 10) destacam que:

Segundo Brant e Gomes (2004), os sujeitos sofrem e manifestam seus sofrimentos de várias maneiras, através da fala, dos sonhos, do corpo, dos atos ou do desempenho do trabalho. O sofrimento independe da cultura e do período histórico; manifesta-se de forma diferente em cada indivíduo: o que é sofrimento para um, não necessariamente é sofrimento para o outro. É importante ressaltar que dor e sofrimento não se confundem, mas também não se distinguem com facilidade; o sofrimento é existencial e pode se expressar através de dores físicas e psíquicas.

Ainda que o sofrimento seja manifestado de forma individualizada pelo sujeito, é preciso estar atento às questões coletivas relativas ao sofrimento e adoecimento no trabalho e às resistências e moralidade em relação ao tema. O sofrimento psíquico ou mental é objeto de estudo de Déjourns (2011) em sua análise sobre o papel da organização do trabalho na determinação na subjetividade e sofrimento mental do trabalhador. Para o autor, os processos de adoecimento estão relacionados à gestão do trabalho, especialmente, naqueles ambientes onde estão presentes situações de violência e de fragilização dos laços de solidariedade entre trabalhadores/as. Isso implica na fragilização do reconhecimento social e do processo de construção de identidades individual e coletiva de trabalhadores, o que nos direciona novamente à alienação no processo de trabalho como um dos elementos presentes no processo de adoecimento no e pelo trabalho.

Importa mencionar ainda a aproximação do sofrimento com aspectos do assédio moral, ou seja, situações exposição de trabalhadores/as a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício das suas funções. O assédio moral é uma prática de violência mediada por uma conduta individual ou de grupo de pessoas, o que implica perceber que há sempre o engajamento de uma ou mais sujeitos na conduta do assédio por

razões de prestígio, de acesso a bens econômicos ou, simplesmente, pelo prazer de oprimir, diminuir, desrespeitar o outro enquanto ser humano, rebaixando, constringendo de forma reiterada, gerando, então, sofrimento e adoecimento.

As principais manifestações nas assistentes sociais que estiveram sob assédio moral foram medo⁵¹, tristeza⁵² profunda e crises de choro (Vicente, 2016). Por isso, “[...] pensar nas relações de trabalho do assistente social é refletir sobre o acirramento de práticas de violência em todos os âmbitos da vida social, sendo sua face mais perversa a questão do desgaste mental – tendo como um de seus aspectos o assédio moral” (Silva, 2016, p. 5). Quando submetidas a situações de assédio moral, assistentes sociais, assim como demais trabalhadores/as, podem desenvolver um intenso sofrimento no trabalho, sendo provocados quadros de adoecimento tanto mental quanto corporal, com graves consequências, como o afastamento do trabalho e suicídio.

Especialmente quando se trata do adoecimento mental, observamos que são envolvidos aspectos morais que tendem a considerar as pessoas com esse tipo de sofrimento como “muito queixosas e até mesmo utilitaristas, à medida se supõe que usam como argumentos as contradições e dificuldades cotidianas para não realizar algumas tarefas (Vicente, 2016, p. 6). Assim, é gerada uma culpabilização do sujeito e “despolitiza-se a concepção de saúde transformando-a em mais um aspecto restrito a esfera individual/íntima e, portanto, enfraquecendo o debate sobre o sofrimento no trabalho” (Valle, 2018, p. 11).

Com isso, aproximamo-nos do desgaste ético-moral, consideramos, ou seja, aquele que atinge a identidade e valores pessoais e profissionais. Às assistentes sociais, destacamos: a descaracterização do trabalho profissional com a requisição de tarefas que não são da sua atribuição; ações burocratizadas e administrativas, que dependem tempo e energia do profissional e que se vê submetido a tarefas rotineiras, tecnicista, restritas e pontuais, com impedimento do exercício da ética profissional; comprometimento da autonomia profissional. Tais situações estão presentes nas

⁵¹ Segundo a CID-10, o medo pode ser um problema de saúde, categorizado como uma queixa para a qual não foi feito diagnóstico, conforme “Capítulo XXI” dos fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde, sob o código Z711.

⁵² Segundo a CID-10, a tristeza está relacionada no “Capítulo XVIII” como sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte, como sintoma e sinal relativo a estado emocional sob o código R45.

condições de trabalho e podem desencadear processos de adoecimento. Nesse sentido, destacamos que:

[...] as atuações profissionais se esbarram nos limites impostos pela precarização em todos os níveis: seja pela insegurança do trabalho, por sua desvalorização, baixa remuneração salarial, burocracia excessiva, sobrecarga de trabalho e, por consequência dos problemas identificados, o adoecimento profissional. [...] No que se refere às condições de trabalho, há insatisfação profissional quanto à gestão que não assimila a legislação em que o assistente social está inserido. Além de questões vinculadas à realização de tarefas que não são de sua atribuição profissional; a falta de recursos e de condições físico-estruturais para realização do trabalho; e a sobrecarga de trabalho (Moraes; Schocair, 2018, p.9-11).

Contraditoriamente, o trabalho de assistentes sociais é permeado por conflitos entre classes, pois as assistentes sociais, ao serem inseridas em uma relação de compra e venda da força de trabalho, são requisitadas a atender demandas institucionais e a reprodução da ideologia dominante. Já o projeto ético-político do Serviço Social traz, como direcionamento ao trabalho profissional, o compromisso com os interesses da classe trabalhadora. A mediação de interesses contraditórios e a atuação nesses espaços com diferentes projetos em disputa, intencionalidades, valores e concepções conflitantes levam a fadiga e sofrimento de assistentes sociais, constituindo-se como um dos elementos desencadeadores dos processos de adoecimento, devido à situação de impotência diante do contexto em que as assistentes sociais operam a intervenção profissional.

As principais manifestações relacionadas a essa forma de desgaste da força de trabalho foram desmotivação, desânimo do profissional e frustração decorrentes da falta de reconhecimento profissional (Moraes; Schocair, 2018), sofrimento e insatisfação ocasionadas pela falta de segurança e a impunidade (ou não responsabilização) do/a agressor/a e/ou organização nas situações de assédio moral (Silva, 2016), sentimento de impotência em razão da exposição a constrangimentos profissionais e violação de direitos dos usuários (Neves; Moreira, 2018). Nessas situações, o processo de adoecimento do trabalhador é intensificado através do silenciamento do sofrimento (Oliveira *et al.*, 2016).

Essa frustração tem se materializado num crescente - e assustador-adoecimento pessoal dos assistentes sociais ao se darem conta de que o mundo do capital esvazia o sentido humano das relações

sociais, frustra as expectativas/anseios de realização humana e tira mesmo os sentidos da existência humana. [...] adoecimento no trabalho, causado pelas inúmeras precariedades postas no cotidiano e pela violação de direitos fundamentais (Oliveira *et al.*, 2016, p. 5-7).

A pesquisa realizada por Nonato e Viana (2016, p. 10) ainda revela que “assistentes sociais ficam angustiadas como o seu exercício profissional, pois não conseguem dirimir seus conflitos pessoais em confronto com os conflitos profissionais”, ocasionados especialmente em razão de convicções religiosas, preconceito em relação à orientação sexual. Para Vicente (2016, p. 6), “trabalhar na direção ética e política do projeto profissional exige uma luta permanente para a garantia da autonomia profissional, que sabemos é sempre relativa; e sempre existirão formas de organização do trabalho que dificultam, em maior ou menor grau, essa autonomia”.

As assistentes sociais buscam manter e alargar essa autonomia relativa, realizando enfrentamentos para garantir pressupostos éticos e políticos da profissão no trabalho social, porém, quando não obtém os resultados favoráveis, sentem-se “impotentes diante dos contextos que consideram injustos, o que pode gerar consequências danosas às suas vidas, como sofrimentos constantes e adoecimentos” (*Id.*, 2016 p. 6). Isso pode interferir no desgaste da força de trabalho, por meio da manifestação de emoções e sentimentos, patologias que prejudicam a qualidade de vida e a saúde física e mental dessas trabalhadoras, além da qualidade da oferta dos serviços prestados à população.

Enfim, diante das considerações traçadas, observamos que as condições objetivas de trabalho e, portanto, o processo de adoecimento de trabalhadores/as, incluindo as assistentes sociais, não pode ser naturalizado. A partir desse pressuposto, é preciso compreender que os processos de adoecimento estão relacionados às situações de trabalho explorado, nas relações de compra e venda da força de trabalho no capitalismo. A manifestação do processo de adoecimento é resultado do processo de alienação no trabalho, uma vez que há o consumo da força de trabalho humana com o seu conseqüente desgaste, gradual e contínuo, sendo muitas vezes percebido apenas quando ocorre a manifestação do sofrimento e de alguma patologia.

O trabalho é vital para o ser humano existir e reproduzir, ou seja, é algo além do propósito de subsistência, constituindo-se em um meio de construção de

identidade e reconhecimento enquanto sujeitos. Isso implica em considerar o processo de adoecimento pelo e no trabalho, para além de um problema ambiental que coloca o trabalhador em contato com agentes químicos, físicos, biológicos e psicológicos que causam doenças e outras enfermidades. É necessário considerar as transformações do mundo do trabalho a partir da relação entre as estruturas de classes, pois é nos determinantes estruturais decorrentes do sistema capitalista que encontramos os elementos desencadeadores do processo de adoecimento.

Destaca-se que os apontamentos elencados sobre as condições objetivas de trabalho e o processo de adoecimento de assistentes sociais são similares na esfera estatal, na esfera pública e nas diferentes políticas sociais. Contudo, elegemos como foco para estudo o trabalho profissional na Política de Assistência Social, dada a sua importância na contratação de profissionais a partir da diretriz constitucional da descentralização e da implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS nos municípios brasileiros, com a consequente ampliação dos espaços de trabalho para assistentes sociais, como veremos adiante.



(Logo da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, 2021)

3 O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PARANÁ NAS REGIÕES DE CAMPO MOURÃO E CASCAVEL

*“Subiu a construção como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas [...]
Sentou pra descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe [...]”*
(Chico Buarque, 1971)

A discussão sobre o trabalho no SUAS e o trabalho da assistente social nessa política requer o debate sobre a PAS inscrita na realidade brasileira, nos marcos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. Isso impõe mudanças no direcionamento do Estado, em consonância com a regulação do mercado, e a exigência de privatização dos serviços públicos, com a canalização do fundo público para atendimento de interesses privados em detrimento das políticas sociais. As transformações no mundo do trabalho sob a tríade da precarização, intensificação e flexibilização das condições objetivas de trabalho alcança trabalhadores brasileiros com a fragilização dos direitos sociais.

Dessa forma, trabalhadores e trabalhadoras, especialmente, aqueles/as que ocupam as frações mais pauperizadas da classe trabalhadora, sofrem significativas perdas no tocante aos direitos sociais. Diante de políticas muitas vezes focalizadas e seletivas, que não atendem aos valores democráticos, e a crescente demanda pelo acesso aos serviços e benefícios vinculados às políticas sociais, cada vez mais evidenciam-se as precárias condições de trabalho e as possibilidades de construção de respostas profissionais que se colocam em uma perspectiva protetiva. Na PAS, essa realidade se materializa de duas formas, tanto no atendimento do público demandatário dos serviços socioassistenciais, quanto nas relações e condições de trabalho no SUAS.

Nessa toada, para caracterizar as condições objetivas de trabalho de assistentes sociais na PAS, é necessária uma discussão a partir da indissociabilidade entre o exercício das atribuições e funções exigidas aos profissionais nas equipes de referência e das prerrogativas das condições em que o trabalho é realizado. Isso nos remete a buscar, nas regulações, nos plano normativo-jurídico, político e cultural, e nas dinâmicas institucionais, aproximações às condições objetivas de trabalho das

assistentes sociais na PAS. Tendo o objetivo de desvelar essa realidade, trazemos reflexões a partir da organização da prestação de serviços socioassistenciais nas regiões de Campo Mourão e Cascavel.

Partindo do conhecimento da realidade local, buscamos a fundamentação teórica em autores que discutem a PAS, especialmente, no âmbito da gestão do trabalho no SUAS tais como Sposati *et al.* (1992); Raichelis (2011); Silveira (2011). Os atos normativos consultados para a compreensão da PAS foram a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) e Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Também foi necessário agregar à pesquisa informações sobre os municípios paranaenses da região em estudo, indicadores sobre a PAS e sobre o trabalho de assistentes sociais nessa política, sendo, portanto, consultado banco de dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Sistema de Cadastro do SUAS (CadSUAS), Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD) e respostas das assistentes sociais que responderam o formulário *on-line* conforme indicado na introdução desta tese.

Assim, este capítulo está organizado de forma a discutir a gestão do trabalho no SUAS, por ser este um eixo estratégico na prestação dos serviços socioassistenciais. O trabalho na assistência social possui uma importante dimensão relacional e seus gestores/as, trabalhadores/as são os/as principais intermediadores entre as possibilidades de fazer valer os direitos socioassistenciais e os usuários/as da política. Portanto, apresentamos como o trabalho se organiza e é realizado, as atribuições e responsabilidades na execução das atividades.

Trabalhar no SUAS é desafiador, dada as suas possibilidades e os desafios do trabalho no capitalismo, e que, na PAS, materializa-se em volume de tarefas cobranças, exigências e responsabilidades, características típicas da intensificação do trabalho e que pode repercutir sobre a saúde de seus/suas trabalhadores/as.

3.1 A GESTÃO DO TRABALHO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A partir de meados da década de 1970, as transformações no processo de produção, com a automação, a microeletrônica e a robótica, impulsionam uma mudança tecnológica e uma reestruturação industrial que incide sobre o mundo do

trabalho. O capital inflexiona o padrão de acumulação, descentralizando a produção a partir de uma nova divisão internacional do trabalho dado o movimento de globalização da economia, com a crescente interdependência de mercados, produção e circulação de moedas (Vianna, 2008). Essa inflexão incide diretamente na organização dos processos de trabalho e dos trabalhadores, pois, com a limitação da produção conforme demanda, há também uma redução no número de trabalhadores industriais. Destaca-se ainda o crescimento de trabalhadores na área dos serviços, contexto este propício à terceirização e à precarização das condições de trabalho. Esse contexto vai requerer, em todas as esferas da produção, ou seja, indústria, agricultura e serviços, mobilização em direção às conquistas dos direitos sociais, o que se pode afirmar que não há conquista de direitos desligada das lutas sociais, construídas ao longo do tempo. Porém com redirecionamento do Estado, sob os ideários neoliberais⁵³, constroem-se novas estratégias no seu relacionamento com a sociedade e o mercado, de modo que as mobilizações e conquistas de direitos são constantemente tensionadas com uma disputa pelo fundo público.

No Brasil, é apenas a partir da década de 1980 que a sociedade brasileira intensifica a reivindicação pela “[...] institucionalização e constitucionalização dos primeiros passos em prol do exercício da cidadania, de formas de democracia, da constitucionalização de novos direitos sociais, trabalhistas e políticos” (Mota, 2009, p. 42). A problemática do contexto nacional relacionada à luta pelo fim do regime ditatorial aliada aos determinantes estruturais no âmbito das economias mundiais deu base para a construção de mobilizações populares, por meio das quais movimentos sociais, partidos políticos, movimento sindical, pressionaram o governo vigente para a retomada da democracia e viabilização dos direitos civis, políticos e sociais. É nesse contexto de efervescência político social em território nacional e luta pelos direitos sociais e trabalhistas, que foi eleito, indiretamente, por um Colégio Eleitoral⁵⁴, Tancredo de Almeida Neves, candidato civil apoiado pelos partidos de oposição ao regime militar.

⁵³ A respeito do neoliberalismo, consultar Harvey (2014); Behring e Boschetti (2008).

⁵⁴ O Colégio Eleitoral era formado por parlamentares eleitos indiretamente. Em 1984, iniciou-se o movimento de “Diretas Já”, visando restabelecer as eleições diretas no Brasil, sendo eleito o candidato civil Tancredo Neves. Em decorrência do seu estado de saúde, Tancredo não chegou a assumir a presidência, vindo a falecer. O seu vice-presidente, José Sarney assumiu, estando à frente do primeiro governo civil do Brasil (Brasil, 2024). Disponível em: <https://www.interlegis.leg.br/comunicacao/noticias/2007/02/tancredo-neves-o-presidente-que-o-brasil-escolheu>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Nesse ínterim, é dado início ao processo de reconstrução da democracia com a elaboração de um novo texto constitucional que veio a ser promulgado em 05 de outubro de 1988. A *Constituição Federal de 1988* (CF/1988) inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis, os direitos e garantias individuais e dos direitos sociais por meio da Seguridade Social, situação essa de tensionamento ante a realidade internacional de ascensão e consolidação do neoliberalismo com a reforma do papel do Estado⁵⁵.

Para Mota (2009, p.41), “[...] o trabalho, suas condições (sob o capital) e relações (assalariamento/alienado) tem centralidade nos sistemas de seguridade social” e a nova *Constituição* assegurou importantes conquistas para a classe trabalhadora. Do mesmo modo, Couto (2006) considera que é no campo dos direitos sociais que se encontram os maiores avanços da *Carta Constitucional de 1988*, ao serem asseguradas as bases para o sistema de proteção social brasileiro. Há ainda a

[...] centralidade da responsabilização do Estado na regulação, normatização, proposição e implementação de políticas públicas no âmbito da proteção social; a proposta da descentralização e participação da sociedade no controle das políticas sociais. (Yazsbek, 2018, p. 99).

A partir de então, o sistema protetivo brasileiro passa a ser estabelecido por um rol de políticas sociais estabelecidas em lei, que irão enfrentar, nas décadas futuras, um longo caminho para sua efetivação como política protetiva. Ao longo de todo o final do século XX, a construção das políticas em uma lógica protetiva se dará em marchas e contramarchas, a partir das decisões de governo e da consolidação das proposições neoliberais no território nacional. Por um lado, as políticas sociais, ações de proteção social direcionadas aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as como um direito de cidadania, numa lógica de proteção social, são conduzidas pelo Estado. Por outro lado, estas sofrem um processo de desmonte, com a transferência das

⁵⁵ O neoliberalismo, como alternativa ao Estado de Bem-Estar Social, tem como premissa a restrição da intervenção estatal no mercado financeiro e a abertura dos capitais nacionais à globalização. A partir do Consenso de Washington são incentivados aos países da América Latina um conjunto de medidas econômicas de reordenamento de gastos públicos e abertura dos capitais nacionais à globalização. O Estado deve produzir o mínimo de bens e serviços além de enfatizar a liberdade individual, liberdade do mercado, estabilidade monetária com a diminuição da intervenção estatal como metas para suas políticas. Para tanto, é necessária uma reforma do Estado que pode ser compreendida como a redefinição das funções do Estado, seu padrão de intervenção econômica e social e suas relações com o mercado, com a sociedade civil e mesmo entre os próprios poderes executivo, legislativo e judiciário. Sobre o assunto, consultar: Bento (2003), Souza Filho (2011), Bresser-Pereira (1998).

responsabilidades estatais às organizações da sociedade civil, por meio de parcerias para a gestão do trabalho e a prestação de serviços, especialmente, naqueles vinculados à Seguridade Social.

Importante mencionar que, de acordo com o artigo 194 da CF-1988, a Seguridade Social compreende um sistema de proteção integral ao cidadão por meio de um conjunto integrado de ações dos poderes públicos e da sociedade civil, destinado a afiançar direitos relativos à saúde, previdência social e assistência social. O parágrafo único do artigo estabelece que:

Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a Seguridade Social com base nos seguintes objetivos:
I) universalidade da cobertura e do atendimento;
II) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
III) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
IV) irredutibilidade do valor dos benefícios;
V) equidade na forma de participação no custeio;
VI) diversidade da base de financiamento;
VII) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados empresários e aposentados (Brasil, 1988, art. 194).

Nos termos da CF/1988, as ações de Seguridade Social são justificáveis no contexto da formação do Estado Brasileiro que se constitui enquanto um Estado Democrático de Direito assentado na cidadania (art. 1º, II) e na dignidade da pessoa humana (art. 1º, III). Os objetivos fundamentais do Estado Nacional brasileiro, elencados no artigo 3º da *Constituição Federal* direcionam para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional com a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.

Cabe observar que esses objetivos vão requerer um conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política e econômica do Estado, que regulam as atividades governamentais nos aspectos econômicos, tributários e sociais, relacionadas às tarefas de interesse público⁵⁶. Na mesma medida, o Estado brasileiro traçará medidas que normatizam os princípios, objetivos e o ordenamento das políticas públicas, ou seja, uma “ação coletiva que tem por função concretizar

⁵⁶ As políticas públicas variam de acordo com o grau de diversificação da economia e serão tensionadas por interesses contraditórios do capital e trabalho, conforme Paulo Netto (1998).

direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis” (Pereira, 2002, p. 223).

Assim, é possível afirmar que a política de Seguridade Social proposta requer um amplo sistema de provisão de bens e serviços de saúde, previdência e assistência social, a partir da construção de um “[...] sistema de proteção integral do cidadão [...]” (Couto, 2006, p. 159) providos de aspectos singulares de organização⁵⁷, implementação, incorporação de demandas sociais e diferentes critérios de seletividade que transitam da universalidade à seletividade, a depender da política social. Enquanto a saúde é prestada de forma igualitária, com acesso universal e gratuito, a Previdência Social deve ser assegurada mediante a contribuição direcionada aos planos previdenciários. Já a assistência social provê a quem dela necessitar o atendimento às necessidades básicas de subsistência humana, sem obrigação de prévia contribuição.

A Seguridade Social vem, portanto, dar um amplo sentido aos direitos sociais, sob a responsabilidade do Estado, que, em conjunto com as instâncias de controle social, buscam, por meio da proteção social, prevenir a ocorrência de riscos inerentes à vida humana. Dentre esses riscos, encontram-se aqueles que podem provocar a incapacidade para o trabalho, seja por doença e de outros agravos, incapacidade laboral, desemprego voluntário, reclusão ou ainda aquelas advindas da insuficiência de renda relacionadas ao ciclo de vida (crianças, adolescentes, idosos) ou grupos populacionais (pessoas com deficiência, povos tradicionais). Como afirma Couto (2006, p. 161), o texto constitucional é “[...] afirmativo no sentido de apontar a responsabilidade do Estado na cobertura das necessidades sociais da população e, na sua enunciação, reafirma que essa população tem acesso a esses direitos na condição de cidadão”.

Percebe-se, portanto, que o estabelecimento da Seguridade Social alarga as bases de implementação de sistemas de proteção social, resultando em políticas sociais que alcançam diferentes campos de atuação e formas de prestação de serviços. Porém, em consonância com nosso objeto de estudo, iremos nos deter na análise da PAS como política pública que deve ser planejada e executada para o

⁵⁷ A organização do sistema de saúde está disposta na Lei n.º 8.080 de 19 de setembro de 1990, conhecida como a Lei Orgânica da Saúde. A Lei n.º 8.213 de 24 de julho de 1991 dispõe sobre planos de benefícios no âmbito da previdência social. A Lei n.º 8.742 de 7 de dezembro de 1993 refere-se à organização da assistência social. Observa-se que a década de 1990 foi profícua na promulgação das leis específicas, promovendo a implementação serviços socioassistenciais.

atendimento de demandas e necessidades sociais. Desde a promulgação da CF/1988, a PAS passou por profundas mudanças, com a publicação de diferentes atos normativos, dentre os quais destacamos a Lei n.º 8.742 de 07/12/1993, conhecida como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da assistência social compreendendo-a como

[...] direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993, art.1º).

É na LOAS que serão estabelecidos definições, objetivos, princípios e diretrizes da PAS, atualizadas na Lei n.º 12.435 de 6 de julho de 2011. Sendo um dever do Estado e um direito do cidadão, a assistência social tem se legitimado como uma política de proteção social e de enfrentamento às desigualdades sociais, com o objetivo de garantir a vida. Nos termos da Lei n.º 12.435/2011, em seu artigo 2, a assistência social tem por objetivo:

- I – a **proteção social**, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
 - a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
 - c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 - d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
 - e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
- II - a **vigilância socioassistencial**, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- III - a **defesa de direitos**, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (grifo nosso)

A partir do pressuposto da promoção, a inclusão ao sistema de direitos a PAS tem como direcionamento a aproximação ao cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem. Portanto, proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos são eixos estruturantes para a organização da assistência social enquanto política pública no âmbito da Seguridade Social, e seus serviços, programas e projetos devem não apenas “[...] livrar seus destinatários dos

infortúnios do presente, mas também das incertezas do amanhã” (Pereira, 2022, p. 225). A autora ainda destaca que a PAS deve prover serviços e benefícios como direito de todos; incluir no circuito de bens e serviços aqueles segmentos em situação de vulnerabilidade e mantê-los nessa inclusão mediante a articulação e desenvolvimento de ações integradas com as demais políticas sociais.

Deste modo, a organização, a gestão e a prestação dos serviços socioassistenciais serão regulamentadas por meio de atos normativos como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e as Normas Operacionais (NOBs) com a previsão de planejamento e sistematização das ações assim, como a necessidade de recursos para o seu financiamento, em detrimento das concepções históricas que a associam a área do assistencialismo e as formas emergenciais de atendimento à população. As NOBs organizam o modelo de proteção social com a definição de suas estratégias de atuação e orientação à gestão, de modo a delinear a construção de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a estruturação dos recursos humanos para a sua operacionalização, reafirmando a necessidade de organização do SUAS em âmbito federal, estadual e municipal. O SUAS, enquanto um sistema descentralizado e participativo, tem como objetivo

- I - Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
- II - Integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6-C;
- III - Estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
- IV - Definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
- V - Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
- VI - Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios;
- VII - Afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos. (Brasil, 1993, art. 6).

Para o alcance dos objetivos propostos, as ações ofertadas no âmbito do SUAS devem ser executadas a partir de um sistema unificado, ou seja, com ações em rede além da articulação com as demais “[...] políticas sociais e com a política econômica, na arena política, com vista a construção de projetos articulados de atenção às necessidades sociais” (Pereira, 2002, p 231). O SUAS tem como característica a

oferta pública, ou seja, de forma gratuita e sem exigências de contrapartidas ou contribuições do usuário, instaurando-se como “[...] uma proteção *incondicional* baseada no *status* de cidadania” (*Id.*, p. 226).

Rege-se ainda pelo princípio da responsabilidade estatal na organização e prestação da proteção social, a partir da corresponsabilidade entre os entes federados. Para a sua gestão e prestação de serviços e benefícios, são delimitadas competências específicas aos entes federados, além da previsão de ações desenvolvidas de forma intersetorial, descentralizada e participativa, com a complementaridade das ações governamentais e não governamentais.

A PAS avança ao estabelecer a intersetorialidade na gestão e condução da rede socioassistencial, fundamentando-se na noção de que a prática intersetorial potencializa o enfrentamento das expressões da questão social, como também promove a integralidade no atendimento ao usuário dessa política. No que se refere à gestão descentralizada, a PAS fundamenta-se no compartilhamento de responsabilidades com os demais entes federados, no cofinanciamento e cooperação técnica, requerendo ações complementares e pactuadas entre os entes federativos e instâncias de controle social, em que coordenação e normas gerais cabem à esfera federal; aos estados e municípios, aquelas relacionadas à coordenação e execução de serviços, programas e projetos (PNAS, 2004).

Contudo, não podemos deixar de pontuar que os municípios têm absorvido grande parte das responsabilidades, especialmente, no cofinanciamento dos serviços⁵⁸. Isso leva o SUAS a ser desafiado na sua organização institucional e de recursos financeiros, ante as proposições neoliberais de restrição da ação estatal no campo dos direitos sociais. Além disso, ainda que seja conferido ao Estado o comando único na organização das ações desse sistema, é possível observar, na execução dos serviços, a coexistência de serviços públicos governamentais e não governamentais, por meio de uma vasta rede privada de organizações da sociedade civil beneficentes e de assistência social. Essa realidade tem se constituindo como um desafio, uma vez que as organizações da sociedade civil, ao terem autonomia na organização das suas atividades administrativas, dificultam o processo de acompanhamento da consecução das finalidades e princípios do SUAS, dadas as marcas do clientelismo,

⁵⁸ O cofinanciamento federal tem sido afetado com as restrições orçamentárias, as transferências regulares dos pisos têm coexistido com transferências pontuais e focalizadas, conforme discutiremos no “Capítulo 4”.

assistencialismo, ações pontuais e fragmentadas que tensionam a PAS.

Nesse sentido, Sposati *et al.* (1992), em sua discussão sobre a assistência social na trajetória das políticas sociais, apontam que o Estado brasileiro apresenta características de um capitalismo moderno e industrializado e ao mesmo tempo predatório e subdesenvolvido, que produz e reproduz profundas desigualdades sociais, legitimando práticas autoritárias e populistas. As autoras defendem que as políticas sociais são um movimento multidirecional resultante do conflito de interesses contraditórios entre classes sociais e que o Estado brasileiro, embora seja representante dos interesses dos segmentos hegemônicos, assegura o atendimento a algumas demandas da força de trabalho, ainda que contraponham certos interesses do capital.

Interesses esses que, como mencionamos anteriormente, configuram o mundo do trabalho com marcas da precarização, flexibilização e intensificação, levando um expressivo contingente populacional ao trabalho desprotegido e o desemprego e, conseqüentemente, ao aumento da pobreza pelo agravamento das expressões da questão social. Nesse contexto, a assistência social vivencia, a partir da década de 1990⁵⁹ até meados da década de 2010, um processo de expansão e consolidação⁶⁰, ainda que tenha por característica ser instrumento do capital e estratégia de dominação política no enfrentamento das desigualdades sociais.

Daí a importância dos marcos normativos para regular os serviços do SUAS, bem como delimitar o alcance de sua finalidade e público-alvo, desenvolvendo ações próprias e em articulação com as demais políticas públicas. De acordo com a Lei n.º 12.435/2011, artigo 6 § 1, as ações ofertadas no SUAS visam proteção “à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território”, desempenhando quatro funções distintas e complementares sendo:

⁵⁹ A partir da década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, as políticas sociais são tensionadas por meio da reforma do Estado para atender os interesses do grande capital internacional e nacional, adotando um modelo de gestão gerencial. Nesse modelo de gestão, as políticas sociais são avaliadas segundo os critérios utilizados nos empreendimentos comerciais, ou seja, através da relação custo e benefício, em que o cidadão é tido como cliente e consumidor dos serviços sociais (Souza Filho, 2011).

⁶⁰ A PAS e o combate à pobreza destacam-se nas gestões do governo Lula (2003-2006 e 2007-2010), com a implantação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com a criação de programas de combate à fome, de transferência de renda e de um rol de serviços socioassistenciais que imprime à assistência social um “[...] novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil” (Mota, 2008, p. 134).

- a) Inserção – entendida como forma de inclusão dos destinatários da assistência social nas políticas sociais básicas propiciando-lhes o acesso a bens, serviços e direitos usufruídos pelos demais segmentos da população;
- b) Prevenção – no sentido de criar apoios nas situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando que o cidadão resvale do patamar de renda alcançado ou perca o acesso que já possui aos bens e serviços, mantendo-os incluído no sistema social a despeito de estar acima da linha de pobreza e/ou atendido pelas políticas socioeconômicas setoriais;
- c) Promoção – vista como a função de promover a cidadania eliminando relações clientelistas que não se pautam por direitos e que se submetem, fragmentam e desorganizam os destinatários da Assistência Social;
- d) Proteção – compreendida como a atenção às populações excluídas e vulneráveis socialmente, operacionalizada por meio de ações de redistribuição de renda direta e indireta. (Colin; Fowler; Buchfink, 2002, p. 22).

Esse conjunto de funções amplia o alcance das ações da assistência social como política de direito, provendo a proteção e defesa à vida, a partir da inserção em serviços e do provimento de benefícios socioassistenciais no conjunto das provisões e seguranças socioassistenciais afiançadas pelo SUAS. Importa mencionar que a Segurança de Acolhida envolve o acesso às provisões de necessidades básicas conforme demandas e interesses dos sujeitos, além de receber orientações e encaminhamentos sobre benefícios, programas de transferência de renda e demais serviços socioassistenciais (quando necessário), resguardando identidade, integridade e história de vida dos beneficiários.

Na Segurança de Desenvolvimento da Autonomia, elencam-se as vivências de experiências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, emitindo a sua opinião e fazendo suas próprias escolhas, fundamentadas em princípios ético-políticos de defesa da cidadania e justiça social, potencializadoras da participação cidadã, inclusive, com o desenvolvimento do universo informacional e cultural, utilizando-se, para isso, de recursos disponíveis na comunidade.

A Segurança de Convívio Familiar e Comunitário visa proporcionar aos sujeitos vivenciar experiências que contribuam para o estabelecimento e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; ampliar a capacidade protetiva das famílias e a superação das fragilidades sociais, além de ter acesso a serviços e ações intersetoriais para a solução da situação enfrentada, tais como, abrigo, alimentação, saúde e moradia, dentre outras necessidades.

Finalmente, há a Segurança de Sobrevivência (rendimento e autonomia), que

envolve ações, tais como, ser socorrido em situações de emergência e calamidade pública. Por isso, reconhecemos que a assistência social tem se configurado como uma importante política que provê as condições imateriais de sobrevivência, na medida em que se localiza no âmbito relacional (Sposati, 2024) e acesso a bens culturais como os saberes além dos provimentos das condições materiais de sobrevivência da classe trabalhadora, abandonando a concepção de filantropia ou caridade, ou seja, uma ação direcionada apenas para a pobreza.

Essa nova concepção e configuração de atendimento no campo dos direitos sociais, em contraposição às ações assistencialistas, vai requerer dessa política pública um robusto arcabouço normativo, um rol serviços, programas e projetos, assim como um conjunto de trabalhadores, no sentido de organizar e legitimar suas ações. Esses serviços estão dispostos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n.º 109 de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e se constitui como um importante marco na implementação e organização dos serviços, articulados com a oferta dos programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A prestação desses serviços socioassistenciais ocorre por âmbito de proteção social, a saber, básica e especial, com um trabalho social voltado para orientação sociofamiliar, de articulação da rede de serviços e políticas públicas setoriais e de defesa de direitos, articulação interinstitucional com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, protocolos de referência e contrarreferência, organização de banco de dados e informações sobre os serviços, assim como um diagnóstico socioterritorial. Portanto, a qualificação das ofertas no âmbito da Política de Assistência Social requer uma equipe de referência com profissionais habilitados, tanto nas categorias de nível superior quanto profissionais com ensino médio e fundamental, pautados na perspectiva da horizontalidade e interdisciplinaridade com complementaridade de conhecimentos e habilidades. A horizontalidade refere-se à não hierarquização entre os profissionais, embora a PAS admita um corpo de profissionais de níveis médio e superior. A interdisciplinaridade, por sua vez, “[...] estabelece uma relação de troca de informações e conhecimentos entre as disciplinas, promovendo a ampliação das ações, uma vez que a intenção entre os diversos saberes gera um processo de conjugação dos conhecimentos, possibilitando novos horizontes de saber” (Pereira, 2016, p. 121). Desse modo, o trabalho no SUAS

pressupõe uma postura profissional que dá espaço para a convivência com o diferente.

Em relação aos recursos humanos do SUAS, o artigo 6º-E da Lei n.º 12.435/2011 estabelece a implementação da gestão do trabalho no SUAS com a formação de equipes de referência a partir do número de famílias referenciadas aos serviços, tipos e modalidades de atendimento, e aquisições a serem garantidas aos usuários. Inclusive a legislação avança no sentido de permitir que os recursos de cofinanciamento federal sejam aplicados no pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência, conforme artigo 6º-E da Lei supracitada, tendo em vista a desprecarização do trabalho. A NOB-RH/SUAS-2006, instituída pela Resolução do CNAS n.º 269/2006, define as equipes de referência como:

[...] aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em conta o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e aquisições que devem ser garantidas aos usuários (Brasil, 2006, p. 14).

Essa concepção de equipes de referência reconhece a necessidade de sua oferta qualificada e contínua por meio de um conjunto de trabalhadoras/es, com vínculos estáveis de trabalho e que devem realizar um trabalho integrado, tendo em vista as demandas e necessidades sociais em sua complexidade. Deve contar, portanto, com trabalhadoras/es, efetivas/os e responsáveis pela organização e pela oferta de serviços. Além disso, essa concepção também assegura a centralidade do trabalho social com as famílias, tanto no âmbito da proteção social básica como na especial, permitindo o estabelecimento de vínculos com o desenvolvimento de laços de confiança entre trabalhadoras/es do SUAS e os sujeitos que demandam atendimento nessa política e acesso aos direitos.

Apesar de ser uma política onde a gestão do trabalho e a prestação dos serviços caracterizam-se pela normatização e manualização, com uma variada publicação de cartilhas, orientações técnica e publicações, de forma a dar suporte ao desenvolvimento do trabalho no SUAS, é importante destacar que os guias técnicos-orientadores do Governo Federal apresentam orientações e parâmetros de condução de procedimentos e princípios metodológicos na execução das atividades nos equipamentos socioassistenciais, os quais perpassam as diversas especialidades profissionais. Se, por um lado, a normatização e a manualização da política foi

importante no processo de implantação do SUAS, na década de 2000, e contribui com o respaldo às equipes no desenvolvimento do trabalho no SUAS, por outro lado, é preciso o cuidado para não restringir e limitar as atividades, a fim de as equipes terem autonomia na intervenção, a partir da análise do contexto e demandas apresentadas pelos usuários da política. Daí a importância da complementaridade de saberes entre a equipe de referência, pois “o processo de planejamento das ações previsto é coletivo, envolvendo todos os profissionais da equipe de referência, de modo que cada um, na sua especialidade, possa contribuir na resolução dos problemas e no fortalecimento dos direitos dos cidadãos” (Pereira, 2016, p. 126).

Quadro 16 – Categorias profissionais de trabalhadores/as do SUAS

Recursos Humanos	Serviços Socioassistenciais			Gestão do SUAS
	PSB	PSEM	PSEA	
Equipe de Referência	Assistente Social Psicóloga	Assistente Social Psicóloga Advogado	Assistent e Social Psicóloga	
Outras categorias de nível superior	Antropóloga, Economista doméstica, Pedagoga, Socióloga, Terapeuta ocupacional, Musicoterapeuta			Assistentes sociais, Psicólogas, Advogada Administradora, Antropóloga, Contadora Economista, Economista doméstica, Pedagoga, Socióloga, Terapeuta ocupacional.
Ensino médio	Cuidadora social, Orientadora social ou educadora social			Funções Administrativas, Funções de gestão financeira e orçamentária, Funções de gestão da informação, monitoramento, avaliação, vigilância socioassistencial, Funções de benefícios, transferência de renda e CadÚnico.
Ensino Fundamental	Auxiliar de cuidador social			Funções de limpeza; Funções de lavanderia; Funções de cozinha; Funções de copeiragem; Funções de transporte, nas modalidades terrestre e fluvial/marítima; Funções de segurança.

Fonte: Sistematização da autora com base nas Resoluções do CNAS (2023).

A NOB-RH/SUAS-20006 “possibilita a formação de um padrão nacional, com profissionais cuja presença é obrigatória, conforme o nível de proteção social e complexidade” (Brasil, 2016, p. 15), devendo ser assegurada a sua presença tanto nas unidades públicas estatais, quanto nas organizações e entidades socioassistenciais. A Resolução CNAS n.º 17/2011 e a Resolução CNAS n.º 09/2014

referem-se às ocupações profissionais de ensino médio e fundamental, tal como demonstrado no Quadro 16.

No SUAS, os profissionais podem atuar no órgão gestor, ou seja, com atividades de gestão do SUAS no aprimoramento da PAS; gestão do trabalho, com ações relativas à estruturação do trabalho institucional e na regulação do SUAS, com a padronização dos serviços. Existem ainda profissionais que atuam diretamente na intervenção com os usuários, na execução do trabalho social com as famílias, nas unidades socioassistenciais. Contudo, quer seja no órgão gestor ou nas unidades socioassistenciais, o trabalho no SUAS pressupõe atividades de planejamento, articulação, organização, monitoramento e avaliações dos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais de modo a alcançar as finalidades no SUAS e requisitando, para tanto, um conjunto de trabalhadores/as. Desse modo, compreende-se como trabalhador e trabalhadora do SUAS:

Quem está junto do usuário é o responsável pela construção de processos interventivos que promovam o protagonismo dos usuários e o fortalecimento das práticas democráticas, participativas, inclusivas e da cultura de direitos. Portanto, os trabalhadores, responsáveis pela execução da política, devem ser valorizados, possuir formação teórica e ético-política e condições institucionais para realização de seu trabalho (Brasil, 2016, p. 14).

O trabalhador e trabalhadora, independente da formação ou qualificação profissional, deve constituir-se como referência e construir vínculos com os usuários. Ao discutir sobre o assunto, Muniz (2011, p. 105) chama a atenção para o fato que o processo de construção de vínculos não se limita a laços emocionais ou afetivos, mas envolvem uma “relação profissional de confiança, de respeito ao outro [...], encontrando a receptividade necessária para saber-se respeitado e os espaços condizentes para reflexão e ação”. Desse modo, as relações entre trabalhadores e trabalhadoras com os usuários é essencial, por serem os profissionais os mediadores do processo de aquisições das seguranças socioassistenciais, operados por meio do trabalho social com os sujeitos e as famílias.

Na PSB, as categorias de nível superior que devem compor obrigatoriamente as equipes são formadas por assistentes sociais e psicólogos, além da coordenação do serviço. O/a coordenador/a é o profissional responsável pelo serviço e deve ter uma titulação de ensino superior conforme a Resolução CNAS n.º 17/2011, ser

servidor/a público/a efetivo/a, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. Os profissionais de ensino médio são elencados na Resolução CNAS n.º 09/2014, em consonância com a NOB/SUAS/RH-2006. Destaca-se que se compreende por servidor público, conforme artigo 37, inciso II, da CF-1988, aquelas pessoas que receberam a investidura em cargo ou emprego público, mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, a depender da natureza e a complexidade do cargo ou emprego ou ainda aqueles nomeados em cargo de comissão, de livre nomeação ou exoneração⁶¹. A relação equipe técnica e estruturação do CRAS pode ser demonstrada no quadro 17.

Quadro 17 – Estruturação dos serviços socioassistenciais da PSB - CRAS, segundo o porte populacional

Porte	Serviço mínimo	Equipe de referência		Famílias referenciadas
		Nível superior	Ensino Médio Completo	
Pequeno Porte I	1 CRAS	2 técnicos de nível superior, sendo uma assistente social e uma psicóloga	2 profissionais	Até 2.500 famílias
Pequeno Porte II	1 CRAS	3 técnicos de nível superior, sendo duas profissionais assistentes sociais e uma psicóloga	3 profissionais	Até 3.500 famílias
Médio Porte	2 CRAS	4 técnicos de nível superior, sendo duas profissionais assistentes sociais, uma psicóloga e uma profissional que compõem o SUAS ⁶²	4 profissionais	A cada 5.000 famílias
Grande Porte	4 CRAS			
Metrópole	8 CRAS			

Fonte: Sistematização da autora com base na NOB/SUAS-2005 (2023).

O CRAS constitui-se como a unidade física onde serão desenvolvidos serviços socioassistenciais importantes para a execução do trabalho social com as famílias por meio do PAIF e SCFV, embora este último também possa ser realizado em Centros de Convivência. Esses serviços estão elencados na Tipificação Nacional dos Serviços Sociais com o detalhamento de informações que versam sobre a

⁶¹ Os servidores públicos estatutários são aqueles cuja relação jurídica de trabalho é disciplinada por leis específicas denominadas estatutos. Os servidores públicos trabalhistas ou celetistas são aqueles cuja relação de trabalho é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT com vínculo laboral que se formaliza pela celebração de contratos por prazo determinado. Os servidores de cargo de comissão são aqueles que exercem função de confiança, destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento, com livre nomeação e exoneração a depender do governo municipal, estadual ou federal (Brasil, 2016).

⁶² Nas localidades com a presença de povos tradicionais, também é exigida, nos serviços públicos, a presença de profissional com habilitação em Antropologia.

descrição das atividades, usuários a quem se destinam as ações e as aquisições em relação às seguranças socioassistenciais. A equipe de referência em relação aos serviços da PSB é detalhada no Quadro 18.

Quadro 18 – Estruturação dos demais serviços socioassistenciais da PSB

Serviço Socioassistencial	Equipe de referência
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Coordenador
	Assistente social
	Psicóloga/o
	Profissionais de ensino médio, orientador ou Educador Social e de funções administrativas
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	Profissional de referência do PAIF/CRAS de nível superior
	Profissionais de ensino médio, orientador ou Educador Social e de funções administrativas
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Profissional de referência do PAIF/CRAS de nível superior
	Profissionais de ensino médio, orientador ou Educador Social e de funções administrativas

Fonte: Sistematização da autora com base na NOB/SUAS- 2005 (2023).

Em relação à PSE de Média Complexidade, na qual se localizam as unidades socioassistenciais CREAS, é obrigatória a presença de assistente social, psicóloga e advogada. Em equipamentos como CREAS POP, Centro-Dia, a obrigatoriedade é de assistente social e psicóloga. A quantidade de profissionais deve ser dimensionada de acordo com a habilitação municipal, os serviços ofertados e a capacidade de atendimento das equipes conforme demonstrado no Quadro 19.

Os serviços caracterizam-se pela complexidade das demandas dos usuários em relação à violação dos direitos, mas que ainda preservam vínculos familiares, embora fragilizados. A efetivação do trabalho social com famílias está respaldada na articulação do conjunto de ações voltadas a dar visibilidade e enfrentar as práticas de violações de direitos.

Quadro 19 – Composição da equipe de referência na PSE de média complexidade na unidade socioassistencial CREAS

Municípios de Gestão Inicial e Básica	Municípios com Gestão Plena e estados com serviços regionais
Capacidade de atendimento de 50 famílias/indivíduos	Capacidade de atendimento de 80 famílias/indivíduos
1 coordenador 1 assistente social 1 psicólogo 1 advogado 2 profissionais de nível superior (Res. 17/2011) ou médio (Res. 09/14) (abordagem dos usuários) 1 profissional com ensino médio completo para funções administrativas (Conforme Resolução CNAS 09/2014)	1 coordenador 2 assistentes sociais 2 psicólogos 1 advogado 4 profissionais de nível superior (Res. 17/2011) ou médio (Res. 09/14) (abordagem dos usuários) 2 profissionais com ensino médio completo para funções administrativas (Conforme Resolução CNAS 09/2014)

Fonte: Brasil (2016).

Diante desse contexto, há uma diversidade de serviços voltados para públicos específicos e em diferentes ciclos de vida. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de violência, negligência, abandono; em cumprimento de medida socioeducativa e para a população em situação de rua. As especialidades, bem como o quantitativo de profissionais, podem variar conforme a finalidade das ofertas, segundo observamos no Quadro 20, tanto com profissionais de nível superior, com formação, conforme Res. CNAS 17/2011, quanto profissionais de nível médio, conforme Resolução CNAS n.º 9/2014.

Quadro 20 – Composição da equipe de referência nos serviços da PSE de média complexidade

Serviço Socioassistencial	Equipe de referência
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI	Coordenador
	Assistente social
	Psicólogo
	Advogado
	Profissionais de ensino médio, orientador ou Educador Social e de funções administrativas
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Profissionais de nível superior
	Profissionais de ensino médio, orientador ou Educador Social e de funções administrativas
Serviço Especializado em Abordagem Social	Profissional de nível superior
	Profissionais de ensino médio, orientador ou Educador Social e de funções administrativas
Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e idosas – CREAS, Domicílio ou Unidade Referenciada	Profissional de referência do PAEFI/CREAS de nível superior
	Profissionais de ensino médio, orientador ou Educador Social e de funções administrativas
Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e idosas – Centro-Dia	Coordenador
	Assistente Social
	Psicólogo
	Terapeuta Ocupacional
	Profissionais de ensino médio, Cuidador Social e de funções administrativas
Serviço Especializado para pessoas em situação de rua e Centro POP	Coordenador
	Assistente Social
	Psicóloga
	Profissional com ensino superior
	Profissionais de ensino médio, orientador ou Educador Social e de funções administrativas

Fonte: Sistematização da autora com base na NOB/SUAS-2005 (2023)

Na PSE de Alta Complexidade, onde se concentram serviços cuja finalidade é a proteção integral dos sujeitos em decorrência da ruptura de vínculos familiares, são obrigatórias as presenças de assistente social e psicóloga. O número e a especificidade de profissionais são estipulados de acordo com o tipo de oferta da modalidade de acolhimento e público a ser atendido, conforme demonstrado no Quadro 21.

Quadro 21 – Composição da equipe de referência nos serviços da PSE de alta complexidade

Serviço Socioassistencial	Equipe de referência
Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo Institucional	Coordenador
	Psicólogo
	Assistente Social
	Profissionais com ensino médio, cuidador social e de funções administrativas
Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo Institucional para idosos	Coordenador
	Assistente social
	Psicólogo
	Profissional para desenvolvimento de atividades socioculturais
	Profissionais com ensino médio, cuidador social
	Profissional de ensino fundamental, para funções de limpeza, cozinha e lavanderia
Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva	Coordenador
	Assistente social
	Psicólogo
	Profissionais com ensino médio, cuidador social e de funções administrativas
	Profissional de ensino fundamental, para funções de auxiliar de cuidador social
Serviço de Acolhimento Institucional – República; Família Acolhedora	Coordenador
	Assistente social
	Psicólogo

Fonte: Sistematização da autora com base na NOB/SUAS-2005 (2023)

É ainda na PSE de Alta complexidade que se localiza o Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergências, cuja finalidade é assegurar apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade

pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Esse serviço deve estar referenciado ao órgão gestor da assistência social, sendo acionado a partir da ocorrência de situações de emergência e calamidades nos territórios e com equipe de referência de assistente social, psicólogo e profissionais com ensino médio, orientador ou educador e de funções administrativas.

Em relação às atribuições dos profissionais de ensino superior, os atos normativos preveem ações de intervenção junto a um determinado número de usuários, a depender da proteção social em que atuam. A finalidade do trabalho social com as famílias versa sobre o atendimento e acompanhamento das demandas instituídas com a matricialidade sociofamiliar e, para Mito (2018), configura-se como uma das expressões mais importantes no SUAS. A autora pontua sobre a tendência de naturalização e responsabilização da família em relação aos cuidados de seus dependentes, dada a implicação direta da moralidade religiosa, calcada na ideia de reprodução de uma família padrão assentada nos modos patriarcais e higienistas. Assim, chama a atenção para o cuidado com instrumentalidade funcional, ou seja, um trabalho social com famílias reduzido “a abordagens individuais e grupais e centrar-se em informações sobre direitos, sobre estilos de vida e formas ‘saudáveis’ de ser e de conviver” (Mito, 2018, p. 39), reproduzindo, portanto, os valores conservadores que persistem nos dias atuais.

Mesmo aos profissionais que atuam na vigilância socioassistencial, que desenvolvem atividades relacionadas à elaboração de diagnósticos que permitam compreender as possibilidades e fragilidades dos territórios e das capacidades protetivas das famílias, deve-se observar os cuidados com as proposições de um processo interventivo na lógica de disciplinamento, responsabilização e culpabilização. Isso porque cabe à vigilância socioassistencial subsidiar a atuação das equipes na elaboração dos instrumentos de gestão, tais como, relatórios, elaboração de planos, projetos que devem versar sobre a garantia de direitos sociais e em defesa das famílias. As/os profissionais que atuam na gestão do SUAS exercem funções de implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações a serem desenvolvidas na PAS além do apoio aos órgãos de controle social. Porém, observa-se que o atendimento das requisições institucionais determinadas pela própria gestão do trabalho e a gestão da prestação de serviços socioassistenciais são influenciados pelo gerencialismo na administração pública, com a imposição de cumprimento de

metas, exercício de multitarefas, características essas da precarização, flexibilização e intensificação, marcas da exploração do trabalho e que podem desenvolver processos de adoecimento.

Aos profissionais de ensino médio, são previstas funções de apoio aos provimentos dos serviços, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS, tais como, no âmbito das unidades socioassistenciais. No órgão gestor, estão previstos profissionais que desempenhem as funções administrativas, de gestão orçamentária e financeira e de gestão dos sistemas de informação, monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial, de benefícios, de transferência de renda e Cadastro Único. Aos profissionais de ensino fundamental completo, compete o exercício de funções, apoio ao funcionamento operacional da gestão e dos serviços socioassistenciais, tais como, limpeza, lavanderia, cozinha, copeiragem, de transporte⁶³ e de segurança. Do mesmo modo, esses trabalhadores estão submetidos às condições de trabalho marcadas pela precarização, com vínculos trabalhistas terceirizados, dada as alterações conduzidas pela reforma trabalhista e que também estão presentes nos serviços da PAS.

De acordo com os dados apresentados, reconhecemos a heterogeneidade de serviços e profissionais que compõem o SUAS, dada a complexidade do trabalho executado, tanto no atendimento dos serviços quanto na gestão da política com a necessidade do desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar. Entretanto, nem todas as categorias profissionais de nível superior têm no seu processo de formação estudos sobre a PAS, o que pode ser um desafio à execução do trabalho na perspectiva interdisciplinar. Isso porque o debate sobre a família no campo da proteção social não está presente nos currículos das diferentes profissões que compõem a equipe multiprofissional do SUAS. Conforme Mito (2018, p. 40), “tal ausência contribui fortemente para que persistam abordagens que reforçam estereótipos de famílias”. Dada essa ausência, os próprios profissionais muitas vezes buscam formações de forma a instrumentalizar a intervenção profissional. Ao discutir sobre as equipes de referência no SUAS e as responsabilidades dos trabalhadores, Muniz (2011, p. 95) conceitua que:

⁶³ O desempenho das funções de transporte requer, além do ensino fundamental, a habilitação de acordo com o transporte a ser conduzido.

As equipes de referência, portanto, são formadas por profissionais de diferentes áreas, que possuem objetivos em comum, além de conhecimentos e habilidades que se complementam compartilhando responsabilidades na oferta de um serviço a determinado número de usuários que apresentam situações de vulnerabilidade ou risco similares, com os quais constroem vínculos e para os quais se tornam um parâmetro ou referência.

Nesse sentido, entendemos ser necessário que esse conjunto de trabalhadores compartilhem objetivos em comum, estratégias, decisões, responsabilidades e resultados. Cada profissional, a partir da especificidade da sua formação, contribui com o SUAS na interpretação dos processos sociais e encaminhamentos das ações, além da responsabilidade pela organização e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial.

Como mencionamos, na NOB/SUAS/RH-2006, a relevância do/a trabalhador/a na prestação dos serviços socioassistenciais está presente no reconhecimento, pelos atos normativos, da exigência da contratação de trabalhadores por concurso público, implantação de planos de carreira, cargos e salários, necessidade de capacitação permanente aos profissionais além da garantia de ambiente de trabalho saudável e seguro, em consonância com as normativas de segurança e saúde dos trabalhadores (Brasil, 2016). Isso representou um salto qualitativo para os/as trabalhadores/as e usuários/as dessa política em direção à abertura e à ampliação do número de trabalhadores/as no SUAS, enfrentamento à precarização das condições de trabalho e qualificação na prestação das ofertas dos serviços. Porém o que se apresenta aos trabalhadores/as do SUAS é a persistência da precarização dos vínculos e das condições de trabalho, com a intensificação das atividades, dada a sobrecarga de trabalho, tal como estão submetidos a maioria dos trabalhadores brasileiros que, sob a lógica do capital, explora a força de trabalho humana. Ainda que o SUAS tenha combinado avanços institucionais, na gestão do trabalho, ainda existem insuficiências de investimentos que levam a:

ausência ou insuficiência de concursos públicos; definição de equipes sem perfil adequado, baixos e imorais salários; ampliação de demandas inerentes às equipes técnicas do sistema de justiça, segurança pública, saúde e educação; demandas territoriais ampliadas pela ausência de planejamento, gerando superexploração, desgaste emocional e mesmo danos de saúde mental; práticas gerenciais burocráticas e “produtivistas”, descaracterizando os objetivos dos serviços; ausência de registros, avaliações participativas; instalação de equipamentos sem acessibilidade e

condições materiais de funcionamento; entre outros aspectos (Silveira, 2011, p. 17).

Os trabalhadores do SUAS desempenham um papel primordial na execução das ações e na produção de conhecimentos técnicos, sendo, portanto, importante um quadro de trabalhadores/as com formação acadêmica, ética e política assim como a profissionalização e valorização do trabalho e das trabalhadoras/es. Daí a importância da gestão do trabalho como uma dimensão estratégica no SUAS⁶⁴.

Na composição das equipes percebe-se a relevância de assistentes sociais tendo em vista que é categoria profissional com presença obrigatória tanto nos serviços socioassistenciais das Proteções Sociais quanto na gestão do SUAS, independente do porte populacional, número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições a serem asseguradas. A diferenciação é no quantitativo de profissionais que irão compor as equipes de referência a depender do porte populacional a partir das dinâmicas dos territórios e nível de habilitação do município. Assim a municipalização das políticas sociais associada à diretriz da descentralização e a implantação do SUAS com a composição de uma equipe de referência desencadeou o alargamento do mercado de trabalho profissional, inclusive às assistentes sociais.

Essa realidade tem permitido a ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais configurando a assistência social como um dos espaços de trabalho mais tradicionais e persistentes do exercício profissional (Raichelis, 2011). Além disso, a ampliação das possibilidades de trabalho da assistente social, tem delimitado atribuições e competências necessárias ao enfrentamento das situações que se apresentam em seu cotidiano. Isso porque, a direção social da profissão, os princípios e parâmetros éticos encontram-se em constante movimento, dada a relação indissociável com a realidade social. Ou seja, as assistentes sociais partem do movimento do real,

[...] e sua construção histórica envolve a resistência frente às contradições sociais que configuram uma situação de barbárie,

⁶⁴ A educação permanente e o Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS também se constituem como dimensões na gestão do trabalho no SUAS. A educação permanente deve primar pela capacitação das trabalhadoras/es do SUAS e ser organizada de forma sistemática, contínua e participativa. Em relação aos PCCS relaciona-se a organização do processo de trabalho constituindo-se como um instrumento gerencial de política de pessoal no SUAS. As especificidades na realização dessas dimensões podem ser consultadas na NOB-RH/SUAS Comentada (2012).

decorrentes do atual estágio da sociabilidade do capital em sua fase de produção destrutiva, com graves consequências na força de trabalho. A política de Assistência Social, por sua vez, comporta equipes de trabalho interprofissionais, sendo que a formação, experiência e intervenção histórica dos/as assistentes sociais nessa política social não só os habilitam a compor equipes de trabalhadores/as, como atribuem a esses/as profissionais um papel fundamental na consolidação da Assistência Social como direito de cidadania (CFESS, 2013, p. 12)

Em que pese a importância e a necessidade de um conjunto de trabalhadores qualificados, a implantação do SUAS “evidencia os limites do trabalho assalariado no campo das políticas públicas exigindo estratégias coletivas para o enfrentamento dos constrangimentos a que estão submetidos na relação com os empregadores e dirigentes institucionais” (Raichelis, 2011, p. 59). Ainda que o trabalho na PAS tem se configurado como um importante campo de trabalho profissional, ao mesmo tempo e no mesmo processo, observa-se, contraditoriamente, as características do trabalho no capitalismo com o aprofundamento da intensificação, flexibilização e precarização das relações e condições de trabalho incidem sobre o trabalho de assistentes sociais na PAS. Isso porque, considerando o seu estatuto de trabalhador assalariado no conjunto de profissionais do SUAS, o trabalho de assistentes sociais é uma mercadoria, e como tal sujeito a exploração, alienação e restrição da autonomia técnica. Isso pode ser evidenciado por meio dos resultados da pesquisa realizada com as assistentes sociais que atuam na região de Campo Mourão e Cascavel, conforme apresentamos no próximo tópico.

3.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS REGIÕES DE CAMPO MOURÃO E CASCAVEL

A precarização das condições de trabalho está presente na PAS de diferentes formas, tanto pelas características contemporâneas do mundo do trabalho como pelo seu passado marcado pela cultura do improviso devido a “desprofissionalização e de atuação com base em estrutura improvisadas e descontínuas” (Raichelis, 2010, p. 760) inclusive com a significativa presença do voluntariado na execução das ações. A partir dos atos normativos que colocam a assistência social com um direito social, as intervenções profissionais não se situam no assistencialismo, clientelismo ou meritocracia, marcas históricas da formação sócio-histórico e política brasileira, mas

devem ser direcionadas à superação da desprofissionalização.

Desde a implantação da LOAS e impulsionadas pelo SUAS, a assistência social se constitui como uma política de enfrentamento à pobreza onde aos seus agentes profissionais e, particularmente aos assistentes sociais são requisitadas ações de elaboração, execução e avaliação da política, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais assim como se estendem a assessoria a movimentos sociais e populares. As atribuições e competências profissionais de assistentes sociais são respaldadas na Lei n.º 8.662 de 7 de junho de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e nos princípios, direitos e deveres estabelecidos no Código de Ética do Assistente Social de 1993, sem perder de vista a necessidade da leitura crítica da realidade de modo a identificar as condições materiais de vida da classe trabalhadora.

Apesar dos avanços introduzidos no SUAS em relação à regulação e gestão do trabalho, inclusive com o incentivo a contratações de trabalhadores por meio de concursos públicos, os rebatimentos do processo de reestruturação produtiva têm incidido sobre os trabalhadores do SUAS.

Em nossa pesquisa identificamos que embora tenham sido estabelecido parâmetros normativos orientadores para a organização e distribuição das equipes de referência nos serviços socioassistenciais, no levantamento junto ao CadSUAS observamos que na região de Campo Mourão e Cascavel existe um indicativo de precarização e intensificação do trabalho de assistentes sociais que se materializa em relação aos salários e distribuição de carga horária entre os serviços socioassistenciais.

A mesma percepção é reforçada quando analisamos a resposta à pergunta do questionário respondido pelas assistentes sociais em relação ao salário mensal. A solicitação foi do registro do valor bruto recebido, por ser o valor referência para que sejam feitos os descontos mensais obrigatórios, tais como o previdenciário ou os tributários, como o Imposto de Renda ou, para acréscimos como horas extras, adicionais noturnos, insalubridade e periculosidade. Os valores líquidos são aqueles que os trabalhadores recebem de fato, ou seja, aqueles com descontos ou acréscimos tendo como base o salário bruto. O salário líquido é variável pois além dos descontos obrigatórios também podem ser incluídos outros descontos, tais como empréstimos, planos de saúde.

Em relação a ocupação de cargo em comissão são aqueles ocupados por

peças com funções de direção, chefia e assessoramento, sendo de livre nomeação e exoneração (BRASIL, 2016). Em relação a forma de contratação destaca-se que a opção de resposta era fechada, com opções para contratação via concurso público, processo seletivo e contratação celetista.

Quadro 22 – Relação entre a distribuição da faixa salarial, forma de contratação e ocupação de cargo comissionado

Salário Mensal em R\$	Não ocupa cargo de comissão			Ocupa Cargo de Comissão			Total
	Concurso Público	Celetista	Processo Seletivo Simplificado	Concurso Público	Celetista	Processo Seletivo Simplificado	
1.900,00 a 2.424,00	1	6	0	1	0	0	8
2.425,00 a 3.636,00	3	3	1	1	2	0	10
3.637,00 a 4.848,00	7	1	3	0	1	0	12
4.849,00 a 6.060,00	4	2	1	0	0	0	7
6.061 a 7.272,00	0	0	0	0	0	1	1
7.273,00 a 9.696,00	1	0	0	1	0	0	2
Acima de 9.697,00	0	0	1	0	0	0	1
Não informou	1			1			2

Fonte: Sistematização com base nas respostas do formulário on-line (2023).

De acordo com os dados percebe-se que a média salarial se concentra entre R\$2.425,00 a R\$4.848,00, o que equivale ao salário da época a 2 a 4 salários-mínimos, tanto para aquelas que ocupam e as que não ocupam cargo em comissão. Ou seja, podemos considerar que a média salarial das assistentes sociais que atuam na PAS na região de Campo Mourão e Cascavel pode ser considerada baixa, próximo aos rendimentos dos usuários atendidos nos serviços socioassistenciais. Logo, pode-se afirmar que a permanência no mercado de trabalho fica submetida ao “[...] máximo tempo de trabalho e o mínimo de salário” (Marx, 2017, p. 718), reforçando, por conseguinte, as precárias condições salariais das assistentes sociais.

Os baixos salários podem ser um motivo para a busca de outros vínculos profissionais, para complementar a renda. No levantamento de dados, chamou nossa atenção a identificação de carga horária compartilhada por profissionais em mais de um serviço socioassistencial, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 23 – Distribuição da carga horária compartilhada em mais de um serviço socioassistencial

Local	Ocorrência identificadas	Quantidade de ocorrências
Órgão Gestor	Unidade de Acolhimento	9
	Posto do Cadastro Único	5
	CREAS	2
	CRAS	2
	Centro Dia	2
	Centro de Convivência	1
	Centro de Convivência e CRAS	1
	CREAS e Unidade de Acolhimento	1
	Unidade de Acolhimento e Unidade de Acolhimento	1
Centro de Convivência	Unidade de acolhimento	1
	CRAS	2
	Centro Dia	1
	Centro Dia, CRAS e PSC/LA	1
CREAS	Centro Dia	1
	Unidade de Acolhimento	2
Unidade de Acolhimento	Unidade de Acolhimento	1
	CRAS	2
CRAS	Centro Dia e PSC/LA	1

Fonte: Sistematização da autora com base no CadSUAS (2023).

No levantamento de dados no CadSUAS verificamos que o compartilhamento de carga horária entre serviços socioassistenciais ocorre com maior frequência entre as assistentes sociais que estão lotadas no Órgão Gestor. O compartilhamento de atividades dessas assistentes sociais entre atividades decorrentes da ocupação de cargos de gestão e serviços de atendimento, ou seja, espaços diferenciados que vão requisitar a essas trabalhadoras diferentes conhecimentos, capacidade de reconhecer a sua autonomia de decisão, as requisições da PAS, os demandatários e as demandas de atendimento, além de ações e conhecimentos distintos em relação a gestão do trabalho e a gestão da prestação de serviços socioassistenciais na PAS.

Os trabalhadores que ocupam cargo na gestão da PAS são responsáveis pela organização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, o que demanda um amplo conhecimento técnico e operativo em relação a PAS mas também administrativo, financeiro e orçamentário. Já aos trabalhadores que atuam nos serviços socioassistenciais são aqueles que realizam o provimento das ações, ou seja, “desenvolvem funções diretamente relacionadas às finalidades do SUAS” (BRASIL, 2016, p. 13). Assim são atividades que vão requerer conhecimento sobre o

procedimento e metodologias voltadas ao trabalho social a ser desenvolvido com as famílias.

Quadro 24 – Equipamentos e serviços onde trabalham assistentes sociais participantes da pesquisa

Equipamento/Serviço	Número de assistentes sociais
CRAS	1
CREAS	3
Órgão gestor	7
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	1
Serviço de Acolhimento Institucional	1
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas	1
Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias	1
Cras e Serviço de Convivência	1
Cras, Serviço de Convivência, Serviço de PSE para PcD, Acolhimento Institucional, Família Acolhedora e Órgão Gestor	1
CREAS, Serviço de Prestação Social Especial para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Serviço de Acolhimento Institucional e Poder Judiciário	1
CREAS, Serviço de Prestação Social Especial para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias	1
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas e Política de Educação	1
Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias, Unidade de Acolhimento, Comunidade Terapêutica e Associação de Defesa de Direitos da Pessoa com Espectro Autista	1
Outros e Centro de Socioeducação	1
Outros e Política de Saúde	1
Outros e Secretaria Municipal de Educação	1
Outros e Supervisão Acadêmica de Ensino a Distância e Projeto de inserção de adolescente no mercado de trabalho	
Outros e Unidade de Acolhimento ao beneficiário da Operadora	1

Fonte: Sistematização da autora a partir da pesquisa no formulário on-line (2022).

Encontramos ainda a ocorrência de compartilhamento de carga horária entre serviços socioassistenciais, situação essa que não é prevista nos atos normativos do SUAS. Isso porque, não localizamos nas legislações e instruções normativas a delimitação de carga horária mínima e máxima por profissional o que pode ser um agravante para intensificação do trabalho com elevada e desigual carga horária de

trabalho. Nos dados levantados junto às assistentes sociais identificamos que é mais recorrente compartilhamento de carga horária em unidades como Centro de Convivência, CREAS, Unidade de Acolhimento e CRAS que de igual forma, atendem públicos e possuem rotinas de trabalho diferenciadas entre si. Os conhecimentos necessários para o provimento das ofertas socioassistenciais nesses equipamentos estão voltados ao trabalho social com famílias, territorialização, participação social, entre outros necessários aos atendimentos das demandas dos usuários. Deste modo, a dinâmica da precarização e intensificação atinge as relações de trabalho das assistentes sociais na região em estudo pois ao assumirem mais de um vínculo de trabalho, são dadas bases para a caracterização da sobrecarga de trabalho e precarização dos vínculos. Conforme mencionamos anteriormente, essa configura-se uma manifestação decorrente da exploração da força de trabalho assalariada e pode levar ao desgaste da força de trabalho com manifestações de cansaço, fadiga, estresse, indícios esses de possível processo de adoecimento pelo trabalho.

A Tipificação Nacional dos Serviço Socioassistenciais estabelece o rol dos serviços a serem ofertados pela PAS e a NOB-RH/SUAS define as equipes de referência por serviço. No entanto, não localizamos nos atos normativos parâmetros de referência a quantidade de serviços socioassistenciais os profissionais podem ser vinculados, tal como a definição de carga horária dos profissionais por serviços socioassistenciais e municípios de atuação. A ausência de normativas em relação a essas condições de trabalho pode levar à vinculação de profissionais a diferentes serviços que requerem competências e habilidades diferenciadas dada a complexidade das demandas e a intensificação do trabalho. Destaca-se que dados aos baixos salários, as profissionais são impelidas a buscarem esses diferentes vínculos empregatícios de forma a alcançarem renda para o suprimento de suas necessidades. Por isso, a desprecarização dos vínculos e regulamentação das condições de trabalho deve perpassar esse debate como forma de contribuir diretamente na qualificação dos serviços, inclusive contribuindo com a saúde destes trabalhadores/as.

Aliado ao compartilhamento de serviços, identificamos profissionais que atuam em municípios diferentes, implicando no deslocamento contínuo entre as cidades, tal como apresentado no quadro abaixo.

Quadro 25 – Assistentes sociais com vínculo de trabalho em mais de um município

Municípios	Serviços Socioassistenciais	Distância entre os municípios
Corumbataí do Sul e Fênix	Órgão Gestor e CRAS	30,8 km
Moreira Sales e Goioerê	Centro Dia e Centro Dia	25, 2 km
Araruna e Peabiru	Centro Dia e Unidade de Acolhimento	16,3 km
Campo Mourão e Peabiru	Centro Dia e Centro Dia	16 km
Engenheiro Beltrão e Quinta do Sol	Centro Dia e Centro de Convivência	14,9 km

Fonte: Sistematização da autora com base no CadSUAS (2023).

O vínculo de trabalho em mais de um equipamento socioassistencial é prevalente nos municípios de pequeno porte e encontramos mais recorrência no serviço tipificado de Centro Dia. Identificamos assistentes sociais que realizam atividades profissionais em serviços socioassistenciais diferenciados, onde se deparam com diferentes e complexas demandas e requisições, o que requer das profissionais, um exercício diário de visitar normativas da PAS, aprimorar os conhecimentos sobre a realidade socioterritorial, sobre a rede socioassistencial, além do acúmulo de demandas que requer um plano de atendimento de médio e longo prazo. Isso implica em um esforço contínuo em busca do conhecimento para o aprimoramento do trabalho profissional. Porém, também pode ser um indicativo da intensificação e da flexibilização do trabalho, não apenas pelo quantitativo de normativas que precisam ser apropriadas, mas também pelo desenvolvimento de uma multitarefa, já que os procedimentos precisam ser adequados conforme a unidade socioassistencial. Deste modo, novamente encontramos os indícios para um desgaste da força de trabalho, tanto no aspecto físico como cognitivo, com manifestações de cansaço e fadiga. Importa lembrar que “à medida que o desgaste se define como perda da capacidade potencial e/ou efetiva biopsíquica, ele pode ou não se expressar no que a medicina reconhece como patologia” (Laurell; Noriega, 1989, p. 115-116).

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao exercício profissional executado em municípios diferentes. Embora aparentemente possam parecer pequenas as distâncias entre as cidades com um deslocamento rápido entre elas, não podemos desconsiderar que essa pode ser uma situação de desgaste para a trabalhadora que

fica sujeita aos riscos e tensão da estrada, ao cansaço por atuar em espaços tão distintos e distantes.

As assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões – relações de gênero, violência nos territórios, racismo, desemprego, questões derivadas da desproteção social, pobreza. A atuação profissional ocorre junto aos sujeitos sociais, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras que vivenciam situações singulares atravessadas por determinação de classes, desigualdades sociais e de renda, diversidades étnica, racial, religiosa e de gênero, entre outras questões. O trabalho profissional pode incidir nas condições materiais e sociais dos sujeitos que procuram acesso aos seus direitos sociais. Por isso, os saberes requisitados para a realização do exercício profissional nas políticas sociais e, portanto, na PAS expressam complexidades próprias e “as possibilidades de atuação profissional não podem ser desvinculadas das condições e processos em que se realiza o trabalho” (CFESS, 2013, p. 31). A condição de ser trabalhador do SUAS em mais de um serviço socioassistencial e em municípios diferenciados pode desencadear nos profissionais a sobrecarga de trabalho, manifestando também situações de cansaço e fadiga.

Quadro 26 – Relação entre a carga horária semanal e o vínculo de trabalho

Carga Horária semanal	Vínculo de trabalho						
	Estatutário	Celetista	Temporário	Contrato por prestação de serviço	MEI	Outro	Total
De 11 até 20 horas	1	1	0	0	0	0	2
De 21 até 30 horas	17	8	2	1	1	0	29
De 31 até 40 horas	6	4	0	0	1	1 ⁶⁵	12
Total	24	13	2	1	2	1	43

Fonte: Sistematização da autora com base nas respostas dos formulários (2023).

No levantamento junto ao CadSUAS não é possível identificar se a vinculação a mais de um serviço socioassistencial é por determinação da gestão da política para suprir a ausência ou quantidade insuficiente de profissionais ou por vinculação por iniciativa da profissional, como no caso das situações de profissionais com mais de

⁶⁵ Embora uma participante tenha indicado outra forma de contratação, não foi especificada qual é essa forma.

um vínculo empregatício para complementação de renda em decorrência de baixos salários. Porém, a partir das respostas de assistentes sociais no formulário *on line*, ao indicarem seus vínculos de trabalho e a carga horária de trabalho semanal, foi possível verificar que embora os atos normativos da PAS indiquem a necessidade de contratação por concurso público, ainda persistem significativamente outras formas de contratação não estáveis, conforme demonstrado no Quadro 23.

Conforme apontam os dados, para 24 profissionais os vínculos são estáveis, por serem estatutárias, o que pressupõe o ingresso como trabalhadoras da PAS mediante concurso público. Quanto a carga horária de trabalho, prevalece até 30 horas semanais, conforme preconizado na Lei n.º 12.317 de 26 de agosto de 2010. Embora a NOB-RH/SUAS reconheça a necessidade de vínculos estáveis mediante concurso público aos trabalhadores do SUAS, ainda é significativo na região de estudo o número de assistentes sociais na PAS com vínculos de trabalhos não estáveis. Para 19 profissionais os vínculos de trabalho podem ser distribuídos da seguintes forma: contratos por tempo indeterminado conforme a CLT; contratação por tempo determinado, sem direitos trabalhistas ou mesmo possibilidade de prorrogação de contrato; contratação como prestadora de serviço para a realização de ações pontuais e focalizadas, e, como Microempreendedor Individual (MEI).

A concentração da carga horária semanal é entre 21 a 40 horas semanais, ou seja, identificou-se que parcela das assistentes sociais trabalham 10 horas acima da carga horária preconizada na Lei n.º 12.317/2010. Isso pode acontecer por duas situações sendo (a) tanto pela duração do trabalho em um mesmo local de trabalho por um período estipulado na Lei ou (b) quando pela existência de mais de um vínculo de trabalho, com diferentes jornadas de trabalho que quando somadas superam as 30 horas semanais.

No formulário *on-line* ainda era possível as assistentes sociais indicarem se é comum trabalhar fora da sua carga horária de trabalho, por dia, mês e semana. Essa era uma questão fechada, de resposta não obrigatória, com alternativas de múltipla escolha entre as possibilidades de: “nunca” – não existe frequência; “algumas vezes” quando a frequência ocorre pelo menos duas vezes por semana; “na maioria das vezes”, quando a frequência ocorre de três a quatro vezes na semana e “sempre” com frequência de cinco ou mais vezes na semana.

Quadro 27 – Frequência de trabalho das assistentes sociais fora da carga horária de trabalho

Frequência	Dia	Semana	Mês
Nunca	10	8	7
Algumas vezes	13	17	13
Na maioria das vezes	4	6	7
Sempre	2	3	4
Não respondeu	14	9	12

Fonte: Sistematização da autora com base nas respostas on-line (2023).

Assim verifica-se que embora a prevalência dos apontamentos das assistentes sociais seja o cumprimento de uma carga horária variante entre 20 a 40 semanais, observamos que o trabalho fora da carga horária semanal ocorre para as profissionais. A incidência de trabalho fora da carga horária é mais difícil de ser percebida no cotidiano de trabalho, no dia a dia. Porém em relação às respostas que se referem a frequência do trabalho fora da carga horária durante o mês existe uma proximidade entre aquelas que relataram nunca ou algumas trabalharem fora do horário (20 pessoas) e aquelas que relatam trabalhar na maioria das vezes ou sempre (11 pessoas). Dessa situação infere-se que pode existir uma jornada de trabalho estendida, o que para Dal Rosso (2008) é compreendido como uma das formas de intensificação do trabalho.

Para a obtenção de mais ou melhores resultados prolonga-se a jornada de trabalho, ou seja, são conduzidas a trabalhar por mais tempo para dar conta do aumento quantitativo das demandas ou desempenhando mais funções no sentido de alcançar metas e resultados “[...] razão pela qual se exige um consumo maior de energias do trabalhador” (Dal Rosso, 2008, p. 21) tanto físicas quanto intelectuais e afetivas. Sobre essa questão, buscamos informações sobre as exigências que são requeridas as profissionais tanto em relação às metas, prazos, realização de horas extras e manutenção do trabalho “em dia”. Tal como na questão anterior, o registro da resposta era fechado, a partir das seguintes opções: “nunca” – não existe frequência; “algumas vezes” quando a frequência ocorre pelo menos duas vezes por semana; “na maioria das vezes”, quando a frequência ocorre de três a quatro vezes na semana e “sempre” com frequência de cinco ou mais vezes na semana conforme demonstrado no Quadro 28.

Quadro 28 - Exigências diária, semanal e mensal em relação ao trabalho

	Nunca	Algumas vezes	Na maioria das vezes	Sempre	Não respondeu
Você consegue trabalhar de modo a não precisar “levar o trabalho para terminar em casa”?	10	13	11	6	3
Você consegue manter seu trabalho em dia?	6	12	17	7	1
O prazo estabelecido para a realização do trabalho é suficiente?	8	20	11	3	1
Você consegue atingir as metas que foram estipuladas para o seu trabalho?	3	14	19	5	2

Fonte: Sistematização da autora com base nas respostas on-line (2023).

Dos dados levantados em relação às exigências do trabalho das assistentes sociais na PAS encontramos duas situações. A primeira refere-se àquelas que indicaram não realizar jornada estendida, ou seja, não levar trabalho para casa (10 respostas) para dar conta das atividades sob a sua responsabilidade técnica e política. A segunda situação relaciona-se às 24 assistentes sociais que indicaram levar o trabalho para casa, para cumprir prazos e metas na PAS, ainda que de forma esporádica.

Nota-se que o trabalho executado como parte da jornada estendida é realizado na modalidade *home office*, no momento que seria dedicado para a convivência familiar, lazer ou descanso dessa trabalhadora. Com isso observa-se que “[...] o tempo de trabalho invade os tempos de não trabalho, afetando a vida individual e coletiva” (Dal Rosso, 2008, p. 35). A terceira situação é das assistentes sociais que indicaram que precisam levar com frequência o trabalho para a casa (6 respostas) pois a jornada cumprida não é suficiente para manter o trabalho em dia.

Assim, diante das reflexões construídas, percebemos que a intensificação do trabalho das assistentes sociais na região de Campo Mourão ocorre de diferentes formas, tanto decorrente do acúmulo de funções com a atuação em diferentes equipamentos socioassistenciais quanto em municípios diferenciados. Percebe-se ainda que para manter o trabalho em dia as assistentes sociais precisam trabalhar em jornada estendida, ou seja, fora da carga horária contratada. Mesmo para as

assistentes sociais que não indicaram a realização de jornada estendida para manter o trabalho em dia, cumprindo prazos e metas estipuladas a intensificação pode estar presente no ritmo de trabalho, para dar conta dos resultados esperados. Ora, a intensidade no ritmo é considerada como uma das formas de sobrecarga de trabalho, conforme Dal Rosso (2013), e pode resultar no cansaço e na fadiga das profissionais, que mediante o aumento quantitativo das atividades, trabalham em um ritmo acelerado, de modo a cumprir prazos, além de buscar o melhor desempenho em suas atividades.

3.3 AÇÕES, ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS EXECUTADAS POR ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No tocante ao trabalho de assistentes sociais na PAS, afirma-se que é regido pelas atribuições e competências profissionais estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão – Lei n.º 8.662/1993 e no Código de Ética do Assistente Social (1993) e as demais resoluções estabelecidas pelo conjunto CFESS/CRESS, Ademais, o trabalho é regido pelas normativas que regulam o ordenamento da referida política. É essencial identificar também a importância da direção social da profissão expressa no projeto ético e político, como balizador para a construção da leitura crítica da realidade de modo a identificar as condições materiais de vida da classe trabalhadora, como elemento essencial para a elaboração de respostas profissionais que se coloquem na perspectiva dos direitos humanos e sociais.

Tendo como base os estudos de Paulo Netto (1998; 2001; 2006) podemos caracterizar o projeto ético-político⁶⁶ como uma direção coletiva, amparada em princípios e valores que orientam o exercício profissional. O autor parte do pressuposto de que os projetos profissionais tendem a vincular-se fortemente a determinados projetos societários (também denominados de projetos de sociedade), ou seja, àqueles que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclama certos valores para legitimá-la e que privilegiam certos meios para concretizá-la. Nos termos de Paulo Netto (2001) estes projetos societários caracterizam-se por serem coletivos, possuem uma dimensão política por envolverem uma relação e

⁶⁶ Este projeto é expresso por meio das normatizações da Lei de Regulamentação da Profissão, pelo Código de Ética Profissional, ambos de 1993 e pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS), de 1996.

disputa de poder, são flexíveis ao incorporarem novas demandas e aspirações e cambiantes, por transformarem-se e se renovarem conforme as conjunturas históricas e políticas. Legitimam-se em sociedades democráticas como mecanismo de confronto e disputa a adesão para a transformação ou conservação da ordem social.

Os projetos profissionais têm como elementos constitutivos a autoimagem da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas práticas que devem ser articulados coerentemente. São construídos por sujeitos coletivos, aqui exemplificado pela categoria e de assistentes sociais, sendo necessária a sua forte organização, ainda que seus membros (corpo profissional) seja formado por indivíduos diferentes, compondo assim uma unidade não homogênea, configurando um espaço plural. Além do recurso político-organizativo, processos de debate e elaboração, investigação teórico-prática também são elementos constitutivos dos projetos profissionais que vão requerer uma fundamentação de valoração ética, que não se limita a preceitos normativos, mas envolvem direcionamentos teóricos, ideológicos e políticos dos seus profissionais.

Aqui se expressa a relativa autonomia constitutiva do trabalho assalariado no capitalismo, que se manifesta desde a relação da compra e venda da força de trabalho, no estabelecimento da jornada de trabalho, na inserção nos processos de trabalho, nas condições de trabalho e na remuneração recebida pelos trabalhadores e trabalhadoras.

No tocante ao trabalho de assistentes sociais a relativa autonomia está entrelaçada às requisições e demandas decorrentes dos objetivos do Estado e das políticas sociais; das necessidades vivenciadas pelos trabalhadores; do financiamento e dos custos da execução dos serviços e do equacionamento entre as normativas que direcionam o ordenamento da gestão dos serviços e da gestão da informação e, as requisições próprias da profissão.

De acordo com os Parâmetros para Atuação das Assistentes Sociais na Política de Assistência Social elaborados pelo CEFSS (2013) são requisitadas intervenções que englobam abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades sociais básicas, acesso a direitos, bens e equipamentos públicos. A atuação profissional também ocorre junto aos movimentos sociais e controle social para socialização das informações, mobilização e organização popular.

Sendo assim, as assistentes sociais desenvolvem sua ação tanto na dimensão do planejamento, como na intervenção e na produção de conhecimentos. É certo afirmar que as ações ocorrem no âmbito do gerenciamento, execução, monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios. A partir do contato com a realidade objetiva onde se materializa as condições de vida da classe trabalhadora e as respostas por meio das políticas públicas a essas necessidades, insere-se a importância do desenvolvimento da atitude investigativa, com a realização sistemática de estudos e pesquisas de forma a respaldar o processo de formulação, implementação e monitoramento dos serviços e benefícios socioassistenciais além das intervenções pedagógicas e socializadoras no campo dos direitos sociais. As assistentes sociais realizam o seu trabalho respondendo as requisições institucionais e também aquelas decorrentes da formação, além das demandas apresentadas pelos demandatários. Muitas vezes essas requisições não são coincidentes e que por vezes colocam as profissionais em uma condição complexa, difícil e que podem levar a situações de frustração, desmotivação, dando indícios do desgaste ético moral e que conforme mencionamos anteriormente, pode levar a um processo de adoecimento.

Em nossa pesquisa, como intuito de conhecer as intervenções realizadas no cotidiano profissional, fizemos o levantamento de informações por meio do formulário *on line* onde era possível respostas de múltipla escolha entre os quesitos: *Nunca*: nenhuma vez na semana; *Algumas vezes*: pelo menos uma vez por semana; *Na maioria das vezes*: de duas a quatro vezes na semana; *Sempre*: todos os dias da semana. Segue os resultados:

Quadro 29 – Sobre as intervenções realizadas no cotidiano profissional

	Nunca	Algumas vezes	Na maioria das vezes	Sempre	Sem resposta
Articulação da rede de serviços	1	9	19	13	1
Assessoria a rede socioassistencial	4	19	13	5	2
Atendimento às solicitações do sistema de justiça	5	17	9	11	1
Atendimento direto com os usuários	2	5	4	32	0
Atuação na articulação da rede socioassistencial	2	10	11	19	1
Elaboração de documentação técnica	1	9	10	22	1
Monitoramento, sistematização e avaliação	4	16	13	9	1
Organização e gestão de serviços	4	14	11	14	0
Sistematização de informações	7	6	13	16	1
Planejamento de ações e/ou serviços	4	10	10	19	0
Trabalho nos territórios	8	13	9	11	2
Voltada a produção de conhecimento	7	23	5	6	2
Voltadas à formação profissional/supervisão de estagiários	21	11	5	1	5
Voltadas ao Controle Social	8	21	6	6	2

Fonte: Sistematização da autora com base nas respostas on-line (2023).

A partir dos dados levantados verificamos que as intervenções menos realizadas no cotidiano profissional são aquelas voltadas à formação profissional e supervisão de estagiárias; aquelas voltadas à produção de conhecimento e às voltadas ao controle social. Já as intervenções mais frequentes são atendimento direto com usuários, articulação com a rede de serviços e elaboração de documentação técnica. Para realizar essas intervenções profissionais são necessárias estratégias e procedimentos, apresentados no quadro a seguir.

Quadro 30 – Sobre as estratégia e procedimentos realizados no cotidiano profissional

	Nunca	Algumas vezes	Na maioria das vezes	Sempre	Sem resposta
Articulação com os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos/as usuários/as	13	15	5	8	2
Assessoria e consultoria em matéria relacionada à Política de Assistência Social	13	17	6	5	2
Elaboração de projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos/as usuários/as	8	18	10	5	2
Elaboração e avaliação de planos de assistência social	7	21	8	4	3
Execução de programas, projetos, benefícios e serviços próprios da assistência social	6	12	8	15	2
Formulação e defesa da constituição de orçamentos públicos necessários à assistência social	15	14	6	6	2
Instituição de espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais	13	15	5	8	2
Organização de seminários e eventos relacionados à política de Assistência Social	19	17	2	2	3
Participação e atuação nos Conselhos Municipais	7	18	6	11	1
Realização de estudos/pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população	15	16	8	2	2
Realização de visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da Política de Assistência Social	9	14	7	12	1
Viabilização da participação dos/as usuários/as nos processos de planejamento e controle social da Política de Assistência Social	9	19	8	5	2

Fonte: Sistematização da autora com base nas respostas on-line (2023).

De acordo com os dados levantados verificamos que as principais estratégias e procedimentos e utilizados no cotidiano profissional são aquelas relacionadas a intervenção direta com usuários, uma vez que as maiores incidências referem-se a execução de programas, projetos, benefícios e serviços próprios da assistência social; realização de visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da PAS seguida de participação e atuação nos Conselhos

Municipais, ou seja, estratégias diretamente relacionadas com as ofertas socioassistenciais.

Em relação às atividades com menor ocorrência entre as assistentes sociais encontram-se a organização de seminários e eventos relacionados à política de Assistência Social; realização de estudos/pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população seguida de formulação e defesa da constituição de orçamentos públicos necessários à assistência social, ou seja, estratégias que se caracterizam ao âmbito da gestão da PAS. Deste modo existem diferentes possibilidades de atuação do assistente social na PAS, que se efetivam vinculadas às condições objetivas e subjetivas por meio das quais se realiza o trabalho nos espaços sócio-ocupacionais.

A partir das reflexões apresentadas reafirmamos que as transformações no mundo do trabalho provocam redefinições na forma como o Estado se posiciona ante o capital e ao trabalhador. Neste contexto as expressões da questão social ganham maior visibilidade, havendo um grande esforço teórico-crítico por parte das profissionais, no sentido de apreendê-las no movimento contraditório da sociedade. Conseqüentemente as requisições e demandas profissionais apresentadas aos assistentes sociais evidenciam novas configurações, daí a importância e necessidade de um exercício profissional voltada às questões postas pautadas em uma bagagem teórico-metodológica, para que possa elaborar uma interpretação crítica do contexto ao qual faz parte.

A partir das aproximações ao trabalho profissional nessa política é inegável o alargamento do mercado de trabalho profissional no SUAS a partir da estruturação e organização das ofertas e serviços socioassistenciais. Mas ao mesmo tempo e no mesmo processo aprofunda-se a intensificação e a precarização, dada as condições em que este trabalho se realiza, considerando o seu estatuto de trabalhadora assalariada, com restrição de autonomia técnica e subordinação aos processos de alienação, como o conjunto dos/as trabalhadores/as. Apesar de todos os avanços, desafios e possibilidades aqui pontuados, as profissionais não estão alheias aos enfrentamentos de situações como insegurança, sobrecarga, precarização de vínculos contratuais e demais condições de trabalho.

O trabalho no SUAS evidencia os limites do trabalho assalariado no campo das políticas sociais. Isso exige de suas/seus profissionais um dispêndio de energia intelectual e emocional em suas atividades, em uma dupla dimensão. A primeira pelo

sentimento de prazer diante da possibilidade de realizar um trabalho comprometido com a viabilização de direitos. Porém ao mesmo tempo pode se configurar como um sofrimento, angústia e impotência ante ao reconhecimento dos limites da prestação dos serviços socioassistenciais. Tal como apresentamos no segundo capítulo desta tese, para autores como Seligmann-Silva (2011) a vivência do conflito ético desencadeia um desgaste físico e emocional que adocece os/as trabalhadores/as.

Nestes termos, o grande desafio aos/as trabalhadores/as do SUAS e dos/as assistentes sociais não se configura somente na garantia de direitos aos/as usuários/as, mas também a luta pela efetivação dos seus direitos como trabalhadores/as assalariados/as. A partir dessas dimensões contraditórias do fazer profissional é necessário decifrar suas mediações a fim de projetar formas de resistência e novas formas de sobrevivência que se colocam ao mesmo tempo como desafios e condição necessária para o exercício da profissão (Iamamoto, 2011).

Esses desafios foram potencializados ante a declaração de estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo agente do Coronavírus da COVID-19. Neste contexto de calamidade pública a PAS está sendo considerada como uma das áreas essenciais e indispensáveis ao atendimento às necessidades que colocam em risco a sobrevivência e a segurança da população, conforme Decreto n.º 10.282/2020. Sendo a PAS uma política essencial no contexto pandêmico, a reorganização dos serviços foi planejada pensando o quanto a ausência de funcionamento dos serviços socioassistenciais poderia colocar em risco a sobrevivência, saúde ou segurança da comunidade. Portanto, foi necessário a implementação de medidas para aumentar a capacidade de resposta do SUAS, a fim de garantir a continuidade da prestação dos serviços de forma direta à população que está sendo mais afetada pelos rebatimentos desta pandemia.



Releitura do quadro O Grito (1893), de Edvard Munch
(https://stsellov.xyz/product_details/37439517.html)

4 TRABALHO E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PERÍODO PANDÊMICO

“Como será o amanhã? Responda quem puder...”

(João Sérgio, 1978)

O final do ano de 2019 foi marcado por um dos fenômenos mais marcantes da humanidade nos últimos tempos. É neste período que a Organização Mundial de Saúde foi alertada sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, por um tipo de vírus que não havia sido identificado ainda em humanos⁶⁷. Logo no início de 2020, as autoridades chinesas confirmaram a identificação de um novo tipo de coronavírus, colocando as autoridades sanitárias em alerta.

Caracterizada por ser uma infecção respiratória de elevada transmissibilidade e de letalidade, a doença logo se tornou de alcance global, levando a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar em 30 de janeiro de 2020 a situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o mais alto nível de alerta em saúde da OMS, no sentido de buscar “aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus” (OPAS, 2024).

Em 11 de março de 2020, dada a propagação mundial da contaminação da população, e a existência de surtos de Covid-19 em vários países, foi declarada como pandemia⁶⁸. Essa situação perdurou até 05 de maio de 2023, quando foi declarada o fim da ESPII referente a Covid-19 devido ao “[...] declínio no número de internações em unidades de terapia intensiva relacionadas à doença, bem como os altos níveis de imunidade da população ao SARS-CoV-2, coronavírus causador dessa enfermidade” (OPAS, 2024)⁶⁹.

⁶⁷ A notícia sobre Surto de Doenças publicada pela OMS em 12 de janeiro de 2020 registra o relato dos sintomas dos primeiros casos, que aconteceram na China entre 8 de dezembro de 2019 a 02 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2020-DON233>. Acesso em: 15 mar. 2023.

⁶⁸ O termo pandemia se refere à distribuição geográfica de uma doença (OPAS, 2024) e foi declarada pelo diretor geral da OMS.

⁶⁹ A notícia do fim da situação de Emergência em Saúde Pública declarada pela OMS foi amplamente divulgada nos meios de comunicação. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 15 mar. 2023.

A pandemia nos levou a refletir sobre um novo modo de ver a vida, com perguntas e incertezas quanto ao futuro. Esse contexto pandêmico ainda expôs, de várias maneiras, a contradição entre as relações sociais de produção e implicou na reorganização de serviços e no modo como o trabalho é realizado, conforme abordaremos no decorrer deste capítulo.

Assim apresentamos neste capítulo a discussão sobre o trabalho na PAS e o trabalho de assistentes sociais na pandemia e os riscos à saúde dessas trabalhadoras, não apenas diante da exposição de um vírus altamente letal, mas pela forma como o trabalho já vinha se desenhando na conjuntura brasileira. As reflexões aqui apresentadas estão pautadas na revisão bibliográfica de autores e nos dados, especialmente nacionais que repercutiram na condição de vida da classe trabalhadora e na forma como o trabalho foi executado no SUAS.

4.1 A PANDEMIA E O TRABALHO EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

Em território brasileiro os registros apontam que em janeiro de 2020 foram realizadas investigações de sintomas da doença, mas a confirmação do primeiro caso aconteceu logo no mês seguinte, em fevereiro, em um homem com histórico de viagem pela Itália (UNASUS, 2024)⁷⁰. Com o número de casos crescendo a cada dia, seguindo os moldes das organizações de saúde internacionais, no Brasil, inicialmente foi reconhecida como estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional⁷¹ por meio da Portaria do Ministério da Saúde n.º 188 de 03 de fevereiro de 2020. Este reconhecimento levou o Ministério da Saúde a tomar as primeiras iniciativas para o enfrentamento da doença por meio da aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), emissão de recomendações para evitar a contaminação, assim como a testagem dos casos suspeitos. No entanto, não foram alteradas as medidas de segurança nos aeroportos, como identificação e notificação de viajantes que tivessem tido contato com pessoas com casos suspeitos ou

⁷⁰ Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 15 mar. 2023.

⁷¹ O encerramento da ESPIN foi declarado por meio da Portaria n.º 913 de 22 de abril de 2023, embora sejam previstas continuidade de ações com base em avaliações técnicas dos possíveis riscos de saúde e ações necessárias ao seu enfrentamento. A declaração de encerramento da ESPIN em território nacional ocorreu antes mesmo da declaração da OMS, registrada em maio de 2023, conforme apontado anteriormente.

confirmados de COVID-19 e nem colocados em quarentena os demais passageiros⁷², o que já enuncia a postura do governo brasileiro em relação à pandemia. Essas medidas poderiam ter sido implementadas desde as primeiras suspeitas de contaminação, especialmente em passageiros de voos internacionais por existir uma possibilidade maior de importação do vírus que já circulava em vários países. As primeiras entrevistas aos meios de comunicação do então Ministro da Saúde e do Presidente da República a respeito do tema, observa-se, apesar da gravidade já enunciada pela OMS e das notícias veiculadas na mídia sobre a letalidade da doença, as autoridades brasileiras a consideravam como uma gripe e, que pelo país não estar no período de inverno a expectativa era que suas consequências não seriam tão graves quanto nos países da Europa (UNASUS, 2024).

No entanto, observa-se que a realidade se apresentou de forma diferente. Dado ao crescente número de contaminações entre brasileiros e a limitação de atendimento nos serviços de saúde foi encaminhado ao Congresso Nacional, pelo então presidente Jair Bolsonaro⁷³ a Mensagem Presidencial n.º 93 de 18 de março de 2020⁷⁴. A mensagem reconhece a necessidade do estabelecimento de situação de calamidade pública devido a infecção humana pelo do vírus SARS-CoV-2 (COVID-19) em território brasileiro como também os impactos na área da saúde pública, a desaceleração das atividades econômicas e o aumento de dispêndio público. Para tanto, solicita a permissão ao Congresso Nacional de dispensa de atingimento de resultados fiscais previstos na Lei n.º 101 de 04 de maio de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁷⁵ uma vez que a

[...] tendência de decréscimo e receitas e elevação de despesas da União, o engendramento dos mecanismos de contingenciamento exigidos bimestralmente pelo art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal poderia inviabilizar, entre outras políticas essenciais o deslinde do Estado, o próprio combate à enfermidade geradora da calamidade pública em questão” (BRASIL, 2020, p. 2)

⁷² Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/26/ministerio-da-saude-fala-sobre-caso-possivel-paciente-com-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2023.

⁷³ O governo de Jair Bolsonaro compreende o período de 2019 a 2022.

⁷⁴ Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1867390&filename=MSC%2093/2020. Acesso em: 15 mar. 2023.

⁷⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm . Acesso em: 15 mar. 2023.

Observa-se na mensagem que a característica predominante do governo brasileiro é a reação e não de antecipação aos acontecimentos que iriam repercutir sobre a população brasileira, além de ser notória a postura do governo federal preocupado com os efeitos da pandemia na economia, em detrimento à preservação e qualidade de vida das pessoas. Isso porque no teor da Mensagem Presidencial é mencionada a preocupação com a queda no Produto Interno Bruto em razão do cenário econômico internacional, especialmente com a desaceleração da economia da China e outros países da Europa.

De fato, as medidas necessárias para proteger a população do vírus desaceleram a taxa de contaminação e evitam o colapso no sistema de saúde, implicam inevitavelmente forte desaceleração também das atividades econômicas. Essas medidas envolvem, por exemplo, reduzir interações sociais, manter trabalhadores em casa, fechar temporariamente estabelecimentos comerciais e industriais. Se, por um lado, são medidas necessárias para proteger a saúde e a vida das pessoas, por outro lado, as mesmas medidas devem causar grandes perdas de receita e renda para empresas e trabalhadores (Brasil, 2020, p. 1).

A postura em favor da economia em detrimento à preservação da vida da população foi reafirmada em diferentes momentos pelo então presidente, que em entrevistas aos grandes meios de comunicação reafirmava seu posicionamento de apoio a manutenção das atividades econômicas⁷⁶ e a ausência de pronunciamentos direcionados ao fortalecimento do Ministério da Saúde, com orçamento, medicamentos, disposição de leitos e, com o avançar da doença, a aquisição de vacinas. Além disso, foi constante a dificuldade de relacionamento do então presidente com seus Ministros da Saúde⁷⁷ além do descompasso de informações e recomendações emitidas pelo Ministério da Saúde e àquelas proferidas pelo presidente, como no caso da defesa do tratamento precoce com medicamentos que

⁷⁶ A exemplo citamos reportagem veiculada por redes sociais onde o então presidente manifesta estar preocupado em ser responsabilizado pelo declínio da economia, conforme pode ser consultado em: [https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/20/bolsonaro-diz-que-fechar-shoppings-e-comercio-prejudica-a-economia.htm#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20\(sem,e%20Distrito%20Federal%20C%20por%20exemplo](https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/20/bolsonaro-diz-que-fechar-shoppings-e-comercio-prejudica-a-economia.htm#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20(sem,e%20Distrito%20Federal%20C%20por%20exemplo). Acesso em: 15 mar. 2023.

⁷⁷ A exemplo citamos a reportagem veiculada em rede social. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/bolsonaro-diz-que-demitio-mandetta-porque-ele-nao-entendeu-a-questao-do-emprego>. Acesso em: 15 mar. 2023.

não tinham eficácia comprovada na prevenção da Covid-19⁷⁸ ou ainda a importância de se evitar aglomerações⁷⁹ ou mesmo o uso de máscaras e as medidas de higiene.

A ausência de empatia e sentido de coletividade identificadas nas decisões de parcela dos governadores, prefeitos, autoridades legislativas, se espalhou na população sob o discurso do direito individual, travestido do discurso da liberdade, “do meu direito”, sendo facilmente observável que a população brasileira foi estimulada a descumprir com as medidas sanitárias. A insistência do presidente da república e seus assessores em negar a ciência tanto no campo epistemológico como nas recomendações das medidas sanitárias foi evidente a tal ponto, que o próprio presidente recomendou à população o uso de um kit de medicamento cuja eficácia não foi comprovada. Isso resultou em recorrentes trocas de Ministro da Saúde⁸⁰ reafirmando a postura presidencial de descaso em relação a saúde e vida da população brasileira.

Assistiu-se de forma alarmante a ausência de um direcionamento por parte do governo federal, no estabelecimento de ações partilhadas entre os entes federados e exclusivas que deveriam ser tomadas como medidas de combate à pandemia. Ainda que tenham sido expedidos diferentes atos normativos e recomendações em relação a mitigação da propagação do vírus, a postura do governo federal brasileiro caminhou em descompasso com a urgência da realidade dos estados e principalmente municípios, território de vivência e sobrevivência da classe trabalhadora.

A posição errante do governo federal provocou consequências que exacerbaram a intolerância e a desigualdade social em terras brasileiras, que aliadas

⁷⁸ A exemplo citamos a reportagem veiculada nas redes sociais. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/05/bolsonaro-chama-de-canalha-quem-e-contra-tratamento-precoce-contr-a-covid-ineficacia-e-comprovada-por-pesquisas-cientificas.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2023.

⁷⁹ O próprio presidente estimulava a população a estar em ambiente de aglomeração ao promover por exemplo, motociatas em diferentes estados brasileiros. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/07/11/interna_politica,1285581/bolsonaro-na-pandemia-5-passeios-de-moto-e-nenhuma-visita-a-hospitais.shtml#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20meses%2C%20o%20presidente,neste%20s%C3%A1bado%2C%20em%20Porto%20Alegre. Acesso em: 15 mar. 2023.

⁸⁰ No período pandêmico o Brasil teve quatro Ministros da Saúde, Luis Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga. As motivações de troca ocorreram em razão de discordâncias entre a postura dos Ministros e a do Presidente, na condução das ações da pandemia, especialmente relacionadas ao distanciamento social e tratamento precoce defendido pelo presidente. A exemplo citamos reportagem veiculada em redes sociais. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm#:~:text=Mandetta%2C%20Teich%2C%20Pazuello%20e%20Queiroga,ministros%20da%20Sa%C3%BAde%20da%20pandemia&text=Com%20a%20nomea%C3%A7%C3%A3o%20de%20Marcelo,desde%20o%20in%C3%ADcio%20da%20pandemia>. Acesso em: 15 mar. 2023.

às precárias condições de acesso a renda agravada pelo desemprego, baixos salários e aumento da informalidade davam a impressão de uma vivência em situação de barbárie. Se por um lado as medidas de proteção tinham como finalidade diminuir a contaminação da população em relação ao vírus, observamos que o país vivenciou um expressivo número de mortes em decorrência da doença. Conforme portal do Ministério da Saúde (2024) foram confirmados no Brasil 38.374.307 casos de Covid-19 e, destes, 709.601 óbitos. No Paraná os dados são de 2.987.765 casos e 46.844 óbitos⁸¹. Contudo a crise não foi apenas sanitária, mas repercutiu em outras dimensões da vida que agravaram as condições de sobrevivência da população brasileira.

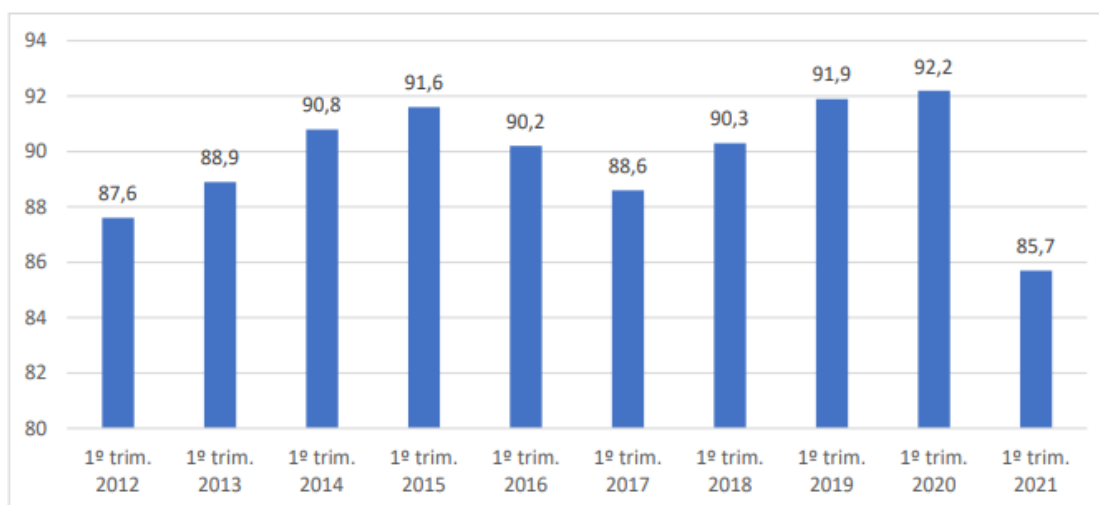
No que se refere ao mundo do trabalho, observamos que a taxa de ocupação em postos de trabalho no período da pandemia decresceu. Os dados econômicos decorrentes de pesquisa do IPEA apontam para “queda acentuada no total de postos de trabalho na economia brasileira e aumento da parcela da população que migrou para situação de inatividade” (IPEA, 2022, p. 15).

Os resultados da pesquisa são demonstrados na Figura 1 e indicam o agravamento dos efeitos da pandemia sobre o mundo do trabalho que já se encontrava preocupante. Deste modo, o contexto econômico-social no período pandêmico colocou em risco, não apenas a saúde do/a trabalhador/a, mas também a perda de postos de trabalho. Para aqueles que se mantiveram trabalhando também foi preocupante a manutenção dos direitos trabalhistas e condições de trabalho garantidos e em condições de salubridade e segurança para o desenvolvimento das atividades profissionais.

⁸¹ Dados atualizados até 12/02/2024 conforme informações disponíveis no Painel Coronavírus Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

Figura 2 – Dados sobre população ocupada conforme pesquisa do IPEA

População ocupada no primeiro trimestre de cada ano (em milhões).



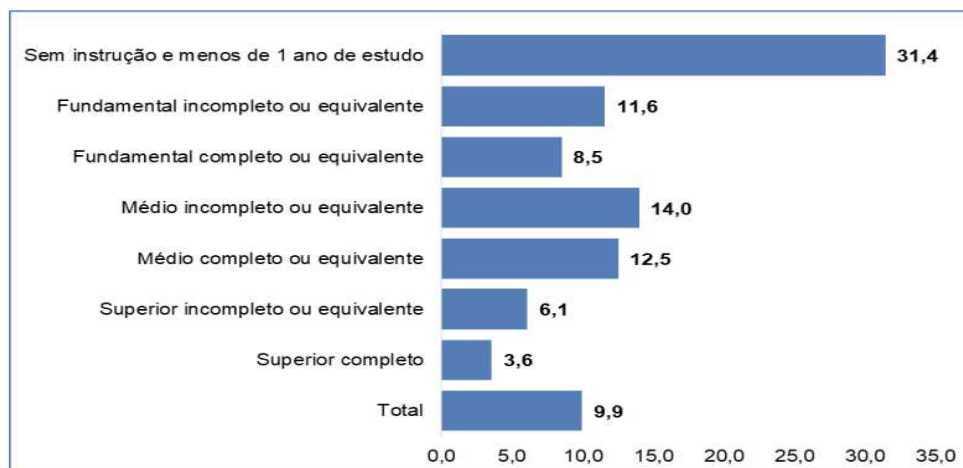
Fonte: IPEA (2022)

A tríade precarização, intensificação e flexibilização não foi uma consequência exclusiva da pandemia da COVID-19, uma vez que estava em curso mudanças no mundo do trabalho, com queda significativa no número de ocupações entre 2016 e 2017, período este que se registra a contrarreforma trabalhista aprovada pela Lei n.º 13.467/2017. A partir do vigor dessa legislação, as regras relativas à remuneração, plano de carreiras, jornada de trabalho, entre outras foram alteradas sob a justificativa de flexibilizar o mercado e simplificar as relações entre trabalhadoras/es e empregadores. Contudo, não podemos desconsiderar que a precarização do trabalho se manifestou de forma mais veemente com a crise sanitária, com a queda do número de postos de trabalho em 2021, registrando-se um dos menores índices desde 2012, conforme dados da pesquisa realizada pelo IPEA e acima mencionados.

Embora a fragilização das condições de vida e trabalho tenha se intensificado no período pandêmico, é preciso contextualizar que essa tendência já se apresentava no Brasil nas últimas décadas antes mesmo da instalação da crise sanitária da Covid-19. Como discorremos anteriormente, sua origem remonta ao modo de produção e reprodução do capital fundado na exploração e precarização do trabalho, acentuado a partir da década de 1970. Ou seja, é notório que mesmo antes da pandemia a classe trabalhadora já vivenciava a precarização das relações de trabalho resultantes da reestruturação produtiva e da desregulamentação do trabalho assalariado e a diminuição dos direitos trabalhistas.

Figura 3 – Variação de pessoas ocupadas no Brasil entre 2021 e 2022, com base na pesquisa Dieese

**Variação do número de pessoas ocupadas por grau de instrução (em %)
Brasil – 2^{os} trimestres de 2021 e de 2022**

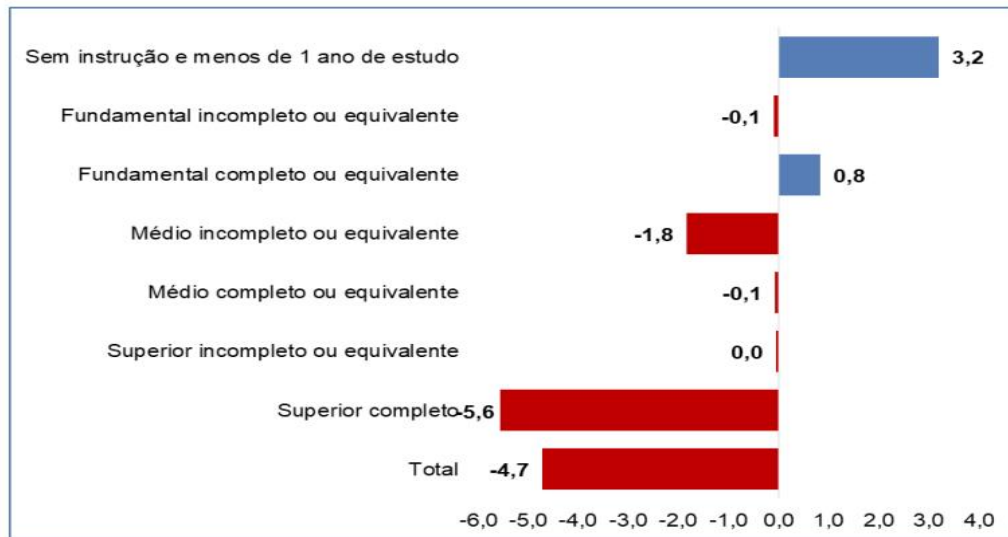


Fonte: IBGE. Pnad Contínua
Elaboração: DIEESE

Com isso, período pandêmico mostra que o empobrecimento dos trabalhadores é real com um mercado de trabalho precarizado não apenas pelo estabelecimento de vínculo de trabalho sem proteção trabalhista ou social, mas também pela perda de postos de trabalho e redução de horas de trabalho remuneradas⁸² e a diminuição dos salários. Corroborando com essa realidade dados apresentados pelo Dieese (2022) que indicam que ocupações no mundo do trabalho crescem com mais intensidade em posições que exigem menos escolaridade e que, os profissionais com ensino superior foram os que tiveram maior perda salarial, conforme figuras 3 e 4.

⁸² As projeções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimam que o desemprego atingiu 205 milhões de pessoas em 2022, superando em muito o nível de 187 milhões registrado em 2019, no mundo, sendo as regiões da América Latina e o Caribe uma das mais afetadas. Dados são disponibilizados no relatório intitulado Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo. Disponível em https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_797490/lang--pt/index.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.

Figura 4 – Variação de rendimentos, com base na pesquisa Dieese
Variação do rendimento médio real habitual do trabalho principal dos ocupados,
segundo grau de instrução (em %)
Brasil – 2^{os} trimestres de 2021 e de 2022



Fonte: IBGE. Pnad Contínua
 Elaboração: DIEESE

Em que pese a perda de postos de trabalho e rendimentos, no contexto pandêmico houve ainda a delimitação de atividades essenciais e não essenciais, incidindo sobre o modo como os/as trabalhadores/as brasileiros passaram a desenvolver suas atividades laborais. No total foram cinquenta e três serviços considerados essenciais relacionados no Decreto Presidencial n.º 10.282 de 20 de março de 2020 e que, se não executados colocariam em perigo a sobrevivência da população. Alguns exemplos de atividades essenciais consideradas essenciais são aquelas relacionadas à saúde; assistência social; segurança pública; atividades de defesa nacional e civil, transporte intermunicipal, interestadual e internacional assim como o transporte de passageiros por táxi ou aplicativos; telecomunicações; captação, tratamento e distribuição de água assim como captação e tratamento do lixo; geração e transmissão de energia elétrica; iluminação pública e serviços funerários. Ao serem consideradas essenciais, essas atividades e serviços poderiam continuar em operação mesmo com as restrições em decorrência da circulação do coronavírus e “logo, não foram interrompidas, gerando maior risco potencial para seus trabalhadores” (IPEA, 2022, p. 10).

Nesse turbilhão de transformações que a pandemia impôs ao cotidiano dos trabalhadores foi necessário a reorganização além das atividades econômicas e laborais, as atividades sociais e familiares. Seguindo as recomendações das

organizações internacionais de saúde, uma das principais medidas recomendadas para conter a propagação do vírus foi o distanciamento social, especialmente à população com comorbidades e pessoas idosas. Esse distanciamento implicou na reorganização das atividades dos/as trabalhadores/as, com o fechamento ou escalonamento diferenciado para as atividades dos estabelecimentos comerciais, além da redução de horas de trabalho. Em alguns ramos de atividades como na área de serviços, parte das funções passaram a ser exercidas em regime de teletrabalho, regulamentado desde a reforma trabalhista por meio da Lei n.º 13.467/2017 e que é definido nos termos da Lei como “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que por sua natureza, não se constituam como trabalho externo” (BRASIL, 2017, art. 75-B). Assim, a pandemia favoreceu a legitimação da conversão das atividades presenciais em regime de teletrabalho proporcionando que alguns trabalhadores se mantivessem em casa com suas famílias, desconfigurando a rotina doméstica. De acordo com Antunes (2022, p. 34)

Sabemos que como medida sanitária, quando a pandemia atingiu níveis altos de contaminação pela Covid-19, foi necessário decretar *lockdown*, para preservar a população do aumento de contágio do coronavírus. Se isso não fosse feito, a classe trabalhadora seria mais contaminada, adoecendo e perecendo em quantidades cada vez maiores.

A necessidade de cumprir o distanciamento social em casa, como forma de proteção à saúde, entrou em conflito com as precárias condições de vida, moradia e trabalho e acarretou consequências sociais que agravaram a desigualdade social em terras brasileiras. Isso porque, o “capitalismo virótico não dispõe nem mesmo de uma política social mínima para amenizar o sofrimento dos desempregados” (Idem, 2022, p. 34) realidade substancializada pela insuficiência e/ou ausência de infraestrutura de uma grande parcela das residências, aliada a escassez de saneamento básico que inviabilizou o acesso a atividades básicas como a lavagem frequente e adequada das mãos⁸³.

Por isso, a pandemia repercutiu não apenas em questões epidemiológicas trazendo o adoecimento da população, mas também nas alterações no modo de vida

⁸³ Dados da OMS em conjunto com a Unicef indicavam que 15 milhões de brasileiros residentes em áreas urbanas não têm acesso à água tratada (UNICEF, 2024).

da classe trabalhadora impactando nas dimensões econômicas, políticas e culturais. O aumento do pauperismo ocasionado pelas contradições explicitadas entre a condição de sobrevivência da classe trabalhadora com as necessidades do capital agudizou as expressões da questão social contribuindo para processos de exclusão social e violações de direitos. Para Amaro, Craveiro, Pontes (2020, p. 15)

O Covid-19 não trouxe apenas adoecimento, mas também crise, déficit, desemprego, depressão, pânico, mais segregação, mais discriminações/seletividade social, mais pobreza e ainda expôs problemas estruturais históricos como o casuísmo político, o desvio de recursos, a ineficácia dos programas sociais e a precária cobertura protetiva oferecida aos segmentos em estado de vulnerabilidade.

As reflexões ora apresentadas sinalizam que as contrarreformas do Estado, que estavam em curso no país, tanto no âmbito trabalhista levando ao aumento do desemprego e perda de renda com o endividamento das famílias como a da previdência social, atingiu diretamente os setores mais pauperizados da classe trabalhadora que oscilavam entre a busca por trabalho e renda e o risco constante do adoecimento e morte. Ou seja, a pandemia expôs ainda mais as desigualdades e as contradições que estruturam o capitalismo no Brasil, tornando visível a relação hierárquica e desigual entre as classes sociais, o recrudescimento da violência contra mulheres e crianças⁸⁴, o preconceito exacerbado contra os povos tradicionais, contra a população negra, contra os trabalhadores e trabalhadoras que vivem em condição de pobreza, , a volta do país ao mapa da fome⁸⁵, o aumento do número de

⁸⁴ O contexto de crise político-econômica brasileira evidenciou-se a partir das Jornadas de Junho de 2013, onde manifestações estudantis contra o aumento de tarifas públicas adquiriram outra perspectiva dada a ampla cobertura midiática com conotação negativa, ressaltando ações de vandalismo. Nesse mesmo período, manifestação contra gastos com a Copa do Mundo que seria realizada no Brasil e contra a corrupção foram divulgadas como movimentos pacíficos e, logo esse espaço foi ocupado por grupos políticos de posições liberais e conservadoras. Enquanto os liberais defendiam as contrarreformas do Estado, o grupo de conservadores defendiam os valores morais e a tradição cristã como eixos condutores do governo. Em 2016, ocorre o impeachment da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) e seu vice, Michel Temer (2016-2018) passa a conduzir o país apoiado por uma Frente Parlamentar Evangélica. É nesse período que registra-se a contrarreforma do Estado que colocam em xeque a proteção social no país, com a reforma trabalhista, redução e cortes no orçamento para políticas sociais, descrédito na representação política, além da propagação de fundamentalismo moral para justificar que os direitos sociais exercidos através do acesso a políticas públicas, a exemplo de direitos das comunidades tradicionais, das mulheres e de diversidade sexual, são formas do Estado de se apropriar dos papéis de cuidado da família, da igreja e da comunidade. Sob o assunto consultar Antunes (2018); Souza, Silva, Xavier, Silva (2023).

⁸⁵ “A Prevalência de Subalimentação entre os anos de 2019 e 2021 foi de 4,1%, cerca de 8,6 milhões de pessoas. Para que os países sejam considerados “fora” do Mapa da Fome, eles precisam apresentar uma prevalência menor que 2,5%” (FAO, 2024).

trabalhadores e trabalhadoras desempregados e sem esperança de conseguir uma ocupação que os possibilite atender suas necessidades de subsistência. É nesse escopo de crise política, econômica e sanitária, aliada a fragilização das relações de trabalho, a insegurança de renda e o aumento da demanda pelos serviços de saúde e de assistência social que o Estado foi pressionado a se posicionar no enfrentamento das desigualdades sociais e empobrecimento da população, trazendo à tona a essencialidade da PAS.

4.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Em razão da pandemia, a PAS foi considerada uma das áreas essenciais para o atendimento das necessidades que colocaram em risco a sobrevivência da população, conforme Decreto Presidencial n.º 10.282 de 20 de março de 2020. Por meio da publicação no Diário Oficial da União da Lei n.º 14.023, de 08/07/2020, foi estabelecido os profissionais considerados essenciais para o controle da pandemia e à manutenção da ordem pública, dentre eles as assistentes sociais. Sendo uma política essencial, seus trabalhadores também o são e por isso continuaram a realizar as atividades profissionais presenciais, observando as várias recomendações e orientações expedidas tanto por organismos internacionais quanto órgãos governamentais, no sentido prevenir o avanço da disseminação do vírus e a proteção aos/às usuários/as e profissionais que atuam nas políticas sociais.

No âmbito da PAS, observamos que as recomendações emitidas pelo Ministério da Cidadania⁸⁶ foram expedidas em três direcionamentos. A primeira refere-se ao repasse de recursos financeiros extraordinários, por meio de transferências automáticas na modalidade fundo a fundo, para a estruturação dos serviços socioassistenciais e aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs) aos trabalhadores do SUAS. O segundo direcionamento foi em relação a concessão dos benefícios de transferência de renda em razão da necessidade de mitigar as consequências socioeconômicas de vulnerabilidade social derivadas da pandemia. O terceiro direcionamento refere-se à organização da oferta dos serviços, programas e projetos implicando na reorganização dos processos de trabalho da PAS, exigindo

⁸⁶ Ministério responsável pela Política de Assistência Social no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

das/os trabalhadoras/es do SUAS, planejar e propor ações e atividades que mantivessem a prestação de serviços socioassistenciais.

4.2.1 Recursos Extraordinários da Portaria MC n.º 369/2020 e Portaria MC n.º 378/2020

Em relação ao primeiro direcionamento, o governo federal por meio da Medida Provisória n.º 953 de 15 de abril de 2020⁸⁷ abriu um crédito extraordinário ao Ministério da Cidadania (MC) de forma a garantir o repasse de recursos financeiros para viabilização de ações estratégicas de enfrentamento à pandemia da Covid-19 no âmbito do SUAS em cooperação com os Estados, municípios e Distrito Federal. Neste sentido, o MC publicou duas Portarias de repasse de recursos financeiros de forma a assegurar a prestação regular de serviços e programas socioassistenciais, fundamentais para a população mais vulnerável e em risco social, agravado pelo aumento da contaminação pelo novo Coronavírus.

A primeira foi a Portaria MC n.º 369 de 29 de abril de 2020⁸⁸, dispondo sobre o repasse de recurso temporário aos entes federados em caráter emergencial com a finalidade de [...] aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19” (BRASIL, 2020, art. 2º) por meio da (a) compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos profissionais das unidades socioassistenciais; (b) compra de alimentos, prioritariamente rico em proteínas para reforçar a alimentação de pessoas idosas e pessoas com deficiência em serviços de acolhimento institucional e (c) cofinanciamento de ações que visassem o acolhimento institucional. Em que pese os recursos terem sido importantes para a estruturação das ações do SUAS, o direcionamento estabelecido para sua utilização não contemplou a totalidade das/dos trabalhadoras/es do SUAS, uma vez que no texto normativo, os profissionais que atuam na gestão da política não foram incluídos para o recebimento de EPIs. Outro ponto de tensão diz respeito ao repasse de alimentos para o público prioritário

⁸⁷ A vigência dessa Medida Provisória foi encerrada em 19 de agosto de 2020 por meio do Ato Declaratório n.º 111/2020 do Congresso Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Congresso/adc-111-mpv953.htm .

⁸⁸ Essa Portaria recebeu alterações em relação ao seu prazo de execução, a partir da autorização da reprogramação de saldos existentes por meio das Portarias MC n.º 601 de 29 de janeiro de 2021 e Portaria MC n.º 605 de 5 de fevereiro de 2021.

atendido nos serviços socioassistenciais, ou seja, a portaria não contemplou a diversidade e as necessidades do referido público para o recebimento dos alimentos. Com a suspensão das atividades coletivas, o público usuário dos SCFV passou a ser atendido por meio de atividades remotas e, quando necessário, se encaminhava até o CRAS para a busca de alimentos para o suprimento da segurança socioassistencial de sobrevivência.

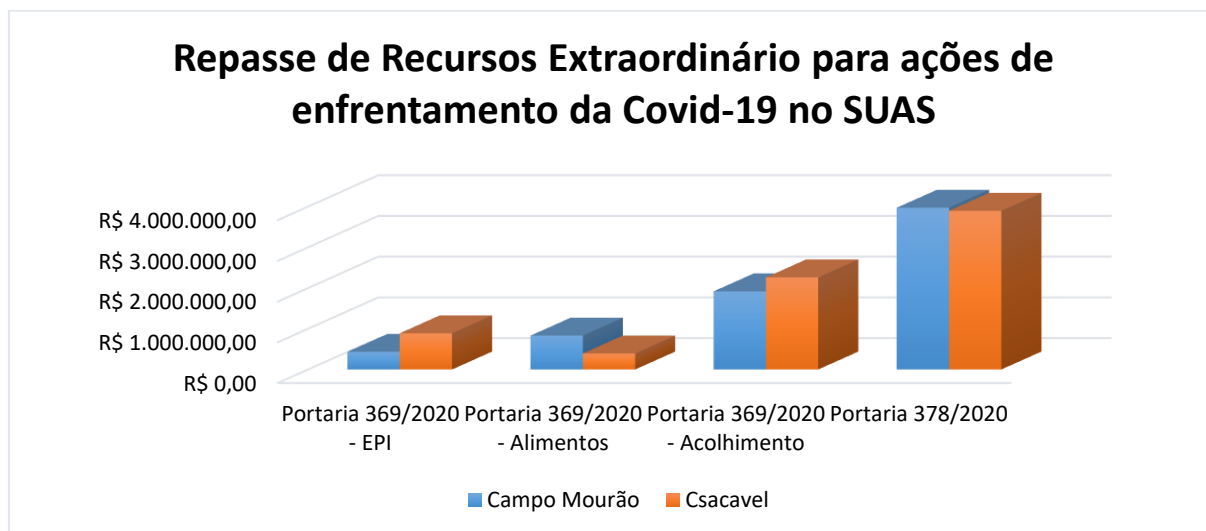
Em relação a estruturação dos serviços socioassistenciais foi necessário o provimento de alojamentos para pessoas em fluxo migratório, população em situação de rua ou ainda, para famílias e indivíduos que precisavam de moradia temporária. Esses são serviços característicos da PSE, que conforme observamos anteriormente, não são obrigatórios em municípios de pequeno porte e, portanto, possuem uma oferta limitada nessas localidades. No período pandêmico ficou nítido que apenas uma parcela dos municípios acessou esses recursos uma vez que o número de serviços assistenciais e o número de pessoas a serem beneficiadas eram definidos com base nas características dos municípios, a partir dos dados do sistema do CadSUAS e CadÚnico. Assim, de acordo com os dados do IPEA (2022) 65% dos municípios brasileiros receberam recursos direcionados ao acolhimento e 31,3% para reforço alimentar.

Já por meio da Portaria MC n.º 378 de 07 de maio de 2020⁸⁹, os recursos repassados tinham como critério de elegibilidade a continuidade da prestação dos serviços de forma direta a população, em especial do CRAS e do CREAS por meio do preenchimento dos Relatórios Mensais de Atendimento (RMA) nos sistemas informatizados do MC. Nesta Portaria a finalidade dos recursos eram (a) aumentar a capacidade de atendimento da rede do Suas; (b) preservar a oferta regular de serviços, benefícios e programas com vistas ao atendimento de medidas de prevenção e redução de risco de transmissão da Covid-19; e (c) desenvolver ações de proteção social voltadas à prevenção e contenção da disseminação do vírus. Este repasse se difere dos recursos da Portaria MC n.º 369/2020 pois ao obedecer a mesma lógica dos repasses dos recursos ordinários para o cofinanciamento dos

⁸⁹ Essa Portaria recebeu alterações em relação a sua finalidade por meio da Portaria MC n.º 467 de 13 de agosto de 2020 e em relação ao seu cronograma de repasses e de reprogramação de saldos existentes por meio das Portarias MC n.º 601 de 29 de janeiro de 2021.

serviços continuados alcançou todos os municípios brasileiros assim como possibilitou maior autonomia dos gestores em relação às regras de utilização⁹⁰.

Gráfico 1 – Repasse de Recursos Extraordinários para ações de enfrentamento da COVID-19 no SUAS



Fonte: Sistematização da autora com base nos dados disponibilizados pelo FNAS (2024).

Na região de Campo Mourão e Cascavel verificou-se que, no ano de 2020, foi repassado o montante de R\$ 14.591.715,48 referente a essas Portarias, conforme dados disponibilizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (2024)⁹¹ e apresentados no Gráfico 1. Destes R\$6.724.312,00 foram referentes a Portaria n.º 369/2020 onde constata-se que todos os municípios foram contemplados com recursos para a aquisição de EPI, uma vez que é obrigatório o registro dos trabalhadores no CadSUAS. Em relação aos recursos para aquisição de alimentos, nas Quadros 31 e 32 observa-se que foram contemplados 20 municípios, sendo 11 municípios na região de Campo Mourão e 9 na região de Cascavel, o que corresponde a 45,45%, índice acima da média nacional. Os maiores montantes de recursos financeiros foram destinados às cidades pólos, a saber, Campo Mourão e Cascavel.

⁹⁰ Destaca-se que com o Decreto de situação de emergência e calamidade, conforme o artigo 65 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2020 - Lei de Responsabilidade Fiscal, onde as regras da gestão de recursos públicos foram flexibilizadas, de forma a otimizarem a sua utilização, inclusive, com alteração das metas fiscais no exercício, tendo em vista conter os avanços da doença.

⁹¹ Com a indisponibilidade do Sistema de Parcelas Pagas do atual Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome os dados foram levantados junto aos extratos de repasse, referente ao ano de 2020. Disponível em: <https://fnas.mds.gov.br/extracao-dos-valores-repassados-fundo-a-fundo/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

Quadro 31 – Relação dos municípios contemplados com recursos Extraordinários para ações de enfrentamento da COVID-19 no SUAS na região de Cascavel/PR

Município	Portaria n.º 369/2020			Portaria n.º 378	Total
	EPI	Alimentos	Acolhimento		
Anahy	5.250,00	23.460,00	0,00	120.000,00	148.710,00
Boa Vista Da Aparecida	12.600,00	48.300,00	14.400,00	96.044,57	171.344,57
Braganey	11.500,00	43.470,00	2.400,00	98.379,60	155.749,60
Cafelândia	7.350,00	4.140,00	24.000,00	95.179,76	130.669,76
Campo Bonito	3.150,00	0,00	0,00	123.225,81	126.375,81
Capitão Leônidas Marques	30.450,00	0,00	55.200,00	94.876,26	180.526,26
Cascavel	655.200,00	80.040,00	1.804.800,00	1.861.090,80	4.401.130,80
Catanduvas	13.650,00	4.140,00	0,00	117.741,44	135.531,44
Céu Azul	8.400,00	0,00	0,00	124.810,79	133.210,79
Corbélia	31.500,00	81.420,00	79.200,00	136.824,36	328.944,36
Ibema	19.950,00	0,00	24.000,00	100.143,00	144.093,00
Iguatu	8.400,00	0,00	0,00	95.342,24	103.742,24
Lindoeste	8.400,00	0,00	9.600,00	89.160,79	107.160,79
Matelândia	14.700,00	89.010,00	38.400,00	165.761,54	307.871,54
Nova Aurora	10.320,00	19.320,00	117.600,00	57.979,97	205.219,97
Santa Lúcia	6.300,00	0,00	16.800,00	98.000,00	121.100,00
Santa Tereza Do Oeste	17.850,00	0,00	26.400,00	190.285,25	234.535,25
Três Barras Do Paraná	15.750,00	0,00	40.800,00	125.586,46	182.136,46
Vera Cruz Do Oeste	7.875,00	0,00	7.200,00	105.561,69	120.636,69
Total	888.595,00	393.300,00	2.260.800,00	3.895.994,33	7.438.689,33

Fonte: Sistematização da autora com base nos dados disponibilizados pelo FNAS (2024).

Em relação aos recursos para a estruturação de rede de serviços, observa-se que 13 municípios foram contemplados na região de Campo Mourão e 14 municípios na região de Cascavel, totalizando 27 municípios, o que corresponde a 61,36%, ficando abaixo da média nacional. Em relação a Portaria n.º 378/2028 todos os municípios foram contemplados com repasse de recursos, uma vez que este seguiu ao regramento de repasse dos recursos ordinários, conforme abordado anteriormente.

Quadro 32 – Relação dos municípios contemplados com recursos Extraordinários para ações de enfrentamento da COVID-19 no SUAS na região de Campo Mourão/PR

Município	Portaria n.º 369/2020			Portaria n.º 378	Total
	EPI	Alimentos	Acolhimento		
Altamira do Paraná	18.900,00	0,00	0,00	120.000,00	138.900,00
Araruna	16.800,00	0,00	7.200,00	124.521,58	148.521,58
Barbosa Ferraz	28.350,00	99.360,00	0,00	114.670,24	242.380,24
Boa Esperança	12.600,00	0,00	2.400,00	120.000,00	135.000,00
Campina da Lagoa	21.000,00	107.640,00	132,00	231.288,93	360.060,93
Campo Mourão	71.400,00	215.280,00	873.600,00	726.158,56	1.886.438,56
Corumbataí do Sul	21.000,00	0,00	19.200,00	120.000,00	160.200,00
Engenheiro Beltrão	15.750,00	48.300,00	60.000,00	126.470,52	250.520,52
Farol	3.675,00	0,00	0,00	97.866,64	101.541,64
Fênix	9.450,00	55.200,00	45.600,00	121.135,12	231.385,12
Goioerê	9.975,00	0,00	480.000,00	273.175,38	763.150,38
Iretama	28.350,00	0,00	26.400,00	121.702,68	176.452,68
Janiópolis	8.400,00	53.820,00	0,00	87.600,00	149.820,00
Juranda	8.925,00	0,00	0,00	120.000,00	128.925,00
Luiziana	18.900,00	0,00	0,00	120.000,00	138.900,00
Mamborê	12.600,00	51.060,00	0,00	97.080,00	160.740,00
Mato Rico	7.350,00	0,00	0,00	106.000,00	113.350,00
Moreira Sales	4.725,00	62.100,00	117.600,00	131.183,55	315.608,55
Nova Cantu	10.500,00	0,00	0,00	121.277,01	131.777,01
Peabiru	3.150,00	0,00	55.200,00	95.307,13	153.657,13
Quarto Centenário	3.150,00	0,00	0,00	120.000,00	123.150,00
Quinta do Sol	3.675,00	13.800,00	50.400,00	108.353,36	176.228,36
Rancho Alegre d'Oeste	5.250,00	0,00	0,00	114.800,00	120.050,00
Roncador	35.700,00	8.970,00	0,00	158.128,35	202.798,35
Ubiratã	53.550,00	115.230,00	180.000,00	294.690,10	643.470,10
Total	433.125,00	830.760,00	1.917.732,00	3.971.409,15	7.153.026,15

Fonte: Sistematização da autora com base nos dados disponibilizados pelo FNAS (2024).

Consideramos que dada a fragilização dos serviços nos últimos anos, os aportes financeiros emergenciais foram importantes apesar de serem pontuais e direcionados para ações específicas, em contraposição a diretrizes estruturantes do SUAS que prezam por serviços continuados e equipes de referências com vínculos trabalhistas estáveis. O SUAS ao ser disciplinado como um sistema público de acesso à proteção social sob direcionamento estatal incorpora a preocupação sobre as finanças públicas. Na gestão da PAS deve ser prevista a sua gestão financeira e orçamentária permanente uma vez que “o orçamento é instrumento da administração

pública indispensável para a gestão da PAS e expressa o planejamento financeiro das funções de gestão e prestação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais à população usuária” (BRASIL, 2012, p. 31)

Sob a lógica do pacto federativo, o modelo de gestão preconizado no SUAS prevê o financiamento compartilhado entre os entes federados⁹². É viabilizado por meio das transferências regulares, continuadas e automáticas entre os Fundos de Assistência Social com o estabelecimento de pisos⁹³ de transferências em blocos⁹⁴ para os serviços socioassistenciais e de incentivos para o fortalecimento da gestão, os quais são considerados como recursos ordinários. A NOB/SUAS/12 ainda prevê que na regulação dos repasses devem ser adotados critérios de partilha transparentes e de pactuação federativa, nas Comissões Intergestores e deliberados pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

Ao estabelecer esse novo modelo de financiamento público a PAS supera a lógica de repasses por celebração de convênios, ou seja, para ações e entidades específicas e por valores *per capita*, o que representa um avanço, além de possibilitar a melhoria no fluxo financeiro, desde o aceite do recurso até o processo de prestação de contas⁹⁵ dos serviços continuados. Nesse sentido, a forma de transferência de recursos via celebração de convênio, no âmbito do SUAS, é circunscrita às despesas de caráter não continuado (Brasil, 2013), ou seja, os recursos extraordinários, tais como a destinação de recursos para a construção de obras de unidades ofertantes de serviços ou por meio de emendas parlamentares, como veremos adiante.

⁹² De acordo com a NOB/SUAS/12 são requisitos mínimos para que os estados, municípios e Distrito Federal recebam recursos da União a existência e funcionamento de Conselho de Assistência Social (CAS); Plano de Assistência Social elaborado e aprovado pelo CAS; Fundo de Assistência Social (FAS) criado em lei e implantado e alocação de recursos próprios no FAS.

⁹³ O piso é uma forma de organização dos serviços ofertados a determinado público-alvo e os valores são repassados a partir da oferta desses serviços, em blocos. Os blocos de financiamento para serviços, programas seguem a lógica da constituição do SUAS e seus níveis de proteção: PSB e PSE; e em componentes específicos para atendimento de determinados públicos específicos, como os programas não tipificados como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ou Acessuas Trabalho e pisos referente a gestão do sistema.

⁹⁴ A Portaria MDS 967/2018 unificou os blocos de financiamento da Proteção Social Especial (Proteção Social Especial de Alta Complexidade e da Proteção Social Especial de Média Complexidade) em um único bloco, denominado Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, com o objetivo otimizar e tornar mais ágil a execução dos recursos oriundos do cofinanciamento federal.

⁹⁵ No âmbito federal o aceite e prestação de contas é feito por meio de uma plataforma denominada SUASWEB no qual é possível pactuar o Plano de Ação Anual da Assistência Social o Demonstrativo Sintético de Execução Físico-Financeira, além de consultas a dados financeiros como contas correntes, saldos e repasses. No estado do Paraná por meio do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF) tanto para a adesão às deliberações para cofinanciamento estadual como para prestação de contas. Em ambos os sistemas o acesso se dá mediante o uso de senha pessoal do gestor (a) ou secretário(a) adjunto(a).

De acordo com a Portaria MC n.º 580/2020 os recursos ordinários e extraordinários podem ser utilizados para o pagamento de despesas de custeio e aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a execução das ofertas socioassistenciais no âmbito do SUAS, desde que respeitada a obrigatoriedade de vinculação entre a finalidade do recurso e a utilização dos bens. No caso de existência de saldos em contas correntes, os recursos podem ser reprogramados para o exercício seguinte, desde que utilizados na execução do mesmo objeto. Isso confere a autonomia aos gestores municipais na execução financeira e orçamentária dos recursos, de acordo com as demandas e vulnerabilidades.

Em relação aos recursos emergenciais para o enfrentamento da COVID percebemos que a lógica do financiamento estabelecido nos atos normativos do SUAS não foram respeitados na medida em que houve a centralização e a verticalização das ações por parte do governo federal. Ambas as Portarias de cofinanciamento extraordinários não foram discutidas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão que delibera sobre a proposta orçamentária para o SUAS e fiscaliza sua execução. Do mesmo modo a Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que pactua a operacionalização da política e, portanto, tem condição de captar melhor a demanda e necessidade dos diversos contextos dos municípios brasileiros não foi consultada, apontando para o enfraquecimento dos espaços de pactuação da política.

Na verdade, essa é uma tendência que se apresenta a PAS antes mesmo do período pandêmico dada a restrição financeira e orçamentária para a execução das ofertas dos serviços. Embora o período compreendido entre os anos de 2004 a 2014 tenha consolidado a PAS por meio de normatizações e regulamentações de serviços e benefícios e tenha expandido a rede de serviços do SUAS, a publicação da Portaria n.º 36, de 25 de abril de 2014, estabeleceu os procedimentos a serem adotados no âmbito do SUAS, decorrentes do monitoramento da execução financeira realizada pelo FNAS, de modo que os municípios com recursos financeiros em suas contas bancárias, por período igual ou superior a três meses, teriam bloqueados e/ou suspensos os repasses de recursos financeiros.

O impacto gerado por essa Portaria, especialmente para os municípios de pequeno e médio porte, foi o desfinanciamento das ações do SUAS, visto que os

processos licitatórios⁹⁶ na Administração Pública são burocráticos e de grande morosidade. Ao executarem os recursos os municípios acabam tendo dificuldade em razão do tempo hábil para um processo licitatório, o número limitado de empresas locais que disponham da documentação exigida nesses processos, oferta limitada de produtos necessários à manutenção dos serviços, muitas vezes com atrasos na entrega dos produtos ou até mesmo inviabilizando a contratação. Dessa forma, as contas bancárias desses municípios, em sua maioria, apresentavam saldos financeiros, já que não conseguiam realizar os procedimentos necessários, de acordo com as legislações, para aquisição e manutenção de itens essenciais à execução das ações.

Não obstante os limites impostos por essa Portaria, em 2016, o SUAS foi novamente impactado com a redução significativa de seus recursos, após a implantação da política de austeridade fiscal determinada na Emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016, a qual congelou por vinte anos as despesas primárias, tanto as relacionadas ao custeio, quanto as de investimentos. Isso significa que, nesse período, não ocorreria o crescimento real das despesas e os recursos destinados aos serviços socioassistenciais não seriam considerados prioritários, inclusive com riscos de serem insuficientes. Este novo regime fiscal revela o posicionamento a favor dos interesses do capital inviabilizando a expansão e até mesmo a própria manutenção das políticas públicas e, dentre elas, a PAS. Sendo a assistência social uma política com despesas discricionárias⁹⁷, ou seja, não obrigatória, a PAS foi diretamente impactada com um esvaziamento progressivo do financiamento federal e consequentemente aumento da participação dos municípios com recursos próprios para a manutenção dos serviços socioassistenciais. Na prática, isso já pode ser percebido a partir de 2017, “[...] quando se observou um crescimento real de 1,9% das despesas obrigatórias desta política e uma queda real de 12% das suas despesas

⁹⁶ A licitação é um conjunto de procedimentos administrativos para aquisição de bens e serviços pela Administração Pública e deve ser realizada com base nos princípios da probidade e eficiência que direcionam para a transparência do uso do recurso público, economicidade primando pelo menor custo e benefício e pautada no interesse público. A Lei n.º 14.133 de 1 de abril de 2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e contratos administrativos, atinge diretamente os municípios tanto na nomeação de agentes contratação, ou seja, pessoa designada para “tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação” (Brasil, 2021, art. 8) como na escolha da modalidade que será realizada, pregão, concorrência, concurso, leilão ou diálogo competitivo (art. 28) com base no objeto que será licitado.

⁹⁷ As despesas obrigatórias no âmbito da PAS são os pagamentos do Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família.

discricionárias em relação a 2016” (IPEA, 2000, p. 53). Com a aprovação da EC n.º 95/16,

foi destinada para a Assistência Social R\$ 2,1 bi, e para o ano de 2020 foi aprovado R\$ 1,3 bi. Trata-se de uma redução de mais de 60% no período analisado, justamente num contexto de profunda precarização das condições de vida, dos serviços e das condições de trabalho e dos efeitos da pandemia no Brasil (Silveira, 2022, p. 23).

Não obstante essa importante restrição financeira e orçamentária, ao final do ano de 2019, em 20 de dezembro, foi publicada a Portaria n.º 2.362/2019 que estabeleceu novos procedimentos para a execução financeira na assistência social. Esta Portaria autorizou o MC a repassar valores menores do que aqueles definidos nas pactuações entre os entes federados para a prestação dos serviços socioassistenciais. Além disso, para promover a equalização do cofinanciamento do SUAS à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual do governo federal, o FNAS passou a monitorar a execução financeira dos recursos federais priorizando o repasse aos entes federativos que estivessem

[...] com menor índice de pagamento nas contas dos respectivos fundos de assistência social, observando os saldos individualizados dos programas, projetos e dos blocos de financiamento da proteção social básica, da proteção social especial e da gestão do SUAS (Brasil, 2019, art. 3).

Essa medida acarretou graves consequências aos municípios brasileiros, pois foram depositados, parcialmente, as parcelas atrasadas de 2019, além da diminuição do valor do repasse mensal destinado à oferta dos serviços do SUAS para o ano de 2020. Em 2021, quando ainda se vivenciava a pandemia, o orçamento para a assistência social foi de R\$ 1.085 bilhões (Carneiro; Carvalho; Araújo, 2024), ou seja, novamente reduzido mesmo com as consequências sociais provocadas pela pandemia comprometendo as estruturas de funcionamento do SUAS, em um processo que “caracteriza um lamentável reforço do projeto conservador a reafirmar a transmutação do direito em favor” (Carneiro; Carvalho; Araújo, 2024, p. 30).

Esse contexto de desfinanciamento e precarização oportunizou o crescimento de uma outra forma de transferência de recursos para a PAS aos municípios: as emendas parlamentares, voltando ao modelo de repasses direcionados e pontuais,

como na lógica dos convênios, conforme mencionamos anteriormente. A emenda parlamentar é

[...] é um instrumento que o Congresso Nacional pode utilizar na fase de apreciação legislativa para influir no processo de elaboração do orçamento anual. Tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo. Ou seja, por meio das emendas parlamentares os deputados e senadores podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto a instituições. (Brasil, 2024)

Ou seja, as emendas⁹⁸ legitimam a interferência do Poder Legislativo na proposta orçamentária do Poder Executivo e são definidas a partir de critérios políticos, de compromissos firmados dos parlamentares com suas bases eleitorais e não em relação às características territoriais e vulnerabilidades sociais, em contraposição aos princípios e diretrizes do SUAS. O repasse é realizado de forma pontual e extraordinário⁹⁹, sendo a adesão e operacionalização realizada com base na Portaria n.º 580/2020 para ações de custeio por meio do Grupo de Natureza da Despesa 3 (GND-3) ou aquisição de equipamentos e materiais permanentes para fins de investimento por meio da GND-4. A finalidade das emendas parlamentares¹⁰⁰ transferidas ao SUAS é a Estruturação da Rede Socioassistencial do SUAS pelo Sistema de Transferências Voluntárias (SIGTV). As obras e serviços de engenharia obrigatoriamente são formalizados por meio do contrato de repasse via sistema da Plataforma + Brasil.

Consideramos que as emendas parlamentares têm suprido alguns pontos não cobertos pelo cofinanciamento federal realizado pelo repasse fundo a fundo, principalmente no que diz respeito à destinação de recursos para construção dos

⁹⁸ As emendas parlamentares podem ser individuais, ou seja, possuem como autor exclusivamente um senador ou deputado; de bancada, que são emendas coletivas das bancadas estaduais ou regionais; de comissão, quando apresentada por uma comissão técnica da Câmara dos Deputados ou Senado e as de relatoria, são aquelas feitas por deputado ou senador que, naquele ano determinado, foi escolhido para produzir o parecer final sobre o Orçamento, o que acontece, normalmente em ano eleitoral. (Brasil, 2020).

⁹⁹ O aceite do recurso é realizado por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias – SIGTV, mediante o uso de senha pessoal do gestor/a ou secretário/a adjunto/a.

¹⁰⁰ Não foi possível levantar o montante de recursos transferidos aos municípios na região em estudo devido a instabilidade no sistema de relatório de parcelas pagas. Pela relevância que o tema tem ganhado e a significância desses repasses nas ações da PAS, acreditamos que este se configura em um objeto de estudo a ser investigado e aprofundado.

equipamentos para a rede pública e/ou a suplementação de recursos em períodos específicos, como no caso da pandemia. Contudo, por ser de caráter extraordinário e descontínuo, o repasse via emendas parlamentares é realizado de forma pontual, para pagamento de despesas de custeio e aquisição de equipamentos e em parcela única, podendo comprometer a manutenção da continuidade dos serviços. Isso é um entrave na execução das ações da PAS, haja vista que, os repasses realizados de forma discricionária, sem critérios de valores e sem previsão de datas, impossibilitam qualquer tipo de planejamento para a execução e monitoramento das ações socioassistenciais.

Ainda que ocorra a transferência de recursos via emenda parlamentar¹⁰¹ aos municípios isso não exime o governo federal da responsabilidade com o repasse regular e continuado para a manutenção dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. A gestão da PAS requer planejamento para a aplicação dos recursos financeiros, e, neste sentido, o repasse através de emendas parlamentares enfraquece a PAS, expõe a fragilidade que a referida política está enfrentando. Além disso, tendo um caráter essencialmente político as emendas parlamentares beneficiam interesses políticos partidários, retomando o caráter clientelista e patrimonialista na política pública.

Ainda que transferidas por meio do Fundo de Assistência Social, podem ser indicadas como beneficiárias das emendas parlamentares tanto as unidades públicas estatais constantes no CadSUAS ou unidades socioassistenciais gerenciadas pela rede privada, desde que seja sem fins lucrativos e integrantes da rede de serviços do SUAS, devidamente registradas no Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social (CNEAS). As unidades socioassistenciais da rede privada são reconhecidas e caracterizadas pela LOAS como aquelas sem fins lucrativos que prestam atendimento, assessoramento bem como aquelas que atuam na defesa e garantia de direitos da população usuária da PAS (Brasil, 2011).

As organizações de atendimento são aquelas que “prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal” (Brasil, 2011, art. 3 §1) respeitadas as normativas que ordenam a prestação

¹⁰¹ Dado ao sistema de Parcelas Pagas da Rede SUAS estar fora do ar, não conseguimos dados relativos ao montante de recursos financeiros provenientes de emendas parlamentares aos municípios em estudo.

de serviços socioassistenciais e que se caracterizam como serviços tipificados. Além disso, são reconhecidas também, aquelas que executam atividades vinculadas aos serviços tipificados, como por exemplo, as que atuam na habitação e reabilitação da pessoa com deficiência, reconhecidas pela Lei n.º 12.868/2013 e Resolução Conselho Nacional de Assistência Social n.º 34/2011; às que promovem a inserção no trabalho, conforme Resolução CNAS n.º 33/2011.

As organizações de assessoramento são aquelas que “prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças” (Brasil 2011, art. 3 §2). Já as organizações de defesa e garantia de direitos são aquelas que “prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos” (Brasil, 2011, art. 3 §3).

As unidades socioassistenciais privadas das organizações da sociedade civil (OSC) que ofertam serviços tipificados podem celebrar parcerias com o poder público para o repasse de cofinanciamento para a execução das ofertas socioassistenciais nos territórios, nos termos da Resolução CNAS n.º 21/2016 e Lei n.º 13.019/2014 (alterada pela Lei n.º 13.204/2015), conhecida como MROSC. O MROSC dispõe sobre a regulamentação das parcerias entre as OSC e a administração pública¹⁰² constituindo-se como um regime jurídico, determinando procedimentos e critérios no estabelecimento de parcerias; e é um instrumento estratégico no processo de contratualização e transparência na aplicação de recursos públicos, sendo obrigatório a sua implementação pelos municípios brasileiros.

Consideramos que a aplicação do MROSC na conjugação de esforços de parcerias público-privada pode proporcionar avanços na gestão da administração pública, com maior clareza e segurança nos procedimentos de transferência de recursos financeiros para as OSC e transparência na aplicação dos recursos. O MROSC também tem permitido o fortalecimento da participação da sociedade civil na

¹⁰² As parcerias são realizadas quando ocorre a transferência de recursos financeiros tanto por meio do Termo de Colaboração, quando há o interesse da Administração Pública em realizá-las quanto por meio do Termo de Fomento, quando o interesse é de organização da sociedade civil. Nos Acordos de Cooperação são firmadas parcerias, mas sem a transferência financeira. As parcerias são realizadas através da elaboração de um Edital de Chamamento Público e celebradas em cinco etapas: planejamento; seleção e celebração; execução; monitoramento e avaliação e prestação de contas, cada uma com objetivo e procedimento próprio conforme regulamento no MROSC.

PAS, baseada na compreensão destas organizações como parceiros na construção e execução das ações direcionadas à esfera pública. Isso ocorre inclusive para completar lacunas deixadas pelo Estado, o qual, por sua vez, é incapaz de atender sozinho as complexas necessidades e demandas apresentadas pelo público referenciado na PAS devido às restrições no alcance das políticas sociais impostas pelo ideário neoliberal.

Em que pese a sua importância, não podemos deixar de desconsiderar o risco a uma forte dependência da rede privada, especialmente na PSE de alta complexidade, especialmente nos municípios de pequeno e médio porte, que apresentam maiores dificuldades em manter a estrutura nessa modalidade de proteção social. Há ainda que se considerar como um agravante a tendência à desresponsabilização do Estado pela execução ao SUAS em razão das proposições neoliberais que podem comprometer o sistema de proteção social brasileiro, conforme sinalizamos no decorrer desta tese.

Deste modo, a situação de diminuição gradativa do financiamento do SUAS e recursos insuficientes para atendimento das demandas emergenciais no SUAS em decorrência da pandemia, acarretaram grandes desafios para a manutenção das equipes de referência e custeio das despesas das unidades socioassistenciais. Se por um lado a PAS foi legalmente considerada como política essencial, por outro o desfinanciamento da política expôs a fragilidade da rede socioassistencial em garantir a proteção social. A essencialidade e visibilidade que a PAS alcançou nesse contexto pandêmico foi pelo aumento da sua demanda de atendimento e não pela priorização do seu financiamento, fortalecimento dos movimentos sociais e por sua capilaridade no enfrentamento das desigualdades sociais. O aumento da demanda nos serviços e a procura por benefícios eventuais e de transferência de renda, em especial o Auxílio Emergencial, se por um lado amenizaram a insegurança de renda de uma parcela da população, aos trabalhadores do SUAS criou um lastro de sobrecarga de trabalho, que se fez presente e real, conforme apresentaremos a seguir.

4.2.2 Auxílio Emergencial

O segundo direcionamento adotado pelo governo federal foi em relação a estruturação dos benefícios de transferência de renda para a população, por meio do Auxílio Emergencial (AE), instituído pela Lei n.º 13.982 de 02 de abril de 2020. É

importante sinalizar que tal auxílio foi colocado em pauta no Congresso Nacional após a pressão política exercida pelos deputados e senadores da República que fazem parte do bloco e oposição ao governo federal¹⁰³. Concebido como um benefício temporário proposto pelo Ministério da Economia com parcelas no valor de R\$200,00, sua finalidade era garantir uma renda mínima aos trabalhadores brasileiros que estivessem em condição de pauperismo em decorrência da pandemia. Aprovado no Congresso Nacional, que após negociação encabeçada pelo bloco de oposição ao governo de Jair Bolsonaro, a proposta inicial do governo foi refutada, sendo estabelecido o valor de R\$600,00 limitado a dois membros familiares e ao pagamento por um período de três meses. Os requisitos para acesso ao benefício foram especificados no artigo segundo da Lei e pelo Decreto n.º 10.316 de 07 de abril de 2020 sendo elencados critérios como não ter emprego formal ativo, renda familiar *per capita* de até meio salário-mínimo, não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial e para profissionais que exercessem atividades na condição de microempreendedor individual e trabalhadores informais.

Além do baixo valor a ser repassado pelo benefício e critérios restritivos de elegibilidade, observou-se que a sua formulação ocorreu desarticulada do modo como a prestação de serviços socioassistenciais é gerido na PAS. Isso porque as instâncias de controle social e de pactuação da assistência social, tais como, o Conselho Nacional de Assistência Social e a Comissão Intergestora Tripartite não participaram do processo decisório ou mesmo do planejamento para a sua execução. Assim foi privilegiado um modelo burocrático de gestão baseado na racionalidade instrumental, desconsiderando o SUAS e seus profissionais na medida em que o acesso ao AE foi viabilizado por aplicativo digital, com pagamento por meio de conta do tipo poupança digital, de abertura automática em nome do beneficiário/a. Dessa forma foi coordenado e implementado por uma instituição bancária, a Caixa Econômica Federal, não utilizando os mecanismos já instalados nas unidades de CRAS, parte da proteção social básica vinculada ao SUAS.

O acesso ao AE ocorreu de duas maneiras. Para o público usuário em potencial

¹⁰³ Neste período, constituiu-se como oposição do governo de Jair Bolsonaro do PL (Partido Liberal) partidos como PT (Partido dos Trabalhadores); PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e PSB (Partido Socialista Brasileiro). Notícias sobre o assunto podem ser consultadas no *link*: <https://www.camara.leg.br/noticias/648307-lideres-da-oposicao-propoem-renda-basica-emergencial-durante-a-pandemia/> e [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Senado%20aprovou,\(PL%201.066%2F2020\)](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Senado%20aprovou,(PL%201.066%2F2020).).

para a PAS, como pessoas cadastradas no Cadastro Único e beneficiários do Programa Bolsa Família, o repasse ocorreu de forma automática, por meio de conta digital em um banco de natureza pública. Para os novos usuários da PAS, ou seja, aqueles trabalhadores em situação de trabalho informal tais como autônomos, diaristas, entregadores e motoristas de aplicativo, microempreendedores individuais, foi necessário o acesso e cadastramento por meio de plataforma digital¹⁰⁴. Após análise e cruzamento de dados com bases de informações como da Receita Federal e Previdência Social a solicitação do AE poderia ser deferida ou indeferida, conforme avaliação realizada pelo próprio sistema, ou seja, sem a intermediação do trabalho humano ou ainda, pelas equipes de referência da PAS, desconsiderando todo o saber e conhecimento acumulado por estes trabalhadores em relação às vulnerabilidades das famílias e territórios. Com isso, o acesso ao AE ocorrendo exclusivamente por meio tecnológicos fez com que o auxílio fosse marcado pela exclusão digital, ou seja, mais uma expressão da desigualdade social. Diante desta realidade, os profissionais da PAS passaram a ser requisitados para dar suporte no acesso à plataforma digital, o que sinaliza a intermediação dos trabalhadores/as do SUAS para o acesso a direitos, já que nem todos os usuários da PAS contavam com aparelhos celulares em condições de realizar procedimentos de inserção de dados, documentos e fotos pelo aplicativo. Como o cadastramento e a solicitação era realizada exclusivamente por aplicativo, foi visível que parte da população vivenciou a dificuldade de acesso à internet, além de não compreender as instruções para o registro das informações.

Isso porque, parcela da população que não tinha aparelhos celulares para a solicitação do benefício recorreu às unidades socioassistenciais para buscar apoio e orientação. Além disso, a divulgação das normativas do AE geraram desencontro de informações ocasionando insegurança na população sobre o acesso, o valor e o tempo de recebimento do AE. Isso gerou aglomerações nos CRAS pela busca do Cadastro Único e, a população, que deveria ficar em casa, como forma de diminuir as possibilidades de contágio do novo coronavírus, precisou buscar os órgãos públicos, em razão do pavor de ficar desassistida. Houve ainda aglomerações nas filas dos bancos e das agências lotéricas e, a população, quando não conseguia realizar o

¹⁰⁴ O sistema de acesso para solicitação e consulta ao Auxílio Emergencial em decorrência da pandemia é o VEJAE, sendo acessado pelo meio do portal oficial do Ministério da Cidadania no *link*: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial> ou por meio do aplicativo Cidadania em Números.

saque, recorria ao CRAS com o intuito de buscar informações a respeito da liberação do AE, tendo em vista a falta de informação. Na mesma medida, os trabalhadores do SUAS precisaram administrar um conjunto de questões de modo a preservar as possibilidades de acesso ao AE, tais como a ausência de canal de atendimento e orientação por telefone, dificultando a comunicação direta com os organismos governamentais; o desencontro de informações sobre o uso do aplicativo, além de identificar um volume significativo de aplicativos falsos¹⁰⁵, deixando a população mais vulnerável a golpes e outras armadilhas.

Tendo sido implantado em abril, no mês de setembro o AE foi prorrogado até de dezembro, passando a ser denominado como Auxílio Emergencial Residual (AER), por meio da Medida Provisória n.º 1.000, de 2 de setembro de 2020, regulamentada pelo Decreto n.º 10.488 de 16 de setembro de 2020, dada a permanência da situação de calamidade pública. Nessa segunda etapa, a previsão de pagamento foi de mais quatro parcelas, porém como valor reduzido passando para R\$300,00 e limitado a aqueles que já haviam recebido parcelas da primeira fase do AE. Outro diferencial foi que o pagamento seria realizado apenas até dezembro de 2020, independentemente do número de parcelas pagas até essa data.

Mesmo com a persistência da pandemia o AER, e com seus efeitos socioeconômicos sobre a condição de renda e sobrevivência para a classe trabalhadora, o benefício encerrou-se em dezembro de 2020. Em março do ano seguinte, o AE entrou novamente em pauta de discussão no Congresso Nacional sendo aprovado a Medida Provisória n.º 1.039 de 18 de março de 2021, instituindo o Auxílio Emergencial 2021 (AE/2021), porém com valor do benefício reduzido em relação ao AER, passando a vigorar com R\$ 250,00 com pagamento de quatro parcelas mensais. Nessa etapa foi mantido o público beneficiário e forma de pagamento e mesmo decorrido meses de vigência da pandemia, novamente a PAS não foi incluída no processo de concessão ou revisão dos beneficiários, conforme as demandas de vulnerabilidade social e realidade dos territórios, nem discutida nas instâncias de pactuação.

¹⁰⁵ Sobre essa questão, ver: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/fuja-de-golpes-auxilio-brasil-caixa-e-o-unico-aplicativo-do-novo-programa-social-do-governo-federal#:~:text=O%20aplicativo%20Aux%C3%ADlio%20Brasil%20Caixa,%C3%A9%20a%20Caixa%20Econ%C3%B4mica%20Federal.>

Além da ausência de participação na sua implementação percebe-se uma intensificação e sobrecarga de trabalho aos trabalhadores do SUAS devido à quantidade de legislações referente a implementação, vigência, valor em um curto espaço de tempo. Destaca-se que além das normativas do AE, houve ainda aquelas relativas ao Benefício de Prestação Continuada, as portarias de financiamento conforme mencionado anteriormente e, os atos normativos referente a operacionalização dos serviços em período pandêmico, conforme abordaremos adiante. Quer seja para profissionais atuando na gestão quanto aqueles que estavam no atendimento direto à população, esse foi um período de grande exigência cognitiva para acompanhamento do volume de informações com uma permanência de exposição ao estresse, contribuindo com os riscos de desenvolvimento dos processos de adoecimento no trabalho.

Quadro 33 – Implementação de vigência do Auxílio Emergencial

Denominação do Auxílio	Prazo de vigência	Valor da parcela	Instrumento normativo
Auxílio Emergencial - AE	Abril a Agosto de 2020	R\$ 600,00	Lei n.º 13.982 de 02 de abril de 2020 Decreto n.º 10.316 de 07 de abril de 2020
Auxílio Emergencial Residual - AER	Setembro a Dezembro de 2020	R\$ 300,00	Medida Provisória n.º 1.000, de 2 de setembro de 2020 Decreto n.º 10.488 de 16 de setembro de 2020
Auxílio Emergencial 2021 - AE/2021	Abril a Agosto de 2021	R\$ 250,00	Medida Provisória n.º 1.039 de 18 de março de 2021 Decreto n.º 10.740 de 05 de julho de 2021

Fonte: Sistematização da autora com base nos atos normativos do Governo Federal (2024).

Em termos nacionais 68,2¹⁰⁶ milhões de pessoas foram elegíveis ao AE e ao AER, atingindo cerca de 30% da população brasileira, estimada pelo IBGE (2020)¹⁰⁷, nesse período em 211,8 milhões. No Paraná, 3,3 milhões¹⁰⁸ de pessoas receberam o

¹⁰⁶ Esses dados referem-se ao elegíveis, ou seja, pessoas que receberam o AE e AER. Informações disponíveis em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#>

¹⁰⁷ Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>

¹⁰⁸ Informações disponíveis em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?codigo=41&aM=0#auxilioemergencial>

AE, de uma população projetada em 11,5 milhões para o estado no ano de 2020, aproximando-se a concessão ao índice nacional, ou seja, para 28,65% da população. Na região de Campo Mourão e Cascavel foram elegíveis 237.117 pessoas distribuídas da seguinte forma:

Quadro 34 – Pessoas elegíveis ao Auxílio Emergencial na região de Campo Mourão e Cascavel

	Brasil	Paraná	Campo Mourão	Cascavel
Bolsa família	19,5 milhões	493,6 mil	16,6 mil	22,5 mil
Cadastro Único	10,5 milhões	654,3 mil	31,3 mil	25,6 mil
Aplicativo	38,2 milhões	2,1 milhões	87,8 mil	53,0 mil
Total	68,2 milhões	3,3 milhões	135,9 mil	101,2 mil

Fonte: Sistematização da autora com base nos dados da CECAD¹⁰⁹ (2023).

Com as restrições de diferentes formas de emprego e geração de renda impostas pelas características do mundo do trabalho anteriormente mencionadas e agravadas pela pandemia, parte significativa da população, cerca de 27,89%, seguindo a tendência nacional e estadual, passou a depender dos benefícios de transferência de renda e serviços públicos para terem suas necessidades básicas de sobrevivência atendidas. Trata-se de uma tendência nacional que se espalha para o estado do Paraná. Isso demonstra que as características da flexibilização, intensificação e precarização das condições e relações de trabalho, agravadas em tempos pandêmicos evidenciaram o empobrecimento da classe trabalhadora. Além disso, estar mais tempo em casa e com familiares, aliado às inseguranças de renda, medo da contaminação pelo coronavírus e perda de pessoas próximas favoreceu a ampliação das situações de desproteção social das famílias brasileiras, tanto na dificuldade de acesso à alimentação, aumento das violações de direitos e a complexificação das relações de convivência, contribuindo para o aumento da violência intrafamiliar¹¹⁰.

O prazo de vigência do AE 2021 foi ampliado pelo Decreto n.º 10.740 de 05 de julho de 2021 por um período complementar de três meses. Apesar do AE ter se constituído como uma medida emergencial de transferência de renda, a ocorrência

¹⁰⁹ Disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>.

¹¹⁰ Os dados sobre situações de violência podem ser acompanhados por meio de estudo como por exemplo do IPEA por meio do Atlas da Violência. São apresentados indicadores de violência no Brasil a partir da perspectiva de gênero, raça e faixa etária. No caso de violência de gênero o relatório indica que a

das reduções constantes e progressivas de seus valores, impossibilitaram a garantia da segurança socioassistencial de renda e sobrevivência da população brasileira. Em agosto de 2021 o AE foi encerrado passando a vigorar, a partir de agosto de 2021, a implementação do Programa Auxílio Brasil (PAB), por meio da Medida Provisória n.º 1.061 de 09 de agosto de 2021¹¹¹, convertida na Lei n.º 14.284 de 29 de dezembro de 2021¹¹². Dentre os seus objetivos elencam-se a promoção de cidadania às famílias em situação de vulnerabilidade social por meio de transferência de renda; ampliação do atendimento em “creches” e apoiar, por meio dos benefícios ofertados pelo SUAS, a articulação de políticas voltadas aos beneficiários (BRASIL, 2021, art. 1, § 1).

O PAB foi instituído em substituição ao Programa Bolsa Família (PBF) em um contexto socioeconômico de agravamento das desigualdades sociais, sobretudo de gênero, raça, etnia e classe em decorrência das medidas de enfrentamento e prevenção a Covid-19. Embora tenha entre seus objetivos desenvolver ações articuladas com o SUAS, o que se verifica é que suas ações aconteceram na lógica do apoio às famílias, em descompasso com as diretrizes da PAS e da concepção de direito social.

Às famílias beneficiárias foram repassados benefícios financeiros, com a transferência de renda com valor mínimo de R\$400,00 mediante o cumprimento de condicionalidades voltadas à primeira infância, conforme a composição familiar e para a superação da extrema pobreza (art. 4). Além disso são devidas às famílias “incentivo ao esforço individual” (art. 5) retomando a lógica da meritocracia e da moralização conservadora da pobreza que se baseia na auto responsabilização daqueles que estão em condição de pobreza. Assim, não são consideradas as contradições estruturantes do capitalismo, na relação entre capital e trabalho, bem como a desresponsabilização do Estado na garantia e oferta de proteção social aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social. Para Sordi (2021) os trabalhadores

¹¹¹ Legislação disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1061.htm.

¹¹² É nesse período de modificações dos benefícios de transferência de renda do governo federal que se registra no Estado do Paraná a implantação do Programa Cartão Comida Boa, instituído pela Lei n.º 20.747 de 18 de outubro de 2021 com a finalidade de contribuir com a segurança socioassistencial de sobrevivência e renda das famílias. As famílias elegíveis ao recebimento do benefício ocorre com base em tecnologia a partir da análise dos dados do Cadastro Único, não havendo, portanto, inscrição específica para esse Programa. O valor do repasse do benefício às famílias iniciou-se com R\$80,00, mediante a entrega de um cartão magnético à gestão da PAS nos municípios. As famílias podem consultar a sua elegibilidade ao Programa no site disponível no *link* <https://www.social.pr.gov.br/comida-boa/> e, caso seja beneficiária retirar o cartão nas unidades socioassistenciais, conforme organização própria de cada município.

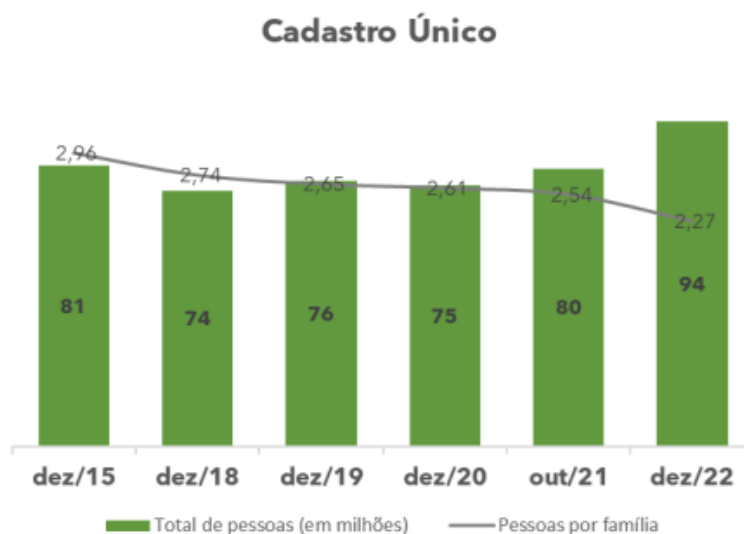
empobrecidos são culpabilizados pela sua condição e no PAB essa condição aparece descolada do contexto de crise econômica, política e sanitária e até mesmo a ausência de um plano governamental para a geração de emprego e renda.

O PAB esteve vigente até junho de 2023, quando foi substituído pelo retorno do Programa Bolsa Família (PBF) por meio da Lei n.º 14.601 de 19 de junho de 2023 tendo como objetivo de combater a fome, por meio de transferência direta de renda para as famílias com o cumprimento de condicionalidades nas áreas da saúde e da educação, com ações como a realização de pré-natal, cumprimento do calendário de vacinação e frequência escolar para crianças inseridas na rede de ensino. O PBF ainda prevê a realização de ações articuladas com a rede de serviços socioassistenciais do SUAS para atendimento ou acompanhamento das famílias, especialmente aquelas em descumprimento de condicionalidades com vistas à superação gradativa das suas vulnerabilidades. O acesso ao PBF ocorre mediante dados disponibilizados pelas famílias no sistema do CadÚnico, com cruzamento de dados com outras bases informacionais do governo federal tais como o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal.

Em que pese as contínuas mudanças na forma de operacionalização dos benefícios de transferência assim como a insegurança de renda e sobrevivência da população no período pandêmico permitiu a ocorrência de dois fenômenos: (a) o grande aumento do número de famílias cadastradas no CadÚnico e (b) a diminuição expressiva da média de pessoas por família, especialmente em famílias beneficiárias do PAB, dada ao acentuado número de famílias unipessoais.

De acordo com diagnóstico do MDS (2023) aproximadamente 93 milhões de pessoas estavam cadastradas no CadÚnico em janeiro de 2023, com 41 milhões de famílias cadastradas, sendo a média de 2,56 pessoas por família. A evolução da quantidade de pessoas e de pessoas cadastradas por famílias, no período dos anos de 2015 a 2022 são apresentados pelo Ministério em diagnóstico elaborado com fins para subsidiar ações estratégicas para o CadÚnico e estão representadas na figura a seguir.

Figura 5 – Evolução da quantidade de pessoas e de pessoas por família cadastrada



Fonte: MDS (2023).¹¹³

Dentre as ações estratégicas a serem implementadas pelo governo federal para a qualificação dos dados do CadÚnico nos anos de 2023 e 2024, para atualização dos dados familiares encontram-se o Programa Emergencial de Fortalecimento do Atendimento do Cadastro Único no SUAS, o Procad/SUAS. Instituído por meio da Portaria MDS n.º 871 de 29 de março de 2023 e aprovado na CIT, por meio da Resolução n.º 01 de 07 de fevereiro de 2023 e no CNAS, por meio da Resolução n.º 96 de 15 de fevereiro de 2023 elencam-se como seus objetivos (a) a promoção do fortalecimento dos entes federativos para o atendimento do Cadastro Único no SUAS; (b) a retomada da atualização e regularização cadastral para correções das inconsistências de dados das famílias e (c) inclusão e atualização cadastral prioritária de população de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), em especial a população em situação de rua, os povos indígenas, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas e as crianças em situação de trabalho infantil.

Os municípios, estados e Distrito Federal foram contemplados com recursos financeiros para a operacionalização das ações que compreendem atividades voltadas a averiguação dos cadastros unipessoais, busca ativa das famílias inclusive

¹¹³Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/SNAS/CIT/Reuniao_Extratorνια_01_\(07.02.2023\)/Apresentacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/SNAS/CIT/Reuniao_Extratorνια_01_(07.02.2023)/Apresentacao.pdf)

autorizando a contratação de pessoal, bens e serviços para fortalecimento da capacidade institucional de atendimento do público do Cadastro Único nos equipamentos socioassistenciais. De acordo com o relatório de informações da SAGI, 8.219.835 cadastros unipessoais no país passarão por averiguação cadastral por meio das ações do Procad/Suas nos anos de 2023 e 2024. No Estado do Paraná, o público-alvo de averiguação de cadastros é de 224.205, sendo que destes, 10.447 cadastros na região de Campo Mourão e 8.979 na região de Cascavel, conforme dados apresentados nos Quadro 35.

Quadro 35 – Quantitativo de pessoas elegíveis e de cadastros para averiguação na região de Campo Mourão/PR

Município	Pessoas elegíveis ao Auxílio Emergencial				Público de Averiguação de Cadastro Unipessoal
	Prog. Bolsa Família	Cadastro Único	Aplicativo da Caixa	Total	
Altamira do Paraná	373	446	618	1.437	115
Araruna	597	1.700	2.200	4.497	398
Barbosa Ferraz	1.200	1.100	1.400	3.700	372
Boa Esperança	365	342	703	1.410	182
Campina da Lagoa	901	1.300	2.600	4.801	567
Campo Mourão	4.600	6.500	16.600	27.700	2.140
Corumbataí do Sul	441	388	547	1.376	109
Engenheiro Beltrão	836	773	2.200	3.809	443
Farol	261	258	455	974	88
Fênix	493	452	546	1.491	135
Goioerê	2.300	1.800	5.200	9.300	1.140
Iretama	943	1.200	1.500	3.643	355
Janiópolis	386	484	1.200	2.070	164
Juranda	517	584	1.300	2.401	207
Luiziana	728	514	984	2.226	306
Mamborê	1.200	1.000	2.100	4.300	462
Mato Rico	578	326	400	1.304	150
Moreira Sales	1.200	971	1.800	3.971	886
Nova Cantu	827	608	887	2.322	217
Peabiru	874	1.200	2.200	4.274	525
Quarto Centenário	246	336	738	1.320	52
Quinta do Sol	355	457	752	1.564	123
Rancho Alegre d'Oeste	160	337	336	833	35
Roncador	846	1.100	1.800	3.746	310
Ubiratã	1.300	1.500	4.000	6.800	966
Total	22.527	25.676	53.066	101.269	10.447

Fonte: Sistematização da autora com base nos dados da Sagi (2024)¹¹⁴

¹¹⁴ Informações disponíveis em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>.

Conforme o levantamento de dados observamos que na região de Campo Mourão cerca de 10,30 % da população elegível ao recebimento do AE passarão por averiguação cadastral. A recomendação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é que a atualização cadastral seja sempre que houver modificação na situação da família. Porém, foram incluídas nesse processo pessoas com inconsistência de renda ou de composição familiar a partir do cruzamento de dados de órgãos de controle relacionados para identificação de como pensionistas e servidores públicos e pessoas residentes no exterior e sem atualização de domicílio. Os usuários que tiveram renda automaticamente alterada no banco de dados do Cadastro Único a partir dos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

O cruzamento de dados foi realizado a partir da iniciativa do governo federal, porém é no âmbito dos municípios que se inserem os procedimentos de busca ativa e principalmente de visita domiciliar para os sujeitos. Essa necessidade de averiguação em um número significativo de cadastros pode indicar uma ambiguidade presente no cadastramento do CadÚnico. Por um lado, a autodeclaração de renda e composição familiar sem a necessidade de comprovação propicia uma inclusão social e garantia de acesso a direitos de forma mais ágil, inclusive para evitar a burocratização. Por outro lado, reforça a ação estatal de caráter controlador tanto em relação à população quanto no sentido de controle democrático de recursos públicos para evitar que recursos estatais sejam dispendidos àqueles que não teriam direito por lei. Em relação aos dados de Cascavel, identificamos que 6,61% da população irá passar pelo processo de averiguação cadastral conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 36 – Quantitativo de pessoas elegíveis e de cadastros para averiguação na região de Cascavel/PR

Município	Pessoas elegíveis ao Auxílio Emergencial				Público de Averiguação de Cadastro Unipessoal
	Prog. Bolsa Família	Cadastro Único	Aplicativo da Caixa	Total	
Anahy	121	212	414	747	96
Boa Vista da Aparecida	873	553	1.200	2.626	393
Braganey	444	411	786	1.641	88
Cafelândia	496	1.100	2.500	4.096	394
Campo Bonito	390	314	559	1.263	107
Capitão Leônidas Marques	919	799	2.700	4.418	348
Cascavel	7.200	19.300	61.200	87.700	4.813
Catanduvas	714	825	1.300	2.839	269
Céu Azul	260	763	1.600	2.623	119
Corbélia	622	1.400	3.100	5.122	232
Ibema	605	522	870	1.997	290
Iguatu	124	227	310	661	48
Lindoeste	688	279	811	1.778	232
Matelândia	302	1.200	2.700	4.202	173
Nova Aurora	574	629	2.000	3.203	314
Santa Lucia	191	228	721	1.140	64
Santa Tereza do Oeste	463	1.200	2.000	3.663	365
Três Barras do Paraná	1.200	619	1.700	3.519	514
Vera Cruz do Oeste	429	656	1.400	2.485	120
Total	16.615	31.237	87.871	135.723	8.979

Fonte: Sistematização da autora com base nos dados da Sagi (2024)¹¹⁵

Em que pese a importância da averiguação para ajuste das informações no banco de dados em relação à composição familiar e renda, assim como a atualização cadastral, de forma que os benefícios socioassistenciais cheguem àquelas famílias em situação de vulnerabilidade social a recomendação do MDS para a realização seja realizada nos domicílios. De acordo com informação veiculada na página oficial do MDS o “objetivo da atualização cadastral em domicílio é a necessidade de se checar as informações prestadas pelas famílias no Cadastro Único. É obrigatória em casos de indícios de inconsistências no cadastro de algumas famílias” (Brasil, 2024)¹¹⁶.

¹¹⁵ Informações disponíveis em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>.

¹¹⁶ Reportagem disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/e-falso-conteudo-que-diz-ser-proibida-a-ida-de-equipes-docras-dos-municipios-as-casas-das-familias>

Essa postura novamente traz à tona características fiscalizatórias em relação à população em condição de pobreza e fere princípios ético do SUAS elencados na NOB/SUAS/12, artigo 6, como a proteção da privacidade do usuário preservando a sua intimidade; simplificação dos processos e procedimentos na relação com os usuários no acesso aos serviços, programas e benefícios de forma a agilizar a sua oferta. Destaca-se ainda que é um dever das assistentes sociais “abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes” (CFESS, 1993, art. 3- c).

Ainda que a PAS tenha sido considerada política essencial no período de pandemia, é nessa conjuntura de tensões que a oferta de benefícios de transferência de renda foi ofertada à população. No processo de enfrentamento do agravamento da questão social no período pandêmico, houve ainda a necessidade de regulamentar as rotinas e metodologias de trabalho, constituindo-se, portanto, no terceiro direcionamento adotado no âmbito da PAS, tal como apresentamos no tópico seguinte.

4.2.3 Alterações nas formas de gestão e organização do trabalho na PAS em tempos pandêmicos

Com a pandemia da Covid-19 a população brasileira se deparou com o agravamento das suas condições de vida, tanto pelo risco eminente de adoecimento quanto em suas condições socioeconômicas, materializadas cotidianamente na precarização do trabalho e no agravamento das expressões da questão social. A pandemia deu visibilidade a desproteção social da classe trabalhadora que buscou nos serviços prestados na PAS a garantia de sobrevivência e renda. Com a crescente demanda de usuários por serviços e benefícios socioassistenciais e diante da essencialidade do SUAS foi necessário a reorganização dos processos de trabalho, desde o planejamento até a prestação do serviço. Portanto, esse se constitui o terceiro direcionamento do governo federal com a publicação de Portarias e Instruções Normativas, impactando o cotidiano dos usuários e trabalhadores do SUAS.

Quadro 37 – Atos normativos expedidos pelo governo federal com relação a reorganização da prestação dos serviços na PAS em período pandêmico

Ato normativo	Disposições/Orientações	Direcionamento
Portaria MC n.º 337/2020 de 24 de março de 2020	Dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, Covid-19, no âmbito do SUAS	Serviços da PSB e PSE
Portaria SNAS n.º 54 de 1 de abril de 2020 que aprova a Nota Técnica n.º 07//2020	Recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do SUAS dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS	Serviços da PSB e PSE
Portaria SNAS n.º 59 de 22 de abril de 2020 que aprova a Nota Técnica n.º 11/2020	Orienta inicialmente que os gestores nos municípios devem fazer um diagnóstico da rede socioassistencial e, em parceria com os dirigentes dos serviços de acolhimento, elaborar um Plano de Contingência para cada serviço	Crianças e adolescentes
Portaria SNAS n.º 69 de 14 de maio de 2020 que aprova a Nota Técnica n.º 13/2020	Recomendações gerais para garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo coronavírus	População em situação de rua, inclusive imigrantes
Portaria n.º 86, DE 1º de junho de 2020 que aprova Nota Técnica n.º 25/2020	Recomendações gerais para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na rede socioassistencial do SUAS no contexto da Pandemia do novo coronavírus, Covid-19.	Mulheres em situação de violência doméstica e familiar
Portaria SNAS n.º 100 de 14 de julho de 2020 aprova a Nota Técnica n.º 36/2020	Recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de PSB e PSE de Média Complexidade do SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo coronavírus, Covid-19.	Serviços da PSB e PSE
Recomendação conjunta n.º 01 de 16 de abril de 2020	Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo coronavírus, Covid-19, em todo o território nacional e dá outras providências	Criança e adolescente
Nota Pública conjunta	Medidas de prevenção ao coronavírus nas Unidades de Acolhimento Institucional	Serviços da PSE em acolhimento institucional

Fonte: Sistematização da autora com base nos atos normativos do SUAS (2023).

Tendo sido registrados oficialmente os primeiros casos de Covid-19 em território brasileiro em fevereiro de 2020, a declaração dos ESPIN e da essencialidade da PAS no contexto pandêmico em março, é apenas no mês de abril que foram

expedidas as recomendações do Ministério da Cidadania (MC) quanto a organização das ofertas de proteção aos segmentos mais vulneráveis à Covid-19. Essa morosidade do governo federal no desenvolvimento de propostas foi favorável a uma situação de instabilidade de gestores e trabalhadores em relação ao desenvolvimento de suas ações profissionais e ao mesmo tempo, insegurança em relação à proteção à saúde, caracterizando-se como um período de medo, angústias e ansiedade.

As Portarias expedidas pelo MC sinalizam para orientações e recomendações a serem adotadas pelo órgão gestor da PAS assim como as unidades socioassistenciais públicas e privadas, tanto para a manutenção da oferta dos serviços quanto proteção dos usuários e trabalhadoras/es do SUAS. As NT aprovadas pelas Portarias MC n.º 337/2020; Portaria SNAS n.º 54/2020 e Portaria SNAS n.º 100/2020 estabelecem as recomendações gerais quanto ao funcionamento dos serviços da PSB e PSE. As demais são direcionadas a proteção e organização de serviços para públicos específicos como crianças e adolescentes; mulheres em situação de violência; população em situação de rua e pessoas em acolhimento institucional, principalmente idosos e pessoas com deficiência. Isso porque, estes são segmentos cuja condição de saúde e ciclo de vida estavam mais suscetíveis a contaminação. Com isso observa-se que

[...] a natureza do trabalho social na política de Assistência Social a pandemia de Covid-19 provocou mudanças na oferta das proteções socioassistenciais, particularmente na suspensão das atividades coletivas presenciais, no aumento da demanda por benefícios eventuais e fechamento, ainda que temporário, de serviços. Destaca-se também a ampliação do público atendido pelo SUAS, seja pela demanda de benefícios eventuais, bem como do auxílio emergencial. (Alves; Braga, 2021, p. 739).

Tal como apontado pelas autoras, o trabalho na PAS precisou ser readequado ao novo contexto, implicando em mudanças nos ambientes e na forma como trabalho é realizado na PAS. Nesse sentido, ao analisar os instrumentos normativos expedidos pelo governo federal e, que o governo do estado do Paraná seguiu pelo mesmo sentido, as orientações e recomendações de funcionamento da gestão e da rede socioassistencial de PSB e de PSE, expedidas pelo MC apontam para seis direcionamentos:

a) **Recomendações de organização do espaço físico e ambiente** de forma a diminuir o risco de contaminação e transmissão do vírus devendo dispor de mobiliários

para atendimento; organização de filas e atividades sempre de forma a evitar aglomeração e respeitar o distanciamento de segurança; demarcação de áreas de acesso restrito e limitação da ocupação de elevadores e escadas; providência de recursos diversos para as adaptações necessárias, como: divisórias de acrílico para mesa, biombos, tendas, fitas de isolamento, cones, pias e banheiros químicos alugados, computadores, notebooks, tablets; garantia de materiais de limpeza para a desinfecção dos espaços físicos; utilização de termômetros, preferencialmente do tipo infravermelho; fixação de dispensadores de álcool em gel em locais de fácil acesso à equipe e aos usuários; não utilização de senhas que requeiram o uso das mãos; disponibilização de transporte seguro, para profissionais e usuários, necessário às ações socioassistenciais, como abordagem social, visita domiciliar e deslocamento para serviços de acolhimento; substituição do sistema de buffet self-service pela distribuição de refeições individuais; divulgação das medidas de higiene pessoal e limpeza sistemática dos ambientes; ações no território para orientar a população sobre a pandemia e medidas preventivas importantes com a utilização de carro de som, megafones, meios remotos, uso de cartazes e informativos em locais estratégicos, especialmente pelo Serviço de Abordagem Social.

b) **Recomendações voltadas ao atendimento aos usuários/as** com previsão de realização de atendimentos em ambientes amplos, com boa ventilação, mantendo os equipamentos abertos atentando para a garantia do sigilo e privacidade do atendimento; flexibilização das atividades presenciais visando reduzir a circulação e aglomeração de pessoas; agendamento, atendimento e acompanhamento remoto, disponibilizado por ligação telefônica ou aplicativos de mensagens; priorização de atendimentos individualizados respeitando o distanciamento e apenas para situações graves e urgentes; utilização de outros espaços disponíveis no território para atividades de CRAS e CREAS; visitas domiciliares em caso relevantes e urgentes.

c) **Recomendações voltadas ao acolhimento institucional**, com a priorização de encaminhamentos via telefone ou outros meios remotos; ajustes para otimizar recursos locais para viabilizar a redução de aglomerações nestes serviços e o adequado isolamento social dos usuários; restrição do fluxo de entrada e saída de pessoas estranhas aos serviços; restrição de saídas desnecessárias, especialmente de pessoas idosas; evitar atividades em locais com aglomeração de pessoas e em locais fechados; restrição de visitas incentivando o contato remoto entre acolhidos e familiares ou pessoas com vínculos significativos; manutenção constante de contato

com familiares de forma remota para preservação de vínculos familiares; adoção de práticas de organização cotidiana e rotinas de atividades para lidar com o ócio e o isolamento; evitar compartilhamento de objetos de uso pessoal.

d) **Recomendações quanto a manutenção da oferta de serviços** por meio da disponibilização de benefícios eventuais e acesso a alimentação e outros itens básicos de subsistência, como água potável; suporte para famílias monoparentais com crianças e famílias vivendo em aglomerações; previsão de ações para situações de emergência envolvendo violência ou outras violações de direitos. Houve recomendações para a suspensão das atividades presenciais no SCFV, realizando apenas atividades remotas; aos Centro-Dia a suspensão dos atendimentos presenciais dado ao fato do público usuário integrarem o grupo de risco; aos Centro-POP: para suspensão de atividades coletivas, mas manutenção do equipamento aberto e, às unidades de Acolhimento Institucional manutenção da continuidade da oferta mediante os cuidados referentes a evitar a propagação do vírus.

e) **Recomendações voltadas a articulação intersetorial** com a participação do gestor em Comitê de Gestão e Enfrentamento ao Coronavírus; apoio a área responsável pela Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito local; articulação com a saúde local para ações direcionadas para povos e comunidades tradicionais; definição prévia de fluxos de atendimento internos e externos de forma a possibilitar a rápida identificação de ajustes ou necessidades urgentes; articulação com a rede das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos; articulação de ações de solidariedade no território, de forma a apoiar e complementar as ofertas públicas de assistência social, como orientações e informações sobre a pandemia, sobre o acesso a serviços socioassistenciais e de saúde; confecção e doação de máscaras faciais; distribuição de alimentos e refeições, bem como de itens de higiene.

f) **Recomendação de organização dos serviços e processos de trabalho**, onde os gestores, observadas as características locais deveriam definir os serviços e atividades essenciais devendo ser assegurado: adoção de regime de jornada em turnos de revezamento, promovendo a distribuição da força de trabalho com o objetivo de evitar a concentração e a proximidade de pessoas; permissão para o trabalho remoto, escalas de trabalho, oferta de atendimento em horário estendido (manhã, tarde e noite, ou ainda finais de semana); afastamento ou trabalho remoto para trabalhadores dos grupos de risco; remanejamento temporário dos trabalhadores, especialmente daqueles que atuavam em espaços coletivos como os SCFV e Centro

Dia; cessão de profissionais de outras áreas e políticas setoriais para suporte nas ações da PAS; disponibilização de EPIs aos trabalhadores e orientações quanto ao uso; mapeamento dos territórios de maior vulnerabilidade e grupos de risco pela vigilância socioassistencial; divulgação à população de informações sobre o funcionamento das unidades e dos serviços socioassistenciais, utilizando inclusive comunicação acessível a pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais; suspensão de eventos, encontros, cursos de formação, oficinas e de outras atividades coletivas e similares, na modalidade presencial; elaboração de Planos de Contingência¹¹⁷ e, reorganização das unidades socioassistenciais existentes, especialmente de acolhimento institucional e, quando necessário, organização em caráter emergencial de novas unidades.

Em que pese o conjunto das recomendações alterarem o cotidiano de trabalho no SUAS, é nas recomendações de organização dos processos de trabalho que encontramos significativas alterações na rotina e a forma como as/os trabalhadoras executam seu trabalho na PAS. Nesse período foi visível a diminuição do número de trabalhadores presenciais em seus locais de trabalho, uma vez que os profissionais do grupo de risco também foram colocados em trabalho remoto e em atividades de *home office*¹¹⁸, alterando a dinâmica das equipes. A adoção do trabalho remoto e em *home office* são práticas que já estavam em curso no país, de forma mais intensa desde a última reforma trabalhista e que se intensificou e legitimou no trabalho no SUAS no período pandêmico.

A utilização de TICs na PAS foi uma prática adotada para agendamentos, atendimentos, acompanhamentos familiares, divulgação de informação, avaliação para concessão de benefícios eventuais, atualização no Cadastro Único e articulação da rede intersetorial e com as instâncias de controle social. Seguindo as recomendações, mas também como forma de prevenção e cuidado com a saúde as rotinas, agendas de atendimento e metodologias de trabalho foram reorganizadas

¹¹⁷ Os Planos de Contingência são instrumentos de gestão e planejamento local e não demandam o envio/aprovação dos estados e/ou governo federal. No contexto da pandemia da Covid-19 era necessário que estivessem especificadas estratégias e ações articuladas entre a gestão da assistência social, serviços de acolhimento, sistema de justiça, segurança públicas, sistema de saúde e outras políticas públicas e órgãos de defesa de direitos; procedimentos cotidianos dos serviços e organização de provisões no âmbito do SUAS para acesso a: orientações e informações; itens básicos de subsistência (água potável, alimentação); segurança de acolhida, como moradia provisória em serviços de acolhimento e alojamento temporários; oferta de benefícios eventuais; inclusão no Cadastro único; retomada das atividades de forma segura e gradativa, planejada, considerando as especificidades de cada setor e dos territórios, de forma a preservar a saúde e a vida das pessoas. (NT 36/2020 - 2.4.5)

¹¹⁸ Modalidade em que o trabalho ocorre na residência do/da trabalhador/a.

com a intensificação do uso de TIC's, por meio de aplicativos e redes sociais, especialmente o WhatsApp, o Google Meet, Facebook e Instagram recriando e adaptando o trabalho social com famílias como forma de preservar o contato com a população, e ao mesmo tempo, garantir a democratização da informação.

A adoção do trabalho remoto e na modalidade *home office*, por um lado favoreceu a permanência das ações de orientação junto as famílias, por outro expôs a insuficiência de equipamentos tais como smartphones, notebook com câmera, a dificuldade da população para entender o uso da tecnologia e/ou ter acesso a um equipamento que comporte os aplicativos. Por mais que os recursos extraordinários possibilitaram a compra de aparelhos e que o estado de calamidade pública tenha flexibilizado os processos de aquisição de itens necessários a manutenção dos serviços, como mencionamos, no âmbito da Administração Pública as aquisições de compras precisam ser feitas mediante processos licitatórios, que possuem prazos e burocracias. Isso faz com que haja um intervalo de tempo entre a requisição e a entrega do material, período este em que as/os trabalhadores tiveram que atuar com as limitações das suas condições de trabalho ou então, utilizando de seus equipamentos particulares. Deste modo, foi possível observar que os/as trabalhadores/as utilizavam seus *smartphones* pessoais para a realização do atendimento sociofamiliar, contribuindo para a extensão da jornada de trabalho, a não desconexão com o ambiente laboral, a diminuição do tempo de descanso, impactando na vida privada e íntima das profissionais.

Estar em trabalho remoto e em *home office* implicou na diminuição do número de trabalhadores/as nas equipes de referência que estavam aquém das necessidades e capacidade de atendimento. Quando necessário, por conta do afastamento de trabalhadoras/es do SUAS por serem do grupo de risco ou ainda, para tratamento de saúde decorrente da contaminação, as Portarias recomendaram a recomposição de trabalhadores por meio de alternativas como: (i) remanejamento de profissionais de outros serviços socioassistenciais (da rede pública e privada) ou até mesmo de outras políticas públicas, cujas atividades tenham sido temporariamente reduzidas ou suspensas; e (ii) contratação temporária em caráter emergencial de novos trabalhadores; dentre outros arranjos possíveis localmente.

Embora seja uma ação importante para a garantia da manutenção das ofertas socioassistenciais, as contratações caracterizavam-se por ser temporárias, mediante vínculos de trabalhos realizados por processos seletivos simplificados nas unidades

estatais ou nas unidades privadas por meio de contratação por tempo determinado, por produção ou como prestador de serviço. Como mencionamos anteriormente, essas são condições típicas de contratação que indicam a precarização do trabalho, evidenciando a fragilidade das relações contratuais e trabalhistas que já estavam em curso no país. As implicações deste processo se manifestam por meio da alta rotatividade de trabalhadores nos serviços em decorrência dos contratos temporários, limitação no conhecimento do território e na construção de vínculos com a população referenciada, inviabilizando a continuidade das ações e projetos na perspectiva dos princípios e diretrizes propostos pela PNAS (2004).

Nesse sentido, diante dos dados apresentados podemos afirmar que o período pandêmico pode ter evidenciado a precarização, flexibilização e intensificação do trabalho para os trabalhadores/as do SUAS, dentre eles a assistente social. Foi visível durante o período pandêmico o agravamento das já precárias condições de trabalho advindas das restrições de financiamento dos serviços e que se somou com aquelas decorrentes do volume de documentos e normativas sobre o trabalho na PAS, reorganização dos processos de trabalho, ações, atividades e estratégias, além da crescente demanda de atendimento acompanhado da redução do número efetivo de trabalhadores/as para o atendimento a essas demandas.

Conforme discorreremos, essa é uma situação característica da intensificação do trabalho por estar associada a “rapidez, ao grau de concentração, à densidade, ao ritmo, à velocidade e à energia física, intelectual e emocional que o trabalhador despende nas atividades” (Dal Rosso, 2013, p. 47). Os/as trabalhadores/as viram aumentadas as exigências relativas à sua responsabilidade e atribuições e, portanto, de sobrecarga de trabalho, tanto para os/as profissionais que permaneceram no planejamento quanto na execução das ações. A exposição contínua a estas situações ocupacionais tornou-se contexto propício para o desgaste físico e mental causados pelo cansaço, fadiga, medo e incerteza quanto ao futuro, expondo-os aos riscos do processo de adoecimento profissional.

Nessa senda, as NT indicavam a realização de ações de suporte emocional com o objetivo promover a segurança no trabalho e prevenção de adoecimento físico e mental de trabalhadores/as. Entre essas medidas poderiam ser abertos canais de comunicação para facilitar a troca de experiências de profissionais da mesma unidade ou de um conjunto de unidades da rede socioassistencial. Convém destacar que a Portaria SNAS n.º 54/2020, na Nota Técnica (NT) n.º 07//2020 dispõe reconhece que

“os trabalhadores do SUAS são imprescindíveis para que a PAS chegue a quem dela necessitar, devendo receber todo o suporte necessário à realização das atividades prestadas para oferta dos serviços, programas e benefícios oferecidos a partir dos equipamentos socioassistenciais” (Brasil, 2020, p.3). Embora se configure uma medida de extrema importância para a preservação da vida e saúde dos trabalhadores, ao consultar os Portais da Transparência dos municípios na região em estudo sobre as ações realizadas para suporte emocional de seus trabalhadores não encontramos atividades dessa natureza.

4.3 O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PAS EM TEMPO DE PANDEMIA DE COVID-19

Importante iniciar as reflexões sobre o trabalho de assistentes sociais na PAS delimitando que a precariedade, intensificação e flexibilização se manifestam na trajetória histórica da profissão, conforme discorreremos ao longo desta tese . Porém é inegável que no contexto da pandemia essas condições e relações de trabalho foram agravadas, inclusive evidenciando uma “[...] tensa relação entre a condição de trabalhador(a) assalariado(a) e o projeto ético-político profissional [...]” (Sarmiento; Camargo; Fagundes, 2020, p. 45). O risco de contaminação e adoecimento foi real para as profissionais que se viram entre a contradição de realizar o trabalho profissional como um compromisso ético político e a exposição a situações de aumento da demanda, ausência ou quantidade insuficiente de EPIs levando a condições insalubres para o desenvolvimento do trabalho profissional.

No contexto pandêmico destaca-se que, de acordo com o Código de Ética Profissional a assistente social, em seu artigo 3º, alínea d prevê como dever ético da assistente social “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (Barroco; Terra; CFESS, 2012, p. 158). Sendo as situações de calamidade pública algo excepcional, qualquer profissional pode ser convocado a atuar tecnicamente prestando serviço conforme interesses e necessidades da população com base no princípio ético da defesa dos direitos humanos, porém atentando-se para o cumprimento das determinações sanitárias para a contenção da propagação do vírus. Para proteger a população usuária dos serviços e a sua vida e saúde enquanto trabalhador é necessário à assistente social

[...] debater, com a equipe profissionais e os/as gestores/as locais, sobre a realização de atividades que devam ser mantidas e aquelas que possam ser suspensas ou reformuladas, tendo em vista os diferentes espaços sócio ocupacionais e a defesa da autonomia profissional; avaliarem a necessidade de realização de visitas domiciliares e de atividades grupais, que reúnam um número grande de usuários/as; informarem, aos/às responsáveis pelas instituições, as condições éticas e técnicas que prejudiquem a realização do trabalho, nos termos da Resolução CFESS n.º 493/2006, com a devida segurança para os/as usuários/as e trabalhadores/as. (CFESS, 2020, p. 3)

Nesse ínterim, muitos assistentes sociais estiveram na linha de frente no atendimento à população em decorrência da pandemia da Covid-19 em território nacional, especialmente as profissionais que atuam nas políticas de saúde e assistência social. Neste sentido o conjunto CFESS/CRESS publicou diversas orientações a categoria profissional para o exercício profissional neste tempo pandêmico.

As recomendações do CFESS/CRESS foram importantes para subsidiar o trabalho e fortalecer os profissionais coletivamente. Foram publicados um conjunto de documentos normativos para subsidiar o trabalho profissional nos mais variados campos ocupacionais, disponibilizados no site do CFESS em uma seção especial¹¹⁹ com informes e notícias sobre a pandemia e o trabalho profissional. Nesta Seção é possível encontrar material produzido a partir das demandas da categoria diante das situações que foram se desenhando no contexto nacional, tais como a orientações da Comissão de Fiscalização (COFI)¹²⁰; Instrução Normativa para comunicação de óbitos, com direcionamento predominante para profissionais com atuação na área da saúde¹²¹; Notas Técnicas voltada para profissionais que atuam na reabilitação profissional e para serviços previdenciários¹²²; supervisão de estágio, para assistentes sociais e no direcionamento da formação profissional¹²³ orientações aos assistentes sociais sobre o teletrabalho e a teleperícia, buscando contribuir para o entendimento também dos gestores públicos, dos conselheiros, entre outros. Houve ainda a publicação de documentos que expressam o posicionamento ético-político, tal como expresso no CFESS Manifesta - Os impactos do coronavírus no trabalho do/a

¹¹⁹ Seção disponível no *link*: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/covid-19-coronavirus>.

¹²⁰ Material disponível no *link*: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/cofi-responde>.

¹²¹ Material disponível no *link*: <https://www.cfess.org.br/arquivos/OrientacaoNormat32020.pdf>.

¹²² Material disponível no *link*: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Manifest-TecnicalNSS-2020.pdf>.

¹²³ Material disponível no *link*: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2021-SupervisaoEstagioTempoPandemia.pdf>.

assistente social, além do parecer jurídico sobre o fornecimento de EPIs pelos empregadores¹²⁴. O CFESS publicou a Série CFESS Entrevista¹²⁵ abordando sobre o trabalho da categoria no contexto da pandemia em áreas como a saúde da mulher; serviços previdenciários; pessoas com deficiência; instituições de longa permanência de idosos/as; saúde, sistema prisional; população em situação de rua e na Política de Assistência Social.

As primeiras notas do CFESS com orientação sobre o exercício profissional no período pandêmico indicavam a importância dos protocolos emanados dos órgãos e autoridades sanitárias e de saúde, expedidos pelos entes federativos e organismos internacionais. Como a propagação do vírus foi se espalhando pelo território nacional de forma diferenciada, dadas as características dos territórios, vulnerabilidades vivenciadas pela população e posicionamentos de autoridades políticas diante da pandemia, as recomendações do CFESS davam as profissionais decidirem “com autonomia (preferencialmente de forma coletiva) sobre a forma de atendimento mais adequada em cada situação” (Oliveira, 2020, p. 260) protegendo a saúde da profissional e dos usuários.

Daí a importância do conhecimento e análise crítica do contexto no qual se insere as ações profissionais para que desenvolva sua capacidade propositiva e responsabilidade técnica, ética e política diante das necessidades da população que serão reconhecidas como parte das demandas identificadas no trabalho de assistentes sociais. Como estratégia para resguardar a qualidade dos serviços prestados a assistente social deve apropriar-se continuamente dos conhecimentos que fundamentam o Serviço Social, expressando o acúmulo ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão para não reduzir seu trabalho a ações pontuais e emergenciais além de agir coletivamente junto à equipe de trabalho e rede de serviços. Nesse sentido, referenda-se a importância da “[...] pesquisa, estudo, atualização constante, e reforçamos a construção coletiva de planos de trabalho, a educação permanente e a formação continuada e reflexiva sobre nossas ações, finalidades e instrumentais” (CFESS, 2020, p. 13).

Se a PAS tem sido considerada uma política essencial no contexto pandêmico, seus profissionais são indispensáveis para a prestação de serviços de socorro e

¹²⁴ Material disponível no *link*: <https://www.cfess.org.br/arquivos/Cfess-ParecerJuridico05-2020-E-EPI.pdf>.

¹²⁵ Material disponível no *link*: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/serie-cfess-entrevista>

proteção social à classe trabalhadora, ainda que a realidade esteja permeada de desafios para os quais nem sempre há uma resposta. A crise causada pela COVID-19 não foi apenas sanitária, mas também social. Sob este ponto de partida, cabe à gestão, aos trabalhadores do SUAS, dentre eles as assistentes sociais e, ao controle social dar visibilidade aos agravamentos e situações de desproteção social da classe trabalhadora.

Em que pese a importância das regulamentações e orientações do conjunto CFESS – CRESS para respaldar o trabalho profissional no período da pandemia, foi possível observar que atuar nesse contexto de instabilidade e risco de contaminação favoreceu a vivência de conflitos éticos, em busca de reafirmar aos gestores, chefias e empregadores que as atribuições privativas e competências estabelecidas na Lei 8662/93, bem como os princípios, direitos e deveres éticos não estavam suspensos ou facultativos durante a pandemia. O alerta que se faz relaciona-se ao cuidado que assistentes sociais devem tomar para não atender a requisições que lhes são indevidas e ultrapassam sua responsabilidade técnica, ética e política.

É necessário observar com cuidado o exercício ilegal da profissão uma vez que, a exemplo da PAS onde a flexibilização para a atuação de profissionais que atuassem na prestação dos serviços socioassistenciais, é uma realidade. Além disso, com a reorganização das metodologias de trabalho e rotinas de atendimento, foi importante observar que as profissionais não poderiam realizar quaisquer tarefas distintas daquelas previstas nos documentos jurídicos da profissão como comunicação de óbito e alta hospitalar para pacientes.

Quadro 38 – Alteração na metodologia de trabalho das assistentes sociais respondentes, por local de atuação na PAS, no período de COVID-19

	Não houve alteração na metodologia de trabalho	Houve alteração na metodologia de trabalho	Participou no processo de reorganização da metodologia de trabalho		Sem resposta
			Sim	Não	
Órgão Gestor da Assistência Social	4	2	2	0	1
PSB	1	13	9	4	1
PSE	1	13	10	3	0
Outros	2	3	2	1	1
Não respondeu	1	0	0	0	0

Fonte: Sistematização da autora com base nos formulários on-line (2023).

Sobre a reorganização das metodologias de trabalho das assistentes sociais entre as respondentes da pesquisa, observa-se que as alterações foram mais perceptíveis por profissionais que atuam diretamente com a população nos serviços da PSB e PSE em relação àquelas que atuam no órgão gestor. Isso pode ser devido à natureza das ações que são desenvolvidas, onde no âmbito das Proteções concentram-se aquelas de atendimento direto aos usuários enquanto no órgão gestor concentram-se as ações de planejamento, sistematização das informações, execução orçamentária, entre outras. Para aquelas que relataram terem tido alterações na metodologia de trabalho, ou seja, 31 assistentes sociais, percebeu-se que 23 participaram deste processo.

Dentre as alterações nas metodologias de trabalho de assistentes sociais encontram-se aquelas relacionadas às condições éticas e técnicas em relação ao ambiente de atendimento e a realização do trabalho remoto. Na pesquisa, consideramos como modalidade de teletrabalho total, quando todas as atividades de trabalho eram desenvolvidas a partir de um lugar remoto, como o próprio lar; trabalho presencial com o desenvolvimento de todas as atividades no local habitual de trabalho e por modalidade mista, o desenvolvimento de algumas atividades de trabalho a partir de um lugar remoto e outras a partir do local habitual de trabalho, conforme demonstrado no Quadro 39.

Quadro 39 – Distribuição das alterações na forma de realização e metodologia de trabalho das assistentes sociais no período pandêmico

Forma de realização do trabalho	Alteração na metodologia de trabalho			Total
	Sim	Não	Sem resposta	
Teletrabalho total	1	1	1	3
Trabalho presencial	28	5	0	33
Modalidade mista	2	3	1	6
Sem resposta	0	0	1	1

Fonte: Sistematização da autora com base nos formulários on-line (2023).

Importante destacar que, em nossa pesquisa, evidenciou-se que no período da pandemia a maioria das assistentes sociais da PAS na região em estudo realizaram trabalho presencial com alterações nas metodologias de trabalho. Na modalidade de trabalho presencial houve profissionais que foram remanejados nas equipes e em relação ao exercício das suas funções dada as restrições das atividades coletivas,

aumento significativo dos atendimentos individualizados, especialmente para o repasse de benefícios. Em consulta aos Portais da Transparência dos Municípios observou-se que as ações realizadas na PAS estiveram voltadas para as orientações sobre o Auxílio Emergencial; repasse do Cartão Comida Boa; concessão de benefícios eventuais como cestas de alimentos, kits de higiene e máscaras tanto adquiridos pelas prefeituras quanto de doações das organizações da sociedade civil e comunidade¹²⁶.

Essa alteração do número e na rotina dos trabalhadores criou um conjunto de desafios, dentre eles, o de equacionar o volume de atendimento e a complexificação das demandas em razão dos conflitos e violências no convívio familiar; do desemprego, insegurança de renda e sobrevivência com a gestão dos benefícios socioassistenciais, o trabalho desenvolvido com a rede de serviços socioassistenciais.

Outro aspecto vivenciado no trabalho presencial foi risco de adoecimento e a contaminação de trabalhadores do SUAS pelo vírus, inclusive de assistentes sociais, implicando na reorganização das equipes para suprir a ausência de colegas afastados para tratamento de saúde. Assim a rotatividade de funções e locais de trabalho se fez presente no trabalho de assistentes sociais, em contraposição a um dos princípios norteadores no trabalho do SUAS, que tem como finalidade a criação de vínculos com a comunidade.

Outra forma de reorganização foi em relação às condições físicas das salas para atendimento. Observou-se que comumente o atendimento aos usuários da PAS é realizado com as portas abertas de forma a permitir uma maior salubridade do espaço de trabalho. Essa situação enfatizou a vivência de dilemas, pois as normativas do SUAS recomendavam o atendimento em espaços amplos e de portas abertas e as recomendações do CFESS davam a autonomia para que as profissionais avaliassem as condições para a realização dos atendimentos. A pandemia evidenciou que o espaço físico utilizado para a realização dos atendimentos nem sempre apresenta as condições necessárias para a preservação das condições éticas nas quais o exercício profissional deve ser realizado.

A esse respeito, a Resolução CFESS n.º 493/2006 prevê como condição essencial, portanto obrigatória para a realização de atendimento ao usuário, um local de atendimento com características físicas adequadas como iluminação e ventilação

¹²⁶ Não foi possível a sistematização dessas informações pois cada município utiliza uma forma de disponibilização de dados no Portal de Transparência.

e “recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional” (CFESS, 2006, art.2) devendo, portanto, ser realizado com “[...] portas fechadas, de forma a garantir o sigilo” (idem, art. 3). Assim, no trabalho profissional na pandemia houve o desencontro entre o que estava previsto na Resolução CFESS n.º 493/2006 e a necessidade do atendimento em ambientes abertos. Deste modo, as profissionais se depararam com o dilema ético entre a necessidade de preservação da sua condição de vida e o resguardo dos princípios éticos da profissão, como a garantia da proteção das informações, privacidade e sigilo profissional, situação potencialmente desencadeadora de angústia e sofrimento ante o real e o dever ser.

Atuar de forma compromissada com os valores, direitos e deveres da profissão é essencial e inquestionável. A reflexão a ser considerada especialmente no início da pandemia é como superar o medo da contaminação e o risco iminente de morte, dada a letalidade do vírus, a incerteza no tratamento médico, a superlotação no sistema de saúde e a demora da vacinação. Este conjunto de elementos favoreceu a “[...] fragilização emocional e mental, inclusive por medo de contrair o vírus, compondo um difícil quadro de expressão e controle das emoções [...]” (Sarmiento; Camargo; Fagundes, 2020, p. 47) com um conseqüente sofrimento e medo.

Na fase posterior a vacinação, outros dilemas e desafios foram enfrentados pelas assistentes sociais: a retomada dos serviços com a presença dos usuários, a insegurança quanto às possibilidades de atender demandas decorrentes da pauperização dos trabalhadores e trabalhadoras, as incertezas quanto ao alcance dos serviços socioassistenciais, a constatação que o uso das TICs é irreversível. Os registros das participantes da pesquisa revelam que as assistentes sociais vivenciam uma situação que se caracteriza como um desgaste não somente físico, mas também ético-moral tal qual os demais trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, sendo um dos fatores que contribuem com um processo de adoecimento, especialmente mental.

Para as assistentes sociais que realizaram o trabalho de forma remota, quer seja na modalidade mista, quer seja por meio do teletrabalho, foi necessário readequar a metodologia da execução das atividades com a intensificação do uso de TICs tanto para o atendimento com os usuários, como na articulação com a rede socioassistencial, como com as instâncias de controle social. Além do medo e das inseguranças advindas do período pandêmico, a inserção em trabalho remoto,

realizado a distância e sem o contato direto com a população, mediado pelas TICs, provoca nas assistentes sociais na necessidade de confrontar as prerrogativas da dimensão técnico-operativas da profissão, com as requisições institucionais e os meios para a realização do trabalho. Um exemplo pode ser o atendimento remoto por videoconferências que não estava regulamentado, proporcionando uma constante preocupação quanto às possibilidades de manter o sigilo, a confidencialidade, ou mesmo identificar a percepção dos usuários quanto ao processo de orientação, e também quanto a capilaridade dos serviços socioassistenciais.

O uso de TICs para a execução do trabalho remoto precisou ser adotado de forma abrupta e veloz para a maioria dos/as trabalhadores/as do SUAS e dentre essas, as assistentes sociais, ainda que essa não seja uma nova forma de trabalho para outras categorias profissionais, por ter sido regulamentado na reforma trabalhista de 2017, conforme mencionamos anteriormente. Em virtude da pandemia, o trabalho remoto foi adotado pelas empresas e serviço público, inclusive na PAS com o surgimento de desafios frente a mudança repentina do ambiente e rotina de trabalho.

A execução do trabalho remoto acentuou a exploração do trabalho com a extensão da jornada de trabalho, com a transferência das atividades laborais para o âmbito doméstico, com todas as implicações que isso ocasionou para a classe trabalhadora, e deste modo às assistentes sociais. Observou-se que as trabalhadoras tiveram que assumir os custos da realização do trabalho, com a utilização de equipamentos pessoais como por exemplo computador, acesso à internet, energia; diminuição do espaço privado e de convivência familiar com a fragilização do tempo de descanso, uma vez que demandou-se uma maior conectividade às redes e mídias sociais; sobrecarga na realização das atividades laborais e conciliação de atividades domésticas, especialmente para mulheres, comprometendo a saúde das trabalhadoras.

Nos dados levantados na pesquisa, as assistentes sociais da PAS na região em estudo indicaram em suas respostas o aumento de volume e velocidade do trabalho, tendo em vista o crescimento da demanda aos serviços e programas socioassistenciais. Ao serem questionadas sobre volume de trabalho, velocidade, direitos trabalhistas, tempo de descanso e trabalho fora de horário as assistentes sociais participantes da pesquisa possuíam como alternativas de escolhas respostas que indicavam: diminuiu: o volume de atividades é menor que o período anterior à pandemia; continua igual: se mantém as mesmas atividades do período anterior à

pandemia; aumentou: o volume de atividades é maior que o período anterior à pandemia.

Quadro 40 – Relação entre a quantidade e velocidade na realização do trabalho em relação às modalidades de atendimento no período da crise sanitária de COVID-19

Forma de realização do trabalho	Quantidade de trabalho atribuído				Velocidade no qual foi realizado o trabalho			
	Diminuiu	Continua igual	Aumentou	Sem resposta	Diminuiu	Continua igual	Aumentou	Sem resposta
Teletrabalho	1	2	0	0	1	1	1	0
Modalidade Mista	1	1	3	1	1	1	3	1
Presencial	1	5	27	0	1	9	23	0

Fonte: Sistematização da autora com base nos formulários on-line (2023).

Os dados apontam que as assistentes sociais se reorganizaram o seu trabalho para o atendimento das demandas dos usuários, uma vez que o contexto sanitário, histórico econômico e social alterou significativamente a rotina dos serviços e o modo como os seus profissionais executam suas atividades. Em relação às situações de trabalho, como quantidade e velocidade em que as ações precisavam ser realizadas, verificou-se que as assistentes sociais que permaneceram em trabalho presencial perceberam o aumento das demandas a serem atendidas. O aumento exponencial das demandas nesse período em razão dos conflitos e violências no convívio familiar, do desemprego, insegurança de renda e sobrevivência, posto que “trabalhadores e trabalhadoras que perderam seus empregos, não conseguiram novas oportunidades e passaram a depender da ajuda pública até para comer” (Dal Rosso, 2013, p. 44).

Na modalidade mista e naquelas que realizaram o trabalho de forma remota diante da realidade da pandemia, observa-se que embora tenha sido necessária a adoção do trabalho com as tecnologias esta não foi suficiente para atividades e procedimentos como a elaboração de estudo social, atendimento social em domicílio e para as complexas demandas que se colocam ao trabalho de assistentes sociais. O trabalho vivo, presencial mostrou-se fundamental uma vez que a intensificação do convívio familiar em âmbito doméstico, evidenciou a importância da atuação

profissional no campo relacional, tanto no fortalecimento dos potenciais protetivos como na identificação das situações de violações às integridades social e física dos sujeitos.

Isso porque, as suspeitas de ocorrências de violência doméstica, sobrecarga dos cuidadores familiares e conflitos geracionais se intensificaram, demandando a atuação das equipes de trabalho do SUAS, incluindo as assistentes sociais. A convivência no âmbito doméstico, aliado ao medo da contaminação e adoecimento, insegurança e insuficiência de recursos para a adequada proteção e manutenção da vida, agravou as situações de violência e violação de direitos com “possibilidade de menor visibilidade de situações em função da recomendação de se permanecer em casa, além do fechamento ou redução da jornada de trabalho dos serviços de proteção [...]” (Oliveira, 2020, p. 253), tais como a suspensão das atividades presenciais dos SCFV.

Ainda que tenham tido o aumento da quantidade e velocidade do trabalho aliado a necessidade de trabalhar fora do horário, os direitos trabalhistas e o salário mensal recebido por essas trabalhadoras permaneceram da mesma forma que no período anterior da pandemia, conforme apontam os dados abaixo mencionados.

Quadro 41 - Relação entre os direitos trabalhistas e salário mensal em relação às modalidades de atendimento no período da crise sanitária de COVID-19

Forma de realização do trabalho	Direitos trabalhistas				Salário Mensal			
	Diminuiu	Continua igual	Aumentou	Sem resposta	Diminuiu	Continua igual	Aumentou	Sem resposta
Teletrabalho	0	3	0	0	0	2	0	1
Modalidade Mista	1	4	0	1	2	3	0	1
Presencial	5	28	0	0	3	28	2	0

Fonte: Sistematização da autora com base nos formulários on-line (2023).

Nesse sentido, analisar as condições de trabalho de assistentes sociais no âmbito da PAS no contexto pandêmico, nos leva a considerar a convergência entre aspectos estruturantes do trabalho com o papel do Estado na proteção e garantia de

direitos. Isso porque há o relato que em relação às exigências do seu trabalho, na maioria das vezes as assistentes sociais vivenciam situações que produzem desgaste emocional e que precisam guardar para si opiniões em relação ao trabalho e não se sentem estimuladas a expressar suas opiniões. Em que pese o aumento das demandas, das responsabilidades, a remuneração das assistentes sociais permanece ou foi diminuída. Inclusive, uma das respondentes da pesquisa relatou que no período pandêmico permaneceu em trabalho presencial e percebeu em sua atuação profissional o aumento da necessidade de trabalhar fora do horário de trabalho devido ao aumento do volume de atividades sendo necessário fazer horas além da sua jornada de trabalho. Contudo, relatou que seu salário permaneceu igual, seus direitos trabalhistas foram reduzidos expressando que “*houve contenção dos salários, mas não do custo de vida*” (AS, 33 anos). Custo este que pode ser relacionado às condições objetivas de vida, expresso pela elevação do preço de alimentos, moradia e outras de subsistência humana.

Por meio das respostas dos formulários ainda foi possível identificar a intensificação do trabalho de assistentes sociais, com a extensão de jornada de trabalho com atividades para além da sua carga horária e conseqüentemente interferindo na relação entre a disponibilidade de tempo para o descanso e a necessidade de trabalhar fora do horário, tal como apresentado no quadro a seguir:

Quadro 42 – Relação entre a disponibilidade de descanso e a necessidade de trabalhar fora do horário em relação às modalidades de atendimento no período da crise sanitária de COVID-19

Forma de realização do trabalho	Disponibilidade de tempo de descanso				Trabalhar fora do horário			
	Diminuiu	Continua igual	Aumentou	Sem resposta	Diminuiu	Continua igual	Aumentou	Sem resposta
Teletrabalho	0	3	0	0	0	3	0	0
Modalidade Mista	2	2	1	1	1	3	1	1
Presencial	7	26	0	0	3	15	15	1

Fonte: Sistematização da autora com base nos formulários on-line (2023)

Por meio dos relatos observamos que as assistentes sociais que permaneceram em trabalho presencial relataram que tiveram a mesma disponibilidade de tempo de descanso do que no período não pandêmico, seguidas daquelas que relataram diminuição deste tempo. Em que pese as assistentes sociais tenham se mantido em trabalho presencial, esse foi um período em que os limites da duração do trabalho estenderam-se para além da carga horária a ser cumprida formalmente, dada a dificuldade de “desconexão” com as demandas que se apresentavam no cotidiano havendo uma camuflagem do prolongamento das horas de trabalho.

A necessidade de trabalhar fora do horário de trabalho foi real para a maioria das assistentes sociais, o que confirma a tendência da intensificação da jornada de trabalho. A intensificação está presente também na necessidade de responder a uma maior quantidade de demandas de trabalho devido ao aumento da procura da população aos serviços socioassistenciais. As profissionais passaram a trabalhar mais e, quando preciso até mesmo fora do horário, realidade essa presente nos relatos das assistentes sociais que permaneceram em trabalho presencial, estreitando o tempo de descanso e em condições de trabalho cada vez mais estafantes.

A preocupação com as respostas profissionais diante das demandas postas, necessidade de estudo para qualificação da atuação profissional, a falta de reconhecimento pelo esforço e dedicação, o excesso de informações sobre a Covid-19, sobre as normativas da política e sobre o trabalho profissional, às urgências e solicitações de gestores e empregadores mesmo fora do horário de trabalho impactaram nas rotinas e no cotidiano, dificultando o desligamento total das atividades laborais. Além disso, o excesso de horas conectadas, através de computadores, celulares ou qualquer outro aparato tecnológico dificultou a possibilidade do desligamento, interferindo no tempo de descanso.

Assim, consideramos que esses dados reiteram a intensificação do trabalho no SUAS e mais, do trabalho no capital. Marx (2017), em seus estudos sobre a jornada de trabalho já menciona a importância desse tempo para a recomposição da força de trabalho, uma vez que o limite na duração do trabalho possui a intenção de proteger a saúde do trabalhador, assegurando o descanso essencial ao restabelecimento de suas energias, de forma a reduzir riscos e o desenvolvimento dos processos de adoecimento. Podemos mencionar ainda Antunes (2018) que corrobora ao apontar que quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho - como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua sociedade do trabalho abstrato -, ela se

converte em um mundo penoso, alienante e aprisionado.

Com isso, observa-se que neste contexto pandêmico evidencia-se a características da tríade precarização, intensificação e flexibilização, expondo as assistentes sociais assim como a classe trabalhadora, ao aumento da produtividade e exigências de respostas profissionais e que pode conduzir as profissionais a uma rotina potencialmente exaustiva e estressante ao ponto de gerar a fadiga e exaustão no trabalho.

Inocente (2020) ao estudar sobre as refrações da pandemia no Serviço Social alerta sobre o impacto do esgotamento laboral com o desenvolvimento da Síndrome de Burnout, que se trata de uma síndrome psicológica resultante de uma tensão emocional crônica no trabalho e que pode ocorrer em profissionais com contato direto e excessivo com outros seres humanos. Assim pode estar presente em profissionais que atuam na área de prestação de serviços e, que desenvolvem trabalhos que tenham como características o acúmulo de tarefas a ser realizado em um curto espaço de tempo e com a severidade dos problemas apresentados pelos demandantes do seu trabalho, tais como assistentes sociais, assim como médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos e outros profissionais.

A Síndrome de Burnout está inserida na CID-11 como uma doença ocupacional devendo, portanto, ser objeto de ações nos ambientes de trabalho de forma a proteger a saúde de trabalhadores/as. A realização de ações dessa natureza é de suma importância uma vez que ela representa um “[...] fracasso entre o equilíbrio entre o trabalhador e seu ambiente de trabalho, consequenciando alterações físicas, psicológicas e comportamentais” (Inocente, 2020, p .55). Destaca-se que esse desequilíbrio é resultante dos ditames do capital que subjuga e desgasta a força de trabalho podendo levar ao adoecimento de trabalhadores em prol da produção e do lucro.

Disto decorre a importância do conhecimento e do debate acerca das determinações dos processos que podem levar ao adoecimento de assistentes sociais, assim como da classe trabalhadora, uma vez que os riscos à saúde ocupacional estão sustentados na forma como o capital se organiza sob orientação neoliberal e que expropria cada vez mais a sua força de trabalho, tempo de descanso e potencial criativo como ser humano. Em virtude das considerações expostas torna-se evidente a necessidade de debate sobre as marcas da tríade precarização, intensificação e flexibilização nas condições de trabalho, não apenas na vigência do

período pandêmico, mas em sua trajetória históricas e nas permanências vislumbradas no “novo normal”¹²⁷.

¹²⁷ Expressão popularmente utilizada para referir-se ao período pós pandemia.



“Selfie Proteção”, Eloir Junior (2020)

(<https://www.katiavelo.com.br/artista-paranaense-e-tema-de-trabalho-durante-a-quarentena-em-escola-municipal/>)

PERMANÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS APÓS A PANDEMIA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

“José, e agora?
Se você gritasse,
se você gemesse,
se você tocasse
a valsa vienense,
se você dormisse,
se você cansasse,
se você morresse...
Mas você não morre,
você é duro, José!”
(Carlos Drummond de Andrade – 1942)

Sobrevivência! Palavra que define a caminhada e que nos faz chegar até essas considerações finais, após longos caminhos de construção e desconstrução; chegadas e partidas; ganho e perdas, especialmente de vidas, que nos deixaram após esse assombroso fenômeno da covid-19. Enquanto vivíamos o auge da pandemia, esperava-se por “um novo normal”. Declarado o fim da pandemia, o que observamos é que o “novo” se apresenta em permanências e resistências que se colocam como desafios à classe trabalhadora.

A pandemia deu visibilidade às contradições dos interesses do capital e as necessidades da classe trabalhadora, materializada entre a preocupação com os índices de lucratividade econômica, em contraposição com a morte de trabalhadores/as. O trabalho afirmou-se como categoria fundamental dessa relação em que as condições de trabalho e processo de adoecimento não podem ser dissociadas. Concordamos com Oliveira e Batista (2022) que, quanto mais alienantes e degradantes as condições de trabalho, mais rápido afetarão a saúde humana, na medida em que não há o reconhecimento do trabalhador no processo de construção e produção daquilo que está sendo executado. Ao vivenciarmos a sociedade do desempenho (Han, 2017), prevalece uma responsabilização individual pela produtividade e o acirramento da disputa entre os próprios trabalhadores em busca de melhores resultados. Isso inclusive pode levar à indiferença em relação a outros seres sociais, consequência do processo de alienação, no qual ocorre a transformação no modo como o trabalhador vê as demais pessoas. Com isso,

percebemos que a alienação é uma situação dual pois incide tanto no próprio trabalhador como em relação aos demais, prejudicando a sua sociabilidade (uma das principais capacidades humanas).

Diante dos estudos e da pesquisa realizada, compreendemos que, nessa sociabilidade, a forma como a relação capital e trabalho se organiza, circunscreve a vida humana. O processo de trabalho e o modo como o trabalho é desenvolvido são cruciais para o desgaste da força de trabalho com repercussões sobre a saúde e que podem levar ao desencadeamento dos processos de adoecimento no e pelo trabalho (Lourenço, 2016). Sob esse prisma, o trabalho torna-se “para o trabalhador, gasto vital – desgaste do tempo de vida e energia, vividos como sofrimento e rebeldia” (Iamamoto, 2011, p. 429), configurando-se como uma fonte de tensão, frustração, angústia, cansaço, fadiga e adoecimento.

Por isso, a análise da trajetória das transformações do mundo do trabalho, exploração, alienação e desgaste da força de trabalho não é um fenômeno novo e circunscrito à pandemia. A crise sanitária possibilitou a visibilidade ao contingente de trabalhadores/as em trabalho informal e sem garantia trabalhistas, em situação de pobreza, em precárias condições de vida e acesso a rendimentos. Essa população foi buscar no Estado, por meio das políticas sociais, o provimento das suas necessidades básicas de sobrevivência. A PAS foi então requisitada como política essencial e o trabalho no SUAS, intensificado ante a desproteção social da classe trabalhadora e os/as seus/suas trabalhadoras expostas às contradições existentes entre a essencialidade da política e o seu sucateamento.

O empobrecimento da classe trabalhadora tem sido real nos últimos anos, demandando um crescimento pelo suporte à sua condição de sobrevivência e renda nas políticas sociais. Contudo, ante o posicionamento do Estado de restrições orçamentárias para a manutenção dos serviços sociais, a cobertura da proteção social não alcança a todos os que dela necessitam, em contraposição a um dos princípios da Política de Assistência Social. Dessa forma a população sofre significativas perdas no tocante dos direitos sociais, diante de políticas muitas vezes focalizadas e seletivas, que não atendem aos valores democráticos e a crescente demanda.

As políticas sociais que deveriam atender a essa população sofrem os golpes da proposta neoliberal e, conseqüentemente, afastam-se dos compromissos sociais, aos quais deveriam estar vinculadas. É nesse contexto que as expressões da questão social ganham maior visibilidade, requisitando às assistentes sociais um grande

esforço teórico-metodológico, no sentido de apreendê-la no movimento contraditório da sociedade, para que possa elaborar uma interpretação crítica do contexto ao qual faz parte. Ainda que os últimos anos tenham sido marcados pelos ajustes neoliberais e a retomada do conservadorismo na organização das políticas sociais, dentre elas a PAS, o comprometimento das assistentes sociais com uma perspectiva teórica vinculada à apreensão crítica da realidade impulsiona a busca de novos parâmetros de atuação.

O direcionamento neoliberal adotado pelo governo nas últimas décadas interferem no cofinanciamento, gestão e organização da política de assistência social produzindo a dificuldade de acesso pela classe trabalhadora aos serviços, programas, projeto e benefícios, dado os critérios de seletividade, como também incidem na continuidade dos serviços. Esse processo produz uma série de consequências que faz com que o trabalhador não consiga encontrar satisfação naquilo que se propõe a fazer, ou seja, a realização de um trabalho alienado. Os dados apontaram que a alienação e a exacerbação da exploração do trabalho, mesmo na área dos serviços, lócus onde se realiza o trabalho de assistentes sociais, pode levar ao desgaste da força de trabalho e a um sofrimento, se constituindo como fatores que contribuem com o desenvolvimento de um processo de adoecimento. Em suma, essa é a discussão que apresentamos nesse estudo. Essa é uma tese que buscou apresentar as transformações do mundo do trabalho, e, agregar ao conjunto de conhecimento acumulado na categoria a discussão sobre a relação entre as precárias condições de trabalho de assistentes sociais no campo da política social, a gestão da prestação de serviços socioassistenciais e a execução do exercício profissional, que podem levar a um processo de adoecimento.

Como principal resultado da pesquisa, verificou-se que as condições de trabalho de assistentes sociais na PAS acompanham a tendência da configuração do trabalho na sociedade do capital, marcado pelo direcionamento da precarização, intensificação e flexibilização. A precarização se manifesta na desregulamentação dos direitos marcada pela fragilidade das relações contratuais e trabalhistas e baixos salários. A flexibilização está relacionada com a exigência de um novo perfil profissional, no contexto de cobrança por polivalência e multifuncionalidade, tendo como objetivo o aumento da produtividade e alcance de metas. A intensificação se manifesta pelas condições objetivas de trabalho por meio da estratégia de aumento do ritmo, velocidade e maior volume de atividades. Os dados, as informações e as

reflexões apresentados no decorrer desta tese evidenciam o quanto o trabalho realizado nessas condições pode ser levar ao adoecimento.

O acúmulo de produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social sobre o processo de adoecimento de assistentes sociais, expresso nos trabalhos completos do ENPESS analisados, assim como a pesquisa realizadas com assistentes sociais no território em estudo nos direciona a afirmar que o desgaste da força de trabalho de assistentes sociais se manifestam pelo orgânico, o desgaste funcional, o desgaste da subjetividade e ético moral que atinge o corpo, as emoções, a identidade e os valores das assistente sociais. Isso porque sob condições de trabalho com relações precarizadas, intensificadas e flexibilizadas aliadas às requisições institucionais podem levar a descaracterização do trabalho profissional quando são requeridas tarefas que não são de sua atribuição ou a limitação das atividades profissionais a ações burocratizadas e/ou rotineiras.

Esse trabalho tecnicista e pontual além do nos afastar do direcionamento ético-político norteado por nosso projeto profissional e que por vezes colocam as profissionais em uma condição complexa, difícil e que podem levar a situações de frustração, desmotivação, dando indícios do desgaste ético moral e que pode levar a um processo de adoecimento. Isso porque, conforme discutido no decorrer desta tese o aumento quantitativo e qualitativo das demandas, a racionalidade gerencial, o sucateamento dos serviços pode afetar e precarizar ainda mais as condições de trabalho, bem como a viabilização de acesso aos direitos em contraposição ao direcionamento do projeto ético-político profissional, na reafirmação da defesa dos direitos humanos e sociais. Esse contexto implica ainda em limitações à autonomia profissional inclusive minando a autoimagem da profissão e a percepção dos resultados do trabalho profissional, ocasionando dilemas éticos, manifestações de emoções, sentimentos, patologias que prejudicam a qualidade de vida e saúde física e mental de assistentes sociais.

Há que se considerar ainda o aumento quantitativo do volume de trabalho, com as alterações dos procedimentos metodológicos, as mudanças na execução do trabalho acontece desde a pandemia, e sua precarização diante de todo o processo de desfinanciamento da PAS. Os resultados desta pesquisa indicam que essas mudanças alteram o alcance dos serviços prestados, sendo possível afirmar que não chegam a todos os/as trabalhadores/as que requisitam essa política. Este é um dos elementos que contribui para o desgaste físico, emocional, cognitivo e ético das

profissionais, levando a um processo de adoecimento. Assim, chamamos a atenção para a necessidade de estudos que versem sobre a intensificação do trabalho de assistentes sociais, uma vez que observamos que ainda é pouco estudada se comparada com a característica da precarização.

Essas características perpassam a condição de trabalho de assistentes sociais na PAS e não se constituem como um fenômeno novo. Desse modo, permanecemos na defesa da tese que atuais transformações do mundo do trabalho implicam em condições de trabalho precarizadas, intensificadas e flexíveis que perpassam a Política de Assistência Social, assim como as demais políticas sociais, e podem incidir sobre um processo de adoecimento de assistentes sociais. E quando adoecidas, as assistentes sociais sofrem por perceber que sua ausência pode interferir na qualidade do seu trabalho e este ser prejudicado.

A conjugação dessas características associada ao incremento das tecnologias aumenta a possibilidade de desenvolvimento de um processo de desgaste de sua força de trabalho e adoecimento. Observa-se que este processo de adoecimento nem sempre se manifestará por meio de uma patologia, mas por meio da sobrecarga, do aparecimento de sintomas como fadiga, sensação de fracasso e estresse. A saúde das profissionais pode ser atingida devido à intensidade da exploração do trabalho numa diversidade de atividades muitas vezes não circunscritas às atribuições e competências profissionais, o que remete a necessidade de estar reafirmando, junto aos gestores e empregadores, a função social da profissão de resguardar o agir profissional. Essa situação pode levar a um desgaste físico e ético-moral, conforme mencionado por Seligmann-Silva (2011), implicando em sofrimento para as assistentes sociais.

No período pandêmico observou-se que as assistentes sociais permaneceram executando o seu trabalho de forma predominantemente presencial e a intensificação do trabalho se fez presente nos espaços ocupacionais. Reforça-se que a intensificação do trabalho é um fenômeno anterior à pandemia, mas, a partir dela, aumentou-se a predisposição para o aparecimento de lesões causadas pelo esforço repetitivo e agudizaram-se os sinais de medo, insegurança e incertezas, levando a um sofrimento no trabalho. Esse sofrimento está pelo reconhecimento dos limites do trabalho na PAS ante os desafios e complexidade das demandas postas à gestão e à oferta dos serviços socioassistenciais; pelo descompasso entre aquilo que é coberto pela PAS e a desproteção da classe trabalhadora. E ainda arriscamos afirmar que,

quanto mais inquietas e comprometidas com o trabalho no SUAS e o Serviço Social, maiores são as chances do desenvolvimento da condição de sofrimento e angústia nas profissionais por reconhecerem as contradições presentes no trabalho na sociedade do capital.

Enfim, estudar sobre o tema proposto nesta tese nos fez perceber a urgência de produção de novos conhecimentos sobre a gestão do trabalho no SUAS e o trabalho de assistentes sociais nessa política. Historicamente, existe um acúmulo de reflexões e inquietações sobre o trabalho profissional, no entanto, urge a necessidade de debate sobre as implicações e o enfrentamento da precarização das condições de trabalho sob a saúde das assistentes sociais. É necessário ampliar o debate sobre os impactos do trabalho na vida profissional e pessoal das assistentes sociais, e de como os processos de adoecimento estão sendo discutidos pela categoria profissional.

Apontamos como um direcionamento a necessidade de avançar e adensar coletivamente essa discussão pelo conjunto CFESS/CRESS, no âmbito das entidades de formação profissional como a ABEPSS e grupos e rede de pesquisadores pois percebemos que esta ainda permanece incipiente e individualizada na produção de pesquisadores como Vicente (2018), Mendes (2019) e Lourenço (2016). Além disso, a ampliação desse debate para as instâncias formuladoras e avaliadoras da PAS, o engajamento com movimentos de fortalecimento dos espaços coletivos de representação dos trabalhadores do SUAS, tais como, os Fóruns de Trabalhadores/as, apresentam-se como possibilidades de uma construção coletiva na perspectiva de prevenção aos riscos e melhoria das condições de trabalho e valorização do potencial criativo do ser humano. Porque, sem tempo de reflexão, não há tempo de criação!

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. Intensificação do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior em São Paulo. *In: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL*, 2016, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto, 2016.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 162-179, 2015.

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariado**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. São Paulo: Canal6 Editora, 2009.

_____. **Gestão de metas e serviço público**: a degradação do trabalho no Brasil neoliberal. 2 ed. Marília, SP: Projeto Editorial Praxis, 2022.

ALVES, D. C., BRAGA, I. A. A direção do trabalho dos/as assistentes sociais nos CRAS e CREAS em tempos de pandemia. *In: VIII SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS NO MERCOSUL - SEPOME / (NOVAS) DEMANDAS E (NOVOS) DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA*. **Anais [...]**. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/sepome/>. Acesso em: 10 out. 2023.

AMARO, Sarita, CRAVEIRO, Adrieli Volpato, PONTES, Reinaldo Nobre. Serviço Social em tempos de pandemia: reflexões urgentes para guardar na memória esse tempo de intensas lutas. *In: Serviço Social e pandemia COVID-19: realidade, desafios e práxis*. Porto Alegre, RS: Nova Práxis, 2020. p. 13-22.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo: 2001.

_____. Construção e desconstrução da legislação social no Brasil. *In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 499-508.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A epidemia da terceirização. *In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 13-24.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Boitempo, 2020.

BACKSCHAT, Tânia Mara da Silva. **Território-usado e saúde em pequenas cidades.** 2015. 160fls. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

BASSO, Pietro. **Tempos Modernos, jornadas antigas: vidas de trabalho no início do século XXI.** Campinas: Editora Unicamp, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena; CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a assistente social comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

BATTINI, Odária (Org.). **As determinações sócio-históricas do Serviço Social no Paraná: gênese e institucionalização 1940-1959.** Londrina: EDUEL, 2009.

BATISTA, Alfredo A. **Trabalho, questão social e serviço social.** Cascavel: Edunioeste, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Keynesianismo-fordismo e a generalização da política social. *In:* _____. **Política social: fundamentos e história.** 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 82-111.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre eficiência e democratização.** Barueri: Manole, 2003.

BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMES, Carlos. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica psicodinâmica do trabalho. **Revista Ciência e Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, n.9, p. 213-223, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

_____. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2004.

_____. **Lei n.º 8.080 de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. 1990. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

_____. **Lei n.º 8.662 de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,\(Mensagem%20de%20veto\).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%20C3%9ABLICA%20Fa%20C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm#:~:text=LEI%20No%208.662%2C%20DE,(Mensagem%20de%20veto).&text=O%20PRESIDENTE%20DA%20REP%20C3%9ABLICA%20Fa%20C3%A7o,as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20lei.) Acesso em: 31 maio 2023.

_____. **Lei n.º 12.317 de 26 de agosto de 2010.**

Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm. Acesso em: 13 abr. 2023.

_____. **Lei n.º 12.435 de 06 de julho de 2011.** Altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 14 maio 2023.

_____. **Lei n.º 13.467 de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, e n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 5 jun. 2023.

_____. **Lei n.º 13.429 de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em: 05 jun. 2023.

_____. **Lei n.º 13.982 de 02 de abril de 2020.** Altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Lei n.º 14.023 de 08 de julho de 2020.** Altera a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14023.htm. Acesso em: 14 jan. 2023.

_____. **Lei n.º 14.601 de 19 de junho de 2023.** Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei n.º 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis n.ºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória n.º 1.155, de 1º de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Medida Provisória n.º 1.000 de 2 de setembro de 2020.** Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1000.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Medida Provisória n.º 1.039 de 18 de março de 2021.** Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Mensagem Presidencial n.º 93/2020.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1867390&filename=MSC%2093/2020>. Acesso em: 23 jan. 2024.

_____. **Portaria MC n.º 337 de 24 de março de 2020.** Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-337-de-24-de-marco-de-2020-249619485>. Acesso em: 04 jun. 2020.

_____. **Portaria SNAS n.º 100 de 14 de julho de 2020.** Aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia causada pelo novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-100-de-14-de-julho-de-2020-267031342>. Acesso em: 14 jan. 2023.

_____. **Portaria n.º 57 de 01 de abril de 2020.** Aprova a nota Técnica n.º 07/2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-54-de-1-de-abril-de-2020-250849730>. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Portaria SNAS n.º 59 de 22 de abril de 2020.** Aprova orientações e recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS dos estados, municípios e Distrito Federal quanto ao atendimento nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no contexto de emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus, COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-59-de-22-de-abril-de-2020-253753930>. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Portaria SNAS n.º 69 de 14 de maio de 2020.** Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus, Covid-19.

_____. **Portaria SNAS n.º 86 de 01 de junho de 2020.** Aprova recomendações gerais para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no contexto da Pandemia do novo Coronavírus, Covid-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-86-de-1-de-junho-de-2020-259638376>. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Portaria MS n.º 188 de 03 de fevereiro de 2020.** Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

_____. **Portaria MS n.º 913 de 22 de abril de 2022.** Declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria-913-22-MS.htm#art3. Acesso em: 12 fev. 2024.

_____. **Decreto n.º 10.282 de 20 de março de 2020.** Regulamenta a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10282.htm. Acesso em: 14 jan. 2023.

_____. **Decreto n.º 10.316 de 07 de abril de 2020.** Regulamenta a Lei n.º 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10316.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Decreto n.º 10.488 de 16 de setembro de 2020.** Regulamenta a Medida Provisória n.º 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, altera o Decreto n.º 10.316, de 7 de abril de 2020, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10488.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Decreto n.º 10.740 de 05 de julho de 2021.** Prorroga o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), instituído pela Medida Provisória n.º 1.039, de 18 de março de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10740.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Nota Pública Conjunta do Ministério da Cidadania e Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.** Medidas de Prevenção ao Coronavírus nas Unidades de Acolhimento Institucional. Disponível em: https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/03/Nota-P%C3%ABblica-Medidas-de-Preven%C3%A7%C3%A3o-ao-Coronav%C3%ADrus-nas-Unidades-de-Acolhimento-Institucional-1.pdf?_gl=1*5eiidi*_ga*MzM0MDcwMjEyLjE3MDgxMTIxODc.*_ga_3Z7PF5GR00*M TcwODU2MzYzNC4zLjEuMTcwODU2NDE0OS42MC4wLjA. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Nota Técnica n.º 07/2020.** Recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-54-de-1-de-abril-de-2020-250849730>. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Nota Técnica n.º 11/2020.** Orienta inicialmente que os gestores nos municípios devem fazer um diagnóstico da rede socioassistencial e, em parceria com os dirigentes dos serviços de acolhimento, elaborar um Plano de Contingência para cada Serviço. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-59-de-22-de-abril-de-2020-253753930>. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Recomendação conjunta n.º 01 de 16 de abril de 2020.** Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/recomendacao-conjunta-n-1-de-16-de-abril-de-2020-253004251>. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.** Resolução n.º 15 de 13 de março de 2002. Brasília: Câmara de Educação Superior. 2002. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

_____. **Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2016.

_____. **Síndrome de Burnout.** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrom e,justamente%20o%20excesso%20de%20trabalho>. Acesso em: 02 fev. 2023.

_____. **Tancredo Neves:** o presidente que o Brasil escolheu. Disponível em: <https://www.interlegis.leg.br/comunicacao/noticias/2007/02/tancredo-neves-o-presidente-que-o-brasil-escolheu>. Acesso em: 11 fev. 2024.

_____. **Síntese de Casos, óbitos, incidência e mortalidade.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

_____. **Entenda a Gestão – Emendas Parlamentares.** Controladoria Geral da União. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/605525-emendas-parlamentares>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRAVO, Maria Inês de Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania.** São Paulo: Editora 34, 1998.

CAIXETA, Natália Pereira. O Serviço Social no campo da saúde do/a trabalhador/a: uma análise da atuação profissional. *In: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL*, 2016, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto, 2016. [CD-ROM]

CARNEIRO, Annova Mírian Ferreira; CARVALHO, Alba Maria Pinho; ARAÚJO, Maria do Socorro Souza. Ascensão do radicalismo de direita, bolsonarismo, Covid-19 e (des)proteção social no Brasil Contemporâneo. *In: BRAGA, Iracilda Alves; MOURA, Marfisa Martins Mota; CARNEIRO; Mauricéia Lígia Neves da Costa; COSTA, Teresa Cristina Moura (Orgs.). Políticas Públicas em tempos de pandemia da COVID-19: o desgoverno Bolsonaro, a (des) proteção social e o Serviço Social no Brasil.* Teresina: EDFPI, 2024. p. 21-40.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato. MACHADO, Jéssica Gomes do Vale Cabrerisso. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. *In: II SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS.* Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. **Anais [...]**. Londrina, 2011.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução n.º 17.** Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS e Reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social. 2011. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=115722>. Acesso em: 02 set. 2023.

_____. **Resolução n.º 269 de 13 de dezembro de 2006.** Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-269-de-13-de-dezembro-de-2006/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

_____. **Resolução n.º 109 de 11 de novembro de 2009.** Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: CAS, 2009.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012a.

_____. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012b.

_____. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2013.

_____. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília: CFESS, 2022.

_____. **Resolução n.º 493/2006 Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social**. Brasília: CFESS, 2006. Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

_____. **CFESS Manifesta: Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

COLIN, Denise Rattman Arruda; FOWLER, Marcos Bittencourt; BUCHFINK, Karla. **Política Pública de Assistência Social – Legislação 2002**. Curitiba: Governo do Paraná; Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família; Conselho Estadual de Assistência Social; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curso de Serviço Social, 2002.

CÔRREA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DAL ROSSO, Sadi. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 43-53.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DANTAS, Maria Conceição Borges. As metamorfoses do mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho profissional do assistente social no Instituto Federal de São Paulo: algumas considerações. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, Vitória-ES, 2018. **Anais [...]**. Vitória-ES, 2018. [CD-ROM]

DÉJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Ocupação cresce em posições menos complexas. **Boletim Emprego em Pauta**, São Paulo, n. 23, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoemPauta23.pdf> . Acesso em: 12 fev. 2024.

DRAIBE, Sônia Mirian. **O Welfare State no Brasil**: características e perspectivas. Campinas-SP: Unicamp, 1993.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, 2011.

_____. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505fls. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

FALEIROS. Vicente Paula. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. “**O combate a fome é uma tarefa de todos**”, destaca representante da FAO no Brasil durante a Virada ODS. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1599782/> . Acesso em: 12 fev. 2024.

FLEURY, Sônia. Política Social e democracia: reflexões sobre o legado da Seguridade Social. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 400-417, out./dez. 1985.

FLEURY, Sônia. OUVERNEY, Assis Mafort. Política de Saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, Ligia (Org). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 65-106.

FRANCO, T; DRUCK, M; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/TsQsX3zBC8wDt99FryT9nnj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FERNANDES, Ligia da Nobrega. Expansão Ifetiana no Brasil: componentes do processo de precarização do trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, Vitória-ES, 2018. **Anais [...]**. Vitória-ES, 2018. [CD-ROM]

FRESCA, Tânia Maria. O papel das pequenas cidades na rede urbana paranaense. *In*: BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz; COSTA, Fábio Rodrigues. **Estudos urbanos em perspectiva: reflexões, escalas e desafios**. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2013. p. 13-26

GAULEJAC, Vicent. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GOIS, Juliana Carla da Silva. O Serviço Social e o debate sobre a categoria trabalho; mediações para análise do assistente social como trabalhador assalariado. *In*: TRINDADE, Rosa Lucia Prêdes; LINS, Maria Alcino Tertio. **Assistente social: trabalhador/a assalariado/a**. Fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica. Maceió: EDUFAL, 2015. p. 57-85.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**.

Disponível em:

<http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Espaços sócio-ocupacionais, condições de trabalho e agravos à saúde de assistentes sociais. *In*: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto, 2016.[CD-ROM]

HARVEY, David. **A condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Ed. Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempos do capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios escritos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e o trabalho do assistente social na atualidade. *In*: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012. p. 33-74.

IPARDES. **Cadernos Estatísticos Municipais**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais> . Acesso em: 25 fev. 2023.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Impactos fatais da Covid-19 nos trabalhadores brasileiros**. Brasília-DF: IPEA, 2022.

_____. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília-DF: IPEA, jun. 2000. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/200924_bps26_web.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

HABERT, Nadine. **A década de 70**. São Paulo: Ática, 1992.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LAURELL, Asa. Proceso de trabajo e salud. **Cuadernos Políticos**, n. 17, México, p. 59-79, jul./set. 1978. Disponível em: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.17/17.7.AsaCristina.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

LAZZARESCHI, Noêmia; GRAGLIA, Marcelo Augusto Vieira; HUELSEN, Patrícia G. V. As formas de resistência dos trabalhadores no contexto da Indústria 4.0 e da Inteligência Artificial. **Revista Argumentum**, Vitória, v.13, n. 2, p. 193-207, maio/ago., 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45, 2007.

LOPES, Noemia de Fátima Silva; NASCIMENTO, Geusiane Pereira Silva; BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra; SILVA, Diego Tabosa da. Configuração do trabalho docente em serviço Social: desafios, particularidades e possibilidades em um município Norte Mineiro. *In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL*, Vitória-ES, 2018. **Anais [...]**. Vitória-ES, 2018. [CD-ROM]

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Capitalismo Contemporâneo. *In: _____*. **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e Serviço Social: Estudos da Relação de Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo**. Campinas: Editora Papel Social, 2016. p. 27-47.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência (1973). *In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (Orgs.) Ruy Mauro Marini*. Vida e Obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Orientações básicas para a pesquisa. *In: MOTA, Ana Elizabete et al. Serviço Social e Saúde*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF.: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. p. 383-388.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo; Boitempo, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**
- Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: HUCITEC Editora, 2014.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MORAES, Carlos Antonio de Souza; SCHOCAIR, Gabriela Mendes Moreira. Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: análise de indicadores nacionais, estaduais e regionais. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, Vitória-ES, 2018. **Anais [...]**. Vitória-ES, 2018. [CD-ROM]

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social**. Ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

MUNIZ, Egli. Equipes de referência no SUAS e as responsabilidades dos trabalhadores. *In*: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no SUAS: uma contribuição necessária**. Brasília: DF; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p. 87-122.

NEVES, Victoria Sabatine de Paiva; MOREIRA, Franciele Gonçalves. O processo de adoecimento do assistente social: os reatamentos das transformações societárias na saúde do trabalhador. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, Vitória-ES, 2018. **Anais [...]**. Vitória-ES, 2018. [CD-ROM]

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**: ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; TUMELERO, Silvana Marta Tumelero. A relativa autonomia do assistente social na implementação das políticas sociais: elementos explicativos. **Revista O Social em Questão**, Ano XVIII, n. 34, p. 205-228, 2015.

NONATO, Alice Alves Menezes Ponce de leão; VIANA, Beatriz Borges. Trabalho e sofrimento de assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais de Paritins-AM. *In*: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto, 2016.

OLIVEIRA, Jordânia Ferreira Mesquita. O Serviço Social no atendimento às situações de violação de direitos durante a pandemia COVID-19: relato de experiência de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Teresina. *In*: PEREIRA, S.L.B; CRONEMBERGER, I.H.G.M. (Orgs.) **Serviço social em tempos de pandemia: provocações ao debate**. Teresina: EDUFPI, 2020.

OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho; PASSOS, Glaucia Soares; PAULA, Sara de; BRASIL, Valda; MATTOS, Felipe Augusto Silva. Trabalhar mais e mais rápido, cumprir metas, adoecer...desvelando o trabalho do assistente social. *In*: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, Ribeirão Preto. **Anais** [...]. Ribeirão Preto, 2016.

OLIVEIRA, Iago Soares; ARAUJO, Clara Azevedo. O trabalho do professor substituto na Universidade Federal do Rio de Janeiro: desafios frente a precarização. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, Vitória-ES, 2018. **Anais** [...]. Vitória-ES, 2018. [CD-ROM]

OLIVEIRA, Leticia Strossi de; BATISTA, Alfredo Aparecido. O sofrimento humano e sua relação com a Síndrome de Burnout. *In*: XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL, Rio de Janeiro, 2022. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2022.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de Covid-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 12 fev. 2024.

_____. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete *et.al.* **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Sobre a Política de Assistência Social no Brasil. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (Orgs.). **Política Social e Democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 217-234.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima. Descentralização, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade: Elementos para a Nova Gestão e Operacionalização da Política de Assistência Social. *In*: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Política de Assistência Social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016. p. 113-132.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teoria e sua apropriação pelo Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RAICHELIS, Raquel; SILVA, Ociana. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, jul./set., 2015.

RAICHELIS, Raquel; LIMA, Valéria Ferreira de Almeida. O trabalho da equipe de profissionais no Bolsa Família. *In*: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família**: verso e reverso. Campinas: Papel Social, 2016. p. 129-144.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. *In*: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no SUAS**: uma contribuição necessária. Brasília: DF; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011, p. 39-64.

RANIERI, Jesus. Apresentação: sobre os chamados Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx. *In*: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Serviço Social e saúde mental em tempos de pandemia: uma equação possível? *In*: **Serviço Social e pandemia COVID-19**: realidade, desafios e práxis. Porto Alegre, RS: Nova Práxis, 2020, p. 43-49.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Ricardo Gonçalves da. Do Welfare ao Workfare ou da Política Social Keynesiana / Fordista À Política Social Schumpeteriana / Pós-Fordista. **SER Social**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 264–265, 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12694. Acesso em: 10 fev. 2024.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7.ed. São Paulo: Cortez: 2011.

SILVA, Ociana Donato. Debatendo o assédio moral no âmbito de Serviço Social. *In*: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, Ribeirão Preto. **Anais** [...]. Ribeirão Preto, 2016. [CD-ROM]

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Gestão do Trabalho: concepção e significado para o SUAS. *In*: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no SUAS**: uma contribuição necessária. Brasília: DF; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p. 9-38.

SORDI, Denise. O Programa Auxílio Brasil e o encerramento do Bolsa Família. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo: Quatrocor Gráfica e Editora Edição 169, 14 agosto 2021.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia**: a burocracia em questão. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SOUZA, Tathiane Conceição Silva; SILVA, Jardson; XAVIER, Quitéria Gabriela Cabra; SILVA, Andréa Lima. Serviço Social e conservadorismo reacionário: reafirmação do Código de Ética de 1993. **Revista Temporalis**, Brasília-DF, ano 23, n.46, p. 173-187, jul./dez. 2023.

SPOSATI, Adailza de Oliveira; BONETTI, Dilseia Adeodata; YASBEK, Maria Carmelita; FALCÃO, Maria do Carmo B. Carvalho. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileira**: uma questão em análise. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SPOSATI, Adailza de Oliveira. **Representação e representatividade**: trabalho no SUAS, os espaços de organização das/os trabalhadoras/es e o cotidiano dos serviços. *In*: IX SEMINÁRIO NACIONAL DO FÓRUM NACIONAL DOS TRABALHADORES/AS DO SUAS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YfhAbKi5kXQ> . Acesso em: 11 fev. 2024.

UNASUS, Universidade Aberta do SUS. **Coronavírus**: Brasil confirma primeiro caso da doença. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20confirmou,para%20It%C3%A1lia%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia>. Acesso em: 12 fev. 2024.

UNICEF, Fundo das Nações para a Infância. **Saneamento e higiene têm papel fundamental na resposta à Covid-19, defendem UNICEF, Banco Mundial e SIWI**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/saneamento-e-higiene-tem-papel-fundamental-na-resposta-a-covid-19#:~:text=Uma%20das%20medidas%20mais%20eficazes,escolas%20e%20outros%20espa%C3%A7os%20p%C3%ABlicos>. Acesso em: 12 fev. 2024.

VALLE, Karla Fernanda. Trabalho profissional e gerencialismo: um debate sobre o Serviço Social em espaços sócio-ocupacionais reestruturados. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, Vitória-ES, 2018. **Anais** [...]. Vitória-ES, 2018. [CD-ROM]

VASA, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 45-58.

VIANNA, Maria Lucia Wernek. Notas sobre política social. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, v.1, n.1, p. 133-159, 1991.

VIANNA, Maria Lucia Wernek. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**: estratégias de bem-estar e políticas públicas. 3. ed. Rio de Janeiro, Revan: UCAM, IUPERJ, 2011.

VICENTE, Damaris. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 123 Especial: São Paulo, jul./set., 2015.

_____. Sobre o sofrimento no trabalho: um estudo com assistentes sociais na área da habitação. *In*: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL, 2016, Ribeirão Preto. **Anais** [...]. Ribeirão Preto, 2016.

_____. “A cidade que é um país!”: o trabalho de assistentes sociais no SUAS na cidade de São Paulo. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, Vitória-ES, 2018. **Anais** [...]. Vitória-ES, 2018. [CD-ROM]

_____. Serviço Social, trabalho e desgaste mental. *In*: RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas on-line**, v. 22, n. 44. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-142

YAZBEK, Maria Carmelita. Proteção Social e crise no Brasil contemporâneo. *In*: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damaris; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 2018. p. 88-107.

WUNSCH, Dolores Sanches; MENDES, Jussara Maria Rosa. A perspectiva teórico-metodológica da pesquisa em Saúde do Trabalhador: a Construção Social de sua Invisibilidade. *In*: MENDES, Jussara Maria Rosa; WUNSCH, Dolores Sanches; GIONGO, Carmem Regina. **A investigação no campo da saúde do trabalhador: construção de conhecimento e estratégias metodológicas**. Campinas, SP: Editora Papel Social, 2019. p.23-35.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ficha-catálogo dos trabalhos completos do ENPESS

Código do artigo	2016E001	Ano da publicação	2016
Título do artigo	TRABALHO E SOFRIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS DIVERSOS ESPAÇOS SOCIOOCUPACIONAIS DE PARINTINS-AM		
Nome do autor	Alice Alves Menezes Ponce De Leão Nonato Beatriz Borges Viana		
Resumo	Discute-se nesse artigo a relação entre trabalho e sofrimento no cotidiano de intervenção de assistentes sociais no município de Parintins – Amazonas, a partir das limitações institucionais na viabilização dos serviços frente a uma demanda crescente e complexificada e também diante dos conflitos éticos em que é posto o profissional diante da violação dos direitos dos usuários. A metodologia é resultante de pesquisa bibliográfica e de campo, resultantes de um projeto de iniciação científica. Conclui-se que a subjetividade do assistente social frente às suas condições de trabalho influenciam nos rumos da ética profissional e na qualidade dos serviços prestados aos usuários.		
Palavras-chave	Trabalho; Assistente Social; Sofrimento		

Código do artigo	2016E002	Ano da publicação	2016
Título do artigo	O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA SAÚDE DO/A TRABALHADOR/A: uma análise da atuação profissional		
Nome do autor	Natália Pereira Caixeta		
Resumo	Este trabalho analisa de forma aproximativa a atuação profissional do/a assistente social no campo da saúde do/a trabalhador/a objetivando fomentar esse debate na área de Serviço Social, de forma a se pensar possibilidades e estratégias de intervenção nos espaços organizacionais. Foram feitas análises da bibliografia relacionada ao tema e, posteriormente, realizadas duas (02) entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais inseridas/os em uma empresa do setor elétrico, localizada em Brasília/DF, no período de fevereiro de 2014. Observa-se que a atuação das/os assistentes sociais inseridas/os neste campo está para além da articulação com o plano de saúde ofertado pela empresa.		
Palavras-chave	Saúde do Trabalhador. Serviço Social. Atuação Profissional.		

Código do artigo	2016E003	Ano da publicação	2016
Título do artigo	ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS, CONDIÇÕES DE TRABALHO E AGRAVOS À SAÚDE DE ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE		
Nome do autor	Reginaldo Guiraldelli		
Resumo	O presente texto reflete sobre particularidades dos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem assistentes sociais, suas condições de trabalho e possíveis agravos à saúde destes profissionais, considerando o quadro conjuntural de transformações societárias e alterações substantivas no mundo do trabalho, que atingem diretamente as profissões. Com base em pesquisa bibliográfica e empírica, com recurso metodológico de questionários e entrevistas semi-estruturadas, essa pesquisa analisou as condições de trabalho e saúde de assistentes sociais supervisores de campo de estágio, considerando que tais transformações provocam rebatimentos no trabalho e na saúde física e mental de trabalhadores, inclusive dos profissionais de Serviço Social.		
Palavras-chave	Serviço Social; Exercício Profissional; Condições de Trabalho; Saúde do Trabalhador.		

Código do artigo	2016E004	Ano da publicação	2016
Título do artigo	O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E O TRABALHO ASSALARIADO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL		
Nome do autor	Danielle Viana Lugo Pereira		
Resumo	O ponto de partida desta análise são as significativas transformações societárias do capitalismo na virada do século XX para o século XXI; que acarretaram inflexões profundas no “mundo do trabalho”. Inflexões tais como: precarização, flexibilização, acidentes/adoecimentos, desemprego, exploração, perdas de direitos. No que tange aos/as assistentes sociais essas inflexões, ora em curso, interferem na condição do trabalho assalariado a que estão submetidas/os as/os assistentes sociais. Portanto, observa-se uma forte tensão entre o trabalho assalariado e o projeto ético-político, sobretudo, na dimensão política. Dimensão, que reivindica a luta social sob a direção do projeto ético-político.		
Palavras-chave	Projeto ético-político, Serviço Social, Condição assalariada.		

Código do artigo	2016E005	Ano da publicação	2016
Título do artigo	SOBRE O SOFRIMENTO NO TRABALHO: um estudo com assistentes sociais na área da habitação		
Nome do autor	Damares Pereira Vicente		
Resumo	Este artigo é resultado de pesquisa qualitativa que teve como referência o trabalho de assistentes sociais na política social de habitação de interesse social. Busca conhecer as estratégias de organização do trabalho que têm abalado a autonomia relativa de trabalhadores(as) e também os aspectos mais criativos e críticos do trabalho. Como resultado, observa-se um trabalho em condições mais precárias, frequentemente pontual e instrumental, gerando sofrimentos e adoecimentos. Considera-se que essas características de gestão estão ancoradas na racionalidade imposta pelo processo de contrarreforma do Estado brasileiro, em resposta à crise da acumulação capitalista, iniciada nos anos 1970.		
Palavras-chave	trabalho; habitação; gestão; assistentes sociais; sofrimento		

Código do artigo	2016E006	Ano da publicação	2016
Título do artigo	TRABALHAR MAIS E MAIS RÁPIDO, CUMPRIR METAS, ADOECER... DESVELANDO O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL		
Nome do autor	Isaura Isoldi De Mello Castanho E Oliveira Glaucia Soares Dos Passos Sara De Paula Valda Brasil Felipe Augusto Silva Mattos		
Resumo	O presente Relatório sistematiza alguns dos resultados encontrados na pesquisa realizada pelo Núcleo de Relações de Trabalho do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo junto aos assistentes sociais formados entre 1995 e 2013 desvelando a rotatividade, a insegurança, a flexibilização, a precarização que atinge seu trabalho, especialmente na requisição de atendimento de metas, em condições que conformam o adoecimento e que expressam a (in) capacidade de construção de respostas para seu enfrentamento no cotidiano profissional; os Assistentes Sociais, em sua maioria, estão na condição de assalariamento e sofrem, portanto, os mesmos constrangimentos experimentados por todos os trabalhadores.		
Palavras-chave	precarização; intensificação e adoecimento no trabalho.		

Código do artigo	2016E007	Ano da publicação	2016
Título do artigo	DEBATENDO O ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL		
Nome do autor	Ociana Donato Da Silva		
Resumo	Este artigo teve como objetivo analisar a prática do assédio moral como uma nova estratégia de gestão das relações de trabalho profissional, no atual contexto da reestruturação produtiva, com enfoque nos/as trabalhadores/as assistentes sociais. Conclui-se que o assédio moral está inserido num contexto histórico de profundas alterações no mundo do trabalho, mundo esse que utiliza a ideologia gerencialista para administrar os recursos humanos nas organizações de trabalho. Lutar contra essa prática é uma forma de resistência ao acirramento da opressão e do sofrimento experimentado pelos/as assistentes sociais no trabalho contemporâneo.		
Palavras-chave	Trabalho do(a) assistente social, assédio moral, direitos dos(as) trabalhadores(as).		

Código do artigo	2016E008	Ano da publicação	2016
Título do artigo	INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR EM SÃO PAULO		
Nome do autor	Valéria De Oliveira Albuquerque Raquel Raichelis Degenszajn		
Resumo	Analisa o processo de intensificação do trabalho docente de assistentes sociais professores (as) nas Universidades Privadas da capital de São Paulo. Discute a diferença entre produtividade e intensidade, situa o crescimento empresarial do setor de serviços na educação superior na capital e as implicações na carga de trabalho desses professores (as). Essa reflexão é parte integrante da pesquisa de doutorado realizada pela autora, que envolveu pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas semiestruturadas e observação, num universo de 14 Universidades Privadas e 13 sujeitos de pesquisa. Os resultados apontam a presença de intensificação na carga de trabalho desses (as) docentes.		
Palavras-chave	Trabalho Docente, Serviço Social, Ensino Superior Privado, Intensificação.		

Código do artigo	2016E009	Ano da publicação	2016
Título do artigo	PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS		
Nome do autor	Leni Maria Pereira		
Resumo	<p>O presente artigo é fruto da tese de doutoramento defendida em abril de 2016. Tem como objetivo apresentar reflexões acerca da precarização no contexto do século XXI tendo como lócus de pesquisa o TJMG. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que tem como objetivo analisar o que determina precarização do trabalho no TJMG. Os dados coletados em sítios oficiais do TJMG, Sindicato dos Servidores da Justiça de Minas Geais (SINJUSMG), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) são utilizados como instrumentos identificadores da realidade em que estão expostos os trabalhadores do TJMG. Parte-se do entendimento, portanto, de que, apesar da mudança constitucional ter possibilitado mais autonomia e projeções ao Judiciário, que passou a ser lugar da “execução” do direito, este mesmo Estado se omite ou oferta irregularmente os serviços sociais que corroboram para a precarização do trabalho e dos trabalhadores que atuam no TJMG.</p>		
Palavras-chave	Precarização ; Trabalho; TJMG.		

Código do artigo	2018E001	Ano da publicação	2018
Título do artigo	O SOFRIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS		
Nome do autor	Regina Célia de Souza Beretta		
Resumo	<p>Poucos estudos têm como objeto, a saúde dos trabalhadores do SUAS, as condições de trabalho e os impactos na vida pessoal e laboral. Esses trabalhadores vivem do trabalho e estão inseridos nas condições dadas pelo capitalismo contemporâneo, sob o predomínio de formas precarizadas de trabalho e assalariamento, com a árdua tarefa de enfrentar a desigualdade e pobreza. Neste estudo foi realizada uma revisão bibliográfica e pesquisa de natureza qualitativa, em documentos e artigos científicos. Foi possível desvelar algumas das condições de trabalho objetivas e subjetivas e mostrar a importância de outros estudos sobre a temática.</p>		
Palavras-chave	Trabalhadores SUAS, trabalho e saúde		

Código do artigo	2018E002	Ano da publicação	2018
Título do artigo	TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ENTRADA DO SÉCULO XXI: análise de indicadores nacionais, estaduais e regionais		
Nome do autor	Carlos Antônio de Souza Moraes; Gabriela Mendes Moreira Schocair		
Resumo	O artigo objetiva discutir as tendências do mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI no contexto da expansão dos serviços sociais e da precarização do mundo do trabalho e do exercício profissional dos assistentes sociais. Metodologicamente recorre a pesquisa bibliográfica através do mapeamento de livros, revistas científicas na área de Serviço Social, teses e dissertações disponíveis na plataforma CAPES. Os resultados apontam para construção de uma “nova cultura do trabalho” e para o “binômio expansão – precarização dos serviços sociais” que impactam nas condições objetivas e subjetivas do trabalho profissional na entrada do novo século.		
Palavras-chave	Reestruturação Produtiva, Trabalho, Mercado de trabalho, Serviço Social.		

Código do artigo	2018E003	Ano da publicação	2018
Título do artigo	TRABALHO PROFISSIONAL E GERENCIALISMO: um debate sobre o Serviço Social em espaços sócio-ocupacionais reestruturados		
Nome do autor	Karla Fernanda Valle		
Resumo	Debateremos os impactos da racionalidade gerencial sobre o trabalho do assistente social em espaços sócio-ocupacionais reestruturados, forjados pela Crise do Capital e pela reforma neoliberal-gerencial do Estado, capitaneada pelos organismos multilaterais. Entende-se que os “fetiches da gestão” reforçam a subalternidade profissional e catalisam a perda da já relativa autonomia do assistente social por facilitarem uma renovação conservadora na profissão. Recorreremos ao referencial teórico-metodológico marxiano para a análise das especificidades do mundo do trabalho submetido a égide do capital manipulatório. Por fim, a pesquisa de campo investiga o judiciário trabalhista carioca na condição de expressão particular de uma instituição pública reestruturada.		
Palavras-chave	Assistente social. Gerencialismo. Reforma neoliberal do Estado.		

Código do artigo	2018E004	Ano da publicação	2018
Título do artigo	“A CIDADE QUE É UM PAÍS!”: o trabalho de assistentes sociais no SUAS na cidade de São Paulo		
Nome do autor	Damares Vicente		
Resumo	O artigo analisa as consequências negativas da gestão de cunho funcionalista no SUAS quanto à definição da direção, conteúdos e significados do trabalho, por meio de depoimentos de assistentes sociais do setor público municipal que trabalham em CRAS, CREAS E CENTRO-POP. A divisão social e técnica do trabalho define para trabalhadores/as das entidades sociais a execução do trabalho social e para trabalhadores/as públicos/as, a supervisão das entidades sociais. Conclui-se que esse modelo tende a produzir consequências deletérias na qualidade dos serviços prestados e originar conflitos e questões éticas que acirram desgastes, especialmente desgaste mental.		
Palavras-chave	Trabalho; assistentes sociais; SUAS; funcionalismo.		

Código do artigo	2018E005	Ano da publicação	2018
Título do artigo	TRABALHO DOCENTE EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTERIORIZAÇÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ		
Nome do autor	Ana Samilly Alexandre Moreira		
Resumo	As inflexões do processo de ampliação e mercantilização da educação superior brasileira nos últimos anos atingiram, sobremaneira, a formação profissional em Serviço Social, tendo em vista os baixos custos para a abertura dos cursos e a própria demanda crescente por esses profissionais. Os campos para o trabalho docente em Serviço Social também foram ampliados, sobretudo nas cidades do interior. Entretanto, em condições de trabalho, muitas vezes, precarizadas. O presente trabalho visa apresentar algumas reflexões acerca da condição do trabalho docente a partir do processo de interiorização dos cursos de Serviço Social no Ceará.		
Palavras-chave	Serviço Social; Trabalho Docente; Interiorização.		

Código do artigo	2018E006	Ano da publicação	2018
Título do artigo	MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NO SERVIÇO SOCIAL		
Nome do autor	Danielle Lugo		
Resumo	A presente comunicação trata-se de uma reflexão teórica que confere a vigência da teoria do valor trabalho à luz da teoria social marxiana e tradição marxista, em particular, objetiva analisar as recentes mutações do mundo do trabalho na fase atual do capitalismo, considerando as principais tendências do trabalho profissional de Assistentes Sociais.		
Palavras-chave	Trabalho Profissional, Serviço Social, Condição Assalariada.		

Código do artigo	2018E007	Ano da publicação	2018
Título do artigo	O MERCADO DE TRABALHO PROFISSIONAL E OS DESAFIOS FRENTE A CONTRARREFORMA TRABALHISTA		
Nome do autor	Moema Amélia Serpa Lopes de Souza; Wagner Araujo; Cleomar Jamyson da Silva Melo; Heloísa da Silva Barbosa		
Resumo	Neste artigo sistematizamos os resultados parciais da pesquisa intitulada "O trabalho do/da assistente social: a contrarreforma do trabalho e o agravamento da precarização do mercado de trabalho profissional", que foi desenvolvida no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social – GETRAPs. Tem como objetivos analisar o processo de contrarreforma das relações de trabalho no Brasil, no atual contexto, e as implicações para o agravamento da precarização do mercado de trabalho do assistente social.		
Palavras-chave	Contrarreforma Trabalhista. Mercado de Trabalho. Serviço Social		

Código do artigo	2018E008	Ano da publicação	2018
Título do artigo	O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS POLÍTICAS URBANAS, HABITACIONAIS E DE SANEAMENTO, EM SALVADOR/BA		
Nome do autor	Jacqueline Samagaia; Ana Maria Ferreira Cardoso; Danila de Jesus; Paula Dalete Guimarães Bispo dos Santos; Josiane da Cruz Cerqueira		
Resumo	As considerações trazidas neste artigo partem de uma pesquisa que buscou analisar o trabalho dos assistentes sociais nas políticas urbanas, habitacionais e de saneamento, em Salvador/BA. Trata-se de um debate ainda recente no âmbito da profissão, levando em conta que somente nas últimas décadas estas políticas passaram a ocupar maior espaço entre as políticas sociais, contando com a participação dos assistentes sociais nos programas e projetos organizados em seu contexto. O trabalho do assistente social é problematizado a partir do contexto atual do mundo do trabalho, bem como de sua própria forma de inserção na divisão sócio técnica do trabalho.		
Palavras-chave	Políticas urbanas; trabalho do assistente social; habitação, saneamento		

Código do artigo	2018E009	Ano da publicação	2018
Título do artigo	OS IMPACTOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO SOBRE A SAÚDE DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA ÁREA DA SEGURIDADE SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ		
Nome do autor	Sara Daltro Tavares Paiva; Rosiane Silva da Silva; Rafaela Araújo da Luz; Vera Lúcia Batista Gomes; Daniela Ribeiro Castilho		
Resumo	O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa “Processo de trabalho e saúde dos/as assistentes sociais que trabalham na seguridade social no Brasil”, objetivando analisar os impactos das condições de trabalho sobre a saúde destes/as que atuam na área da seguridade social no Pará, que sob condições neoliberais, se apresentam mais precárias, impactando na saúde destes; problematiza as condições de trabalho, apreendendo os fenômenos que interatuam no desgaste da saúde das/dos pesquisados; baseado no método histórico-dialético, constatou-se a tendência ao aumento da precarização do trabalho fruto dos ajustes e cortes de orçamentos das políticas sociais, reverberando na saúde dos/as profissionais.		
Palavras-chave	Seguridade Social; Serviço Social; Saúde do Trabalhador; Condições de Trabalho		

Código do artigo	2018E010	Ano da publicação	2018
Título do artigo	O PROCESSO DE ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL: os rebatimentos das transformações societárias na saúde do trabalhador		
Nome do autor	Victoria Sabatine de Paiva Neves; Franciele Gonçalves Moreira		
Resumo	O presente trabalho analisa as transformações societárias engendradas pelo capital a partir da década de 1970 e suas metamorfoses no âmbito da produção e do Estado capitalista. Analisa-se também quais as repercussões dessas metamorfoses nas condições e relações de trabalho dos assistentes sociais e, principalmente, no seu adoecimento pelo trabalho.		
Palavras-chave	Transformações Societárias. Condições e relações de trabalho. Saúde do trabalhador. Adoecimento do Assistente Social.		

Código do artigo	2018E011	Ano da publicação	2018
Título do artigo	A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA ÁREA DA SAÚDE		
Nome do autor	Joana Polycarpo Torres		
Resumo	Trata-se de uma pesquisa qualitativa sobre os impactos da redução da carga horária de trabalho dos assistentes sociais no contexto neoliberal com iminência dos modelos de gestão privados na saúde pública. Parte-se do pressuposto que tal redução permite intensificar a luta em detrimento da exploração do trabalho e do sistema social de valorização do capital. Do contrário, os profissionais ficam cada vez mais expostos a precarização do trabalho como consequência da retração do Estado e do avanço da fragmentação das Políticas Sociais, resultando no sucateamento do Sistema Único de Saúde e na valorização da ofensiva privatista.		
Palavras-chave	Serviço Social; Saúde; Carga Horária; Hospitais Federais.		

Código do artigo	2018E012	Ano da publicação	2018
Título do artigo	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NA ESFERA ESTATAL E NA ESFERA PRIVADA: limites e desafios		
Nome do autor	Lídia Maria de Souza Porto; Priscila Silva Leite		
Resumo	O trabalho proposto pelas autoras emerge de experiências profissionais vivenciadas, cada uma em determinada esfera de prestação de serviços da política de Assistência Social: estatal e privada. A partir de relatos, serão apontados os desafios encontrados no cotidiano para o exercício profissional de qualidade, que vão desde a falta de recursos materiais até o excessivo moralismo. A questão norteadora consiste em entender a raiz desta realidade: a não priorização por parte do Estado no cuidado com esta política. Indo mais fundo: essas barreiras são reflexos da não priorização do Estado no trato com as expressões da “questão social”.		
Palavras-chave	Estado; Assistência Social; Serviço Social; esfera estatal; esfera privada.		

Código do artigo	2018E013	Ano da publicação	2018
Título do artigo	CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM SERVIÇO SOCIAL: desafios, particularidades e possibilidades em um município Norte Mineiro		
Nome do autor	Noemia de Fátima Silva Lopes; Geusiane Pereira Silva e Nascimento; Viviane Bernadeth Gandra Brandão; Wesley Helker Felício Silva; Diego Tabosa da Silva		
Resumo	Estudos sobre o Serviço Social, enquanto uma especialização do trabalho coletivo têm incitado expressivos debates, levando alguns profissionais a argumentarem sobre o trabalho, sua configuração frente ao sistema econômico vigente e sobre seus processos constitutivos. Nesse sentido, reforça-se a importância de analisar a temática que serve como base para entender as particularidades do trabalho docente de Assistentes Sociais no Norte de Minas Gerais. O estudo se ancora nas abordagens quantitativas e qualitativas e, para a sua operacionalização, tem-se o desenvolvimento de pesquisas bibliográficas e aplicação de questionários para os profissionais inseridos em uma unidade de formação acadêmica de Montes Claros/MG.		
Palavras-chave	Trabalho. Serviço Social. Trabalho docente.		

Código do artigo	2018E014	Ano da publicação	2018
Título do artigo	AS METAMORFOSES DO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO: algumas considerações		
Nome do autor	Maria Conceição Borges Dantas		
Resumo	O presente artigo apresenta breves reflexões sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e o seu rebatimento no trabalho profissional do assistente social. A compreensão de uma nova morfologia do mundo do trabalho, como proposto por Ricardo Antunes, e suas diversas tendências atuais, como: informalização, flexibilização e intensificação do mundo do trabalho devem ser compreendidas em suas realidades concretas buscando destacar as particularidades de como as profissões tem vivenciado isso em seu cotidiano. Assim, tecemos algumas considerações iniciais articulando a nova morfologia do mundo do trabalho e o trabalho profissional do assistente social no Instituto Federal de São Paulo.		
Palavras-chave	Mundo do trabalho. Trabalho profissional do assistente social. Instituto Federal de São Paulo.		

Código do artigo	2018E015	Ano da publicação	2018
Título do artigo	O TRABALHO DO PROFESSOR SUBSTITUTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO: desafios frente a precarização		
Nome do autor	Iago Soares de Oliveira; Clara Azevedo de Araújo		
Resumo	O presente estudo possui o objetivo de apresentar uma breve análise a respeito do trabalho do professor substituto no recente curso de Serviço Social, criado em 2014, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Partiremos do materialismo histórico dialético para apresentar as tensões e os projetos que estão em disputa e que impactam não só a viabilização do curso, como também, apresentam tensões para a efetivação do mesmo diante das disputas de projetos dentro da universidade. Nesse sentido, a metodologia adotada para a presente reflexão pauta-se na observação participante, no levantamento e análise de literatura.		
Palavras-chave	Trabalho. Professor Substituto. Serviço Social.		

Código do artigo	2018E016	Ano da publicação	2018
Título do artigo	EXPANSÃO IFETIANA NO BRASIL: COMPONENTES DO PROCESSO DEPRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
Nome do autor	Lígia da Nóbrega Fernandes		
Resumo	<p>O presente trabalho é parte da nossa tese doutoral e tem como objetivo apresentar componentes do processo de precarização do trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia-IFET's no Brasil. O recorte do estudo considerou a realidade de 5 estados/regiões do país. O resultado demonstrou que a atual crise de reprodução do capital, a contrarreforma do Estado e as transformações do "mundo" do trabalho reverberam no exercício profissional impondo determinantes que paulatinamente vem incidindo no cotidiano de trabalho e no processo de precarização do trabalho dos/das assistentes sociais no interior da educação profissional e tecnológica brasileira.</p>		
Palavras-chave	Crise do capital; Expansão ifetiana; Precarização do trabalho de assistentes sociais		

APÊNDICE B – Formulário on-line de pesquisa com assistentes sociais pela plataforma Google Forms

BLOCO I – Dados do perfil pessoal

1. Ano de nascimento: _____

2. Identidade de gênero: () Masculino () Feminino () outros _____

3. Pertença étnico-racial (auto declaratório): _____

4. Qual o tempo de formação como assistente social em anos:
() Menos de um ano () 1 a 2 anos () 3 a 5 anos
() 6 a 10 anos () 11 a 15 anos () 16 anos e mais

5. Graduação realizada na modalidade: () Presencial () A distância () Híbrida

6. Última titulação:
() Graduação () Especialização () Mestrado
() Doutorado () Pós Doutorado

7. Como você realiza a sua formação continuada: (*aceita marcação em mais de uma resposta*):
() Participação em grupo de estudo
() Participação em grupo de pesquisa
() Participação em atividades promovidas pelo conjunto CFESS/CRESS/NUCRESS

() Participação em atividades formativas promovidas pelo local de trabalho.
() Outro _____

8. Com que frequência você utiliza em seu cotidiano profissional as normativas abaixo discriminadas:

*Legenda: **Nunca:** não existe essa solicitação; **Algumas vezes:** solicitada pelo menos duas vezes; **Na maioria das vezes:** solicitada de três a quatro vezes na semana/mês; **Sempre:** solicitada cinco ou mais vezes por semana/mês.*

	Nunca	Algumas vezes	Na maioria das vezes	Sempre
Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993				
Lei n.º 8.662 de 07 de junho de 1993				
Política Nacional de Estágio da ABEPSS				
Resolução CFESS n.º 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social				
Resolução n.º 533/2008 sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio				
Resolução n.º 556/2009 sobre os procedimentos sobre a lacração do material técnico e material técnico-sigiloso do Serviço Social				
Resolução n.º 557/2009 sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais				

9. Como você toma conhecimento das normativas que orientam a atuação do/a assistente social? (*aceita marcação em mais de uma resposta*)

- Durante o processo formativo (graduação e pós graduação).
- Participação em atividades formativas (curso, capacitação e eventos) relacionados ao Serviço Social.
- Participação em atividades do NUCRESS/Seccional.
- Acesso os materiais disponibilizados no site do conjunto CFESS /CRESS.
- Informações disponibilizadas no espaço sócio ocupacional onde exerce a profissão
- Outro (especificar): _____

BLOCO II – Levantamento sobre as condições de trabalho

10. Em qual região você trabalha: Campo Mourão Cascavel

11. Qual o porte do município em que você trabalha?

- Pequeno Porte I Pequeno Porte II Médio Porte Grande Porte
- Não sei

12. Tempo de trabalho na Política de Assistência Social em anos:

- Menos de um ano 1 a 2 anos 3 a 5 anos 6 a 10 anos
- 11 a 15 anos 16 a 20 anos 21 anos e mais

13. Em qual serviço/equipamento da assistência social você desenvolve sua atividade profissional como assistente social?

- CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
- SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Serviço de proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas
- CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- Serviço Especializado de Abordagem Social
- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
- Serviço de Acolhimento Institucional
- Serviço de Acolhimento em República
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
- Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências
- Órgão Gestor da Assistência Social
- Outros: _____

14. Qual a natureza do serviço/equipamento que você trabalha como assistente social?

- Público
- Organizações da sociedade civil
- Privado com fins lucrativos
- Outro: _____

15. Qual a sua forma de contratação:

- Concurso público
- Indicação de conhecidos
- Participação em pregão eletrônico
- Chamamento público
- Seleção via entrevista e análise de currículo
- Teste seletivo
- Outro: _____

16. Sobre o seu vínculo de trabalho como assistente social?

- Estatutário
- Celetista
- Temporário
- Contrato por prestação de serviço
- MEI – Microempreendedor Individual
- Outro: _____

17. Salário mensal (registrar o valor bruto recebido): _____

18. Quais os benefícios disponibilizados pelo local de trabalho? (*aceita marcação em mais de uma resposta*)

- Nenhum
- Plano de saúde
- Vale alimentação/ refeição
- Vale transporte
- Outro: _____

19. Sua carga horária semanal de trabalho:

- Até 10 horas
- De 11 até 20 horas
- De 21 até 30 horas
- De 31 até 40 horas
- Acima de 40 horas
- Outros: _____

20. Com que frequência você costuma trabalhar fora da sua carga horária de trabalho:

*Legenda: **Nunca:** não existe essa solicitação; **Algumas vezes:** solicitada pelo menos duas vezes; **Na maioria das vezes:** solicitada de três a quatro vezes na semana/mês; **Sempre:** solicitada cinco ou mais vezes por semana/mês.*

Período	Nunca	Algumas vezes	Na maioria das vezes	Sempre
Por dia				
Por semana				
Por mês				

21. Indique com que frequência você dispõe de condições éticas e técnicas para o exercício profissional, conforme preconiza a Resolução do CFESS n.º 493/2006:

*Legenda: **Nunca:** nenhuma vez na semana; **Algumas vezes:** pelo menos uma vez por semana; **Na maioria das vezes:** de duas a quatro vezes na semana; **Sempre:** todos os dias da semana.*

	Nunca	Algumas vezes	Na maioria das vezes	Sempre
Espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter privado				
Existência de materiais de expediente suficiente a realização do trabalho profissional				
Existência de materiais permanentes, adequados a realização do trabalho profissional				
Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno				
Recursos que garantam a privacidade do usuários				
Ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas				

22. Você já precisou solicitar à entidade empregadora adequação das condições de trabalho conforme especificações da Resolução do CFESS n.º 493/2006?

() Sim () Não

Se sim, sua solicitação foi atendida? () Sim () Não

Houve intermediação do CRESS? () Sim () Não

Gostaria de relatar algo sobre esse assunto? _____

23. As ações e atividades realizadas em seu cotidiano profissional estão em concordância com as atribuições e competências da Lei da Regulamentação Profissional?

() Sim () Não

Gostaria de relatar algo sobre esse assunto? _____

24. Sobre as intervenções você realiza em seu cotidiano profissional, a frequência em que elas ocorrem corresponde a:

*Legenda: **Nunca:** nenhuma vez na semana; **Algumas vezes:** pelo menos uma vez por semana; **Na maioria das vezes:** de duas a quatro vezes na semana; **Sempre:** todos os dias da semana.*

	Nunca	Algumas vezes	Na maioria das vezes	Sempre
Articulação da rede de serviços				
Assessoria a rede socioassistencial				
Atendimento as solicitações do sistema de justiça				
Atendimento direto com os usuários				
Atuação na articulação da rede socioassistencial				
Elaboração de documentação técnica				
Monitoramento, sistematização e avaliação				
Organização e gestão de serviços				
Planejamento de ações e/ou serviços				
Sistematização de informações				
Trabalho nos territórios				
Voltada a produção de conhecimento				
Voltadas a formação profissional/supervisão de estagiários				
Voltadas ao Controle Social				

25. Em relação às estratégias e aos procedimentos você realiza em seu cotidiano profissional, a frequência em que eles ocorrem corresponde a:

*Legenda: **Nunca:** nenhuma vez na semana; **Algumas vezes:** pelo menos uma vez por semana; **Na maioria das vezes:** de duas a quatro vezes na semana; **Sempre:** todos os dias da semana.*

	Nunca	Algumas vezes	Na maioria das vezes	Sempre
Articulação com os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos/as usuários/as				
Assessoria e consultoria em matéria relacionada à Política de Assistência Social				
Elaboração de projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos/as usuários/as				
Elaboração e avaliação de planos de assistência social				
Execução de programas, projetos, benefícios e serviços próprios da assistência social				
Formulação e defesa da constituição de orçamentos públicos necessários à assistência social				
Instituição de espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais				
Organização de seminários e eventos relacionados à política de Assistência Social				
Participação e atuação nos Conselhos Municipais				
Realização de estudos/pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população				
Realização de visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da Política de Assistência Social				
Viabilização da participação dos/as usuários/as nos processos de planejamento e controle social da Política de Assistência Social				

26. Você ocupa cargo de coordenação de equipe técnica, programa e/ou projeto?

() Sim () Não

27. Em relação às exigências do seu trabalho:

*Legenda: **Nunca:** nenhuma vez na semana; **Algumas vezes:** pelo menos uma vez por semana;*

***Na maioria das vezes:** de duas a quatro vezes na semana; **Sempre:** todos os dias da semana.*

	Nunca	Algumas vezes	Na maioria das vezes	Sempre
Em consequência do trabalho, há situações que produzem em você incômodos físicos?				
Há no seu trabalho momentos e/ou situações que produzem em você desgaste emocional?				
No seu trabalho você precisa guardar as suas opiniões e não as expressar?				
O prazo estabelecido para a realização do trabalho é suficiente?				
Você consegue atingir as metas que foram estipuladas para o seu trabalho?				
Você consegue manter seu trabalho em dia?				
Você consegue trabalhar de modo a executar as atividades sem realizar hora extra?				
Você consegue trabalhar de modo a não precisar “levar o trabalho para terminar em casa”?				

28. Desde que foi declarada a crise sanitária, você realizou ou está realizando o seu trabalho mediante:

- () Teletrabalho total (desenvolver todas as atividades de trabalho a partir de um lugar remoto, como o próprio lar)
- () Modalidade mista (desenvolver algumas atividades de trabalho a partir de um lugar e outras no local habitual de trabalho)
- () Trabalho presencial (desenvolver todas as atividades de trabalho no local habitual de trabalho)

29. Com relação a crise sanitária, como você avalia as situações de trabalho:

<i>Diminuiu: o volume de atividades é menor que o período anterior à pandemia; Continua igual: se mantém as mesmas atividades do período anterior à pandemia; Aumentou: o volume de atividades é maior que o período anterior à pandemia</i>			
	Diminuiu	Continua igual	Aumentou
A quantidade de trabalho que lhe é atribuída			
A velocidade na qual você trabalha			
Direitos trabalhistas (como férias, vale alimentação, pagamento de horas extras, etc.)			
Disponibilidade de tempo de descanso			
Necessidade de trabalhar fora de horário			

Seu salário mensal			
--------------------	--	--	--

30. Em decorrência da pandemia, houve alteração na sua metodologia de trabalho?

() Sim () Não

Caso tenha respondido sim, você teve a oportunidade de participar desse processo de reorganização da metodologia de trabalho?

() Sim () Não

Você gostaria de relatar alguma informação que contribua com o alcance dos objetivos da pesquisa? _____

Você tem interesse em participar de entrevista sobre a temática do adoecimento do assistente social pelo trabalho? () sim () Não.

Contato para agendamento de entrevista: Fone _____

Email: _____

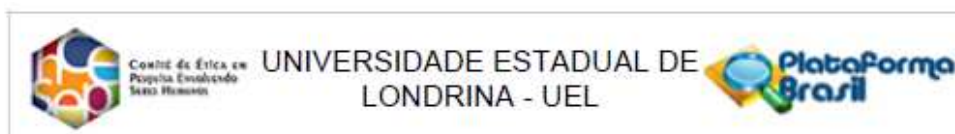
Muito obrigada por responder a este formulário!!

Por favor, divulgue o link deste formulário para seus colegas de trabalho assistentes sociais, com atuação na Política de Assistência Social.

*Caso tenha alguma dúvida, crítica ou sugestão entre em contato pelo seguinte email:
taniamaraback@hotmail.com*

ANEXOS

Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: adoecimento pelo trabalho?

Pesquisador: Tânia Mara da Silva Backschat

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 49537421.9.0000.5231

Instituição Proponente: CESA/SERVIÇO SOCIAL/Prog. de Pós-Graduação em Serviço Social e Política

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.948.894

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa tem como objetivo apreender as implicações das condições de trabalho no processo de adoecimento dos assistentes sociais pelo trabalho. A abordagem teórica está fundamentada no materialismo histórico dialético, para a aproximação da relação entre condições de trabalho e adoecimento profissional, a partir do trabalho do assistente social. Em face aos objetivos desta pesquisa propomos uma investigação com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e explicativo. O projeto será desenvolvido por meio de revisão de literatura, pesquisa documental e de campo, com assistentes sociais que atuam na política de assistência social. A expectativa é a apresentação dos resultados por meio da elaboração de uma tese como requisito parcial para a titulação de doutora em Serviço Social e Política Social pelo curso de Serviço Social e Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

Objetivo da Pesquisa:

Apreender as implicações das condições de trabalho no processo de adoecimento dos assistentes sociais

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Nesta pesquisa,

Endereço: LABESC - Sala 14
Bairro: Campus Universitário
UF: PR Município: LONDRINA CEP: 86.057-970
Telefone: (43)3371-5455 E-mail: cep268@uel.br



Conselho de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Serres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 4.548.854

as possibilidades de incidentes que possam colocar em risco a vida dos sujeitos ou provocar danos serão mínimos, uma vez que as questões para coleta de dados versam sobre as condições objetivas de trabalho a fim de evitar possíveis desconfortos emocionais que resultem em sofrimentos psíquico no contexto do trabalho. A entrevista seguirá um roteiro de questões previamente definidas com questões direcionadas ao cotidiano de trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social. A análise dos dados da pesquisa terão como base na experiência e vivência dos sujeitos no sentido de identificar as condições e processos de adoecimento pelo trabalho preservando a integridade física e psíquica, saúde, honra, proteção da imagem e privacidade dos/as participantes na pesquisa. No entanto, o/a participante que vier a sofrer qualquer dano material ou imaterial decorrente especificamente de sua participação na pesquisa terá assistência imediata e integral, de forma gratuita (pela patrocinadora – pesquisa responsável pelo estudo), pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa. Em relação ao risco em ambientes virtuais o convite de participação na pesquisa será enviado por email e ocultará os endereços dos convidados. As respostas no formulário on line e na entrevista ocorrerá de forma individual e será assegurado os aspectos éticos na pesquisa em Ciências Sociais. No caso do formulário on line e das entrevistas em ambiente virtual, quando concluída a coleta de dados, a pesquisadora responsável pela pesquisa irá fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem" para o armazenamento adequado das informações. Em observância aos procedimentos éticos na pesquisa com seres humanos os dados da pesquisa, serão mantidos em arquivo físico eletrônico local, sob a guarda da pesquisadora, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. As informações levantadas nos instrumentos de coletas de dados ficarão em posse da pesquisadora, que se compromete a manter a confidencialidade e o sigilo, de modo a preservar a identidade dos participantes durante todas as etapas da pesquisa, mesmo após o seu término. Por isso, os/as assistentes sociais que participarem da entrevista serão identificados por códigos, de forma a preservar a as identidade.

Benefícios:

Como benefícios desta pesquisa espera-se contribuir com a formação dos assistentes sociais e

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

CEP: 86.057-970

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br

Página 02 de 05



Conselho de Ética em
Psicologia Evoluído
São Humano

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 4.948.894

com a qualidade de vida laboral tanto para a categoria profissional quanto para os trabalhadores do SUAS.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possibilitará problematização dos contextos formativos e laborais dos estudantes e profissionais do serviço social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

•Apresenta Folha de Rosto assinada pela coordenadora do PPGP de SS – profa Eliane Cristine Santos de Campos

•Apresenta Termo de Confidencialidade e Sigilo devidamente assinado;

•Apresenta o modelo de TCLE - escrita acessível e atende aos requisitos do CEP.

•Apresenta Informações Básicas da Pesquisa;

•Apresenta o Roteiro Descritivo do Projeto de Pesquisa;

•Apresenta roteiro de perguntas do formulário eletrônico (google forms);

•Apresenta roteiro de perguntas das entrevistas;

•Apresenta ofício encaminhado à Coordenação Seccional Cascavel do CRESS-PR, com solicitação sobre os/as assistentes sociais registrados na seccional;

•Apresenta resposta do ofício encaminhado à Coordenação Seccional Cascavel do CRESS-PR, com a indicação de 1803 profissionais inscritos.

Recomendações:

Caso a coleta de dados seja realizada de modo remoto, recomenda-se ao pesquisador especial atenção as informações assinaladas na Carta Circular da CONEP de 24 de Fevereiro de 2021, que indica orientações para procedimentos de pesquisa em ambientes virtuais.

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Comitê de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Seres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 4.948.894

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade apresentá-lo aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Ressaltamos, para início da pesquisa, as seguintes atribuições do pesquisador, conforme Resolução CNS 466/2012 e 510/2016:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- apresentar dados solicitados pelo sistema CEP/CONEP a qualquer momento;
- desenvolver o projeto conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção;
- elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores e pessoal técnico integrante do projeto;
- justificar fundamentadamente, perante o sistema CEP/CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Coordenação CEP/UEL

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1791740.pdf	25/08/2021 17:44:42		Aceito
Outros	Carta_Resposta.docx	25/08/2021 17:43:26	Tânia Mara da Silva Backschat	Aceito
TCLE / Termos de	Termo_de_Confidencialidade_e_Sigil	25/08/2021	Tânia Mara da Silva	Aceito

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

CEP: 86.057-970

UF: PR Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Centro de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Seres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 4.948.894

Assentimento / Justificativa de Ausência	o.docx	17:43:08	Backschat	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	25/08/2021 17:42:50	Tânia Mara da Silva Backschat	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	25/08/2021 17:37:22	Tânia Mara da Silva Backschat	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	13/07/2021 20:48:18	Tânia Mara da Silva Backschat	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 02 de Setembro de 2021

Assinado por:

**Adriana Lourenço Soares Russo
(Coordenador(a))**

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Telefone: (43)3371-5455

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br

